



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 186 QUARTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 2015



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)**

Presidente

**Senador Jorge Viana (PT-AC)**

1º Vice-Presidente

**Senador Romero Jucá (PMDB-RR)**

2º Vice-Presidente

**Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**

1º Secretário

**Senador Zeze Perrella (PDT-MG)**

2º Secretário

**Senador Gladson Cameli (PP-AC)**

3º Secretário

**Senadora Ângela Portela (PT-RR)**

4ª Secretária

---

### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Rogério de Castro Pastori**

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

**Roberta Lys de Moura Rochael**

Coordenadora de Elaboração de Diários

**Deraldo Ruas Guimarães**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Florian Augusto Coutinho Madruga**

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

**José Farias Maranhão**

Coordenador Industrial

**Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – ATA DA 206ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2015.....</b>	<b>7</b>
1.1 – ABERTURA.....	9
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	9
<b>1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação.....</b>	<b>9</b>
<b>1.2.1.1 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados</b>	
Projeto de Lei da Câmara nº 187/2015 (nº 1.332/2007, na Câmara dos Deputados), que <i>inclui incisos no art. 4º da Lei nº 10.201, de 2001, provendo recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para o serviço telefônico de recebimento de denúncias e para a premiação em dinheiro por informações que auxiliem nas investigações policiais; dispõe sobre esse serviço telefônico; e dá outras providências</i> .....	9
Projeto de Lei da Câmara nº 188/2015 (nº 5.987/2009, na Câmara dos Deputados), que <i>dispõe sobre mecanismos de financiamento para a arborização urbana e a recuperação de áreas degradadas</i> .....	11
Projeto de Lei da Câmara nº 189/2015 (nº 4.490/2012, na Câmara dos Deputados), que <i>denomina Viaduto Astésia de Moraes Batista o viaduto construído no km 488 da Rodovia Régis Bittencourt, no Município de Cajati, Estado de São Paulo</i> .....	13
Projeto de Lei da Câmara nº 190/2015 (nº 7.907/2014, na Câmara dos Deputados), de <i>iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) e dá outras providências</i> .....	15
<b>1.2.1.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União</b>	
Nº 1.304/2015, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.616/2015 (TC 017.110/2015-7), em resposta à Proposta de Fiscalização e Controle nº 4/2015.....	49
<b>1.2.1.3 – Projetos de Lei do Senado</b>	
Nº 739/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que <i>altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, para possibilitar a distribuição de recursos a organizações sociais e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas que atuem em qualquer das etapas e modalidades da educação básica</i> .....	49
Nº 740/2015, de autoria do Senador Humberto Costa, que <i>acrescenta o art. 216-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de constrangimento ofensivo ao pudor em transporte público</i> .....	52
Nº 741/2015, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que <i>altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para determinar que as multas por infração ambiental, em situação de emergência ou estado de calamidade pública, provocados por desastres ambientais, sejam revertidas, em sua totalidade, para as regiões afetadas</i> .....	55
Nº 742/2015, de autoria do Senador Aécio Neves, que <i>estabelece diretrizes gerais sobre a política de atenção à prematuridade</i> .....	58
<b>1.2.1.4 – Projeto de Decreto Legislativo</b>	
Nº 385/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que <i>susta o Decreto nº 8.555, de 6 de novembro de 2015, da Presidente da República, que delega competência ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para abertura de créditos suplementares autorizados na Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015</i> .....	61
<b>1.2.1.5 – Projetos de Resolução</b>	
Nº 53/2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que <i>institui o Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Sul</i> .....	65
Nº 54/2015, de autoria dos Senadores José Serra e Cássio Cunha Lima, que <i>altera a Resolução do Senado Federal nº 32, de 2000, para permitir a alienação ou a privatização do Produban</i> .....	68
<b>1.2.1.6 – Requerimentos</b>	
Nº 1.296/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque, de homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Lucídio Portela Nunes.....	70
Nº 1.297/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, de oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 328/2014.....	72

Nº 1.298/2015, de autoria do Senador Antonio Anastasia, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 424/2013 e 37/2014.....	73
Nº 1.299/2015, de autoria do Senador Gladson Cameli, de autorização para desempenho de missão no período de 25 a 28 do corrente.....	74
Nº 1.300/2015, de autoria do Senador Gladson Cameli, de autorização para desempenho de missão no período de 4 a 9 de dezembro próximo.....	75
Nº 1.301/2015, de autoria do Senador Lindbergh Farias, de autorização para desempenho de missão no período de 5 a 8 de dezembro próximo.....	77
Nº 1.302/2015, de autoria da Senadora Sandra Braga, de autorização para desempenho de missão no período de 29 do corrente a 3 de dezembro próximo.....	79
Nº 1.303/2015, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de informações ao Ministro de Estado das Comunicações.....	81
Nº 1.304/2015, de autoria da Senadora Ângela Portela, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Costa.....	84
Nº 1.305/2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço e outros Senadores, de criação de Comissão Temporária destinada a avaliar a Política Nacional de Segurança de Barragens.....	85
Nº 1.307/2015, de autoria do Senador Romero Jucá, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 378/2015.....	89
Nº 1.308/2015, de autoria do Senador Romero Jucá, de oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei do Senado nº 378/2011.....	90
Nº 1.309/2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, de desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 389/2015-Complementar, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 150/2005; nºs 90, 180, 414/2007; nºs 66, 72, 265 e 482/2008; nºs 12, 128, 175, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507/2009; nºs 21, 75, 538 e 719/2011; nºs 113, 135 e 382/2012; e nºs 335, 377, 387, 99 e 466/2015 – todos complementares.....	91
Nº 1.310/2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. João Messias dos Santos Filho.....	92
Nº 1.311/2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata, de voto de aplauso e congratulações ao Sr. Levi Vasconcelos.....	94
Nº 1.312/2015, de autoria do Senadora Gleisi Hoffmann, de voto de aplauso e congratulações à Srª Camila Lanes.....	95
Nº 1.313/2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata, de voto de aplauso e congratulações à <b>TVE Bahia</b> .....	97
<b>1.2.1.7 – Comunicações</b>	
Da Liderança do DEM no Senado Federal, de substituição de membros em diversas Comissões ( <b>Ofício nº 118/2015</b> ). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i> .....	99
Da Liderança do DEM no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo ( <b>Ofício nº 119/2015</b> ). <i>Será feita a substituição solicitada</i> .....	100
Da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PSD/PROS na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 699/2015 ( <b>Ofício nº 476/2015</b> ). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i> .....	101
Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 695/2015 ( <b>Ofício nº 462/2015</b> ). <i>Será feita a substituição solicitada</i> .....	102
Da Comissão de Transparência e Governança Pública, de eleição do Presidente e Vice-Presidente ( <b>Ofício nº 1/2015</b> ).....	103
<b>1.2.1.8 – Ofício do Conselho Nacional de Justiça</b>	
Nº S/86/2015 (nº 461/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação, pela Procuradoria-Geral da República, do Sr. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO para compor o referido Conselho.....	104
<b>1.2.1.9 – Parecer</b>	
Nº 1.033/2015, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 78/2015.....	159
<b>1.2.1.10 – Proposta de Emenda à Constituição</b>	
Nº 148/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que <i>altera o inciso XIII do Art. 7º da Constituição Federal para reduzir a jornada de trabalho</i> .....	163
<b>1.2.2 – Oradores</b>	
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Comentários sobre audiências públicas ocorridas na CCT, em 28 e 29 de outubro, para debater os riscos da energia nuclear.....	166
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Preocupação com os impactos socioambientais do rompimento de barragem de rejeitos em Mariana-MG; e outro assunto.....	167
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Repúdio aos ataques terroristas ocorridos em Paris; e outros assuntos.....	169

SENADORA ANA AMÉLIA – Defesa da derrubada de veto aposto a projeto de lei que previa a impressão do voto; e outros assuntos. ....	171
SENADOR WELLINGTON FAGUNDES – Considerações acerca de audiência pública na CI para debater as políticas públicas de infraestrutura; e outro assunto. ....	173
SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA – Alerta para a suposta inconsistência do índice de desemprego anunciado pelo Governo Federal em razão da metodologia adotada nas pesquisas pelo IBGE; e outro assunto.....	175
SENADOR PAULO PAIM – Saudações aos participantes do Programa Senado Jovem Brasileiro; e outros assuntos.....	178
SENADOR EDUARDO AMORIM, como Líder – Homenagem à TV Sergipe pelos 44 anos de sua fundação; e outro assunto.....	183
SENADOR JORGE VIANA– Registro da atuação de S. Exª para a liberação de recursos a municípios acrianos; e outros assuntos.....	185
SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO, como Líder – Cobrança da apreciação das contas da Presidente Dilma Rousseff e dos pedidos de <i>impeachment</i> a fim de abreviar as incertezas sobre o futuro do País e de retomar o crescimento econômico.....	188
<b>1.2.3 – Apreciação de requerimentos</b>	
Nº 1.299/2015, de autoria do Senador Gladson Cameli. <b>Aprovado</b> .....	195
Nº 1.300/2015, de autoria do Senador Gladson Cameli. <b>Aprovado</b> .....	195
Nº 1.301/2015, de autoria do Senador Lindbergh. <b>Aprovado</b> .....	195
Nº 1.302/2015, de autoria do Senador Sandra Braga. <b>Aprovado</b> .....	195
<b>1.2.4 – Oradores (continuação)</b>	
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Preocupação com a situação da previdência social no País e defesa de propostas apresentadas pelo PMDB sobre o tema.....	195
1.3 – ORDEM DO DIA .....	199
<b>1.3.1 – Apreciação de requerimento</b>	
Nº 1.305/2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço. <b>Aprovado</b> .....	200
<b>1.3.2 – Requerimento</b>	
Nº 1.306/2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann e outros Senadores, de realização de sessão de debates temáticos destinada debater as consequências do desastre ambiental ocorrido no Município de Mariana-MG. <b>Aprovado</b> .....	203
<b>1.3.3 – Questão de ordem</b>	
Suscitada pelo Senador Cássio Cunha Lima e respondida pela Presidência .....	207
<b>1.3.4 – Item 2 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 110/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Aécio Neves, que altera o art. 37 da Constituição Federal, para restringir a quantidade de cargos em comissão na administração pública e estabelecer processo seletivo público. <b>Transcorre a quarta sessão de discussão, em primeiro turno</b> .....	211
<b>1.3.5 – Item 10 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)</b>	
Projeto de Lei da Câmara nº 26/2015-Complementar (nº 13/2015-Complementar, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências. ....	212
<b>1.3.6 – Convocação de sessão</b>	
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional para amanhã, às 11 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a leitura de expedientes, apreciação de vetos e projetos de lei.....	213
<b>1.3.7 – Realização de sessão</b>	
Realização de sessão de debates temáticos para quarta-feira próxima, às 11 horas, destinada a debater as consequências do desastre ambiental ocorrido no Município de Mariana-MG .....	216
<b>1.3.8 – Item 10 (continuação)</b>	
Projeto de Lei da Câmara nº 26/2015-Complementar (nº 13/2015-Complementar, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências. <b>Aprovado</b> (votação nominal). À sanção.....	216
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
<b>1.4.1 – Discurso encaminhado à publicação</b>	
SENADORA ÂNGELA PORTELA – Considerações acerca de pauta encaminhada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação aos parlamentares. ....	227
1.5 – ENCERRAMENTO.....	228
<b>2 – PROGRAMA SENADO JOVEM BRASILEIRO DE 2015 (CONSOLIDAÇÃO E PUBLICAÇÃO EM SUPLEMENTO AO DIÁRIO DE 23 DE DEZEMBRO)</b>	



**SENADO FEDERAL**

<b>3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....</b>	<b>229</b>
<b>4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL .....</b>	<b>232</b>
<b>5 – LIDERANÇAS .....</b>	<b>233</b>
<b>6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....</b>	<b>235</b>
<b>7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....</b>	<b>253</b>
<b>8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....</b>	<b>263</b>
<b>9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS .....</b>	<b>311</b>

**CONGRESSO NACIONAL**

<b>10 – COMISSÕES MISTAS .....</b>	<b>335</b>
<b>11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....</b>	<b>349</b>

---

# Ata da 206ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 17 de Novembro de 2015

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, das Sras. Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e do Sr. Fernando Bezerra Coelho*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 19 horas e 31 minutos.)*

É o seguinte o registro de comparecimento:



## REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

### Senado Federal 55ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

### 206ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 17/11/2015 07:00:00 até 17/11/2015 20:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PR	MT	Blairo Maggi	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PDT	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalfrido Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PT	MS	Delcídio do Amaral	X	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X	X
PTB	PE	Douglas Cintra	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PSD	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PMDB	PB	José Maranhão	X	X
PPS	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PDT	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
PDT	DF	Reguffe	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
DEM	SE	Ricardo Franco	X	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PDT	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X

***Compareceram 75 senadores.***

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do artigo 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

#### **MATÉRIAS RECEBIDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**



## **SENADO FEDERAL**

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA**

### **Nº 187, DE 2015**

(Nº 1.332/2007, NA CASA DE ORIGEM)

Inclui incisos no art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, provendo recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para o serviço telefônico de recebimento de denúncias e para a premiação em dinheiro por informações que auxiliem nas investigações policiais; dispõe sobre esse serviço telefônico; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** As empresas concessionárias de transportes terrestres, municipais, estaduais e federais ficam obrigadas a exibir em seus veículos, em formato de fácil leitura e visualização, o seguinte:

**I** – a expressão “disque-denúncia”;

**II** – um número telefônico de acesso gratuito;

**III** – expressões de incentivo à colaboração da população e de garantia do anonimato, na forma do regulamento desta Lei.



**Art. 2º** Os Estados ficam autorizados a estabelecer um serviço de recepção de denúncias por telefone preferencialmente gratuito, que também poderá ser mantido por entidade privada sem fins lucrativos, por meio de convênio.

**Art. 3º** Fica assegurado pelo órgão que receber a denúncia o sigilo da fonte, caso o informante identifique-se.

**Art. 4º** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão adotar formas de recompensa pelo oferecimento de informações que sejam úteis para a prevenção, a repressão ou a apuração de crimes ou ilícitos administrativos.

*Parágrafo único.* Entre as recompensas a serem estabelecidas, poderá ser instituído pagamento de valores em espécie.

**Art. 5º** O caput do art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos VI e VII:

“**Art. 4º** .....

.....

**VI** – serviço telefônico para recebimento de denúncias, com garantia de sigilo para o usuário;

**VII** – premiação, em dinheiro, para informações que levem a resolução de crimes.

.....” (NR)

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL PROJETO DE LEI ORIGINAL**

[http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=6917A7D27779CCB86D62F91893C17AA2.proposicoesWeb2?codteor=469962&filename=PL+1332/2007](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=6917A7D27779CCB86D62F91893C17AA2.proposicoesWeb2?codteor=469962&filename=PL+1332/2007)

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 188, DE 2015

(Nº 5.987/2009 NA CASA DE ORIGEM)

Dispõe sobre mecanismos de financiamento para a arborização urbana e a recuperação de áreas degradadas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei determina mecanismos de financiamento para a arborização urbana e para a recuperação de áreas degradadas, a partir do direcionamento de recursos arrecadados da aplicação de multa por crime, infração penal ou infração administrativa, no caso de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, assim como da cobrança de taxas pela autorização de poda e de corte de árvores.

Art. 2º Um décimo do valor das multas por crime, infração penal ou infração administrativa decorrentes de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, arrecadadas pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, será destinado à arborização urbana e à recuperação de áreas degradadas.

§ 1º O recurso advindo das multas de que trata o *caput* deve ser aplicado no Município onde ocorreu a infração ou o crime ambiental.

§ 2º Regulamentação deverá prever os critérios e as normas para a aplicação do recurso de que trata o *caput*.

Art. 3º Nos casos em que a poda e o corte de árvores dependam de autorização de órgão ambiental integrante do Sisnama, esta será precedida da cobrança de taxa ou do pagamento pelos serviços e produtos, cujo valor será destinado à arborização urbana e à recuperação de áreas degradadas.

§ 1º O valor da taxa ou dos preços dos serviços e produtos será estabelecido por ato do órgão ambiental, com base nos custos de produção e plantio de mudas de árvores.

§ 2º Os órgãos integrantes do Sisnama que já efetuam a cobrança de taxas relativas à autorização para a poda ou o corte de árvores ou o pagamento pelos seus serviços e produtos passam a destinar os recursos arrecadados conforme determina o *caput*.

§ 3º O recurso advindo das cobranças a que se refere o *caput* deve ser aplicado no Município onde ocorreu a poda ou o corte das árvores.

§ 4º A escolha da espécie e do local de plantio das árvores obedecerá à legislação municipal sobre arborização urbana.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **PROJETO DE LEI ORIGINALPROJETO DE LEI ORIGINAL**

[http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=688008&filename=PL+5987/2009](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=688008&filename=PL+5987/2009)

ÀS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE  
MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E  
FISCALIZAÇÃO DE CONTROLE.



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA

### Nº 189, DE 2015

(Nº 4.490/2012 NA CASA DE ORIGEM)

Denomina Viaduto Astésia de Moraes Batista o viaduto construído no km 488 da Rodovia Régis Bittencourt, no Município de Cajati, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei denomina Viaduto Astésia de Moraes Batista o viaduto construído no km 488 da Rodovia Régis Bittencourt, no Município de Cajati, Estado de São Paulo.

**Art. 2º** O viaduto construído no km 488 da Rodovia Régis Bittencourt, no Município de Cajati, Estado de São Paulo, passa a ser denominado Viaduto Astésia de Moraes Batista.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## **PROJETO DE LEI ORIGINAL**

[http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=B317A926DF114C9ED7CB2782F451DD6A.proposicoesWeb2?codteor=1028313](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B317A926DF114C9ED7CB2782F451DD6A.proposicoesWeb2?codteor=1028313)

À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 190, DE 2015

(Nº 7.907/2014, NA CASA DE ORIGEM)

DE INICIATIVA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, quarenta e nove cargos de provimento efetivo, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação.

**Art. 2º** Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região no orçamento geral da União.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL**

[http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra=PL+7907/2014](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra=PL+7907/2014)

**OF.TST.GDGSET.GP.Nº 422****Brasília, 25 de agosto de 2014.**

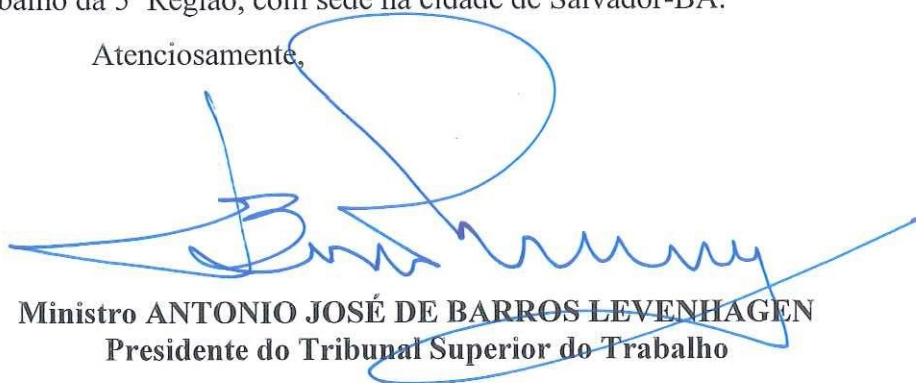
A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Brasília-DF

Assunto: **Anteprojeto de Lei.**

**Senhor Presidente,**

Nos termos do art. 96, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Senhores Membros do Congresso Nacional, acompanhado da correspondente justificativa, anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça que trata da criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, com sede na cidade de Salvador-BA.

Atenciosamente,



**Ministro ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN**  
**Presidente do Tribunal Superior do Trabalho**



**Conselho Nacional de Justiça**

Autos: **PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0003377-18.2014.2.00.0000**

Requerente: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Requerido: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

**EMENTA. Parecer de mérito favorável** ao anteprojeto de lei que dispõe sobre a criação de 49 cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, especialidade Tecnologia da Informação e Comunicação, do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (Bahia). Acolhimento da manifestação técnica do Departamento de Acompanhamento Orçamentário e Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça.

**ACÓRDÃO**

O Conselho, por unanimidade, aprovou o parecer de mérito, nos termos apresentados pela Relatora. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 19 de agosto de 2014. Presentes à sessão o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal Ministro Ricardo Lewandowski e os Conselheiros Francisco Falcão, Maria Cristina Peduzzi, Ana Maria Duarte Amarante Brito, Guilherme Calmon, Flavio Sirangelo, Deborah Ciocci, Saulo Casali Bahia, Rubens Curado Silveira, Luiza Cristina Frischeisen, Gilberto Martins, Paulo Teixeira, Gisela Gondin Ramos e Fabiano Silveira.



**Conselho Nacional de Justiça**

Num. 1512394 - Pág. 1





Autos: PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0003377-18.2014.2.00.0000  
Requerente: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO  
Requerido: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

## 1. Relatório

Trata-se de expediente encaminhado por ofício do Exmo. Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, para análise deste Conselho, contendo proposta de anteprojeto de lei que dispõe sobre a criação de 49 cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, especialidade Tecnologia da Informação, para o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (Bahia).

O processo foi encaminhado sucessivamente ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário, para os fins do §1º do artigo 3º da Resolução CNJ nº 68/2009, e ao Departamento de Pesquisas Judiciárias deste Eg. Conselho, para cumprimento do disposto na Resolução CNJ nº 184/2013.

É o relatório.



**Conselho Nacional de Justiça**

Autos: PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI - 0003377-18.2014.2.00.0000  
Requerente: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO  
Requerido: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

## 2. Fundamentação

Em seu parecer, o DAO/CNJ informa que os artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000, dispõem:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

Ressalta que o impacto orçamentário previsto para 2015 decorrente da criação dos cargos propostos neste processo é estimado em R\$ 6.671.167,88 (seis milhões, seiscentos e setenta e um mil, cento e sessenta e sete reais e oitenta e oito centavos), conforme cálculo apresentado na tabela anexada ao parecer.

Relata que só haverá impacto no primeiro ano de vigência da nova lei, pois o valor da despesa será mantido com uma pequena correção decorrente da atualização anual do teto para aposentadoria, sobre o qual incide a contribuição patronal de 22%, conforme tabelas abaixo transcritas do parecer:

Exercício 2015										
CARGO/ FUNÇÃO	Servidores	Vencimento básico ou retribuição por CJ ou FC	Gratificações - G A J (90%) e G A F (35%)	Vantagem Pecuniária Individual VPI**	Remuneração ou Retribuição por CJ ou FC	Despesa Anual com Remuneração Retribuição	Despesa com Gratificação Natalina	Despesa com Férias 1/3 (Servidores)	Despesa Anual com Contribuição Patronal - CPSS	Despesa Anual com Previdência Complementar FUNPRES
A	B	C	D	E = B + C + D	F = A * E * 12	G = A * E	H = A * (E/3)	I = 22%rem	J = 8,5%rem	

Num. 1512394 - Pág. 3



										<TetoRGPS**	>TetoRGPS
Analista Judiciário	49	4.634	90%	59,87	8.864	5.211.940	434.328	144.776	652.163	227.061	
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>					<b>5.211.940</b>	<b>434.328</b>	<b>144.776</b>	<b>652.163</b>	<b>227.061</b>	

Exercício 2016										
CARGO/ FUNÇÃO	Servidores	Vencimento básico ou retribuição por CJ ou IC	Gratificações - GAJ (90%) e GAE (35%)	Vantagem Pecuniária Individual VPI**	Remuneração ou Retribuição por CJ ou IC	Despesa Anual com Remuneração Retribuição	Despesa com Gratificação Natalina	Despesa com Férias (Servidores)	Despesa Anual com Contribuição Patronal - CPSS	Despesa Anual com Previdência Complementar FUNPRES
	A	B	C	D	E = B + C + D	F = A * E * 12	G = A * E	H = A * (E/3)	I = 22%rem <TetoRGPS**	J = 8,5%rem >TetoRGPS
Analista Judiciário	49	4.633,67	90%	59,87	8.864	5.211.940	434.328	144.776	691.293	212.842
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>					<b>5.211.940</b>	<b>434.328</b>	<b>144.776</b>	<b>691.293</b>	<b>212.842</b>

Exercício 2017										
CARGO/ FUNÇÃO	Servidores	Vencimento básico ou retribuição por CJ ou IC	Gratificações - GAJ (90%) e GAE (35%)	Vantagem Pecuniária Individual VPI**	Remuneração ou Retribuição por CJ ou IC	Despesa Anual com Remuneração Retribuição	Despesa com Gratificação Natalina	Despesa com Férias (Servidores)	Despesa Anual com Contribuição Patronal - CPSS	Despesa Anual com Previdência Complementar FUNPRES

retribuição por CJ ou FC			Individual VP**	Retribuição por CJ ou FC	Remuneração Retribuição	Gratificação Mataelna	F3 (Servidores)	Contribuição Patronal - CPSS	Previdência Complemento FUNPRES	
A	B	C	D	E = B + C + D	F = A * E * 12	G = A * E	H = A * (E/3)	I = 22%rem <TetoRGPS**	J = 8,5%rem >TetoRGPS	
Analista Judiciário	49	4.633,67	90%	59,87	8.864	5.211.940	434.328	144.776	732.770	196.817
TOTAL	49					5.211.940	434.328	144.776	732.770	196.817

Relembra que a origem dos recursos e os limites para as despesas com pessoal estão previstas nos artigos 169[1] do texto constitucional e 19 e 20[2] da Lei Complementar nº 101/2000. Esta última estipula o percentual de 6% do orçamento ao Poder Judiciário. Já a distribuição dos percentuais no âmbito da própria Justiça é definida na Resolução CNJ nº 177/2013, que atribui à Justiça do Trabalho 3,053295% da Receita Líquida Corrente da União – RCL. No âmbito da Justiça do Trabalho, a quota destinada ao Tribunal Regional do Trabalho é de 0,206680% da RCL, definida no Ato Conjunto nº 30/2013.

Acrescenta ainda que a base sobre a qual será acrescido o impacto desta proposição, para verificação da observância do limite da LRF, é a dotação aprovada na Lei Orçamentária Anual – LOA 2014 para as despesas de pessoal sob o encargo do TRT da 5ª Região, com as deduções autorizadas pelo art. 19 da LRF relativas às fontes de Contribuição do Servidor (156) e Patronal (169) para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público, conforme tabela abaixo transcrita:

Dotação aprovada na LOA 2014	Dotação das fontes 156 e 169	Saldo	5%	Despesa estimada para 2015
A	B	C=A-B	D=C x 5%	E= C+D
693.334.427	177.274.944	516.059.483	25.802.974	541.862.457

Esclarece que a Receita Corrente Líquida (RCL) para o ano de 2014 está prevista em R\$ 726.962.522,00, e que os valores estimados da receita para os anos de 2015, 2016 e 2017



foram obtidos pela aplicação da correção anual de 10% sobre o valor de 2014, de acordo com a variação da RCL desde 2000. A partir dessas projeções, apresenta a margem de crescimento das despesas com pessoal e encargos sociais do TRT5ª em relação ao seu limite prudencial, estimado para os anos de 2015, 2016 e 2017:

EXERCÍCIO 2015								
Órgão	% LIMITE LRF		LIMITE ORÇAMENTÁRIO		Despesa de Pessoal (E)	MARGEM DE CRESCIMENTO (F-D-E)	CRIAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES (G)	% UTILIZADO DA MARGEM DE CRESCIMENTO (H-G/F)
	Limite legal	Limite Prudencial	LEGAL	PRUDENCIAL				
	A		(C=A x RCL 2015)	(D = B x RCL 2015)				O (H=G/F)
TRT 5ª	0,206680	0,196346	1.652.734.755	1.570.078.017	541.862.457	1.028.235.560	6.671.168	0,65%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Projeção 2015) 799.658.744,200								

EXERCÍCIO 2016								
Órgão	% LIMITE LRF		LIMITE ORÇAMENTÁRIO		Despesa de Pessoal (E)	MARGEM DE CRESCIMENTO (F-D-E)	CRIAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES (G)	% UTILIZADO DA MARGEM DE CRESCIMENTO (H-G/F)
	Limite legal	Limite Prudencial	LEGAL	PRUDENCIAL				
	A		(C=A x RCL 2016)	(D = B x RCL 2016)				O (H=G/F)
TRT 5ª	0,206680	0,196346	1.818.008.230	1.727.107.818	541.862.457	1.185.245.361	6.695.179	0,56%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Projeção 2016) 879.624.651,620								

EXERCÍCIO 2017								
Órgão	% LIMITE LRF		LIMITE ORÇAMENTÁRIO		Despesa de Pessoal (E)	MARGEM DE CRESCIMENTO (F-D-E)	CRIAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES (G)	% UTILIZADO DA MARGEM DE CRESCIMENTO (H-G/F)
	Limite legal	Limite Prudencial	LEGAL	PRUDENCIAL				
	A		(C=A x RCL 2017)	(D = B x RCL 2017)				O (H=G/F)
TRT 5ª	0,206680	0,196346	1.999.809.053	1.899.818.600	541.862.457	1.357.956.143	6.720.631	0,49%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Projeção 2017) 967.587.116,752								



Conclui pela disponibilidade de limite que comporta acréscimo das despesas de pessoal e encargos sociais decorrentes do provimento dos cargos propostos.

Ao final, analisa a observância das exigências contidas nos incisos I e II do §1º do art. 169 da Constituição (a autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a origem dos recursos). Constata que o art. 77 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015 prevê autorização específica para novas despesas com a criação de cargos, condicionando-a ao limite orçamentário constante no anexo específico da Lei Orçamentária.

Ressalta que a análise do pleito pelo Congresso Nacional para que possa vigor ainda no exercício de 2015 somente ocorrerá se lá for recebido até 31 de agosto do corrente ano.

**Por fim, conclui pela inexistência de impedimento à emissão de parecer favorável ao prosseguimento do pleito.**

O DPJ/CNJ também emitiu manifestação favorável ao pleito, lembrando que os argumentos centrais para o pedido de criação de cargos foram: a) a 'radical transformação no ritmo e na forma de trabalho do tribunal, com impacto direto nas áreas judiciais e administrativas', e que esse 'processo de informatização teria gerado demandas de manutenção, suporte, desenvolvimento e atualização contínua de sistemas, bem como a implantação de novos projetos, tanto nacionais, a exemplo do Processo Judicial Eletrônico (PJe), como regionais, relacionados aos projetos estratégicos do tribunal'; b) haveria um déficit de 49 servidores na força de trabalho total para a área de TIC (tecnologia da informação e comunicação) no Tribunal em relação à determinação feita na Resolução CNJ nº 90/2009; c) o Acórdão do TCU nº 663/2009 é taxativo ao preconizar a adoção de estratégias e técnicas que visem a boas práticas para a gestão de TIC, que permitam garantir a prestação de serviço com qualidade e segurança da informação; d) desde 2009 a área de TIC passou a absorver os serviços de telefonia fixa e telefonia móvel, sem aumento do quadro de pessoal.

Reforça que o TRT5ª conta com 108 profissionais atuando na área, mas somente 71 servidores efetivos para atender 3.398 usuários de serviço de TIC. Segundo a Resolução CNJ 90/2009, para um total de usuários entre 3001 e 5000, são necessários pelo menos 120 profissionais de TIC no quadro permanente. Como o TRT5º já possui 71 servidores, faltam exatamente os 49 constantes deste pedido.

Considerando o detalhamento e tecnicidade das informações trazidas pelos Departamentos de Acompanhamento Orçamentário e de Pesquisas Judiciais deste Eg. Conselho, acolho os pareceres acima referidos.

ISTO POSTO, conheço da presente solicitação para emitir parecer favorável ao pedido de criação de 49 cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, especialidade Tecnologia da Informação, para o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

É como voto.

Intime-se o Requerente.





TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
PRESIDÊNCIA

ATO Nº 434 /SEGJUD.GP, DE 25 DE AGOSTO DE 2014.

Certifico que este Ato foi divulgado à pág. 1 do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 25/8/2014, sendo considerado publicado em 26/8/2014, nos termos da Lei 11.419/06, Brasília, 26 de agosto de 2014.

Encaminha ao Congresso Nacional anteprojetos de lei de interesse da Justiça do Trabalho.

Maura Feliciano de Andrade Brum  
Técnico Judiciário - SEJUD

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso das atribuições legais e regimentais, *ad referendum* do Órgão Especial,

considerando o atendimento ao preconizado no artigo 79, inciso IV, da Lei nº 12.919/2013 (LDO);

considerando a imperiosa necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional de anteprojetos de lei de interesse da Justiça do Trabalho, para ingresso na lei orçamentária do exercício de 2015;

**RESOLVE**

Determinar o encaminhamento ao Congresso Nacional dos anteprojetos de lei abaixo relacionados, já com as adequações propostas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ:

- Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – Parecer de Mérito CNJ nº 7100-79.2013.2.00.0000 (CSJT-PA-11384-18.2012.5.00.0000);

- Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – Parecer de Mérito CNJ nº 3377-18.2014.2.00.0000 (CSJT-PA-11261-20.2012.5.00.0000);

- Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - Parecer de Mérito CNJ nº 6817-56.2013.2.00.0000 (CSJT-PA-11787-84.2012.5.00.0000);

- Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - Parecer de Mérito CNJ nº 7102-49.2013.2.00.0000 - apensado o Parecer de Mérito CNJ nº 7103-34.2013.2.00.0000 (CSJT-PA-11601-61.2012.5.18.0000 e CSJT-PA-11602-46.2012.5.18.0000);

- Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região - Parecer de Mérito CNJ nº 6321-27.2013.2.00.0000 (CSJT-PA-6901-42.2012.5.00.0000).

Publique-se.

Ministro ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN  
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho







Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

PROCESSO Nº TST-PA-11261-20.2012.5.00.0000

A C Ó R D ã O  
(Órgão Especial)  
GMMGD/mjr/mag

MATÉRIA ADMINISTRATIVA. ANTEPROJETO DE LEI. CRIAÇÃO CARGOS EFETIVOS E DE FUNÇÕES COMISSIONADAS, NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com apoio nas conclusões do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução CSJT 5/2005 (pareceres emitidos pela Coordenadoria de Assessoria de Planejamento, Orçamento e Finanças - ASPO, Coordenadoria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho - CEST e Coordenadoria de Gestão de Pessoas - ASGP), e levando-se em consideração as Resoluções CSJT nº 63/2010 e CNJ nº 90/2009, acolheu parcialmente a proposta de projeto de lei encaminhada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Foi também levado em consideração, para a aferição da proposta, a tramitação perante o Conselho Nacional de Justiça do processo CSJT-AL-8657.23.2011.5.90.000 relativo ao TRT da 5ª Região, fazendo-se os necessários ajustes em relação aos quantitativos. Convalida-se, assim, a decisão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que acolheu parcialmente a proposta de Projeto de Lei encaminhada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, considerando-se aprovada a proposta para a criação de 370 (trezentos e setenta) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 185 (cento e oitenta e cinco) de Técnico Judiciário; 29 (vinte e nove) cargos em comissão de nível CJ-3; 100 (cem) funções comissionadas de nível FC-5 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

Este documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/validador.asp?cd=10058657232011590000>

Firmado por assinatura digital em 04/12/2013 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.419/2006, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

fls.2

**PROCESSO Nº TST-PA-11261-20.2012.5.00.0000**

Determina-se a remessa dos autos ao Conselho Nacional de Justiça, para deliberação, nos termos do art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal, c/c art. 74, inciso IV, da Lei nº 12.708/2012.  
**Decisão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho que se convalida.**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Processo Administrativo nº **TST-PA-11261-20.2012.5.00.0000**, em que é Requerente **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO**.

O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região apresentou proposta de anteprojeto de lei visando à criação de 622 cargos efetivos, 29 cargos em comissão e de 100 funções comissionadas, (doc. seq. 01).

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por unanimidade, de acordo com o voto da Conselheira Relatora Maria Helena Mallmann, acolheu parcialmente a proposta de anteprojeto de lei e encaminhou a este ao Órgão Especial a proposta de Anteprojeto de Lei, deliberando a proposta de criação de 370 (trezentos e setenta) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 185 (cento e oitenta e cinco) de Técnico Judiciário; 29 (vinte e nove) cargos em comissão de nível CJ-3; 100 (cem) funções comissionadas de nível FC-5 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

**PROCESSO ELETRÔNICO.**

É o relatório.

**V O T O****I - CONHECIMENTO**

Conheço da matéria administrativa submetida à apreciação deste Órgão Especial, nos termos do art. 69, II, "d" e "e" do Regimento Interno desta Corte.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

fls.3

PROCESSO Nº TST-PA-11261-20.2012.5.00.0000

## II – MÉRITO

O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região apresentou proposta de anteprojeto de lei visando à criação de 622 cargos efetivos, 29 cargos em comissão e de 100 funções comissionadas (seq. 01).

A Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região fundamenta o pedido, em síntese, no fato de haver necessidade de adequação do quadro de pessoal em face das necessidades atuais, visando instituir a padronização da estrutura organizacional e de pessoal, conforme Resolução 63/2010 do CSJT e Resolução 70/2009. Assevera que a criação de cargos e funções contidos na proposta encaminhada erige-se como solução emergencial para enfrentar os problemas de crescimento atual e futuro da demanda processual, conforme dados apresentados na proposta (seq. 1).

Por determinação da Exma. Conselheira e Relatora Maria Helena Mallmann, foram encaminhados os autos para emissão de pareceres, sucessivamente, à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, à Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST, à Coordenadoria de Orçamento e Finanças do CSJT e à Coordenadoria de Gestão de Pessoas do CSJT.

Após a emissão dos pareceres (seq. 6, 7 e 8), o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por unanimidade, de acordo com o voto da Conselheira Relatora Maria Helena Mallmann, acolheu parcialmente a proposta de anteprojeto de lei e encaminhou a este ao Órgão Especial a proposta de Anteprojeto de Lei para a criação de 370 (trezentos e setenta) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 185 (cento e oitenta e cinco) de Técnico Judiciário; 29 (vinte e nove) cargos em comissão de nível CJ-3; 100 (cem) funções comissionadas de nível FC-5 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ao analisar a proposta, decidiu nos seguintes termos:





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

fls. 4

PROCESSO Nº TST-PA-11261-20.2012.5.00.0000

## 1 – DA PROPOSTA

Trata-se de proposta de Anteprojeto de Lei para a criação de 622 cargos efetivos, 29 cargos em comissão e de 100 funções comissionadas, distribuídas da seguinte forma:

Cargos	Qtd.	CJs	Qtd.	FCs	Qtd.
Analista Jud. Área	243	CJ - 3	29	FC - 5	100
Analista Jud. - Área Adm.	100				
Analista Jud. - Exec. De Mandados	43				
Analista Jud. - TI	49				
Técnico Jud. - Área Jud.	137				
Técnico Jud. - Área	50				
	622	Total	29	Total	100

Em sua exposição de motivos, o Tribunal argumenta, em síntese, que o pedido justifica-se pela necessidade de ampliação na estrutura organizacional em razão da carência de pessoal para fazer frente às transformações nas atividades econômicas tradicionais e da globalização.

Argumenta que "a criação dos cargos e funções contidos na presente proposta erige-se como solução emergencial para enfrentar os problemas de crescimento atual e futuro da demanda processual".

Considera a indispensável especialização requerida pelo Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT), o qual demanda conhecimentos específicos em Direito, postulando a criação de 243 (duzentos e quarenta e três) cargos de Analista Judiciário, 49 (quarenta e nove) cargos de Técnico Judiciário e 43 (quarenta e três) cargos de Analista Judiciário, especialidade Execução de Mandados, além da criação de 29 (vinte e nove) Cargos em Comissão de Assessor (CJ3).

Postula a criação de 88 (oitenta e oito) cargos de Técnico Judiciário para atuação nas Unidades de Apoio Judiciário com o objetivo de corrigir desvios funcionais e de substituir paulatinamente os servidores cedidos por efetivos.

Pretende a criação de 100 (cem) cargos de Analista Judiciário/Área Administrativa, 50 (cinquenta) cargos de Técnico Judiciário para serem disponibilizados exclusivamente para as Unidades de Apoio Administrativo,





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

fls.5

PROCESSO Nº TST-PA-11261-20.2012.5.00.0000

bem como 49 (quarenta e nove) cargos de Analista Judiciário/Especialidade Tecnologia da Informação.

Por fim, observa que com esta proposta de criação de cargos efetivos e de CJs/FCs, o TRT da 5ª Região totalizará 2935 (dois mil novecentos e trinta e cinco) cargos efetivos e 1695 (um mil seiscentos e noventa e cinco) cargos em comissão e Funções Comissionadas, respeitando a proporção prevista no art. 2º da Resolução CSJT nº 63/2010, com percentual de 57,75%.

## 2 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Inicialmente, cabe salientar que perante o Conselho Nacional de Justiça tramita o processo CSJT-AL-8657.23.2011.5.90.0000, que solicita a criação de nove Varas do Trabalho e 126 cargos efetivos (72 de Analista Judiciário, 18 de Analista Judiciário – Área judiciária, especialidade Execução de Mandados e 36 de Técnico Judiciário) e de 9 cargos em comissão CJ-3.

O presente feito foi submetido à análise das assessorias especializadas as quais emitiram os competentes pareceres à luz das resoluções que tratam do assunto, considerados os impactos de pessoal, orçamentário e jurisdicionais produzidos.

3 – DA ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS DO TRT DA 5ª REGIÃO PELO GRUPO DE TRABALHO INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 5/2005 DO CSJT (com alteração pela Resolução CSJT nº 23/2006).

Apreciando as justificativas apresentadas pelo TRT da 5ª Região na sua exposição de motivos (fls.08/35), foram prestadas as informações e emitidos os pareceres pelas respectivas assessorias especializadas conforme os seguintes termos:

### 3.1) Coordenadoria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho – CEST.

A Coordenadoria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho – CEST, a partir da análise dos indicadores estatísticos relacionados ao TRT da 5ª Região informou que:

#### 3.1.1) Com relação à Criação de Cargos Efetivos:

“a criação dos 622 cargos efetivos solicitados neste processo aumenta para 2.906 o número de cargos do Quadro Permanente, um acréscimo de 27,2%. Foram solicitados 435 cargos de Analista Judiciário, um aumento de 49,3% e 187 de Técnico Judiciário, um aumento de 13,5%. Se a esses cargos forem somados os 126 solicitados no CSJT-AL-8657.23.2011.5.90.0000 o número de cargos do Quadro Permanente será de 3.032, um aumento de 32,7%; tendo sido solicitados 525 cargos de Analista Judiciário, um aumento de 59,5% e 223 de Técnico Judiciário, um aumento de 16,1%;

[...]

nessa forma, o Tribunal necessitaria, no total, de um quantitativo entre 2.914 e 3.139 servidores. Em dezembro de 2011, ele possuía 2.394 servidores em atividade, incluindo os





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

fls. 6

PROCESSO Nº TST-PA-11261-20.2012.5.00.0000

*requisitados, os removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho e os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão. Além disso, havia 4 servidores afastados/licenciados e 60 cargos vagos. Dessa forma, com a criação dos 748 cargos efetivos solicitados neste processo e no CSJT-AL-8657.23.2011.5.90.0000, o TRT poderia contar com 3.206 servidores, portanto, acima do limite máximo estabelecido pela Resolução CSJT N.º 63/2010."*

**3.1.2) Com relação à Criação de Cargos na Área de Informática:**

*"O TRT da 5ª Região possui 2.672 usuários de recursos de TIC, incluídos Magistrados, servidores do quadro permanente em atividade, requisitados, ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, removidos e os cargos vagos. Esse quantitativo possibilita a existência de 107 servidores na área de TIC, sendo, no mínimo, 75 servidores do Quadro Permanente; o TRT já possui 67 cargos efetivos nessa área e solicita a criação de mais 49."*

**3.1.3) Com relação à Criação de Cargos em Comissão e Funções Comissionadas**

*"O art. 2º da Resolução CSJT N.º 63/2010 estabelece que "Na estrutura dos Tribunais Regionais do Trabalho, o número de cargos em comissão e funções comissionadas deve corresponder a no máximo 70% do quantitativo de cargos efetivos do órgão." Segundo esse critério, e com a criação dos 681 cargos efetivos solicitados neste processo e no CSJT-AL-11381-58.2012.5.90.0000, (já descontados os cargos que excedem o limite máximo estabelecido pela Resolução N.º 63/2010), o TRT poderia ter um quadro de 2.076 Cargos em Comissão e Funções Comissionadas; o quadro atual, de 1.693 FCs/CJs, é inferior a esse quantitativo em 383 FCs/CJs. O TRT solicita a criação de mais 129 CJs/FCs neste processo e de 9 CJs no CSJT-AL-8657.23.2011.5.90.0000."*

**3.2) Assessoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – ASPO.**

Verificando o impacto financeiro da proposta de Anteprojeto de Lei encaminhada pelo TRT da 5ª Região, a Assessoria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (ASPO) informou que:

*"foram calculados os impactos para o exercício de 2012, a partir de DEZEMBRO, bem como para os exercícios 2013 e 2014, conforme mandamento do § 2º do art. 16 da Lei Complementar no 101/2000 (LRF).*

*Quanto ao que dispõe o artigo 17 da referida Lei Complementar, o impacto financeiro da presente solicitação, é de R\$ 5.588.770,53 em 2012 (a partir de dezembro) e de R\$ 67.065.246,35, nos dois exercícios imediatamente subseqüente o*





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

fls.7

PROCESSO Nº TST-PA-11261-20.2012.5.00.0000

que, de acordo com os dados atuais, não excedem aos limites (legal e prudencial) estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal considerando-se o período de apuração da Receita Corrente Líquida (RCL), conforme relatórios anexados.

No entanto, quando adicionado o impacto decorrente da implantação de outra proposta do TRT (CSJT-AL-8657-23.2011.90.0000), constata-se o incremento de R\$ 6.958.457,65 em 2012 e R\$ 83.501.491,79 nos dois exercícios imediatamente subsequentes.

Importa ressaltar que, mesmo quando feita a análise conjunta, o acréscimo da despesa não excederá aos limites (legal e prudencial) estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) para gasto com pessoal e encargos sociais."

### 3.3) Assessoria de Gestão de Pessoas ASGP.

A Assessoria de Gestão de Pessoas (ASGP), analisando o pedido do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, apresentou o parecer técnico de páginas 74/92.

No tocante à proposta, a ASGP apresentou as seguintes conclusões:

#### 3.3.1) Com relação à Criação de Cargos Efetivos para os Gabinetes dos Desembargadores:

"desconsiderando-se os 10 servidores que o Tribunal pretende substituir, o déficit dos gabinetes em relação à Resolução deste Conselho é de 68{(319-(261-10))} a 97{348-(261-)} servidores, razão pela qual se afigura viável a criação de um quantitativo entre 68 e 97 cargos efetivos para adequar a estrutura dos gabinetes dos Desembargadores do TRT da 5ª Região às disposições contidas na Resolução deste Conselho."

#### 3.3.2) Com relação à Criação de Cargos Efetivos para as Varas do Trabalho:

"Sucede que se encontra sobrestado no Conselho Nacional de Justiça o processo CSJT-AL-8657.23.2011.5.90.0000, que visa à criação de 9 Varas do Trabalho, 9 cargos de Juiz do Trabalho e 108 cargos efetivos (excluídos os 18 de Oficial de Justiça). Concretizada a Lei, as 97 Varas do Trabalho passarão a contar com 985{877+108} servidores. Desse modo, há margem para acrescer às Varas do Trabalho da 5ª Região entre 50(1.035-985) e 147(1.132-995) cargos efetivos."

#### 3.3.3) Com relação à Criação de Cargos Efetivos de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados:

"afigura-se viável acrescer os 43 cargos de Analista Judiciário, área judiciária, especialidade Execução de Mandados solicitados ao quadro de pessoal do TRT da 5ª Região, que somados aos 232 (214 existentes atualmente e 18 objeto de processo sobrestado no CNJ) permitem atingir o quantitativo de





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

fls. 8

PROCESSO Nº TST-PA-11261-20.2012.5.00.0000

275 cargos dessa especialidade, ficando abaixo do limite estabelecido na Resolução.

Em conclusão, dos 335 cargos postulados pelo Tribunal para a área judiciária, afigura-se viável a criação de um quantitativo entre 161 e 287 cargos efetivos."

**3.3.4) Com relação à Criação de Cargos Efetivos para as Unidades de Apoio Administrativo:**

**3.3.4.1) Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação.**

"tendo em vista que o TRT da 5ª Região conta com 67 cargos efetivos na área de TIC, e que a norma do CNJ prevê um quantitativo mínimo de servidores do quadro permanente, e não máximo, verifica-se a possibilidade de criar os 49 cargos efetivos solicitados de Analista Judiciário, área apoio especializado, especialidade Tecnologia da Informação."

**3.3.4.1) Dos cargos para as demais Unidades de Apoio Administrativo.**

"a proposta de criação de cargos efetivos para os gabinetes, Varas do Trabalho e unidades de apoio judiciário possui como pressuposto a devolução de 81 servidores ocupantes da especialidade Segurança que retornarão às unidades de apoio administrativo, aumentando o quantitativo de servidores lotados em tais unidades. Além disso, devem ser acrescidos os 49 cargos de especialidade Tecnologia da informação, conforme analisado no item 4.1 desta Informação. Com isso, as unidades de apoio administrativo passarão a contar com 610(480+81+49) servidores, havendo, portanto margem para crescer, ainda, um quantitativo de 264(874-610) a 332(942-610) servidores.

Desse modo, afigura-se viável a criação dos 150 cargos efetivos requeridos pelo Tribunal. Para suprir déficit nas unidades de apoio administrativo"

**3.3.5) Com relação à Criação de Cargos em Comissão e de Funções Comissionadas:**

"tendo em vista os critérios da Resolução, com a criação dos 681 cargos efetivos solicitados neste processo e no CSJT-AL-8657-23.2011.90.0000, já descontados os cargos que excedem o limite máximo estabelecido na Resolução 63/2012, o TRT poderia ter um quadro de  $2.076\{(2.284+681)\times 70\}$  FCs/CJs.

Sendo assim com a criação de 129 FCs/CJs solicitados nesse processo e de 9 CJs no CSJT-AL-8657-23.2011.90.0000 o TRT passaria a ter um quantitativo de 1.831 FCs/CJs, abaixo do limite máximo de 2.076 FCs/CJs permitidos no art. 2º da Resolução CSJT nº 63/2012. Afigura-se, portanto viável a criação de 29 CJ-3 e de 100 FC-5."



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

fls.9

PROCESSO Nº TST-PA-11261-20.2012.5.00.0000

Diante de todo o exposto, a Assessoria de Gestão de Pessoas (ASGP) confeccionou o seguinte quadro do qual se infere a necessidade de adequação quantitativa da proposta encaminhada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª com vistas a sua compatibilização ao disposto nas Resoluções CSJT nº 63/2010 e CNJ nº 90/2009:

CRIAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS DE SERVIDORES		
CARGO	Quantidade	
	Pedido TRT	Análise ASGP
Analista Judiciário	343	278
Analista Judiciário, área apoio especializado, especialidade Execução de Mandados	43	43
Analista Judiciário, área apoio especializado, especialidade Tecnologia da Informação	49	49
Técnico Judiciário	187	185
<b>TOTAL</b>	<b>622</b>	<b>555</b>

CRIAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS		
CJ / FC	Quantidade	
	Pedido TRT	Análise ASGP
CJ - 3	29	29
FC - 5	100	100
<b>TOTAL</b>	<b>129</b>	<b>129</b>

#### 4 – DA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO EM CONJUNTO COM A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

As justificativas do Regional fundadas na necessidade de ampliação na estrutura organizacional em razão da carência de pessoal para fazer frente às transformações nas atividades econômicas tradicionais e da globalização e consequente crescimento da demanda processual, são pertinentes, plausíveis, e estão em consonância com o dever de otimização estrutural que deve nortear todas as ações do administrador público.

Trata-se de ações necessárias e relevantes para se possa atingir as metas de padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus fixadas na Resolução nº 63/2010 deste Conselho Superior, neste caso, refletindo, inclusive, na qualidade da prestação jurisdicional no âmbito da 5ª Região.

Entretanto, os quantitativos apresentados no anteprojeto devem ser adequados aos limites estabelecidos nas Resoluções CSJT nº 63/2010 e CNJ nº 90/2009.

Considerando a série de fatores agregados, consubstanciado no atendimento aos ditames da LRF, nas medidas propostas pelo TRT da 5ª Região para adequar sua realidade ao disposto na Resolução 63/2010, na

Firmado por assinatura digital em 04/12/2013 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.419/2006, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

fls.10

PROCESSO Nº TST-PA-11261-20.2012.5.00.0000

tramitação perante o Conselho Nacional de Justiça do processo CSJT-AL-8657.23.2011.5.90.0000 e no teor dos pareceres apresentados pelo Grupo de Trabalho instituído pela Resolução CSJT 5/2005 (com alteração pela Resolução CSJT nº 23/2006), entendendo pela viabilidade parcial do presente Anteprojeto de Lei.

Sendo assim, proponho que seja encaminhado o presente anteprojeto com as seguintes alterações quantitativas conforme sugestão formulada pela Assessoria de Gestão de Pessoas – ASGP deste Conselho Superior:

Cargo	Quantidade
Analista Judiciário	278
Analista Judiciário - área apoio especializado, especialidade Execução de Mandados	43
Analista Judiciário - área apoio especializado, especialidade Tecnologia da Informação	49
Técnico Judiciário	185
<b>Total</b>	<b>555</b>

CJ/FC	Quantidade
CJ-3	29
FC-5	100
<b>Total</b>	<b>129</b>

### III – CONCLUSÃO

Do exposto, acolho parcialmente e proponho o encaminhamento da presente proposta de Anteprojeto de Lei ao Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho na forma do parágrafo único, do artigo 70, do RICSJT, para a criação de 370 (trezentos e setenta) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 185 (cento e oitenta e cinco) de Técnico Judiciário; 29 (vinte e nove) cargos em comissão de nível CJ-3; 100 (cem) funções comissionadas de nível FC-5 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, (g.n).

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, portanto, com base nas Resoluções CSJT nº 63/2010 e CNJ nº 90/2009 e nas conclusões do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução CSJT 5/2005, acompanhou o parecer proferido pela Assessoria de Gestão de Pessoas – ASGP, que concluiu pelos quantitativos explicitados, conforme tabela acima exposta.





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

fls.11

**PROCESSO Nº TST-PA-11261-20.2012.5.00.0000**

Constata-se que a decisão também está apoiada nos demais pareceres, tanto da Coordenadoria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho - CEST, que dimensionou os indicadores estatísticos do TRT da 5ª Região em contraponto com aqueles estabelecidos pela Resolução 63/2010 do CSJT; como da Coordenadoria de Assessoria de Planejamento, Orçamento e Finanças - ASPO, que emitiu parecer no sentido de que o acréscimo da despesa não excederá aos limites legais para gasto com pessoal e encargos sociais, estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Foi também levado em consideração, para a aferição da proposta de criação dos cargos e funções comissionadas, a tramitação perante o Conselho Nacional de Justiça do processo CSJT-AL-8657.23.2011.5.90.0000 relativo ao TRT da 5ª Região, fazendo-se os necessários ajustes em relação aos quantitativos.

Nesse contexto, **convalido a decisão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho**, que acolheu parcialmente a proposta de Projeto de Lei encaminhada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, considerando-se aprovada a proposta para a criação de 370 (trezentos e setenta) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 185 (cento e oitenta e cinco) de Técnico Judiciário; 29 (vinte e nove) cargos em comissão de nível CJ-3; 100 (cem) funções comissionadas de nível FC-5 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

Em consequência, determino a remessa dos autos ao Conselho Nacional de Justiça, para deliberação, nos termos do art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal, c/c art. 74, inciso IV, da Lei nº 12.708/2012.

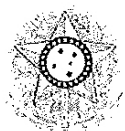
**ISTO POSTO**

**ACORDAM** os Ministros do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade: 1) convalidar a decisão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que acolheu parcialmente a proposta de Projeto de Lei encaminhada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, considerando-se aprovada a proposta para a criação de 370 (trezentos e setenta) cargos de provimento efetivo de Analista

Firmado por assinatura digital em 04/12/2013 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.419/2006, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.



Este documento pode ser acessado no site do Conselho Nacional de Justiça: www.cnj.jus.br/avaliacao



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

fls.12

**PROCESSO Nº TST-PA-11261-20.2012.5.00.0000**

Judiciário, 185 (cento e oitenta e cinco) de Técnico Judiciário; 29 (vinte e nove) cargos em comissão de nível CJ-3; 100 (cem) funções comissionadas de nível FC-5 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região; e 2) determinar a remessa dos autos ao Conselho Nacional de Justiça, para deliberação, nos termos do art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal, c/c art. 74, inciso IV, da Lei nº 12.708/2012.

Brasília, 02 de dezembro de 2013.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

**MAURICIO GODINHO DELGADO**

**Ministro Relator**

... 0003332155350392...  
Adon: sda 664496 1003332155350392...  
va ( )  
e encasado eletrônico <http://www.tst.jus.br>.  
( )  
e ass...  
( )  
e documento pode ser a...  
( )  
e



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO

PROCESSO Nº CSJT-AL - 11261-20.2012.5.90.0000

RELATORA: Desembargadora Conselheira Maria Helena Mallmann  
INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO  
ASSUNTO: Anteprojeto de lei visando à criação de cargos de provimento efetivo e em comissão, bem como à criação de funções comissionadas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

CERTIFICO que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em sessão ordinária realizada nesta data, DECIDIU, por unanimidade, acolher parcialmente e encaminhar ao Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho a proposta de Anteprojeto de Lei para a criação de 370 (trezentos e setenta) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 185 (cento e oitenta e cinco) de Técnico Judiciário; 29 (vinte e nove) cargos em comissão de nível CJ-3; 100 (cem) funções comissionadas de nível FC-5 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

Presidiu a sessão o Exmo. Ministro Conselheiro Carlos Alberto Reis de Paula (Presidente), presentes os Exmos. Ministros Conselheiros Antônio José de Barros Levenhagen, Ives Gandra Martins Filho, Aloysio Corrêa da Veiga, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Maria de Assis Calsing e os Exmos. Desembargadores Conselheiros Claudia Cardoso de Souza, Maria Helena Mallmann, André Genn de Assunção Barros, David Alves de Mello Júnior e Elaine Machado Vasconcelos. Presentes o Exmo. Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. José Carlos Ferreira do Monte, e o Exmo. Vice-Presidente da ANAMATRA, Juiz Germano Silveira de Siqueira, conforme o disposto na Resolução nº 001/2005.

Brasília, 27 de setembro de 2013.

Juiz ORLANDO TADEU DE ALCÂNTARA  
Secretário-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO Nº CSJT-AL-11261-20.2012.5.90.0000

A C Ó R D ã O

(Conselho Superior da Justiça do Trabalho)

CSMHM/ /

ANTEPROJETO DE LEI. CRIAÇÃO CARGOS EFETIVOS E DE FUNÇÕES COMISSIONADAS, NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO. Pretensão necessária e relevante para que se possa atingir as metas de padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus fixadas na Resolução nº 63/2010 deste Conselho Superior e em consonância com o dever de otimização estrutural que deve pautar as ações do administrador público. Proposta de Anteprojeto de Lei acolhida parcialmente para a criação de 370 (trezentos e setenta) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 185 (cento e oitenta e cinco) de Técnico Judiciário; 29 (vinte e nove) cargos em comissão de nível CJ-3; 100 (cem) funções comissionadas de nível FC-5 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho nº CSJT-AL-11261-20.2012.5.90.0000, em que é Interessado TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO.

A Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região remete a este Conselho Superior proposta de Anteprojeto de Lei para a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão, bem como à criação de funções comissionadas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, aprovada na 7ª Sessão Ordinária do Órgão Especial daquela Corte, em 12/11/2012 (fl. 4).

Firmado por assinatura eletrônica em 15/10/2013 pelo Sistema de Informações Judiciárias do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.419/2006.



Este documento pode ser acessado no endereço eletrônico [http://www.stj.jus.br/validador\\_scb\\_codigo\\_10003712332220001](http://www.stj.jus.br/validador_scb_codigo_10003712332220001).





fls.3

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO Nº CSJT-AL-11261-20.2012.5.90.0000

frente às transformações nas atividades econômicas tradicionais e da globalização.

Argumenta que "a criação dos cargos e funções contidos na presente proposta erige-se como solução emergencial para enfrentar os problemas de crescimento atual e futuro da demanda processual".

Considera a indispensável especialização requerida pelo Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT), o qual demanda conhecimentos específicos em Direito, postulando a criação de 243 (duzentos e quarenta e três) cargos de Analista Judiciário, 49 (quarenta e nove) cargos de Técnico Judiciário e 43 (quarenta e três) cargos de Analista Judiciário, especialidade Execução de Mandados, além da criação de 29 (vinte e nove) Cargos em Comissão de Assessor (CJ3).

Postula a criação de 88 (oitenta e oito) cargos de Técnico Judiciário para atuação nas Unidades de Apoio Judiciário com o objetivo de corrigir desvios funcionais e de substituir paulatinamente os servidores cedidos por efetivos.

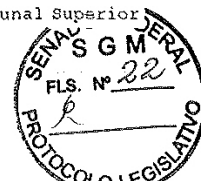
Pretende a criação de 100 (cem) cargos de Analista Judiciário/Área Administrativa, 50 (cinquenta) cargos de Técnico Judiciário para serem disponibilizados exclusivamente para as Unidades de Apoio Administrativo, bem como 49 (quarenta e nove) cargos de Analista Judiciário/Especialidade Tecnologia da Informação.

Por fim, observa que com esta proposta de criação de cargos efetivos e de CJs/FCs, o TRT da 5ª Região totalizará 2935 (dois mil novecentos e trinta e cinco) cargos efetivos e 1695 (um mil seiscentos e noventa e cinco) cargos em comissão e Funções Comissionadas, respeitando a proporção prevista no art. 2º da Resolução CSJT nº 63/2010, com percentual de 57,75%.

## 2 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Inicialmente, cabe salientar que perante o Conselho Nacional de Justiça tramita o processo CSJT-AL-8657.23.2011.5.90.0000, que solicita a criação de nove Varas do Trabalho e 126 cargos efetivos (72 de Analista Judiciário, 18 de Analista Judiciário - Área judiciária, especialidade Execução de Mandados e 36 de Técnico Judiciário) e de 9 cargos em comissão CJ-3.

O presente feito foi submetido à análise das assessorias especializadas as quais emitiram os competentes pareceres à luz das Firmado por assinatura eletrônica em 15/10/2013 pelo Sistema de Informações Judiciárias do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.419/2006.



Este documento pode ser acessado no endereço eletrônico [http://www.trt5.jus.br/validador\\_scb\\_codigo\\_documento.asp](http://www.trt5.jus.br/validador_scb_codigo_documento.asp).





Fls. 4

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO N° CSJT-AL-11261-20.2012.5.90.0000

resoluções que tratam do assunto, considerados os impactos de pessoal, orçamentário e jurisdicionais produzidos.

3 - DA ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS DO TRT DA 5ª REGIÃO PELO GRUPO DE TRABALHO INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 5/2005 DO CSJT (com alteração pela Resolução CSJT nº 23/2006).

Apreciando as justificativas apresentadas pelo TRT da 5ª Região na sua exposição de motivos (fls.08/35), foram prestadas as informações e emitidos os pareceres pelas respectivas assessorias especializadas conforme os seguintes termos:

3.1) Coordenadoria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho - CEST.

A Coordenadoria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho - CEST, a partir da análise dos indicadores estatísticos relacionados ao TRT da 5ª Região informou que:

3.1.1) Com relação à Criação de Cargos Efetivos:

"a criação dos 622 cargos efetivos solicitados neste processo aumenta para 2.906 o número de cargos do Quadro Permanente, um acréscimo de 27,2%. Foram solicitados 435 cargos de Analista Judiciário, um aumento de 49,3% e 187 de Técnico Judiciário, um aumento de 13,5%. Se a esses cargos forem somados os 126 solicitados no CSJT-AL-8657.23.2011.5.90.0000 o número de cargos do Quadro Permanente será de 3.032, um aumento de 32,7%; tendo sido solicitados 525 cargos de Analista Judiciário, um aumento de 59,5% e 223 de Técnico Judiciário, um aumento de 16,1%; [...]"

dessa forma, o Tribunal necessitaria, no total, de um quantitativo entre 2.914 e 3.139 servidores. Em dezembro de 2011, ele possuía 2.394 servidores em atividade, incluindo os requisitados, os removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho e os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão. Além disso, havia 4 servidores afastados/licenciados e 60 cargos vagos. Dessa forma, com a criação dos 748 cargos efetivos solicitados neste processo e no CSJT-AL-8657.23.2011.5.90.0000, o TRT poderia contar com 3.206 servidores, portanto, acima do limite máximo estabelecido pela Resolução CSJT N.º 63/2010."



fls.5

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO Nº CSJT-AL-11261-20.2012.5.90.0000

## 3.1.2) Com relação à Criação de Cargos na Área de Informática:

"O TRT da 5ª Região possui 2.672 usuários de recursos de TIC, incluídos Magistrados, servidores do quadro permanente em atividade, requisitados, ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, removidos e os cargos vagos. Esse quantitativo possibilita a existência de 107 servidores na área de TIC, sendo, no mínimo, 75 servidores do Quadro Permanente; o TRT já possui 67 cargos efetivos nessa área e solicita a criação de mais 49."

## 3.1.3) Com relação à Criação de Cargos em Comissão e Funções Comissionadas

"O art. 2º da Resolução CSJT N.º 63/2010 estabelece que "Na estrutura dos Tribunais Regionais do Trabalho, o número de cargos em comissão e funções comissionadas deve corresponder a no máximo 70% do quantitativo de cargos efetivos do órgão.". Segundo esse critério, e com a criação dos 681 cargos efetivos solicitados neste processo e no CSJT-AL-11381-58.2012.5.90.0000, (já descontados os cargos que excedem o limite máximo estabelecido pela Resolução N.º 63/2010), o TRT poderia ter um quadro de 2.076 Cargos em Comissão e Funções Comissionadas; o quadro atual, de 1.693 FCs/CJs, é inferior a esse quantitativo em 383 FCs/CJs. O TRT solicita a criação de mais 129 CJs/FCs neste processo e de 9 CJs no CSJT-AL-8657.23.2011.5.90.0000."

## 3.2) Assessoria de Planejamento, Orçamento e Finanças -

## ASPO.

Verificando o impacto financeiro da proposta de Anteprojeto de Lei encaminhada pelo TRT da 5ª Região, a Assessoria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (ASPO) informou que:

"foram calculados os impactos para o exercício de 2012, a partir de DEZEMBRO, bem como para os exercícios 2013 e 2014, conforme mandamento do § 2º do art. 16 da Lei Complementar no 101/2000 (LRF).

Quanto ao que dispõe o artigo 17 da referida Lei Complementar, o impacto financeiro da presente solicitação, é de R\$ 5.588.770,53 em 2012 (a partir de dezembro) e de

Firmado por assinatura eletrônica em 15/10/2013 pelo Sistema de Informações Judiciárias do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.419/2006.





f15.6

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO Nº CSJT-AL-11261-20.2012.5.90.0000

R\$ 67.065.246,35, nos dois exercícios imediatamente subsequente o que, de acordo com os dados atuais, não excedem aos limites (legal e prudencial) estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal considerando-se o período de apuração da Receita Corrente Líquida (RCL), conforme relatórios anexados.

No entanto, quando adicionado o impacto decorrente da implantação de outra proposta do TRT (CSJT-AL-8657-23.2011.90.0000), constata-se o incremento de R\$ 6.958.457,65 em 2012 e R\$ 83.501.491,79 nos dois exercícios imediatamente subsequentes.

Importa ressaltar que, mesmo quando feita a análise conjunta, o acréscimo da despesa não excederá aos limites (legal e prudencial) estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) para gasto com pessoal e encargos sociais."

3.3) Assessoria de Gestão de Pessoas - ASGP.

A Assessoria de Gestão de Pessoas (ASGP), analisando o pedido do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, apresentou o parecer técnico de páginas 74/92.

No tocante à proposta, a ASGP apresentou as seguintes conclusões:

3.3.1) Com relação à Criação de Cargos Efetivos para os Gabinetes dos Desembargadores:

"desconsiderando-se os 10 servidores que o Tribunal pretende substituir, o déficit dos gabinetes em relação à Resolução deste Conselho é de 68<sup>(319-(261-10))</sup> a 97<sup>(348-(261-))</sup> servidores, razão pela qual se afigura viável a criação de um quantitativo entre 68 e 97 cargos efetivos para adequar a estrutura dos gabinetes dos Desembargadores do TRT da 5ª Região às disposições contidas na Resolução deste Conselho."

3.3.2) Com relação à Criação de Cargos Efetivos para as Varas do Trabalho:

"Sucede que se encontra sobrestado no Conselho Nacional de Justiça o processo CSJT-AL-8657.23.2011.5.90.0000, que



fls.7

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO Nº CSJT-AL-11261-20.2012.5.90.0000

visa à criação de 9 Varas do Trabalho, 9 cargos de Juiz do Trabalho e 108 cargos efetivos (excluídos os 18 de Oficial de Justiça). Concretizada a Lei, as 97 Varas do Trabalho passarão a contar com 985<sup>(277+108)</sup> servidores. Desse modo, há margem para acrescentar às Varas do Trabalho da 5ª Região entre 50<sup>(1.035-985)</sup> e 147<sup>(1.132-985)</sup> cargos efetivos."

**3.3.3) Com relação à Criação de Cargos Efetivos de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados:**

"afigura-se viável acrescentar os 43 cargos de Analista Judiciário, área judiciária, especialidade Execução de Mandados solicitados ao quadro de pessoal do TRT da 5ª Região, que somados aos 232 (214 existentes atualmente e 18 objeto de processo sobrestado no CNJ) permitem atingir o quantitativo de 275 cargos dessa especialidade, ficando abaixo do limite estabelecido na Resolução.

Em conclusão, dos 335 cargos postulados pelo Tribunal para a área judiciária, afigura-se viável a criação de um quantitativo entre 161 e 287 cargos efetivos."

**3.3.4) Com relação à Criação de Cargos Efetivos para as Unidades de Apoio Administrativo:**

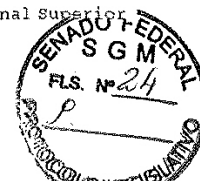
**3.3.4.1) Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação.**

"tendo em vista que o TRT da 5ª Região conta com 67 cargos efetivos na área de TIC, e que a norma do CNJ prevê um quantitativo mínimo de servidores do quadro permanente, e não máximo, verifica-se a possibilidade de criar os 49 cargos efetivos solicitados de Analista Judiciário, área apoio especializado, especialidade Tecnologia da Informação."

**3.3.4.1) Dos cargos para as demais Unidades de Apoio Administrativo.**

"a proposta de criação de cargos efetivos para os gabinetes, Varas do Trabalho e unidades de apoio judiciário possui

Firmado por assinatura eletrônica em 15/10/2013 pelo Sistema de Informações Judiciárias do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.419/2006.







fls.8

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO Nº CSJT-AL-11261-20.2012.5.90.0000

como pressuposto a devolução de 81 servidores ocupantes da especialidade Segurança que retornarão às unidades de apoio administrativo, aumentando o quantitativo de servidores lotados em tais unidades. Além disso, devem ser acrescidos os 49 cargos de especialidade Tecnologia da informação, conforme analisado no item 4.1 desta Informação. Com isso, as unidades de apoio administrativo passarão a contar com 610<sup>(480+81+49)</sup> servidores, havendo, portanto margem para crescer, ainda, um quantitativo de 264<sup>(874-610)</sup> a 332<sup>(942-610)</sup> servidores.

Desse modo, afigura-se viável a criação dos 150 cargos efetivos requeridos pelo Tribunal. Para suprir déficit nas unidades de apoio administrativo"

**3.3.5) Com relação à Criação de Cargos em Comissão e de Funções Comissionadas:**

"tendo em vista os critérios da Resolução, com a criação dos 681 cargos efetivos solicitados neste processo e no CSJT-AL-8657-23.2011.90.0000, já descontados os cargos que excedem o limite máximo estabelecido na Resolução 63/2012, o TRT poderia ter um quadro de 2.076<sup>((2.284+681)×70%)</sup> FCs/CJs.

Sendo assim com a criação de 129 FCs/CJs solicitados nesse processo e de 9 CJs no CSJT-AL-8657-23.2011.90.0000 o TRT passaria a ter um quantitativo de 1.831 FCs/CJs, abaixo do limite máximo de 2.076 FCs/CJs permitidos no art. 2º da Resolução CSJT nº 63/2012. Afigura-se, portanto viável a criação de 29 CJ-3 e de 100 FC-5."

Diante de todo o exposto, a Assessoria de Gestão de Pessoas (ASGP) confeccionou o seguinte quadro do qual se infere a necessidade de adequação quantitativa da proposta encaminhada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª com vistas a sua compatibilização ao disposto nas Resoluções CSJT nº 63/2010 e CNJ nº 90/2009:

CRIAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS DE SERVIDORES		
CARGO	Quantidade	
	Pedido TRT	Análise ASGP
Analista Judiciário	343	278
Analista Judiciário, área apoio	43	43



fls.9

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO Nº CSJT-AL-11261-20.2012.5.90.0000

especializado, especialidade Execução de Mandados		
Analista Judiciário, área apoio especializado, especialidade Tecnologia da Informação	49	49
Técnico Judiciário	187	185
<b>TOTAL</b>	<b>622</b>	<b>555</b>

CRIAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS		
CJ / FC	Quantidade	
	Pedido TRT	Análise ASGP
CJ - 3	29	29
FC - 5	100	100
<b>TOTAL</b>	<b>129</b>	<b>129</b>

4 - DA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO EM CONJUNTO COM A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

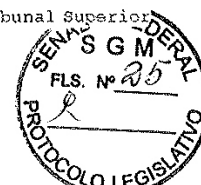
As justificativas do Regional fundadas na necessidade de ampliação na estrutura organizacional em razão da carência de pessoal para fazer frente às transformações nas atividades econômicas tradicionais e da globalização e consequente crescimento da demanda processual, são pertinentes, plausíveis, e estão em consonância com o dever de otimização estrutural que deve nortear todas as ações do administrador público.

Trata-se de ações necessárias e relevantes para se possa atingir as metas de padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus fixadas na Resolução nº 63/2010 deste Conselho Superior, neste caso, refletindo, inclusive, na qualidade da prestação jurisdicional no âmbito da 5ª Região.

Entretanto, os quantitativos apresentados no anteprojeto devem ser adequados aos limites estabelecidos nas Resoluções CSJT nº 63/2010 e CNJ nº 90/2009.

Considerando a série de fatores agregados, consubstanciado no atendimento aos ditames da LRF, nas medidas propostas pelo TRT da 5ª Região para adequar sua realidade ao disposto na Resolução 63/2010, na tramitação perante o Conselho Nacional de Justiça do processo CSJT-AL-8657.23.2011.5.90.0000 e no teor dos pareceres apresentados pelo Grupo de Trabalho instituído pela Resolução CSJT 5/2005 (com

Firmado por assinatura eletrônica em 15/10/2013 pelo Sistema de Informações Judiciárias do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.419/2006.





fls.10

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO Nº CSJT-AL-11261-20.2012.5.90.0000

alteração pela Resolução CSJT nº 23/2006), entendo pela viabilidade parcial do presente Anteprojeto de Lei.

Sendo assim, proponho que seja encaminhado o presente anteprojeto com as seguintes alterações quantitativas conforme sugestão formulada pela Assessoria de Gestão de Pessoas - ASGP deste Conselho Superior:

Cargo	Quantidade
Analista Judiciário	278
Analista Judiciário - área apoio especializado, especialidade Execução de Mandados	43
Analista Judiciário - área apoio especializado, especialidade Tecnologia da Informação	49
Técnico Judiciário	185
<b>Total</b>	<b>555</b>

CJ/FC	Quantidade
CJ-3	29
FC-5	100
<b>Total</b>	<b>129</b>

**III - CONCLUSÃO**

Do exposto, acolho parcialmente e proponho o encaminhamento da presente proposta de Anteprojeto de Lei ao Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho na forma do parágrafo único, do artigo 70, do RICSJT, para a criação de 370 (trezentos e setenta) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 185 (cento e oitenta e cinco) de Técnico Judiciário; 29 (vinte e nove) cargos em comissão de nível CJ-3; 100 (cem) funções comissionadas de nível FC-5 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

**ISTO POSTO**

**ACORDAM** os Membros do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por unanimidade, conhecer da matéria e, no mérito, **acolher parcialmente e encaminhar** ao Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho a proposta de Anteprojeto de Lei para a criação de 370 (trezentos e setenta) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 185

Firmado por assinatura eletrônica em 15/10/2013 pelo Sistema de Informações Judiciárias do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.419/2006.

Este documento pode ser acessado eletronicamente no endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br> ou pelo código de acesso 10002474533972500E.



fls.11

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO Nº CSJT-AL-11261-20.2012.5.90.0000

(cento e oitenta e cinco) de Técnico Judiciário; 29 (vinte e nove) cargos em comissão de nível CJ-3; 100 (cem) funções comissionadas de nível FC-5 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

Brasília, 27 de Setembro de 2013.

Firmado por Assinatura Eletrônica (Lei nº 11.419/2006)

**MARIA HELENA MALLMANN**  
Conselheira Relatora

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

## AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– **Nº 1.304/2015**, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.616/2015, proferido nos autos do TC 017.110/2015-7, em resposta à Proposta de Fiscalização e Controle nº 4, de 2015.

A matéria vai à CMA.

### PROJETOS DE LEI DO SENADO



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 739, DE 2015

Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que *regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB*, para possibilitar a distribuição de recursos a organizações sociais e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas que atuem em qualquer das etapas e modalidades da educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 8º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º .....

.....

§ 1º Será admitido, para efeito da distribuição dos recursos previstos no inciso II do caput do art. 60 do ADCT, em relação às organizações sociais que firmem contrato de gestão com o poder público, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, o cômputo das matrículas efetivadas em todas as etapas e modalidades da educação básica.

§ 2º .....

.....

II - comprovar finalidade não lucrativa e aplicar seus excedentes financeiros na etapa ou modalidade da educação básica em que atuem;

III - no caso de encerramento de suas atividades, assegurar a destinação de seu patrimônio ao poder público ou a outra instituição



## 2

prevista no § 1º do *caput*, com atuação na mesma etapa ou modalidade da educação básica;

.....

V – no caso das organizações sociais, ter essa qualificação concedida pelo Poder Público, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e, no caso das instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, ter certificado do Conselho Nacional de Assistência Social ou órgão equivalente, na forma do regulamento.

.....

§ 5º Eventuais diferenças do valor anual por aluno entre as instituições públicas e as instituições a que se refere o § 1º deste artigo serão aplicadas na criação de infraestrutura da rede escolar pública.

§ 6º Os recursos destinados às instituições de que trata o § 1º deste artigo somente poderão ser utilizados nas categorias de despesa previstas no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

.....” (NR)

**Art. 2º** Ficam revogados os §§ 3º e 4º do art. 8º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente iniciativa busca aperfeiçoar a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que *regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB*, para criar condições legais para que recursos do Fundo possam ser destinados a organizações sociais e a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, que atuem nas diversas modalidades e etapas da educação básica.

Especialmente com relação às organizações sociais, acreditamos que a medida poderá contribuir para a melhoria da qualidade da educação, na medida em que a utilização do contrato de gestão, previsto na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, permitirá a introdução de práticas modernas de gestão na educação. Com efeito, o emprego mais eficiente dos recursos humanos e financeiros e o estabelecimento de metas de desempenho propiciarão a melhoria do processo de ensino-aprendizagem nas escolas e, conseqüentemente, a melhoria dos indicadores da educação.

Modelos semelhantes são adotados em países como os Estados Unidos, Reino Unido, França, Austrália, Japão e Nicarágua, sob a denominação de *charter schools*.

3

No Brasil, a adoção do modelo *charter* ainda é incipiente. A iniciativa mais conhecida é a da implantação, entre os anos de 2004 e 2007, nas escolas públicas do ensino médio de Pernambuco, dos Centros de Ensino em Tempo Integral (PROCENTROS). Essas instituições tinham funcionamento em tempo integral e eram gerenciadas de forma compartilhada pela Secretaria de Estado da Educação e pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). Essas escolas se propunham a atuar como centros de referência e de aplicação de inovações, a serem posteriormente utilizadas, ainda que parcialmente, pelas outras escolas da rede estadual. Da proposta resultou que o desempenho obtido pelos alunos dos Procentros no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi maior que a média obtida pela maioria das escolas particulares do País.

Assim, enquanto trabalhamos pela federalização da Educação Básica, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto, que busca introduzir melhorias incrementais no sistema educacional vigente.

Sala das Sessões,

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

## LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - LEI DARCY RIBEIRO](#) - -  
[9394/96](#)

[artigo 70](#)

[Lei nº 9.637, de 15 de Maio de 1998 - 9637/98](#)

[Lei nº 11.494, de 20 de Junho de 2007 - 11494/07](#)

[artigo 8º](#)

[parágrafo 3º do artigo 8º](#)

[parágrafo 4º do artigo 8º](#)

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última decisão terminativa)





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 740, DE 2015

Acrescenta o art. 216-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de constrangimento ofensivo ao pudor em transporte públicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei tem como objetivo tipificar o crime de constrangimento ofensivo ao pudor em transportes públicos.

**Art. 2º** O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigor acrescido do seguinte art. 216-B:

#### **“Constrangimento ofensivo ao pudor em transportes públicos**

**Art. 216-B.** Constranger alguém, em transporte público, de modo ofensivo ao pudor:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A mídia vem reiteradamente noticiando casos de assédio e violência sexual em transportes públicos. Também conhecida por “frotteurismo” (ato de se esfregar em outra pessoa), tal conduta é chamada nos Estados Unidos de “groping” (tateando) e no Japão de “chikan” (molestador).

A prática em questão tem se multiplicado por todo o País e as vítimas são principalmente de mulheres que frequentam transportes públicos. Por sua vez, os agentes são os chamados “encoxadores”, que esfregam seus órgãos sexuais na vítima com o objetivo de satisfazer o seu prazer sexual.

## 2

Tais criminosos se aproveitam da aglomeração de pessoas no interior de ônibus e metrô para encostar e ficar esfregando seus órgãos sexuais na vítima. Em muitos casos, o excesso de indivíduos no local, além de facilitar a ação do agente, dificulta ou até mesmo impede a reação da vítima.

Em razão dessa prática, em várias localidades do País, têm sido criados vagões ou alas específicas para mulheres, separadas dos homens. Nos locais em que não existe essa separação, as mulheres que utilizam o transporte público diariamente para o trabalho ou para qualquer outra atividade lícita acabam ficando refém de indivíduos que utilizam o meio de transporte unicamente para satisfazer a sua lascívia.

Diante desse contexto, propomos que seja tipificado, no Código Penal, o crime de constrangimento ofensivo ao pudor em transportes públicos, com pena de reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. Com essa providência, esperamos acabar com a impunidade para tal prática perniciosa, que tanto prejudica as mulheres trabalhadoras brasileiras que precisam, diariamente, utilizar o transporte público.

Feitas essas considerações, esperamos contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em

de novembro de 2015

Senador **HUMBERTO COSTA**

3

**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.**

Código Penal.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

**TÍTULO VI**  
**DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL**  
**(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)**

**CAPÍTULO I**  
**DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL**  
**(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)**

**Assédio sexual** (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001)

Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função." (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001)

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001)

Parágrafo único. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de 2001)

§ 2º A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Senador **HUMBERTO COSTA**

**LEGISLAÇÃO CITADA**

Constituição de 1988 - 1988/88  
artigo 180

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - CÓDIGO PENAL - 2848/40  
urn:lex:br:federal:lei:1940;2848

Lei nº 12.015, de 7 de Agosto de 2009 - 12015/09

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 741, DE 2015

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para determinar que as multas por infração ambiental, em situação de emergência ou estado de calamidade pública, provocados por desastres ambientais, sejam revertidas, em sua totalidade, para as regiões afetadas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 73 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º, 2º e 3º:

“Art. 73 .....

§ 1º Em situação de emergência ou estado de calamidade pública, provocados por desastres ambientais, as respectivas multas por infração ambiental serão revertidas, em sua totalidade, para as regiões afetadas, e aplicadas conforme respectivo plano de trabalho.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o plano de trabalho será elaborado, na forma do regulamento, com a participação das autoridades dos Municípios, dos Estados e de representantes da sociedade civil das áreas afetadas.

§ 3º Na hipótese de, comprovadamente, o desastre ambiental causar queda na arrecadação dos Municípios atingidos, deverá o plano de trabalho, na forma do regulamento, prever a recomposição do erário municipal no limite da perda de receita verificada.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

## 2

A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a “Lei dos Crimes Ambientais”, estabelece sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Seu art. 73 determina que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, ao Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, e a fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

Criado em 1989, o Fundo Nacional do Meio Ambiente formado com recursos do Orçamento e doações financia unidades de conservação, programas de educação ambiental e de extensão florestal, pesquisas sobre novas tecnologias e projetos de recuperação de áreas degradadas e de proteção de animais em extinção.

O Fundo Naval, por sua vez, tem como principal finalidade a renovação do material flutuante da Marinha de Guerra.

Ocorre que, em ambos os casos, não há qualquer vinculação entre local em que aconteceram os danos ao meio ambiente e a destinação dos recursos arrecadados por meio das multas aplicadas por órgãos ou entidades da administração pública federal.

Além disso, um dos principais impactos que os municípios sofrem quando dos acontecimentos de calamidades ambientais é a queda, muitas vezes expressiva, da arrecadação. Esse impacto fiscal faz com que o pagamento de servidores, principalmente os da área de educação e saúde, fique comprometido, agravando ainda mais a condição das municipalidades atingidas.

Diante disso, é preciso que em casos excepcionais, tais como em situação de emergência ou estado de calamidade pública provocados por desastres ambientais, as respectivas multas sejam revertidas, em sua totalidade, para as regiões afetadas, com vistas a tornar mais célere a reestruturação dessas localidades.

Por essas razões, conto o apoio dos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **ANTONIO ANASTASIA**



3

## LEGISLAÇÃO CITADA

[Decreto nº 20.923, de 8 de Janeiro de 1932 - 20923/32](#)

[Lei nº 7.797, de 10 de Julho de 1989 - 7797/89](#)

[Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - LEI DE CRIMES AMBIENTAIS - 9605/98](#)  
[artigo 73](#)

*(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em  
decisão terminativa)*



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 742, DE 2015

Estabelece diretrizes gerais sobre a política de atenção à prematuridade.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** São consideradas prematuras ou nascidas pré-termo as crianças nascidas com menos de 37 (trinta e sete) semanas de gestação.

**Art. 2º** Para fins de cuidado, a prematuridade é classificada como:

- I – extrema, para nascimentos antes de 28 (vinte e oito) semanas.
- II – moderada, para nascimentos entre 28 (vinte e oito) e 31 (trinta e uma) semanas e 6 (seis) dias.
- III – tardia, para nascimentos entre 32 (trinta e duas) e 36 (trinta e seis) semanas e 6 (seis) dias.

**Art. 3º** Seguindo a classificação determinada nos incisos I a III do art. 2º, para os cuidados com os prematuros também deve ser considerado o peso ao nascer.

**Art. 4º** São prioridades do poder público a saúde e a busca da redução dos índices de mortalidade das crianças nascidas pré-termo.

**Art. 5º** O Ministério da Saúde regulamentará, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, os cuidados básicos que devem ser seguidos pelas unidades de saúde ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) no atendimento à cada uma das classificações de prematuridade, levando em consideração:

- I – a utilização do método canguru.
- II – a necessidade de profissional treinado em reanimação neonatal.

## 2

III – o direito de os pais acompanharem 24 (vinte e quatro) horas os cuidados com o prematuro.

IV – a necessidade de atendimento em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) com médicos qualificados para atendimento de recém-nascidos gravemente enfermo e equipe multidisciplinar qualificada.

V – a necessidade de atendimento pós-alta em ambulatório de seguimento por médico qualificado e equipe multidisciplinar até no mínimo 2 (dois) anos idade.

VI – a calendário especial de imunizações.

VII – a prioridade de atendimento pós alta hospitalar.

VIII – a necessidade de acompanhamento psicológico dos pais durante o período de internação do prematuro.

**Art. 6º** O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) deverá encaminhar, sempre que possível, a gestante em trabalho de parto pré-termo para unidade do SUS especializada em cuidados com prematuros seguindo modelo de regionalização do cuidado perinatal.

**Art. 7º** Durante o acompanhamento pré-natal a equipe da rede pública de saúde deverá alertar às gestantes sobre os fatores de risco do parto prematuro, e sobre os sinais e sintomas de um trabalho de parto precoce.

**Art. 8º** A equipe hospitalar deverá orientar os pais na alta da UTI neonatal sobre quais os cuidados devem ser dados aos prematuros e quais as necessidades especiais deles e encaminhá-los a ambulatórios de seguimento especializados para crianças prematuras.

**Art. 9º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Segundo dados do UNICEF e do Ministério da Saúde, 11,7% de todos os partos realizados no País são de prematuros. Este percentual coloca o Brasil na décima posição entre os países onde mais nascem crianças prematuras, contabilizando quase 300 mil nascimentos prematuros todos os anos.

O Brasil firmou compromisso em 2000 com os oito objetivos de desenvolvimento do milênio, dentre os quais se encontra o de reduzir a mortalidade infantil. O Brasil já cumpriu a meta de redução da mortalidade infantil, mas isso não significa que não temos mais a melhorar.

## 3

Dados do próprio Ministério da Saúde afirmam que a prematuridade está ligada a 53% dos óbitos no primeiro ano de vida, e com atenção especial podemos melhorar os índices nacionais.

A prematuridade é um grande problema de saúde pública. Além do risco de morte, o nascimento prematuro deixa sequelas psicológicas permanentes para os pais e pode acarretar danos incapacitantes aos bebês. Muitas mães e pais acabam abandonando seus empregos para dedicarem-se aos filhos, que precisam de cuidados especiais quando têm alta hospitalar.

Precisamos diminuir o número de partos prematuros. Para chegarmos a esse objetivo, é fundamental que cada grávida, e que cada mulher em idade fértil, saiba quais os fatores de risco para que seu filho nasça antes do período correto e as consequências da prematuridade.

A divulgação dos fatores de risco como o alto índice de cesáreas eletivas, gestação na adolescência ou muito tardias, pré-natal deficitário, tabagismo, obesidade, entre outros pode diminuir o número de partos prematuros e o de mortes associadas às complicações dessa condição.

Os governos e a sociedade devem colocar este tema como prioridade. Ações simples como a identificação e o correto encaminhamento para a unidade de saúde especializada podem salvar vidas.

Ações já incentivadas pelo Ministério da Saúde como o método mãe canguru, a Rede Cegonha e a política de reanimação neonatal são importantes, e já se mostraram eficientes. Mas é preciso que tenhamos uma política coordenada de atenção aos prematuros, e não apenas ações isoladas.

É importante que o país se una para melhorarmos a qualidade do tratamento dado aos nascidos pré-termo inclusive fora do hospital e para reduzir o elevado índice de nascimentos prematuros.

Sala das Sessões,

Senador **AÉCIO NEVES**

*(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 385 , DE 2015**

Susta o Decreto nº 8.555, de 6 de novembro de 2015, da Presidente da República, que *delega competência ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para abertura de créditos suplementares autorizados na Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica sustado, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, o Decreto nº 8.555, de 6 de novembro de 2015, da Presidente da República.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em 6 de novembro de 2015, por meio do Decreto nº 8.555, de 2015, a Presidente da República delegou ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão competência para abrir créditos suplementares autorizados pela Lei Orçamentária de 2015 (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015.). A citada competência consta do art. 40 da Lei de



Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015 (Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015), *in verbis*:

**Art. 40.** As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2015, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 5º, serão submetidas ao Presidente da República, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações, observado o disposto no § 5º do art. 39.

O § 5º do art. 39 trata de créditos advindos de excesso de arrecadação. O § 1º do art. 40, a seu tempo, trata de créditos para os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União.

Do ponto de vista da delegação pretendida, o dispositivo relevante é o § 5º do art. 40, que estipula o seguinte: *o Presidente da República poderá delegar, no âmbito do Poder Executivo, aos Ministros de Estado, a abertura dos créditos suplementares a que se refere o ‘caput’.*

A Presidente da República pretende combinar o ditame contido na LDO com o disposto no art. 84, inciso IV, da Constituição Federal, segundo o qual compete privativamente ao Presidente da República *sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.*

No entanto, o decreto editado contraria previsão expressa no nosso ordenamento constitucional. Com efeito, o parágrafo único do já citado art. 84 limita as delegações de atribuições a três situações, quais sejam: os incisos VI, XII e XXV, primeira parte, desse mesmo artigo. São elas:

- a) dispor, mediante decreto, sobre:
  - organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;
  - extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;
- b) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;
- c) prover cargos públicos federais, na forma da lei.

O inciso IV não está entre as situações passíveis de delegação. O próprio § 5º do art. 40 da LDO extrapola a competência atribuída pela Lei Maior à Presidente da República. Por esse motivo, urge que esta Casa decrete a suspensão do ato em questão.

Não podemos ignorar que, recentemente, o Tribunal de Contas da União (TCU) rejeitou as contas de 2014 da Presidente da República em decorrência de várias irregularidades. Uma dessas irregularidades ganhou destaque no Memorial elaborado pelo Procurador Julio Marcelo Oliveira:

4. Os fatos apurados na minudente auditoria conduzida no processo TC-021.643/2014-8 revelam que, na gestão fiscal e financeira do exercício de 2014, foram praticadas graves e intencionais violações à Lei de Responsabilidade Fiscal com o objetivo de expandir gastos públicos, sem sustentação orçamentário-financeira, com a agravante de terem sido cometidas em ano eleitoral, a indicar uma incidência em condutas que a LRF veio justamente combater.

5. Muito embora no TC-021.643/2014-8 se tenha dado ênfase às práticas que ficaram conhecidas como “pedaladas fiscais”, foram identificados na auditoria elementos que demonstram que, para além das “pedaladas”, outras graves irregularidades foram cometidas para manter ou expandir gastos públicos, em ano eleitoral, apesar da ciência pelo Governo Federal da redução de arrecadação e de projeções de aumento de despesas obrigatórias, a impor uma maior contenção dos gastos por meio dos legalmente previstos e exigidos decretos de contingenciamento, de responsabilidade direta da Presidência da República, como passaremos a demonstrar.

6. Além das omissões intencionais na edição de decretos de contingenciamento em desacordo com o real comportamento das receitas e despesas do país, houve ainda **edição de decretos para abertura de créditos orçamentários sem a prévia, adequada e necessária autorização legislativa, violando a Lei Orçamentária anual, a LRF e a Constituição da República.** [Grifos nossos.]

O Memorial relaciona os seguintes atos firmados pela **própria** Presidente em desacordo com o nosso ordenamento legal: Decretos Presidenciais nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, e nº 8.367, de 28 de novembro de 2014, e dois Decretos Sem Números de 3 de dezembro de 2014 (DSN 14.060 e 14.063). São atos que subestimaram despesas e superestimaram receitas ou que **abriram créditos suplementares** para cobrir despesas primárias valendo-se de fontes financeiras, sempre em desacordo com a meta de resultado primário em vigor no momento da sua edição.

É inescapável o entendimento de que a delegação pretendida pela Presidente da República nada mais é do que um subterfúgio para se eximir de eventual responsabilização por atos que venham a ser julgados irregulares pelos órgãos competentes. É uma pretensão que não deve prosperar, devendo ser rechaçada energicamente por todas as pessoas de bem deste País.

Em face do exposto, conto com o apoio dos meus Pares.

Sala das Sessões,        de novembro de 2015.

Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**

**Líder do PSDB**

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*

**PROJETOS DE RESOLUÇÃO**



**SENADO FEDERAL**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO**  
**Nº 53, DE 2015**

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Sul.

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Brasil-Coreia do Sul, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

**Art. 2º** O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

**Art. 3º** A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

*Parágrafo único.* O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras.

**Art. 4º** O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

## 2

*Parágrafo único.* Em caso de lacuna desta Resolução ou de seu regulamento interno, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Interno Comum do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

**Art. 5º** As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

**Art. 6º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Fruto da divisão do antigo território da Coreia após a 2ª Guerra Mundial, a Coreia do Sul ocupa hoje importante posição no cenário econômico mundial. Trata-se de relevante exportador de produtos manufaturados com destaque para eletrônicos e automóveis. Nessa ordem de ideias, é válido recordar que a Coreia do Sul foi, no ano passado, o 3º parceiro comercial do Brasil na Ásia e o 7º no mundo.

O Brasil é o maior parceiro comercial da Coreia do Sul na América Latina. Essa posição pode ser ainda mais consolidada tendo em conta o potencial de cooperação bilateral em setores de alta tecnologia, como semicondutores, nanotecnologia, tecnologias da informação e das comunicações, bem como biotecnologia.

Para além dessa dimensão econômica, convém recordar a existência entre nós de expressiva comunidade de coreanos. Há, por igual, o fato de a Coreia do Sul ser importante parceira na implementação do programa Ciência sem Fronteiras. Quinhentas e cinquenta (550) bolsas de estudo já foram concedidas a estudantes brasileiros naquele país. Empresas sul-coreanas, inclusive grandes conglomerados (Hyundai, Samsung, LG), oferecem estágios para bolsistas brasileiros desde o início do programa mencionado.

Esse quadro está a demandar maior interlocução entre os parlamentos de ambos os países. A participação das casas legislativas, por meio da atuação do Grupo Parlamentar que se almeja criar, no processo de aproximação e consolidação do relacionamento bilateral passa a ser cada vez mais necessário. O Grupo pode atuar prospectivamente, mas também profilaticamente na hipótese de eventual desinteligência no plano bilateral entre os respectivos governos.

Em face dessas considerações, a criação de grupo parlamentar Brasil-Coreia do Sul há de constituir importante instrumento na construção de um diálogo político capaz de sedimentar os laços não só econômicos, mas também culturais e sociais. Não há dúvidas de que a Coreia do Sul é muito mais do que um mercado consumidor. É, na verdade, uma democracia consolidada, com um povo altamente instruído, cujas experiências podem ser extremamente relevantes e enriquecedoras para nosso país.

Esclarecemos, por fim, que as disposições do projeto de resolução do Senado que ora apresentamos seguem àquelas previstas em resoluções já editadas por esta Casa, quando da criação de outros grupos parlamentares com iguais propósitos.



3

Sala das Sessões,

Senador **FLEXA RIBEIRO**

*(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Diretora)*



## **SENADO FEDERAL**

# **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 54, DE 2015**

Altera a Resolução do Senado Federal nº 32, de 2000, para permitir a alienação ou a privatização do Produban.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 32, de 04 de maio de 2000, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º .....

Parágrafo único. A operação de que trata este artigo tem por finalidade a extinção, alienação ou a privatização do Produban e a criação de agência de fomento no Estado de Alagoas.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Na época da renegociação das dívidas estaduais (lei nº 9.496, de 1997), os estados se comprometeram a liquidar ou privatizar suas instituições financeiras oficiais.

No caso de Alagoas, esse compromisso foi disciplinado pela Resolução nº 32, de 2000, que autorizou operação de crédito em favor do Estado e do Banco do Estado de Alagoas – Produban. Esses recursos deveriam ser utilizados para a extinção do banco.

2

O banco já não mais opera, mas formalmente ainda não foi extinto. Esta resolução autoriza a que, no lugar de extingui-lo, o Estado de Alagoas também possa aliená-lo ou privatizá-lo. Estas duas novas opções constituem alternativa jurídica para cumprimento do disposto na Resolução nº 32 de 2000.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ SERRA

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

Senador **JOSÉ SERRA**

Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**

## LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 9.496, de 11 de Setembro de 1997 - 9496/97](#)  
[urn:lex:br:federal:resolucao:2000;32](#)  
[artigo 1º](#)

*(À Comissão de Assuntos Econômicos)*

## REQUERIMENTOS



## SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO

## Nº 1.296, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento do ex-senador e ex-governador do Piauí LUCÍDIO PORTELA NUNES, ocorrido em Teresina, aos 30 de outubro de 2015.

Requeiro ainda, em conformidade com o inciso I do art. 221 do mesmo Diploma, que o presente Voto de Pesar seja encaminhado à família do ex-senador.

Presto assim minha homenagem, em primeiro lugar, ao médico Lucídio Portela Nunes, pioneiro na radiologia e pneumologia no Piauí. Foi ele quem implantou, ainda nos anos 1940, recém-formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Pavilhão da Tuberculose de Teresina, dedicado ao tratamento da doença que, à época, acometia milhares de piauienses. O Pavilhão é a matriz do atual Hospital Infantil Lucídio Portela, homenagem recebida ainda em vida, porque foi ali que Lucídio atendeu a população, todos os dias, continuamente, durante mais de 30 anos, até que seu irmão, o então senador Petrônio Portela, o trouxesse para a política, na segunda metade dos anos 1970, quando contava já com mais de 50 anos de idade e com o prestígio dos grandes pneumologistas.

Presto aqui também minha homenagem ao político Lucídio Portela Nunes – o “Lucidão”, de jeito franco e peito aberto – que foi Governador do Piauí entre os anos de 1979 e 1983, Vice-Governador entre os anos de 1987 e 1991, e Senador da República entre os anos de 1991 e 1999. Foi Lucídio Portela quem levou o abastecimento de água para todo o Estado, e é exemplo de compromisso sua luta na Sudene para a industrialização do Piauí. Foram 20 anos de uma carreira política marcada pela seriedade, pela honestidade, pela integridade – e reconhecem-no, sem restrições, até mesmo seus adversários políticos.

E presto aqui minha homenagem, por fim, ao irmão e ao pai Lucídio Portela Nunes. Ao irmão que acompanharia Petrônio Portela até sua morte, em 1980; ao irmão do também ex-senador Elói Portela, a quem apresento meus sinceros sentimentos; e ao pai de Lucídio Filho, de Kátia, de Márcio, de Cassandra e da Deputada Federal Iracema Portela, esposa do senador Ciro Nogueira, a quem também ofereço minha solidariedade pela perda irreparável. Perder um pai – e principalmente perder um pai como Lucídio Portela Nunes – é sempre perder uma parte de nós.

Da altura de seus 93 anos, Lucídio Portela era exemplo vivo de muito do que hoje buscamos no homem público brasileiro: humildade, serenidade, responsabilidade. Vai nos fazer a todos muita falta, e merece, sem reservas, esta homenagem do Senado Federal.

2

Que descanse em paz.

Sala das Sessões,

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

**(Encaminhe-se)**





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO

### Nº 1.297, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 255, II, alínea c, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal que o Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2014, que “Estabelece a obrigatoriedade da publicação de informações acerca da qualidade do produto nos rótulos das embalagens de café torrado em grão, torrado moído e solúvel”, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Sala das Sessões,

Senadora **ANA AMÉLIA**

*(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente.)*



## **SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 1.298, DE 2015**

Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2013, que *dispõe sobre a composição e a forma de funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal, criado pelo art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)*, com o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2014, que *dispõe sobre a composição e a forma de funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal, criado pelo art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000*, por disporem sobre matéria correlata.

Sala das Sessões,

Senador **ANTONIO ANASTASIA**

(À MESA DO SENADO FEDERAL)




Aprovado  
Em 17/11/2015

## REQUERIMENTO Nº 1299, de 2015

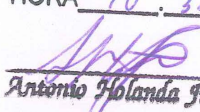
Excelentíssimo Senhor **Presidente**,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 40 inciso II, alínea “a” do Regimento Interno, autorização para desempenhar missão no exterior por indicação desta Presidência para participar, como representante do Senado Federal, da Conferência Assegurar o Direito de Todos à Nacionalidade: O Papel dos Parlamentos para Prevenir e Erradicar a Apatridia, uma organização conjunta da União Interparlamentar, do Alto Comissariado da ONU para refugiados e do Parlamento da África do Sul, que se realizará na cidade do Cabo, África do Sul, dos dias 25 a 28 de novembro de 2015.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência em cumprimento ao disposto do Artigo 39, inciso I, c/c o Artigo 13 do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 22 a 29 de novembro do corrente ano, para o desempenho desta missão.



Senador Gladson Cameli  
PP-AC

RECEBIDO EM 16 / 11 / 2015.  
HORA 10 : 32 .  
  
Antonio Holanda Junior Mat. 225803

*Aprovado*  
EM 17/11/2015

## REQUERIMENTO Nº 1300, de 2015

Excelentíssimo Senhor **Presidente**,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 40 inciso II, alínea “a” do Regimento Interno, autorização para desempenhar missão no exterior por indicação desta Presidência para participar, como representante do Senado Federal, na Reunião Parlamentar por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP21/CMP11), que se realizará na cidade de Paris, França, dos dias 04 a 9 de dezembro de 2015.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência em cumprimento ao disposto do Artigo 39, inciso I, c/c o Artigo 13 do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 04 a 09 de dezembro do corrente ano, para o desempenho desta missão.

**Senador Gladson Cameli**  
**PP-AC**

RECEBIDO EM 16/11/2015  
HORA 10:33  
*Antonio Holanda Junior*  
Antonio Holanda Junior Mat. 225803



SENADO FEDERAL  
Presidência

OFÍCIO Nº 651 /2015-PRESID.

Brasília, 13 de novembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA  
Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, ratifico a indicação de Vossa Excelência, para que os Senadores CIRO NOGUEIRA, GLADSON CAMELI, LINDBERGH FARIAS, SÉRGIO PETECÃO e WILDER MORAIS possam participar da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 21, a ser realizada na cidade de Paris, França, nos dias 05, 06 e 08 de dezembro de 2015, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,

Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL  
SENADOR LINDBERGH FARIAS

*Aprovado*  
*EM 17/11/2015*

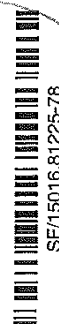
# REQUERIMENTO Nº 1301, DE 2015

Requeiro, nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar na Conferência das Partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 21, no período compreendido entre os dias 05 e 08 de dezembro de 2015, em Paris, França.

Em cumprimento ao que determina o art. 39, inciso I, também do Regimento Interno do Senado Federal, comunico que estarei ausente do país no período compreendido entre os dias 02 e 09 de dezembro de 2015.

Brasília, 13 de novembro de 2015

Senador LINDBERGH FARIAS



SF/15016.81225-78

Página: 1/8 16/11/2015 10:41:51

65492b660726d46fa8a183d2d3fcb115663882fc

Recebido em 17/11/15  
Hora 10:03  
*Paula Póvoa*  
Paula Costa Póvoa Dantas - Mat. 25611  
SGM - Senado Federal





SENADO FEDERAL  
Presidência

OFÍCIO Nº 651 /2015-PRESID.

Brasília, 13 de novembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA  
Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, ratifico a indicação de Vossa Excelência, para que os Senadores CIRO NOGUEIRA, GLADSON CAMELI, LINDBERGH FARIAS, SÉRGIO PETECÃO e WILDER MORAIS possam participar da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.- COP 21, a ser realizada na cidade de Paris, França, nos dias 05, 06 e 08 de dezembro de 2015, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,

Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador SANDRA BRAGA

*aprovado*  
EM 17/11/2015

**REQUERIMENTO Nº 1302 /2015**

Requeiro, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para desempenhar Missão Oficial no exterior, como representante do Senado Federal, quando, por ocasião de designação da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC, na Conferência das Partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 21, no período compreendido entre os dias 29 de novembro a 03 de dezembro de 2015, em Paris, França.

Em cumprimento ao que determina o art. 39, inciso I, também do Regimento Interno do Senado Federal, comunico que estarei ausente do País no mesmo período.

Brasília, de novembro de 2015

*Sandra Braga*  
Senadora **SANDRA BRAGA**  
PMDB/AM



Página: 1/1 17/11/2015 10:24:17

150856294980a4befb4a640a9439befc13176a9f





SENADO FEDERAL  
Presidência

MEMO. Nº 627 /2015-PRESID.

Brasília, 29 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor

Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, ratifico a indicação de Vossa Excelência, bem como dos Senadores **ROBERTO ROCHA**, **SANDRA BRAGA** e **FLEXA RIBEIRO** para que possam participar da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 21, a ser realizada na cidade de Paris, França, entre os dias 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,

  
Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal

## **SENADO FEDERAL**

### **REQUERIMENTO Nº 1303 , DE 2015**

(Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT)

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações relativas ao processo de renovação da permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CLUBE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo:

a) houve aprovação da renovação da outorga em questão relativa ao decênio 1999–2009 no âmbito do Ministério das Comunicações? Essa renovação foi submetida à apreciação do Congresso Nacional?

b) sob que fundamento legal o pedido de renovação da permissão em questão relativo ao decênio 1999–2009, apresentado intempestivamente pelo interessado após o

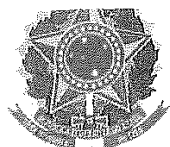


vencimento da outorga, foi admitido e processado pelo Ministério das Comunicações?

Sala da Comissão,

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

207



**SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE COMISSÕES**

**Reunião:** 47ª Reunião, Extraordinária, da CCT

**Data:** 17 de novembro de 2015 (terça-feira), às 09h

**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)</b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDT)	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT)	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP)	5. Gladson Cameli (PP)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PSD)	5. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)</b>	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)</b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO

**SENADO FEDERAL**  
Comissão de Ciência e Tecnologia - CCT  
Confere com o original  
Em, 17 / 11 / 20 15

*Eglê Lucena Henri Moreira*  
Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

(À Mesa do Senado Federal)

## **REQUERIMENTO Nº 1304, DE 2015**

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de PEDRO COSTA, fundador do Município de Alto Alegre, no Estado de Roraima, e pai do Prefeito José de Arimatéia da Silva Viana, ocorrido no dia 12 de novembro de 2015.

Requeiro, ainda, que o voto seja encaminhado à Prefeitura de Alto Alegre, localizada à Rua Antonio Dourado de Santana, Alto Alegre-RR, CEP 69350-000.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2015

**Senadora ÂNGELA PORTELA**

*(Encaminhe-se)*



## **SENADO FEDERAL**

### **REQUERIMENTO**

### **Nº 1.305, DE 2015**

Requeiro, nos termos do disposto no arts. 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Temporária, composta de 05 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de 120 (cento e vinte) dias, destinada a avaliar toda a PNSB- Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB- Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Esse rompimento destruiu o distrito de Bento Rodrigues e causará impactos ambientais de longo prazo sobre vários municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo, no curso do Rio Doce. Há indícios de que outras barragens Brasil afora estejam em risco semelhante. A Comissão pretende realizar audiências públicas e diligências externas, requerer informações e outros atos que julgue necessários para a consecução dos seus objetivos.

#### **JUSTIFICATIVA**

O Brasil e o mundo assistiram à tragédia ocorrida no dia 5 de novembro do corrente ano em Mariana, Minas Gerais, com o rompimento de duas barragens de rejeitos da mineradora Samarco.

O primeiro impacto desta tragédia foi a destruição de um distrito do município, desabrigando cerca de 530 pessoas e deixando ao menos oito mortos e 19 desaparecidos.

Esta, que é uma das maiores catástrofes ambientais da história de Minas Gerais estendeu seus efeitos para o Espírito Santo, no curso do Rio Doce. O tsunami de lama tóxica chegou poucos dias depois ao estado litorâneo, provocando alertas imediatos sobre riscos à sobrevivência da fauna e da flora, à geração de energia hidrelétrica e à manutenção do abastecimento de água para os municípios capixabas de Baixo Guandu, Colatina e Linhares.

Esse acidente trará reflexos sobre a saúde dos habitantes e a economia também deverão ser novos desafios a considerar mais adiante. Mas o trágico ocorrido

## 2

também já deve se converter na oportunidade para se refletir sobre a eficácia dos órgãos federais responsáveis pelo controle ambiental e das atividades minerárias.

Harmonizar a atividade industrial entre natureza e população não pode ser apenas retórica, mas deve ser encarado como questão prioritária e de sobrevivência. A burocracia, a falta de planejamento e a insensibilidade de autoridades podem estar criando problemas ambientais insolúveis para o país. Por isso, faz-se necessário averiguar se houve imprevidência, imperícia, falha na fiscalização e leniência de órgãos federais responsáveis.

Apesar do papel relevante desempenhado pela mineração na economia brasileira ao longo dos séculos, percebe-se o despreço da administração pública com o planejamento e controle do setor. Criado em 1934, o DNPM é o agente público responsável pela fiscalização da pesquisa e da lavra de minerais no país.

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), vinculado ao Ministério de Minas e Energia, participou da elaboração da Lei 12.334/2010 que estabeleceu a PNSB- Política Nacional de Segurança de Barragens, criou o SNISB- Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e definiu o Plano de Segurança de Barragens como um dos instrumentos da Política. Também participou da elaboração da Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em 2012, que estabeleceu os critérios gerais de classificação de barragens por categoria de risco, dano potencial associado e pelo volume do reservatório. Cabe ao órgão fazer ações in loco e fazer comunicados às empresas e à sociedade.

Devido às limitações de recursos materiais, humanos e financeiros, as atividades de fiscalização ocorrem por amostragem. Atualmente há 662 barragens de rejeito cadastradas no DNPM, todas classificadas quanto ao risco. Os técnicos da autarquia alegam não ter condições de fazer vistorias em todas as estruturas e, assim, fazer o diagnóstico efetivo sobre a segurança delas, como manda a lei. “Não se pode fiscalizar por amostragem o que implica risco de fatalidades”, sublinham.

O DNPM está incumbido de fiscalizar 27.293 empreendimentos de lavra mineral. Além destes, precisa investigar 75 mil alvarás de pesquisa e outras atividades. Dentre as demandas que recebe há 232 minas subterrâneas, 94 em produção, muitas ameaçadas de repetir o drama ocorrido com os heroicos 33 mineiros do Chile. Para isso, conta com 220 técnicos na fiscalização, de um total de 430 ligados à área fim da instituição.

Em documento publicado após o acidente de Mariana, técnicos do DNPM ressaltam que a mineração é atividade de risco, mas há meios e técnicas para reduzir a zero a chance de acidentes. “Mas dependemos de outros para alcançar os propósitos da nossa obrigação”, ressaltam. E a trágica situação do órgão destoa da importância do setor, que, em 2014, respondeu por 4% do PIB (US\$ 80,2 bilhões). Enquanto isso, o governo não faz concurso público para repor as 450 vagas em aberto no DNPM.

O DNPM diminuiu a verba prevista pela Lei Orçamentária em 2015 para o programa de fiscalização de aproveitamento da jazida, segurança, higiene e controle ambiental das atividades minerárias. O montante investido em fiscalização foi de R\$ 1,3 milhão neste ano, o que representa menos da metade dos R\$ 3,6 milhões pagos até outubro de 2014.



## 3

A ação também está com baixa execução. Neste ano, R\$ 10 milhões estão autorizados para a fiscalização dessas atividades. No entanto, 13,2% dos recursos foram efetivamente desembolsados. A baixa execução orçamentária contrasta com a alta da dotação, em três anos, da verba anual prevista para o programa. Em 2012, só R\$ 4 milhões foram autorizados para a iniciativa. O DNPM atribui esta situação à falta de técnicos capacitados. As lamentáveis dificuldades estruturais fazem com que a emissão de um título minerário leve 15 anos.

Além da queda nos recursos, outra questão problemática é o recolhimento do royalty da mineração – a Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Mineiros (Cfem). Auditoria do Tribunal de Contas da União apontou que, de cada quatro áreas onde há extração de minério, só uma paga o imposto, dividido entre União, Estados e municípios. De 2009 a 2011, as empresas deveriam ter recolhido R\$ 160 milhões em pagamentos de Cfem. Só desembolsaram 23% ou R\$ 47 milhões.

Relatório do TCU explicita o total desaparelhado do DNPM, hoje despreparado para exercer as suas funções, e cobra respostas dos poderes Executivo e Legislativo, resumidos no velho adágio militar: “Quem dá a missão, dá os meios”. “A penúria do DNPM, que reflete o descaso das autoridades com a regulação, o fomento, a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a fiscalização dos recursos minerais, está com prometendo seriamente o gerenciamento dos recursos minerais, competência constitucional da União”, diz o documento.

Desmotivado e com salários deprimidos, o corpo técnico altamente qualificado do DNPM responde por uma das maiores taxas de evasão na administração pública: 21%, três vezes acima da média geral. A mineração brasileira está abandonada e os prédios decadentes do órgão convivem com cortes de água, luz e telefone, por falta de pagamento em razão do contingenciamento orçamentário. O descaso levou a receitas e resultados operacionais prejudicados e perdas em vidas humanas com tragédias que poderiam ser evitadas.

Neste sentido, é imprescindível fazermos o diagnóstico e buscarmos soluções para que a maior tragédia ambiental do país não se repita. Como bem destacou o documento dos técnicos do DNPM, “fato comprovado neste acidente, se houvesse recursos materiais, tecnológicos, financeiros e humanos poderíamos ter fiscalizados todas as barragens existentes e efetivamente cumprir, na sua plenitude, a Política Nacional de Segurança de Barragens”.

É importante levantarmos informações sobre o número e as condições das barragens de mineradoras semelhantes às que entraram em colapso e que continuam em atividade no país.

Pelos graves fatos aqui noticiados, e pela urgência desse debate, peço apoio dos Srs e Sras Senadores para aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões,

4

Senador **RICARDO FERRAÇO**

Senador **AÉCIO NEVES**

Senador **ANTONIO ANASTASIA**



## **SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 1.307, DE 2015**

Requeiro, nos termos do art. 255, II, alínea “c”, número 12, que o PLS 378, de 2011, que “altera a Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para garantir a todos os trabalhadores, efetivos ou comissionados, a jornada de turnos ininterruptos”, tramite na Comissão de Assuntos Econômicos, além da comissão constante em seu despacho original.

Sala das Sessões,

Senador **ROMERO JUCÁ**

*(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)*



## **SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 1.308, DE 2015**

Requeiro, nos termos do art. 255, II, alínea “c”, número 12, que o PLS 378, de 2011, que “altera a Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para garantir a todos os trabalhadores, efetivos ou comissionados, a jornada de turnos ininterruptos”, tramite na Comissão de Serviços de Infraestrutura, além da comissão constante em seu despacho original.

Sala das Sessões,

Senador **ROMERO JUCÁ**

*(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)*



## **SENADO FEDERAL**

### **REQUERIMENTO**

### **Nº 1.309, DE 2015**

Requer, nos termos regimentais, o desapensamento, para que tenha tramitação autônoma, do Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2015 - Complementar, que se encontra tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 150 de 2005; nºs 90, 180, 414, de 2007; nºs 66, 72, 265, 482, de 2008; nºs 12, 128, 175, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450, 507, de 2009; nºs 21, 75, 538, 719, de 2011; nºs 113, 135, 382, de 2012; nºs 335, 377, 387, 99, 466 de 2015.

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FERRAÇO**

*(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)*



## **SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 1.310, DE 2015**

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno, que seja consignado nos anais do Senado Voto de Pesar pelo falecimento do engenheiro, educador e advogado paraense João Messias dos Santos Filho.

Requeiro, ainda:

- Inserção em ata de VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento;
- Apresentação de CONDOLÊNCIAS à família;

### **JUSTIFICATIVA**

Faleceu na madrugada de ontem, em Belém/PA, aos 75 anos de idade, o paraense e amigo fraterno de mais de 40 anos, João Messias. Conhecido e admirado como o talentoso e competente educador que fundou o Grupo Ideal de Ensino, instituição reconhecida e respeitada pelo comprometimento com a educação e o conhecimento.

Messias começou como professor de matemática do curso de Engenharia da Universidade Federal do Pará. Presidiu o Clube de Engenharia e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará, sendo eleito, em 2005, Vereador de Belém.

Em sociedade com os professores Manoel Leite Carneiro e Antônio Carlos Trindade de Moraes, fundou o Grupo Ideal de Ensino, partindo do princípio de que a educação ideal é aquela que prepara o aluno não apenas para o vestibular, mas também para enfrentar os desafios da vida. Hoje, o Grupo Educacional conta com duas unidades de colégio do ensino básico nos bairros de Batista Campos e Cidade Nova, e uma



2

unidade de cursinho pré-vestibular e concursos na Av. Alcindo Cacela, todos na Capital paraense.

Quero prestar minha homenagem ao amigo Messias, com quem tive a honra de conviver, ciente de que seu falecimento representa uma perda para a educação e a engenharia do Pará. Minha solidariedade aos familiares e amigos, especialmente a esposa, Maria Ignez, e aos filhos, Ana Virginia, Ana Paula e Messias Neto.

Sala das Sessões em                      de 2015.

Senador **FLEXA RIBEIRO**

*(Encaminhe-se)*



## **SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 1.311, DE 2015**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedido Voto de Congratulações ao jornalista Levi Vasconcelos, pelo lançamento do seu novo portal, o bahia.ba, bem como seja encaminhado o referido voto ao jornalista.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Congratulo-me com o jornalista Levi Vasconcelos, pelo lançamento do seu novo portal, o bahia.ba, ao tempo em que desejo sucesso à iniciativa.

Jornalista com quase 40 anos de atuação na imprensa baiana, atualmente é responsável pela coluna Tempo Presente, a mais lida do jornal A Tarde, principal periódico da Bahia, Levi carrega toda sua vasta experiência profissional para o novo projeto, que começa com um diferencial importante: a formação de uma equipe com nomes respeitados da mídia local e jovens talentos, vislumbrando, com isso, grandes possibilidades de tornar-se um dos portais mais bem-sucedidos nessa nova era de mídia digital.

Transmito a Levi e toda sua equipe votos de pleno êxito e de que este seja um veículo pautado na investigação dos fatos e na comunicação responsável e astuta, como sua própria trajetória profissional ao longo dessas quase quatro décadas.

Sala das Sessões,

Senadora **LÍDICE DA MATA**

*(Encaminhe-se)*



## **SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 1.312, DE 2015**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, voto de congratulações pela eleição, neste domingo, dia 15 de novembro, da paranaense Camila Lanes como presidente nacional da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Exatamente no dia que celebramos a Proclamação da República no país foi realizado em Brasília, neste ano de 2015, o 41º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), entidade que representa todos os estudantes do ensino fundamental, médio e técnico do país.

O Congresso reuniu mais de 7 mil estudantes, representando escolas de todos os 27 estados do Brasil e além de definir as linhas de atuação do movimento nas áreas da conjuntura nacional, educação e movimento estudantil, elegeu sua nova Presidência, a paranaense Camila Lanes.

Votaram nas eleições deste domingo 2.909 delegados, sendo que a chapa vencedora, encabeçada por Camila Lanes obteve 78,5% dos votos válidos, totalizando 2.158 votos.

Camila tem 19 anos e nasceu em São José dos Pinhais (PR), região metropolitana de Curitiba. Começou sua trajetória no grêmio de sua escola e foi eleita Presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES) em 2103, depois de ter se destacado no movimento do ano anterior, um acampamento de 136 dias que evitou a perda da sede da entidade na capital paranaense.

## 2

Em seguida lutou pela aprovação do Plano Nacional de Educação no Brasil, para a conquista dos 10% do PIB para o setor, pelo passe livre estudantil e pela defesa das políticas públicas de juventude.

Em 2015, Camila participou ativamente dos protestos de estudantes e professores contra as medidas propostas pelo governador do Paraná, Beto Richa, sendo, inclusive, atingida por estilhaços de bombas lançadas contra os manifestantes o que lhe rendeu uma cicatriz.

Agora, eleita Presidenta nacional da UBES, a aluna do Colégio Estadual Silveira da Motta, filha da professora Roseli Lanes, transforma-se na principal liderança dos 40 milhões de estudantes do ensino fundamental, médio e técnico de todo o Brasil.

Como Senadora da República pelo Estado do Paraná é motivo de grande orgulho e muita satisfação e, portanto, digna de todas as congratulações possíveis, a eleição de uma estudante paranaense para a Presidência Nacional da UBES. É a esperança viva de que a presença da mulher na política em meu estado tem presente e futuro.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 2015.

Senadora **GLEISI HOFFMANN**

*(Encaminhe-se)*



## **SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 1.313, DE 2015**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedido Voto de Congratulações à TVE Bahia pelos seus 30 anos, bem como seja encaminhado o referido voto à TVE Bahia.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Saúdo, em nome de todos os profissionais e dirigentes, a TVE Bahia pelos 30 anos de serviços prestados à população baiana.

Fundada em 9 de novembro de 1985, a emissora tem cumprido o papel de levar informação de relevância e utilidade pública para a comunidade.

Hoje, vinculada à Secretária de Educação do Estado da Bahia, a emissora exibe uma programação local que valoriza cultura, esporte, educação e política, mostrando que o conhecimento, o debate e a capacidade de refletir fazem parte do papel social da TV, com excelente qualidade de transmissão.

Parabenizo ainda a TVE pela capilaridade no Estado, adquirida com a implantação de mais de 400 torres de transmissão, além do Canal da Cidadania, que é um dos quatro canais que irão trafegar na sua frequência. Por este valoroso canal já passaram grandes nomes do jornalismo, educação e do entretenimento baiano, como Jorge Portugal, Edilton Tourinho, Antonio Pastori, Denny Fingergut e Itajubá Lobo, dentre outros.

2

A TVE também é expressão da baianidade, com seus documentários sobre as manifestações artísticas, culturais e religiosas da nossa terra, além de programas especiais sobre o dia a dia dos baianos.

Desejo sucesso hoje e sempre a esta importante emissora em nosso Estado.

Sala das Sessões,

Senadora **LÍDICE DA MATA**

*(Encaminhe-se)*



**COMUNICAÇÕES**

*Foram - e as  
substituições solicitadas.  
Em 17/11/15  
Renan*

OF. Nº 118/15-GLDEM

Brasília, 17 de novembro de 2015.

**Senhor Presidente:**

Indico a V. Exa. o nome do **Senador Ricardo Franco** para ocupar a vaga de **titular** do Partido Democratas na Comissão de Assuntos Sociais – **CAS**; Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – **CDH**; e Comissão de Educação, Cultura e Esporte – **CE**; e de **suplente** do Partido Democratas no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar – **CEDP**; Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – **CCJ**; Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – **CDR**; e Comissão Senado do Futuro – **CSF**, em substituição a **Senadora Maria do Carmo Alves**.

Atenciosamente,

  
**Senador RONALDO CAIADO**

Líder do Democratas no Senado Federal

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

*Recbdo  
17/11/15  
16390*



SENADO FEDERAL  
LIDERANÇA DO DEMOCRATAS

OF. Nº 119/15-GLDEM

Brasília, 17 de novembro de 2015.

Senhor Presidente:

*Faca-se a substituição solicitada.  
Em 17/11/15*

*[Assinatura]*

Indico a V. Ex<sup>a</sup> o nome do Senador **Ricardo Franco** como titular na Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo – **CEAPF**, em substituição ao meu nome (Senador **Ronaldo Caiado**).

Atenciosamente,

*[Assinatura de Ronaldo Caiado]*  
**Senador RONALDO CAIADO**  
**Líder do Democratas no Senado Federal**

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
**Presidente do Senado Federal**  
Nesta

*[Assinatura]*  
17/11/15  
RSC  
146390



Câmara dos Deputados  
Gabinete da Liderança do PR

Of. nº 476/2015 – LidPR

Façam-se as substituições solicitadas.

Em 17/11/2015

Brasília, 17 de novembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador Renan Calheiros**  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional  
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional  
Senado Federal

**Assunto:** Indicações de membros titulares e suplentes da Comissão Mista 699 de 2015.

Senhor Presidente,

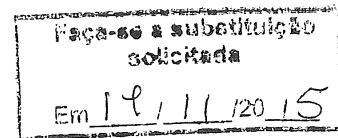
Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado Sérgio Brito (PSD/BA) para membro titular em substituição ao Deputado Rogério Rosso (PSD/DF), indicar o Deputado Hugo Leal (PROS/RJ) para membro suplente em substituição ao deputado Domigos Neto (PROS/CE) e indicar o Deputado Ronaldo Fonseca (PROS/DF) para membro suplente em substituição ao Deputado Anderson Ferreira (PR/PE) na Comissão Mista da Medida Provisória nº 699, de 2015, de 10.11.2015, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Respeitosamente,

**Deputado Mauricio Quintella Lessa**  
Líder do Bloco – PR/PSD/PROS



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS



*Prova*

Ofício nº 462-L-Democratas/15

Brasília, 17 de novembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor  
Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Congresso Nacional  
NESTA

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **PAUDERNEY AVELINO** para integrar, como membro **titular**, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 695**, de 5 de outubro de 2015, que "Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a adquirirem participação nos termos e condições previstos no art. 2º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009", em **minha substituição**.

Respeitosamente,

Deputado **MENDONÇA FILHO**  
Líder do Democratas



SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA

OF. 1/2015/CTG

*A publicação  
Em 17/11/15*

Brasília, 17 de novembro de 2015

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Assunto: eleição de presidente e vice-presidente na Comissão de Transparência e Governança Pública

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi realizada, em 17 de novembro de 2015, às 15 horas, a 1ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Transparência e Governança Pública, com o objetivo de instalar os trabalhos e eleger presidente e vice-presidente da comissão para o biênio 2015/2016.

Foram eleitos o senador Paulo Bauer, para presidente, e o senador João Capiberibe, para vice-presidente.

Respeitosamente,

Senador Paulo Bauer

Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

*Recd  
17/11/15  
J. Capiberibe  
46396*

**OFÍCIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

– **Nº S/86, de 2015** (nº 461/2015, na origem), encaminhando a indicação da Procuradoria-Geral da República, para submeter a apreciação do Senado a indicação do Senhor ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B da Constituição.

À CCJ.

É o seguinte o ofício:

**SENADO FEDERAL OFÍCIO****Nº S/86, DE 2015**

(Nº 461/2015, NA ORIGEM)

Brasília, 10 de novembro de 2015.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa Casa Legislativa, documentação exigida pela Resolução 7/2005, do Senado Federal, e pelo Ato 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, bem como o nome do indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça, a saber: Procurador Regional da República ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO, lotado na Procuradoria Regional da República da 2ª Região.

Aproveito o ensejo para renovar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Ministro **Ricardo Lewandowski**  
Presidente

Assinatura manuscrita de Ricardo Lewandowski, Ministra Presidente do Conselho Nacional de Justiça.





**PGR** PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
 GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
 PGR-00282025/2015

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria-Geral da República**

OFÍCIO Nº 1497/GAB/PGR

Brasília, 4 de novembro de 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
 05/11/2015 17:38 52596



Senhor Presidente,

Em complemento ao Ofício nº 1462/GAB/PGR, de 19 de outubro de 2015 (cópia anexa), referente à indicação do Procurador Regional da República ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO para compor o Conselho Nacional de Justiça, encaminho a Vossa Excelência os documentos exigidos pelo Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,

**Ela Wiecko V. de Castilho**  
 Procuradora-Geral da República em Exercício

SEI 07658/2015  
 06/11/15  
 Dylhony

A Sua Excelência o Senhor  
 Ministro RICARDO LEWANDOWSKI  
 Presidente do Conselho Nacional de Justiça  
 Edifício Anexo I do Supremo Tribunal Federal, Praça dos Três Poderes, s/nº  
 70175-901 - Brasília-DF

Conselho Nacional de Justiça  
 Recebemos em, 06/11/15  
 Assinatura



**PGR** PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
PGR-00265249/2015

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria-Geral da República**

OFÍCIO Nº 1462/GAB/PGR

Brasília, 19 de outubro de 2015.

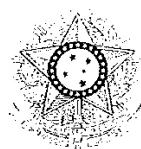
Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 84/GP/2015, de 22 de abril de 2015, e como previsto no inciso X do artigo 103-B da Constituição da República, encaminho a Vossa Excelência o nome do Procurador Regional da República ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO, integrante do Ministério Público Federal, para a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Atenciosamente,

**Rodrigo Janot Monteiro de Barros**  
Procurador-Geral da República

A Sua Excelência o Senhor  
Ministro RICARDO LEWANDOWSKI  
Presidente do Conselho Nacional de Justiça  
Edifício Anexo I do Supremo Tribunal Federal, Praça dos Três Poderes, s/nº  
70175-901 - Brasília-DF



**MPF**  
Ministério Público Federal

Procuradoria  
Regional da  
República  
2ª Região

**Rogério José Bento Soares do Nascimento**

Nascido em 19 de março de 1963  
(21) 3554.9349 \* (21) 99466.9378  
e-mail: rsnascimento@mpf.mp.br

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

**Ministério Público Federal.**

**Procurador Regional da República**

Promovido por merecimento em 20 de outubro de 2003, lotado na **Procuradoria Regional da República da 2ª Região.**

**Funções atuais**

**Procurador-chefe substituto da Procuradoria Regional da República da 2ª Região** (biênio 2014-2016 e 2016-2018)

**Atuação no Núcleo Criminal da PRR2 junta às 1ª e 2ª Turmas Especializadas e 1ª Seção Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região** desde fevereiro de 2005, ocupando o 30º Ofício Criminal desde abril de 2014.

**Atuação no Núcleo de Feitos Criminais de Competência do Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região** desde dezembro de 2014.

**Membro titular eleito para o Núcleo de Apoio Operacional da Procuradoria Federal dos Direitos de Cidadão da 2ª Região** no biênio 2013-2015 e reeleito para o biênio 2015-2017.

**Membro efetivo do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Sistema Prisional Federal** da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal desde março de 2015.

**Principais funções exercidas**

**Membro representante do Ministério Público Federal junto ao Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro** de março de 2014 até agosto de 2015.

**Procurador Regional Eleitoral** no Estado do Rio de Janeiro no biênio 2006-2008.

**Procurador Regional Eleitoral substituto** no Estado do Rio de Janeiro no biênio 2004-2006.



Integrante da **Força-tarefa** constituída na Procuradoria Regional da República na 2ª Região para adotar ações conjuntas visando maior eficácia e celeridade em **inquéritos e processos envolvendo prefeitos**, de outubro de 2010 a outubro de 2012.

**Coordenador do Núcleo Criminal** de janeiro até junho de 2011.

Atuação junto à **6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região** de janeiro de 2004 até janeiro de 2005.

**Procurador da República**

Aprovado no **11º Concurso Público** para Provimento do Cargo de Procurador da República, empossado em 10 de abril de 1992, lotado na **Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro** até outubro de 2003.

**Procurador Regional dos Direitos do Cidadão substituto** no biênio 2000-2002.

Atuação junto à **1ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro**, de 16 de janeiro de 2002 a no 21 de novembro de 2003.

Atuação no Ofício de **Tutela Coletiva da Saúde** de julho de 1998 até janeiro de 2002.

Atuação juntos às **Varas Federais Cíveis** na Seção Judiciária do Rio de Janeiro de 10/1997 a 06/1998.

Atuação junto à **4ª Vara Federal com competência criminal** da Seção Judiciária do Rio de Janeiro de julho de 1995 a setembro de 1997.

Atuação junto à **13ª Vara Federal com competência criminal** da Seção Judiciária do Rio de Janeiro de junho de 1993 a junho de 1995.

Atuação junto à **1ª Vara Federal com competência civil** da Seção Judiciária do Rio de Janeiro de abril de 1992 até maio de 1993.

**Coordenador de Assuntos Criminais** na Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro de março de 1994 a dezembro de 1994 e de julho a outubro de 2003.

Presidente da **Subcomissão Estadual do 20º Concurso Público** para provimento do cargo de Procurador da República em 2003.

Missões no exterior

*International Visitor Leadership Program* – U. S. Department of State, Washington, Los Angeles e Miami. De 23 de agosto a 03 de setembro de 2015. Tema: Convenção da Haia sobre Efeitos Cíveis da Subtração de Crianças.



*Seminar Socius - Governance and Transparency – British Council, Buenos Aires. De 22 a 24 de julho de 2002.*

### Advocacia

**Advogado do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro** de outubro de 1986 a abril de 1992.

**Assessor Jurídico do Conselho Federal de Enfermagem** de fevereiro de 1990 a março de 1991.

**Advogado de Paulo Goldrajch Advogados e Consultores** de fevereiro de 1985 a fevereiro de 1986.

Estagiário de direito no Departamento Jurídico do **Sindicato dos Engenheiros** do Estado do Rio de Janeiro de julho de 1982 a agosto de 1984.

### Docência

#### Atual

Universidade Estácio de Sá – **UNESA**.

Desde 1993. **Professor Titular** do Programa de Pós-graduação em Direito – Mestrado e Doutorado e na Graduação.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – **PUC-Rio**.

Desde 2011. **Professor Adjunto** na Graduação em Direito.

#### Anteriores

Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas – **FGV-Direito Rio**.

Professor de Direito Penal na Graduação de fevereiro a dezembro de 2011.

Faculdades Integradas Helio Alonso – **FACHA**.

Professor de Legislação Aplicada ao Turismo e de Noções de Direito de agosto de 1986 a julho de 1990.

### **FORMAÇÃO ACADÊMICA**

**Pós-doutor** em Direito pela Universidade Federal do Paraná – **UFPR**, em 2009.

Orientador – Prof. Dr. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho.

**Doutor em Direito Público** pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – **UERJ**, em





2003.

Orientador – Prof. Dr. Paulo Braga Galvão.

**Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional** pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – **PUC-Rio**, em 1990.

Orientador – Prof. Dr. José Ribas Vieira.

**Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais** graduado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – **UFRJ**, em 1984.

## PUBLICAÇÕES

### Livros.

1. **Lealdade Processual**: Elemento da Garantia de Ampla Defesa em um Processo Penal Democrático. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2011, p.272.

2. **Abuso do Poder de Legislar**. Controle Judicial da legislação de urgência no Brasil e na Itália. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2004, p.347.

### Capítulos de livros em coletâneas.

1. **Repensando o conceito de responsabilidade** nos marcos de um constitucionalismo democrático deliberativo In: Estado, Direito e Democracia. Perspectivas Contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2012, p. 343-368.

2. **Alterações relativas às disposições gerais sobre prova no Projeto de CPP**: o valor do depoimento de co-imputado In: Novo Processo Penal à Luz da Constituição. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2011.

3. **Constituição e Direito Europeu**: Lições para a efetividade dos direitos humanos na América-Meridional In: Direito Público e Evolução Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2011, p. 195-213.

4. **Direitos Políticos na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal** In: Direitos Fundamentais no Supremo Tribunal Federal: balanço e crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2011, p. 723-739.

5. **A limitação dos meios de prova: prova ilícita de iniciativa da defesa** In: O novo processo penal à luz da constituição. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010, p. 91-101.

6. **A ideia de justo como chave de compreensão do constitucionalismo contemporâneo** In: Temas sobre Direitos Humanos em homenagem ao professor Vicente



de Paulo Barreto. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2009, p. 155-169.

7. **Concretizando a Utopia.** Problemas na Efetivação do Direito a Uma Vida Saudável In: Direitos Sociais. Fundamentos, Judicialização e Direitos Sociais em Espécie. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2008, p. 905-924.

8. **Política Criminal e Direitos Humanos:** Papel da acusação pública no processo penal democrático In: Direitos Humanos em Evolução. Xanxerê : Editora UNOESC, 2008, p. 311-323.

9. **Reforma de sistemas de gestão na área da Justiça** In: Política da Gestão Pública Integrada. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 192-200.

10. **A constitucionalização do processo penal.** Reinterpretando o processo penal à luz do princípio democrático In: A constitucionalização do Direito: fundamentos teóricos e aplicações específicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2007, p. 857-878.

11. **Promovendo Democracia:** Controle Judicial sobre Disputas Eleitorais In: Direito Público & Evolução Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2007, p. 201-240.

12. **A ética do discurso como justificação dos direitos fundamentais na obra de Jürgen Habermas** In: Legitimação dos Direitos Humanos. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 521-568.

13. **Aspectos processuais da súmula vinculante:** reflexos na efetividade da defesa dos direitos fundamentais In: Acesso à Justiça e Efetividade do Processo. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2005, p. 259-290.

14. **A ética do discurso como justificação dos direitos fundamentais na obra de Jürgen Habermas** In: Legitimação dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2002, p. 451-498.

15. **Improbidade legislativa** In: Improbidade administrativa. Dez anos da lei 8.429/1992. Belo Horizonte : Editora Del Rey, 2002, p. 409-428.

#### Artigos.

1. Direitos Políticos na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Jurispoiesis (Rio de Janeiro), v.13, p.407 - 429, 2010.

2. A efetivação do direito fundamental à saúde. Jurispoiesis (Rio de Janeiro), v.11, p.299 - 317, 2008.

3. Jurisdição Constitucional na América do Sul. RDE. Revista de Direito do Estado, v.6, p.87 - 108, 2007.





4. O papel da jurisdição constitucional na proteção da independência entre poderes: o caso das CPIs. *Jurispoiesis* (Rio de Janeiro), v.10, p.299 - 317, 2007.
5. Uma abordagem constitucional da inclusão social. *Boletim dos Procuradores da República*, v.71, p.16 - 19, 2006.
6. Contribuindo para uma doutrina constitucional adequada: dialogando com a teoria da constituição dirigente. *Jurispoiesis* (Rio de Janeiro), v.8, p.421 - 437, 2005.
7. A constitucionalidade da contribuição para o salário-educação. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 35, nº 139, julho/setembro 1998.
8. Busca e apreensão de dados processados em sistemas informatizados. *Boletim dos Procuradores da República*. p.30 - 34, 1998.
9. Ônus de provar a licitude de bens suspeitos de origem criminosa. *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 1998.
10. Considerações sobre o tráfico de armas em razão do advento da lei n. 9.437, de 1997. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, ano 34, nº 134, abril/junho 1997.
11. A investigação do crime organizado no cenário da comunicação em redes informatizadas. Em coautoria com GÓES, Silvana Batini César. *Revista da Procuradoria-Geral da República*, 1996.
12. A investigação do crime organizado no cenário da comunicação em redes informatizadas. Em coautoria com GÓES, Silvana Batini César. *Arché Interdisciplinar*, 1996.
13. Salário mínimo profissional e a constituição de 1988. *Revista do Direito Trabalhista - RDT*, 1990.

#### **Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)**

1. Auditoria independente In: *Seminário Governança Corporativa*, 1999, Rio de Janeiro. Governança Corporativa. Rio de Janeiro: Departamento de Relações Institucionais do BNDES, 1999. p.98 - 102
2. *Investigation of Organized Crime in the Computer Networking Communications Scenario* Em coautoria com GÓES, Silvana Batini César In: *First World Conference on New Trends in Criminal Investigation and Evidence*, 1995. *Proceedings of the First Conference on New Trends in Criminal Investigation and Evidence*. Lelystad: Koninklijke vermande, 1995. v.1. p.505 - 508

#### **Artigos em revistas (Magazine)**



1. Lei da ficha limpa: conquista que nasceu de iniciativa popular. Tribuna do Advogado. Rio de Janeiro, p.21 - 21, 2010.

2. Na nossa herança comum um caminho para a paz. DEVARIM. Rio de Janeiro, p.37 - 43, 2010.

3. Segredo e justiça In: Boletim dos Procuradores da República. Rio de Janeiro:1999.

#### **Demais produções bibliográficas**

1. Processo Penal Comunicativo. Comunicação processual à luz da filosofia de Jürgen Habermas, de BRITTO, Cláudia A. S. Curitiba: Juruá, 2014. (Prefácio)

2. A qualidade da administração judiciária e a governança como propulsores da efetividade da prestação jurisdicional, de PICORELLI, F. E. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Lumen Juris, 2013. (Prefácio)

3. Legitimidade do Indivíduo nas Ações Coletivas, de SILVA, L. C. P. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2013. (Apresentação)

4. Diálogos Institucionais e Ativismo. VIEIRA, J. R (org). Curitiba: Juruá, 2010. (Apresentação)

5. Direito à imparcialidade de julgamento. Artigo publicado na Internet. 2000. (Outra produção bibliográfica)

#### **Demais produções técnicas**

1. Técnica de Denúncia no Treinamento em Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, 2015. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

2. Gênero, Direito e Saúde, 2014. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)

3. As Reformas Pontuais do Código de Processo Penal, 2012. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

4. Direito Penal e Processo Penal Eleitoral, 2010. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)

5. Habilitação à candidatura e condições de elegibilidade, 2010. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)

6. Combate a Lavagem de Ativos nos Marcos do Estado Democrático de Direito, 2007. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado).



**MPF**  
Ministério Público Federal

Procuradoria  
Regional da  
República  
2ª Região

### IDIOMAS

Italiano  
Inglês

### CONDECORAÇÕES

Medalha do Mérito da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, Outubro de 2015.

  
Rogério José Bento Soares do Nascimento

28/10/2015

Currículo Lattes



## Rogério Jose Bento Soares do Nascimento

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5814418212845829>

Última atualização do currículo em 28/10/2015

### Resumo informado pelo autor

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1989), doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002) e pós-doutorado pela Universidade Federal do Paraná (2009). Atualmente é professor titular na Universidade Estácio de Sá, professor adjunto na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Procurador Regional da República na 2ª Região. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: controle de constitucionalidade, democracia, acesso à justiça, garantias constitucionais do processo penal e direito administrativo.

(Texto informado pelo autor)

### Dados pessoais

<b>Nome</b>	Rogério Jose Bento Soares do Nascimento
<b>Nome em citações bibliográficas</b>	NASCIMENTO, Rogério J. B. S.
<b>Sexo</b>	Masculino
<b>Cor ou Raça</b>	Branca
<b>Filiação</b>	Melchizedeck do Nascimento e Maria de Lourdes Bento Soares
<b>Nascimento</b>	19/03/1963 - Rio de Janeiro RJ - Brasil
<b>Carteira de Identidade</b>	48239792 IEP - RJ - 18/05/1978
<b>CPF</b>	751.893.057-91
<b>Endereço residencial</b>	R. Prudente de Moraes 947 apto. 102 Ipanema - Rio de Janeiro 22420041, RJ - Brasil Telefone: 21 25131325 URL da home page: <a href="http://estacio.br/direito">estacio.br/direito</a>
<b>Endereço profissional</b>	Universidade Estácio de Sá, Centro de Ciências Jurídicas, Curso de Direito e Mestrado em Direito Rua São José, 35 - 15 andar, Campus Menezes Cortes Centro - Rio de Janeiro 22010-020, RJ - Brasil Telefone: 21 32312005 URL da home page: <a href="http://www.estacio.br">www.estacio.br</a>
<b>Endereço eletrônico</b>	E-mail para contato: <a href="mailto:bento.nascimento@uel.com.br">bento.nascimento@uel.com.br</a> E-mail alternativo: <a href="mailto:rsnascimento@mpf.mp.br">rsnascimento@mpf.mp.br</a>

### Formação acadêmica/titulação

- 1999 - 2002** Doutorado em Direito.  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, Brasil  
Título: Abuso do poder de legislar, controle judicial da legislação de urgência no Brasil e na Itália, Ano de obtenção: 2003  
Orientador: Paulo Braga Galvão  
*Palavras-chave: Constituição, controle da constitucionalidade, Democracia, medidas provisórias*  
*Áreas do conhecimento: Direito Público*
- 1986 - 1989** Mestrado em Direito.  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil  
Título: Mecanismos de descentralização do poder político na constituição de 1988: refletindo sobre autonomia municipal, Ano de obtenção: 1990  
Orientador: José Ribas Vieira  
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
*Palavras-chave: Constituição, Democracia*  
*Áreas do conhecimento: Direito Constitucional*
- 1980 - 1985** Graduação em Direito.  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil

### Pós-doutorado

- 2009 - 2009** Pós-Doutorado.  
Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, Brasil  
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
*Áreas do conhecimento: Direito Processual Penal, Direito Constitucional*

### Atuação profissional

1. Universidade Estácio de Sá - UNESA



28/10/2015

## Currículo Lattes

Vínculo  
institucional

**1994 - Atual** Vínculo: Celetista, Enquadramento funcional: Professor titular, Carga horária: 40, Regime: Integral  
Outras informações:  
Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) e professor na graduação em Direito.

## Atividades

**08/2003 - Atual** Pós-graduação, Direito

Disciplinas ministradas:  
Teoria da Constituição

**08/2003 - Atual** Pesquisa e Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Direito

Linhas de pesquisa:  
Acesso à Justiça e Efetividade do Processo.

**10/1994 - Atual** Graduação, Direito

Disciplinas ministradas:  
Direito Processual Penal, Direito Constitucional, Direito Penal

2. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio

Vínculo  
institucional

**2011 - Atual** Vínculo: Celetista formal, Enquadramento funcional: Professor Adjunto, Carga horária: 4, Regime: Parcial  
Outras informações:  
Departamento de Direito - Graduação - Direito Administrativo

3. Ministério Público Federal - MPF

Vínculo  
institucional

**1992 - Atual** Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Procurador Regional da República, Carga horária: 20, Regime: Parcial

## Linhas de pesquisa

1. Acesso à Justiça e Efetividade do Processo.

## Projetos

Projetos de  
pesquisa

**2003 - Atual** Efetividade das garantias no direito interno e na jurisdição internacional

Descrição: A Constituição dotou o imputado de inúmeras garantias. No entanto encontrou um Código de Processo Penal inquisitivo. Ao mesmo tempo o Brasil aderiu ao sistema de Jurisdição Penal Internacional que, com suas peculiaridades, tem de ser harmonizado com o sistema de garantias nacional. O objetivo da pesquisa é detectar pontos em desacordo entre a Constituição, o Código e o Estatuto do TPI e buscar uma interpretação das normas infra e supraconstitucionais que fortaleça os direitos humanos.

Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa  
Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico (3); Doutorado (2);  
Integrantes: Rogério Jose Bento Soares do Nascimento (Responsável);  
Número de produções C, T & A: 40/ Número de orientações: 9;

**2003 - Atual** Acesso à Justiça e Controle de Constitucionalidade

Descrição: Trata-se de traçar um perfil dos mecanismos de controle de constitucionalidade no Brasil, sob uma perspectiva de acesso à justiça e a efetividade dos direitos fundamentais-sociais. Nesse sentido, assume especial relevância o estudo da jurisdição constitucional, modo de dar concretização aos direitos previstos na Constituição brasileira.

Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa  
Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico (3); Doutorado (2);  
Integrantes: Rogério Jose Bento Soares do Nascimento (Responsável);  
Número de produções C, T & A: 35/ Número de orientações: 11;

## Membro de corpo editorial

1. Juris Poetis (1516-6635)

## Vínculo

**2005 - Atual** Regime: Parcial  
Outras informações:  
Membro do Conselho Editorial da Revista do Curso de Direito da Universidade Estácio de Sá a partir do Ano 8, nº 8, julho de 2005.

## Áreas de atuação

1. Direito Constitucional
2. Direito Processual Penal
3. Direito Administrativo

## Produção

Produção bibliográfica

[https://www.cnpq.br/cvlattesweb/pkg\\_impvcv.trata](https://www.cnpq.br/cvlattesweb/pkg_impvcv.trata)

28/10/2015

Curriculo Lattes

#### Artigos completos publicados em periódicos

1. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. Direitos Políticos na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. *Jurispoiesis* (Rio de Janeiro), v.13, p.407 - 429, 2010.  
*Palavras-chave:* direitos fundamentais, Democracia, jurisdição constitucional, direitos políticos, ética do discurso.  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Setores de atividade:* Administração pública, defesa e segurança social  
*Referências adicionais:* Português. Meio de divulgação: Impresso
2. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. A efetivação do direito fundamental à saúde. *Jurispoiesis* (Rio de Janeiro), v.11, p.299 - 317, 2008.  
*Palavras-chave:* Constituição, direitos fundamentais, inclusão social  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Português. Meio de divulgação: Impresso
3. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. Jurisdição Constitucional na América do Sul. *RDE - Revista de Direito do Estado*, v.6, p.87 - 108, 2007.  
*Palavras-chave:* controle de constitucionalidade, Constituição, direitos fundamentais  
*Referências adicionais:* Português. Meio de divulgação: Impresso
4. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. O papel da jurisdição constitucional na proteção da independência entre poderes: o caso das CPIs. *Jurispoiesis* (Rio de Janeiro), v.10, p.299 - 317, 2007.  
*Palavras-chave:* controle de constitucionalidade, Democracia  
*Referências adicionais:* Português. Meio de divulgação: Impresso
5. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. Uma abordagem constitucional da inclusão social. *Boletim dos Procuradores da República*, v.71, p.16 - 19, 2005.  
*Palavras-chave:* Constituição, Acesso à Justiça, Democracia, inclusão social  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Português. Meio de divulgação: Impresso
6. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. Contribuindo para uma doutrina constitucional adequada: dialogando com a teoria da constituição dirigente. *Jurispoiesis* (Rio de Janeiro), v.8, p.421 - 437, 2005.  
*Palavras-chave:* Constituição, Acesso à Justiça, controle de constitucionalidade, Democracia  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Português. Meio de divulgação: Impresso
7. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. A constitucionalidade da contribuição para o salário-educação. *Revista de Informação Legislativa*, 1998.  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
8. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. Busca e apreensão de dados processados em sistemas informatizados. *Boletim dos Procuradores da República*, p.30 - 34, 1998.  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
9. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. Ônus de provar a inclusão de bens suspeitos de origem criminosa. *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 1993.  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
10. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. Considerações sobre o tráfico de armas em razão do advento da Lei n. 9.437, de 1997. *Revista de Informação Legislativa*, 1997.  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
11. NASCIMENTO, Rogério J. B. S., GÖES, Sílvia Batini César A investigação do crime organizado no cenário da comunicação em redes informatizadas. *Revista da Procuradoria Geral da República*, p.0 - 0, 1996.  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
12. NASCIMENTO, Rogério J. B. S., GÖES, Sílvia Batini César A investigação do crime organizado no cenário da comunicação em redes informatizadas. *Archê Interdisciplinar*, p.0 - 0, 1995.  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
13. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. Salário mínimo profissional e a constituição de 1988. *Revista do Direito Trabalhista - RDT*, p.0 - 0, 1990.  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

#### Livros publicados

1. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. Lealdade Processual: Elemento da Garantia da Ampla Defesa em um Processo Penal Democrático. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2011, v.1, p.272.  
*Palavras-chave:* processo penal, ética do discurso, Democracia, direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Direito Processual Penal/Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. ISBN: 978537509838
2. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. Abuso do Poder de Registrar. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004, v.1, p.347.  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 8573875526
3. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. Abuso do poder de registrar: controle judicial da legislação de urgência no Brasil e na Itália. UERJ: Rio de Janeiro, 2003, p.329.  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

#### Capítulos de livros publicados

1. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. Repensando o conceito de responsabilidade nos marcos de um constitucionalismo democrático deliberativo. In: Estado, Direito e Democracia. Perspectivas Contemporâneas. 1 ed Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, p. 343-368.  
*Palavras-chave:* Democracia, Filosofia constitucional, constitucionalismo, ética do discurso  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 978537521564
2. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. Alterações relativas às disposições gerais sobre prova no Projeto de CPP, o valor do depoimento de co-imputado. In: Novo Processo Penal à Luz da Constituição. 1 ed Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2011, v.2.  
*Palavras-chave:* processo penal, Acesso à Justiça  
*Áreas do conhecimento:* Direito Processual Penal  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 978537509821
3. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. Constituição e Direito Europeu: Lições para a efetividade dos direitos humanos na América-Meridional. In: Direito Público e Evolução Social. 1 ed Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 195-213.  
*Palavras-chave:* Constituição, Democracia, Direitos Humanos  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. ISBN: 978537521595. Home page: <http://portal.estacio.br/cursos/mestrado-e-doutorado/direito/outras-publicacoes.aspx>
4. NASCIMENTO, Rogério J. B. S. Direitos Políticos na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In: Direitos Fundamentais no Supremo Tribunal Federal: balanço e crítica. 1 ed Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2011, v.1, p. 723-739.



28/10/2015

## Currículo Lattes

*Palavras-chave:* direitos políticos, direitos fundamentais, Democracia  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 9788537509326

5. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
A vida da justiça como chave de compreensão da defesa In: O novo processo penal à luz da constituição 1 ed Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, v.1, p. 91-101.  
*Palavras-chave:* processo penal, Constituição  
*Áreas do conhecimento:* Direito Processual Penal/Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 9788537507896
6. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
A vida da justiça como chave de compreensão do constitucionalismo contemporâneo In: Temas sobre Direitos Humanos em homenagem ao professor Vicente da Paula Barreto 1 ed Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 155-169.  
*Palavras-chave:* Filosofia constitucional, direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Direito Público  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 9788537506851
7. SOUZA NETO, C. P., SARMENTO, Daniel Antonio de Moraes, NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Concretizando a Utopia: Problemas na Efeetividade do Direito a Uma Vida Saudável In: Direitos Sociais, Fundamentos, Judicialização e Direitos Sociais em Espécie ed Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 805-924.  
*Palavras-chave:* direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 9788537503454
8. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Política Criminal e Direitos Humanos: Papel da acusação pública no processo penal democrático In: Direitos Humanos em Evolução ed Xanxerô: Editora UNOESC, 2008, p. 311-323.  
*Palavras-chave:* processo penal, Democracia, direitos fundamentais  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 9788537509519  
*Do prelo*
9. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Reforma do sistema de gestão na área da Justiça In: Política da Gestão Pública Integrada. 1 ed Rio de Janeiro: FGV, 2008, v.1, p. 192-200.  
*Palavras-chave:* Acesso à Justiça, Democracia  
*Áreas do conhecimento:* Direito Público  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 9788522506651
10. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
A constitucionalização do processo penal: Reinterpretando o processo penal à luz do princípio democrático In: A constitucionalização do Direito: fundamentos teóricos e aplicações específicas. 1 ed Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 857-878.  
*Palavras-chave:* processo penal, Democracia, Constituição  
*Áreas do conhecimento:* Direito Processual Penal/Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 8573879785
11. KLEVENHUSEN, Renata Braga, NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Promovendo Democracia: Controle Judicial sobre Disputas Eleitorais In: Direito Público & Evolução Social ed Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 201-240.  
*Palavras-chave:* Democracia, Constituição, controle de constitucionalidade, direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 9788537502778
12. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
A ética do discurso como justificação dos direitos fundamentais na obra de Jürgen Habermas In: Legitimação dos Direitos Humanos 2 ed Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 521-568.  
*Palavras-chave:* direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Direito Público/Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 8571476938
13. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Aspectos processuais da sùmula vinculante: reflexos na efetividade da defesa dos direitos fundamentais In: Acesso à Justiça e Efeetividade do Processo ed Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, v.1, p. 259-290.  
*Palavras-chave:* Acesso à Justiça, Constituição, controle de constitucionalidade, Democracia  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 8573878266
14. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
A ética do discurso como justificação dos direitos fundamentais na obra de Jürgen Habermas In: Legitimação dos direitos humanos ed Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 451-498.  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. ISBN: 8571476152
15. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Improbidade legislativa In: Improbidade administrativa. Dez anos da lei 8.429/1992 ed Belo Horizonte: Del Rey, 2002, p. 409-428.  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

## Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Auditoria independente In: Seminário Governança Corporativa, 1999, Rio de Janeiro.  
*Governança Corporativa.* Rio de Janeiro: Departamento de Relações Institucionais do BNDES, 1999, p.98 - 102  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
2. NASCIMENTO, Rogério J. B. S., GÖES, Shyana Batini César  
Investigation of Organized Crime in the Computer Networking Communications Scenario In: First World Conference on New Trends in Criminal Investigation and Evidence, 1995  
*Proceedings of the First Conference on New Trends in Criminal Investigation and Evidence.* Lelystad: Koninklijke vermande, 1995, v.1, p.505 - 508  
*Referências adicionais:* Holanda/Inglês. Meio de divulgação: Impresso

## Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Segredo e justiça In:  
*Boletim dos Procuradores da República.* Rio de Janeiro: , 1999.  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

## Artigos em revistas (Magazine)

1. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Lei da ficha limpa: conquista que nasceu da iniciativa popular. *Tribuna do Advogado.* Rio de Janeiro, p.21 - 21, 2010.  
*Palavras-chave:* Democracia, Constituição, direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. . Home page: <http://pub.oab-rj.org.br/index.jsp?conteudo=12582>
2. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Na nossa herança comum um caminho para a paz. *DEVARIM.* Rio de Janeiro, p.37 - 43, 2010.  
*Palavras-chave:* Teologia, judaísmo, Cristianismo, direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Teologia/Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [www.docpro.com.br/devarim](http://www.docpro.com.br/devarim)

## Apresentação de trabalho e palestra

1. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Técnica de Denúncia no Treinamento em Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, 2015.  
*(Outra Apresentação de Trabalho)*

28/10/2015

Curriculo Lattes

- Palavras-chave: devido processo legal, Jurisdição, Ministério Público, processo penal*  
*Áreas do conhecimento: Direito Público*  
*Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: FRLD - Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro; Inst promotora/financiadora: Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça*
2. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Aspectos Processuais Polêmicos nas Novas Leis de Lavagem de Capitais e Organizações Criminosas.**, 2014. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave: processo penal, Democracia, direitos fundamentais*  
*Áreas do conhecimento: Direito Processual Penal*  
*Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Plenário do IAB Nacional; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: O Novo Processo Penal Brasileiro: Tópicos Polêmicos; Inst promotora/financiadora: Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB*
  3. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Questões penais controversas a partir da Constituição de 1988.**, 2014. (Seminário, Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave: direito penal, Jurisdição*  
*Áreas do conhecimento: Direito Penal*  
*Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: 25 Anos da Justiça Federal da 2ª Região; Inst promotora/financiadora: EMARF*
  4. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., REHFELD, R. I.**  
**Repensando responsabilidade: limites necessários.**, 2014. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave: Filosofia constitucional, ética do discurso, Psicanálise*  
*Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Auditório da SPRJ; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Psicanálise em Diálogo; Inst promotora/financiadora: Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro*
  5. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**A lavagem de dinheiro revisada à luz da Lei 12.683/2012. Aspectos da investigação dos crime de lavagem de dinheiro no cenário de criminalidade transnacional.**, 2013. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave: processo penal, direito penal, direitos fundamentais*  
*Áreas do conhecimento: Direito Processual Penal*  
*Sectores de atividade: Administração pública, defesa e segurança social*  
*Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro*  
*Participaram do Fórum o Desembargador Federal Abel Gomes e a Juíza de Lixação França-Brasília Carla Sophia Davelos-Ferreira; Local: Centro Cultural da Justiça Federal; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Fórum A Lavagem de dinheiro revisada à luz da Lei 12.683/2012; Inst promotora/financiadora: Escola de Magistratura Federal da 2a. Região - EMARF*
  6. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**A responsabilidade objetiva da lei anti-corrupção e seus efeitos.**, 2013. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave: Democracia, Cidadania, ética, Direito Administrativo*  
*Áreas do conhecimento: Direito Administrativo, Direito Comercial, Filosofia do Direito*  
*Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Auditório Mario Henrique Simonsen. CVM, Rua Sete de Setembro 111, 34º andar; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Deveres e responsabilidades dos administradores; Inst promotora/financiadora: IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa*
  7. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Desenho Institucional Poder Judiciário na Constituição de 1988: a competência do STF.**, 2013. (Seminário, Apresentação de Trabalho)  
*Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro*  
*Participaram do Seminário os professores Ana Lúcia de Lyra Tavares, Carlos Bolonha, Nilton César Flores, Fabiano Gomes, Carlos Eduardo Adriano Japiassú, Rodrigo de Souza Costa e Vicente de Paulo Barreto; Local: Auditório do Campus Menezes Cortes; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Seminário 25 Anos da Constituição; Inst promotora/financiadora: Universidade Estácio de Sá - UNESA, PPGD*
  8. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Nova lei do crime organizado: aspectos processuais.**, 2013. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave: direitos fundamentais, processo penal*  
*Áreas do conhecimento: Direito Processual Penal, Direito Internacional Público, Direito Constitucional*  
*Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro*  
*Participação como debatedor do Delegado da Polícia Federal dr. Tácio Muzzi Carneiro. Presidência pelo Prof. Dr. Antonio do Passos Cabral; Local: Auditório da FRLJ, Av. Rio Pequeno, 31, 6º andar; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Debate: Nova Lei do Crime Organizado; Inst promotora/financiadora: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro*
  9. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Segurança Pública e Constituição. Casuismos na Admissibilidade de HCs na Jurisprudência das Cortes Superiores.**, 2013. (Congresso, Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave: jurisdição constitucional, processo penal, Democracia*  
*Áreas do conhecimento: Direito Público*  
*Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro*  
*Participaram do Congresso os professores Alexandre Moraes da Rosa, Paulo de Tarso Brandão, Sérgio Graziano Sobrinho, Valterena Dufrenback, Maurício Slegemann Dieter, Juarez Cirino dos Santos e Juarez Tavares; Local: Teatro Juarez Machado; Cidade: Joinville; Evento: V Congresso de Ciências Criminais; Inst promotora/financiadora: Univille - Universidade da Região de Joinville - Núcleo de Estudos de Ciências Criminais*
  10. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Cobertura da Atuação da Justiça.**, 2012. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave: Jurisdição, Cidadania*  
*Áreas do conhecimento: Direito Constitucional*  
*Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital; Local: Redação do Jornal O GLOBO; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Palestra para a Editora País; Inst promotora/financiadora: Jornal O GLOBO*
  11. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Lesidade da defesa em um processo penal democrático.**, 2012. (Outra Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave: processo penal, Jurisdição, Constituição, Democracia*  
*Áreas do conhecimento: Direito Processual Penal*  
*Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Procuradoria Regional da República na 2ª Região; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Debate com o autor; Inst promotora/financiadora: Ministério Público Federal*
  12. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**O direito penal à serviço da sustentabilidade.**, 2012. (Seminário, Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave: Constituição, direito penal, direitos fundamentais, direito ambiental*  
*Áreas do conhecimento: Direito Constitucional, Direito Penal*  
*Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital; Local: Auditório do Campus Menezes Cortes; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Semana Jurídica da Unidade Menezes Cortes da Universidade Estácio de Sá; Inst promotora/financiadora: Universidade Estácio de Sá*
  13. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Relacionamento institucional com o Ministério Público Federal.**, 2012. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave: Constituição, direitos fundamentais, Ministério Público*  
*Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Curso de Aperfeiçoamento e Especialização para Magistrados Federais - CAE; Inst promotora/financiadora: Escola de Magistratura Federal - EMARF*
  14. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Inelegibilidades: Aplicação da Lei Ficha Limpa.**, 2011. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave: Democracia, direitos políticos, jurisdição constitucional*  
*Áreas do conhecimento: Direito Constitucional, Direito Público*  
*Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro*  
*Confidência apresentada em evento que contou com as participações de Emerson Garcia e de Luis Marco Vitor Alves Pereira; Local: Edifício Sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Eleições 2012: Atuação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Inst promotora/financiadora: Centro de Estudos Jurídicos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*

28/10/2015

## Currículo Lattes

- CEJUR

15. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Lealdade da Defesa no Processo Penal**, 2011. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave:* processo penal, ética do discurso, Democracia, direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Direito Processual Penal Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Campus Nova América; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: IX Encontro Intercampi; Inst promotora/financiadora: Universidade Estácio de Sá
16. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., CASARA, Rubens R. R., DE PAULA, Leonardo Costa**  
**Lealdade da Defesa no Processo Penal**, 2011. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave:* processo penal, ética do discurso, Democracia, direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Direito Processual Penal Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro  
*Aula Magna proferida tendo como debatedores os professores Rubens Casara e Leonardo da Paula; Local: Auditório do Campus Meneses Cortes - UNESA. Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Aula Magna - Curso de Direito - Unidade Meneses Cortes; Inst promotora/financiadora: Universidade Estácio de Sá*
17. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Lealdade da Defesa no Processo Penal**, 2010. (Seminário Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave:* processo penal, ética do discurso, Democracia, direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Direito Processual Penal Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português; Local: Campus Meneses Cortes - UNESA, Cidade: Rio de Janeiro; Evento: II Seminário de Pesquisa da Universidade Estácio de Sá; Inst promotora/financiadora: Universidade Estácio de Sá
18. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Pressupostos Constitucionais do Direito Eleitoral**, 2010. (Seminário Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave:* Constituição, Democracia, direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional Direito Público  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Escola Nacional da Magistratura; Cidade: Brasília; Evento: Seminário do Direito Eleitoral; Inst promotora/financiadora: Escola Nacional da Magistratura
19. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Valor do depoimento do co-imputado e alterações relativas à prova no PLS 156/09**, 2010. (Comunicação Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave:* processo penal, Constituição  
*Áreas do conhecimento:* Direito Processual Penal Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português; Local: Salão Nobre da UFPR; Cidade: Curitiba; Evento: Jornada do Núcleo de Direito Processual Penal da UFPR; Inst promotora/financiadora: Núcleo de Direito Processual Penal e Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) da UFPR
20. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**A culpabilidade como fundamento da individualização da pena**, 2009. (Seminário Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave:* direito penal, Constituição, direitos fundamentais, Acesso à Justiça  
*Áreas do conhecimento:* Direito Público  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro  
Evento realizado com a participação da Professora Fernanda Tórtima da UFRJ e, em outros painéis, dos professores João Meslin FUC-RJ, Silvana Baitira César Goes UCAM e Sérgio Moro UFPR; Local: Auditório do Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Aplicação da Pena e Temas Conexos; Inst promotora/financiadora: Escola de Magistratura da Justiça Federal - EMARF
21. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**A limitação dos meios de prova: em busca da democratização da instrução probatória**, 2009. (Comunicação Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave:* Constituição, processo penal, Democracia  
*Áreas do conhecimento:* Direito Processual Penal Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português; Local: Universidade Federal do Paraná; Cidade: Curitiba; Evento: Constituição e o Projeto 156/09 PLS de reforma global do Código de Processo Penal; Inst promotora/financiadora: Universidade Federal do Paraná e Universidade Estácio de Sá - RJ
22. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Ética e legitimidade dos mandatos políticos diante do novo quadro social decorrente da atuação das milícias e do tráfico de drogas**, 2009. (Seminário Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave:* Democracia, direitos fundamentais, processo penal  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional Direito Processual Penal  
*Referências adicionais:* Brasil/Português; Local: Auditório da EMERJ; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Crime Organizado Seminário; Inst promotora/financiadora: Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro
23. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Provas ilícitas**, 2009. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave:* Constituição, processo penal  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional Direito Processual Penal  
*Referências adicionais:* Brasil/Português; Local: Hotel Le Canton; Cidade: Teresópolis; Evento: I Forum Regional Criminal da 2ª Região RJ/ES Alterações do CPP; Inst promotora/financiadora: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
24. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Direito à Saúde e a Realidade do SUS**, 2008. (Congresso Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave:* direitos fundamentais, Constituição, inclusão social  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Centro de Convenções SulAmérica; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: X Conferência Estadual dos Advogados; Inst promotora/financiadora: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Rio de Janeiro - OAB RJ
25. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Limites da lei na cobertura de eleições municipais**, 2008. (Seminário Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave:* Democracia, Constituição, direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Direito Público  
*Referências adicionais:* Brasil/Português  
Debate com a participação de Alessandra Akle, cientista política IUPERJ, Paulo D'Ávila, cientista político PUC-Rio e Chico Oldivo, repórter da Editora da Política de O GLOBO, tendo como mediador o Prof. César Romero da PUC-Rio; Local: Auditório R-102 PUC Rio; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Debate Eleições e os desafios da cobertura; Inst promotora/financiadora: Departamento da Comunicação Social da PUC-RJ
26. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**O papel do servidor do judiciário no estado democrático de direito**, 2008. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave:* Democracia, Acesso à Justiça  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional Direito Público  
*Seres de atividade:* Administração pública, defesa e segurança social  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Palestra; Inst promotora/financiadora: Escola de Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro
27. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Propaganda Eleitoral na Internet: limites e possibilidades**, 2008. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave:* Democracia, direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Direito Público  
*Referências adicionais:* Brasil/Português  
Fizeram parte da mesa Luiz Márcio Victor Alves Pereira - Juiz Coordenador da Propaganda Eleitoral do TRE/RJ e o Prof. Gustavo Binzmom da Faculdade de Direito da UERJ; Local: Plenário do IAB-RJ; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Sessão Temática do IAB - Propaganda Eleitoral na Internet; Inst promotora/financiadora: Instituto dos Advogados Brasileiros
28. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Promovendo Democracia: Controle Judicial sobre as disputas eleitorais**, 2007. (Seminário Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave:* Democracia, Constituição, controle da constitucionalidade, direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Local: Auditório do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Seminário Luso-brasileiro da Direito Constitucional em Homenagem a Ministro Pertence; Inst promotora/financiadora: Universidade Estácio de Sá



28/10/2015

## Curriculum Lattes

29. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**A Impugnação de Mandato Parlamentar: uma interpretação do art. 14 § 10 da Constituição Federal, 2006.** (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave:* Constituição, Democracia, controle de constitucionalidade  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Sede do IAB; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: IAB e os Grandes Temas Nacionais; Inst promotora/financiadora: Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB
30. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Proteção constitucional da legitimidade no processo eleitoral, 2006.** (Seminário Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave:* Constituição, Democracia, Acesso à Justiça  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Auditório do Campus Meneses Cortes, Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Seminário Luso-Brasileiro do Direito Constitucional; Inst promotora/financiadora: Universidade Estácio de Sá
31. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., OLIVEIRA, F. Bayma de**  
**Reforma do Sistema de Gestão na Área da Justiça, 2006.** (Seminário Apresentação de Trabalho)  
*Palavras-chave:* Acesso à Justiça  
*Áreas do conhecimento:* Direito Público  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Impresso; Local: Auditório da Fundação Getúlio Vargas - RJ; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Seminário Nacional da Política de Gestão Pública Integrada - FGV; Inst promotora/financiadora: EBAP - FGV
32. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Precedentes vinculantes. Aspectos processuais, 2005.** (Seminário Apresentação de Trabalho)  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Impresso  
*realizado em 07 de maio;* Local: Campus Nova América; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Seminário Interdisciplinar do Direito Público sobre Reforma do Judiciário; Inst promotora/financiadora: Universidade Estácio de Sá
33. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Uma abordagem constitucional da inclusão social. O papel integrador da constituição, 2005.** (Seminário Apresentação de Trabalho)  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Impresso  
*realizado na dia 20 de maio;* Local: Hotel Sofitel; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Direito e Inclusão Social - 35 anos de criação do Curso de Direito; Inst promotora/financiadora: Universidade Estácio de Sá
34. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., GOUVEIA, Jorge Barcelar**  
**A constituição e o direito europeu, 2004.** (Seminário Apresentação de Trabalho)  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Impresso  
*realizado em 10 de setembro;* Local: Auditório do Campus Meneses Cortes; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Seminário Internacional; Inst promotora/financiadora: Universidade Lusitana / Universidade Estácio de Sá
35. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**A constituição e o ensino do direito penal, 2004.** (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Impresso  
*realizado em 13 de agosto;* Local: Campus Rebouças; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Oficina de Atualização dos Professores do Direito Penal; Inst promotora/financiadora: Universidade Estácio de Sá
36. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Abuso do poder de legislar. O caso das medidas provisórias, 2004.** (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Impresso  
*realizado em 09 de outubro;* Local: Campus Tom Jobim; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Oficina de Atualização dos Professores do Direito Público; Inst promotora/financiadora: Universidade Estácio de Sá
37. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Aspectos criminais no romance o Crime do Padre Amaro, 2004.** (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Outro  
*realizado em 08 de novembro;* Local: Campus Rebouças; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Programação do Curso de Graduação em Direito - Literatura e Direito; Inst promotora/financiadora: Universidade Estácio de Sá
38. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Crimes contra a ordem tributária, 2004.** (Congresso Apresentação de Trabalho)  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Impresso  
*realizado em 12 e 13 de maio;* Local: Auditório da EMERJ; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Congresso Anual V JurisCidade - Direito Penal Econômico; Inst promotora/financiadora: Instituto de Pesquisas e Estudos Jurídicos - IPEJUR / UniverCidade
39. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., GOUVEIA, Jorge Barcelar**  
**Fiscalização da constitucionalidade, 2004.** (Seminário Apresentação de Trabalho)  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Impresso  
*realizado em 11 de setembro;* Local: Barra Garden Hot; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Seminário Internacional do Direito Constitucional; Inst promotora/financiadora: Universidade Lusitana / Universidade Estácio de Sá
40. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Investigação direta de crimes pelo Ministério Público, 2004.** (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Impresso  
*realizado em 27 de agosto;* Local: Campus Tom Jobim; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Oficina de Atualização dos Professores do Direito Processual Penal; Inst promotora/financiadora: Universidade Estácio de Sá
41. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Lavagem de dinheiro e parâmetros fiscais. Combate e prevenção, 2004.** (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Impresso  
*realizado em 23 de novembro;* Local: Auditório do IAB; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Conferência sobre Lavagem de Dinheiro; Inst promotora/financiadora: Instituto dos Advogados do Brasil / IAB
42. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Ministério público com protagonista da defesa da cidadania, 2004.** (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Impresso  
*realizado em 26 de abril;* Local: Auditório; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Palestra; Inst promotora/financiadora: Faculdade de Direito Evandro Lins e Silva
43. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., FROSSARD, Denise, TEMISTOCLES, Alexandra**  
**Política criminal e segurança pública, 2004.** (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Impresso  
*realizado em 06 de novembro;* Local: Campus Tom Jobim; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: III Encontro Interamp; Inst promotora/financiadora: Universidade Estácio de Sá
44. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., VILLARD, Marcio, LOTROSKA, Michel**  
**Controle social no SUS, 2003.** (Seminário Apresentação de Trabalho)  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Impresso  
*realizado em 16 de dezembro;* Local: Hotel Rio's Presidente; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Seminário sobre Controle Social; Inst promotora/financiadora: Assessoria Jurídica do Grupo pela Vida
45. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Responsabilidade penal na violação da propriedade intelectual, 2003.** (Seminário Apresentação de Trabalho)  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Impresso  
*realizado em 28 e 30 de novembro;* Local: Auditório da Procuradoria da República; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Seminário Propriedade Intelectual e a Tutela dos Interesses Difusos; Inst promotora/financiadora: Escola Superior do Ministério Público Federal
46. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Governance and transparency, 2002.** (Seminário Apresentação de Trabalho)  
*Referências adicionais:* Argentina/Inglês. Meio de divulgação: Impresso; Cidade: Buenos Aires; Evento: First British Council seminar in this series for Latin America and Caribbean
47. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
**Vigilância sanitária, cidadania e saúde, 2001.** (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)  
*Referências adicionais:* Brasília/Português. Meio de divulgação: Impresso

28/10/2015

## Currículo Lattes

realizado em 26 e 30 de novembro.; Local: Auditório; Cidade: Brasília; Evento: Conferência Nacional de Vigilância Sanitária

48. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Redução da marginalidade social: justiça, mediação e auxílio às vítimas dos crimes, 2000.  
(Outra Apresentação de Trabalho)  
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso  
realizado de 23 a 25 de outubro.; Local: Auditório; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: 57<sup>th</sup> Annual Course  
International de Criminology; Inst promotora/financiadora: Société Internationale de Criminologie
49. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Governança corporativa, 1998. (Seminário Apresentação de Trabalho)  
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Local: Auditório; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: Seminário Governança Corporativa - dedicado à Auditoria Independente;  
Inst promotora/financiadora: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa IBGC / CVM / BNDDES
50. NASCIMENTO, Rogério J. B. S., GÔES, Sílvia Batini César  
Investigation of Organized Crime in the Computer Networking Communications Scenario, 1997.  
(Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)  
Referências adicionais: Bélgica/Inglês. Meio de divulgação: Outro; Local: university of Koninklijke; Evento: Proceedings of the First World Conference on New Trends in Criminal Investigation and Evidence;  
Inst promotora/financiadora: Koninklijke vermaende Open university of the Netherlands
51. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Criminal Investigation and Evidence, 1995. (Conferência ou palestra Apresentação de Trabalho)  
Referências adicionais: Holanda/Inglês. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Haia; Evento: First World  
Conference on New Trends in Criminal Investigation and Evidence

## Demais produções bibliográficas

1. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Processo Penal Comunicativo, Comunicação processual à luz da filosofia de Jürgen Habermas.  
Curitiba: Juruá, 2014. (Prefácio, Prefácio, Pós-fácio)  
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
2. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
A qualidade da administração judiciária e a governança como propulsores da efetividade da prestação jurisdicional. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Lumen Juris, 2013. (Prefácio, Prefácio, Pós-fácio)  
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
3. MENDES, Abílio G. C., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., SILVA, L. C. P.  
Legitimidade do indivíduo nas Ações Coletivas. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2013. (Apresentação, Prefácio, Pós-fácio)  
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
4. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Diálogos Institucionais e Ativismo. Curitiba: Juruá, 2010. (Apresentação, Prefácio, Pós-fácio)  
Palavras-chave: Constituição, controle da constitucionalidade, Democracia  
Áreas do conhecimento: Direito Constitucional  
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
5. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Direito à imparcialidade de julgamento. Artigo publicado na Internet, 2009. (Outra produção bibliográfica)  
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [www.estacio.br/artigos](http://www.estacio.br/artigos)

## Produção técnica

## Demais produções técnicas

1. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Técnica de Denúncia no Treinamento em Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, 2015.  
(Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)  
Palavras-chave: processo penal, Jurisdição, devido processo legal  
Áreas do conhecimento: Direito Público  
Referências adicionais: Brasil/Português. 1 dia. Meio de divulgação: Outro
2. NASCIMENTO, Rogério J. B. S., BESSO, S. M.  
Gênero, Direito e Saúde, 2014. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)  
Palavras-chave: Direitos Humanos, Discriminação por gênero, Sistema penitenciário  
Referências adicionais: Brasil/Português. 3 horas.
3. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
As Reformas Pontuais do Código de Processo Penal, 2012. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)  
Palavras-chave: processo penal, direitos fundamentais  
Referências adicionais: Brasil/Português. 8 horas. Meio de divulgação: Outro
4. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Direito Penal e Processo Penal Eleitoral, 2010. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)  
Palavras-chave: processo penal, Democracia  
Referências adicionais: Brasil/Português. 3 horas. Meio de divulgação: Meio digital
5. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Habilitação à candidatura e condições de elegibilidade, 2010. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)  
Palavras-chave: Democracia, Constituição, direitos fundamentais  
Referências adicionais: Brasil/Português. 2 horas.
6. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Combate à Lavagem de Ativos nos Marcos do Estado Democrático de Direito, 2007.  
(Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)  
Palavras-chave: Democracia, processo penal, direito penal  
Áreas do conhecimento: Direito Público  
Referências adicionais: Brasil/Português. 2 horas.  
Curso de Ambientação para Juizes Federais, parte integrante do Curso de Aperfeiçoamento e Especialização para Magistrados Federais - CAE, ministrado em 03 de dezembro de 2007.

## Educação e Popularização de C&amp;T

## Apresentação de trabalho e palestra

1. NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Técnica de Denúncia no Treinamento em Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, 2015.  
(Outra Apresentação de Trabalho)  
Palavras-chave: devido processo legal, Jurisdição, Ministério Público, processo penal  
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: PNLD - Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro; Inst promotora/financiadora: Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça

## Curso de curta duração ministrado

28/10/2015

Curriculo Lattes

1. NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.  
**Técnica de Denúncia no Treinamento em Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro**, 2015.  
(Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)  
*Palavras-chave:* processo penal, Jurisdição, devido processo legal  
*Áreas do conhecimento:* Direito Público  
*Referências adicionais:* Brasil/Português 1 dia Meio de divulgação: Outro

#### Demais produções técnicas














1. NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.  
**Técnica de Denúncia no Treinamento em Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro**, 2015.  
(Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)  
*Palavras-chave:* processo penal, Jurisdição, devido processo legal  
*Áreas do conhecimento:* Direito Público  
*Referências adicionais:* Brasil/Português 1 dia Meio de divulgação: Outro

## Orientações e Supervisões

Orientações e supervisões

#### Orientações e supervisões concluídas

##### Dissertações de mestrado : orientador principal

1.  Wank Remy Medrado. **A detração penal nas medidas cautelares de natureza pessoal**. 2013. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
*Referências adicionais:* Brasil/Português
2.  Gisela Vasconcelos Espoel. **Acesso à Justiça e Efetividade do Processo**. 2013. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* Acesso à Justiça, processo penal, Democracia  
*Áreas do conhecimento:* Direito Processual Penal/Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português
3.  Luiz Cláudio Moura de Almeida. **Dificuldades na determinação da competência para tutela coletiva**. 2013. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
*Referências adicionais:* Brasil/Português
4.  Gustavo Marques Fernandes. **Inafastabilidade da tutela jurisdicional frente às regras de competência territorial previstas na CLT.** 2013. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
*Referências adicionais:* Brasil/Português
5.  Sérgio Anunes Lima Junior. **O Controle de constitucionalidade contemporâneo na França e no Brasil - nova visão do sistema de controle brasileiro e da atuação do supremo tribunal federal no papel de guardião da constituição.** 2013. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* controle de constitucionalidade, Acesso à Justiça, direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português
6.  Genivaldo Guimarães. **O sistema prisional da Bahia. A vida reduzida a seis metros quadrados.** 2013. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
*Referências adicionais:* Brasil/Português
7.  Thiago Miranda Mnaçó. **Condições da Ação Penal**. 2012. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* Acesso à Justiça, processo penal, Constituição  
*Áreas do conhecimento:* Direito Processual Penal/Direito Constitucional  
*Sectores de atividade:* Administração pública, defesa e seguridade social  
*Referências adicionais:* Brasil/Português
8.  Lela da Costa Loureiro. **Os filhos do novo direito: a filiação sócio afetiva e a pluriparentalidade à luz do princípio da efetividade.** 2012. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* Bioética, direitos fundamentais, inclusão social  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional/Direito Civil  
*Referências adicionais:* Brasil/Português
9.  Luciana Siqueira de Carvalho. **Direitos fundamentais de participação e legitimação da justiça eleitoral no estado democrático de direito: uma compreensão discursiva.** 2010. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* direitos fundamentais, Acesso à Justiça, Democracia  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Sectores de atividade:* Administração pública, defesa e seguridade social  
*Referências adicionais:* Brasil/Português  
*Aprovada com grau máximo.*
10.  Orlando Luiz Zanen Junior. **Garantia Fundamental da Proteção Judicial Efetiva: inconstitucionalidade das vedações genéricas às tutelas sumárias.** 2010. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* controle de constitucionalidade, Acesso à Justiça, direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português
11.  Karina Blanco Fernandes. **Mínimo Existencial e o princípio da capacidade contributiva.** 2010. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* Constituição, direitos fundamentais, inclusão social  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português
12.  Clayton Cesar Wandtscher. **Processo eletrônico: as novas tecnologias da informação e da comunicação a serviço do poder judiciário na sociedade da informação.** 2010. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* Acesso à Justiça, processo civil, processo penal, Constituição  
*Áreas do conhecimento:* Direito Processual Civil/Direito Processual Penal/Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português  
*Inter UNESA/UNOESC*
13.  Roberta Lemos da Silva. **Ação de impugnação de mandato eletivo: um instrumento de**




28/10/2015

## Currículo Lattes




- participação cidadã em prot de uma representação mais legítima. 2009. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Democracia, Acesso à Justiça, Constituição, direitos fundamentais  
Áreas do conhecimento: Direito Constitucional  
Referências adicionais: Brasil/Português.
14.  José Jacir Vitozovski. **Contribuindo para uma teoria geral dos processos coletivos**. 2008. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Acesso à Justiça, Constituição, direitos fundamentais  
Áreas do conhecimento: Direito Público  
Referências adicionais: Brasil/Português.
15.  Sílvia Rodrigues da Silveira Saverio. **Justiça restaurativa como meio de assegurar maior efetividade na solução de conflitos no curso da execução penal**. 2008. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Constituição, processo penal  
Áreas do conhecimento: Direito Processual Penal  
Referências adicionais: Brasil/Português.
16.  Luísa Cristina Bottrel Souza. **O processo eletrônico como apoio à efetividade da prestação jurisdicional penal - possibilidade de inovação nos marcos de um processo garantista**. 2008. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: processo penal, direitos fundamentais, Acesso à Justiça  
Áreas do conhecimento: Direito Processual Penal/Direito Constitucional  
Referências adicionais: Brasil/Português.
17.  Caio Márcio Gutterres Taranto. **A aplicação do precedente jurisdicional no processo civil**. 2007. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Acesso à Justiça, Democracia, Constituição  
Referências adicionais: Brasil/Português  
Banca integrada pelo Professor Celso de Albuquerque Silva da PUC/RJ e pelo Professor Humberto Dala Bernardina do Pinho UNESA
18.  Alessandro Jorio Salles Soares. **A legitimação para agir nas ações coletivas em defesa do conhecimento tradicional associado à biodiversidade**. 2007. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: direitos fundamentais, Constituição, Acesso à Justiça  
Referências adicionais: Brasil/Português  
Dissertação aprovada pela banca integrada pelo prof. orientador, pelo prof. Claudio Pereira da Souza Neto da UFF e pelo prof. Nilton César da Silva Flores da UNESA
19.  Marcos Barbosa Vasques. **A teoria geral do garantismo e sua aplicação no controle constitucional de constitucionalidade das leis tributárias do Iptu após a EC 29/2000**. 2007. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: controle de constitucionalidade, Acesso à Justiça  
Referências adicionais: Brasil/Português  
Dissertação aprovada por banca composta pelo prof. orientador, pelo prof. Adilson Rodrigues Pires da UERJ e pelo prof. Geraldo Luiz Mascarenhas Prado da UNESA
20.  Celso Armando Janczeski. **Controle de Constitucionalidade das leis municipais e o princípio federativo**. 2007. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: controle da constitucionalidade  
Áreas do conhecimento: Direito Constitucional  
Referências adicionais: Brasil/Português  
Banca integrada pela Professora Carla Izolda Fiuza da Costa Marshall do Itamarc-RJ e pela Professora Renata Braga Klevenhusen da UNESA
21.  Thiago Rodrigues Pereira. **Nietzsche e a Legitimidade da Jurisdição Constitucional: uma análise genealógica da verdade no Direito**. 2007. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: controle da constitucionalidade, Acesso à Justiça  
Áreas do conhecimento: Direito Constitucional  
Referências adicionais: Brasil/Português  
Banca integrada pelo Professor Fábio Corrêa Souza da Oliveira da UERJ e pela Professora Renata Braga Klevenhusen da UNESA
22.  Francisco Antonio Ibrahim Netto. **A responsabilidade parlamentar pela elaboração legislativa inconstitucional porque violadora dos direitos fundamentais**. 2006. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: controle da constitucionalidade, direitos fundamentais, Democracia  
Áreas do conhecimento: Direito Constitucional  
Referências adicionais: Brasil/Português  
Banca integrada pelo Professor Claudio Pereira da Souza Neto UFF e pela Professora Rosângela Maria Azevedo Gomes da UNESA
23.  Marise Pessoa Cavalcanti. **Conselhos Municipais como instrumento de efetivação da democracia**. 2006. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
Áreas do conhecimento: Direito Constitucional  
Referências adicionais: Brasil/Português.
24.  LUCIA FROTA PESTANA DE AGUIAR SILVA. **A tutela preventiva na proteção dos animais**. 2005. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: direitos fundamentais, processo civil, Acesso à Justiça  
Áreas do conhecimento: Direito Processual Civil/Direito Constitucional  
Referências adicionais: Brasil/Português.
25.  Vólia Bonfim Cassar. **Soluções Extrajudiciais aos conflitos decorrentes do exercício do direito fundamental ao trabalho**. 2005. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
Áreas do conhecimento: Direito Público  
Referências adicionais: Brasil/Português.
26.  Therezinha de Jesus Mendes de Macedo. **Acesso à Justiça como meio de efetivação do direito social**. 2004. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
Áreas do conhecimento: Direito Público  
Referências adicionais: Brasil/Português.

## Teses de doutorado : orientador principal

1.  Cláudia Aquilar Silva Brito. **Processo Penal Comunicativo: crítica ao modelo processual penal vigente a partir do agir comunicativo de Jürgen Habermas**. 2014. Tese (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: processo penal, ética do discurso, Jurisdição  
Áreas do conhecimento: Direito Processual Penal  
Referências adicionais: Brasil/Português.

28/10/2015

## Curriculum Lattes

2.  Marcio Vieira Santos. **A democracia participativa na garantia da soberania popular e da máxima efetividade dos direitos políticos.** 2013. Tese (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* Democracia, Constituição, inclusão social  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português.
3.  Mauro Augusto Ponce de Leão Braga. **A higidez da decisão justa.** 2012. Tese (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* Acesso à Justiça, Filosofia constitucional  
*Áreas do conhecimento:* Direito Público  
*Referências adicionais:* Brasil/Português.
4.  Ariane Trevisan Fiori Davidovich. **O direito e o biopoder: a relação entre o corpo humano e o exercício do poder estatal.** 2011. Tese (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* Biótica, direitos fundamentais, processo penal, Filosofia constitucional  
*Áreas do conhecimento:* Direito Público  
*Sectores da atividade:* Administração pública, defesa e segurança social  
*Referências adicionais:* Brasil/Português.

### Orientações e supervisões em andamento

#### Dissertações de mestrado : orientador principal

1.  Daniel Archer França da Silva. **Ações afirmativas como meio de concretização dos direitos fundamentais no sistema prisional.** 2013. Dissertação (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
*Referências adicionais:* Brasil/Português.

#### Teses de doutorado : orientador principal

1.  Luciana Siqueira de Carvalho. **ATIVIDADE REGULATÓRIA DA JUSTIÇA ELEITORAL E RESPONSABILIDADE POLÍTICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO - UMA ABORDAGEM DISCURSIVA.** 2012. Tese (Direito) - Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* direitos políticos, ética do discurso, Democracia, Constituição  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português.

## Eventos

### Eventos

#### Participação em eventos

1. Simposista no(a) **International Visitor Leadership Program**, 2015. (Simposio)  
Convenção da Haia sobre Efeitos Cíveis da Subtração de Crianças.
2. Conferencista no(a) **O Novo Processo Penal Brasileiro: Tópicos Polêmicos**, 2014. (Oficina)  
Aspectos processuais controversos da lei de lavagem de capitais e de combate às organizações criminosas.
3. Conferencista no(a) **25 anos da Justiça Federal da 2ª Região**, 2014. (Seminário)  
Questões Penais Controversas a partir da Constituição de 1988.
4. Conferencista no(a) **Psicanálise em Diálogo**, 2014. (Seminário)  
Repensando responsabilidade: limites necessários.
5. **19th International Congress of Penal Law**, 2014. (Congresso)
6. Conferencista no(a) **Forum A lavagem de dinheiro revisitada à luz da Lei 12.683/2012**, 2013. (Seminário)  
Atuação de dinheiro revisitada à luz da Lei 12.683/2012. Aspectos da investigação dos crimes de lavagem de dinheiro no cenário de criminalidade transnacional.
7. Conferencista no(a) **Deveres e responsabilidades dos administradores**, 2013. (Seminário)  
A responsabilidade objetiva da lei anti-corrupção e seus efeitos.
8. Conferencista no(a) **Seminário 25 Anos da Constituição**, 2013. (Seminário)  
Desenho Institucional do Poder Judiciário na Constituição de 1988: a competência do STF.
9. Conferencista no(a) **Debate: Nova Lei do Crime Organizado**, 2013. (Oficina)  
Nova lei do crime organizado: aspectos processuais.
10. Conferencista no(a) **V Congresso de Ciências Criminais**, 2013. (Congresso)  
Segurança Pública e Constituição. Casuísticas na Admissibilidade de HCs na Jurisprudência das Cortes Superiores.
11. Conferencista no(a) **Palestra para jornalistas da Editora Pais do Jornal O GLOBO**, 2012. (Encontro)  
Cobertura da atuação da Justiça.
12. Conferencista no(a) **Debate com o autor**, 2012. (Outra)  
Lealdade da defesa em um processo penal democrático.
13. Conferencista no(a) **Semana Jurídica da Unidade Menezes Cortes da Universidade Estácio de Sá**, 2012. (Seminário)  
O direito penal à serviço da sustentabilidade.
14. Conferencista no(a) **Curso de Aperfeiçoamento e Especialização para Magistrados Federais** - CAE, 2012. (Seminário)  
Relacionamento institucional com o Ministério Público Federal.
15. Apresentação Oral no(a) **Eleições 2012: Atuação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, 2011. (Seminário)  
Inelegibilidades: aplicação da Lei da Ficha Limpa.
16. Apresentação Oral no(a) **IX Encontro Intercampi**, 2011. (Encontro)  
Lealdade da Defesa no Processo Penal.
17. Apresentação Oral no(a) **Aula Magna - Curso de Direito - Unidade Menezes Cortes**, 2011. (Outra)  
Lealdade da Defesa no Processo Penal.
18. Apresentação Oral no(a) **II Seminário de Pesquisa da Universidade Estácio de Sá**, 2010. (Seminário)  
Lealdade da Defesa no Processo Penal.
19. Apresentação Oral no(a) **Seminário de Direito Eleitoral**, 2010. (Seminário)  
Pressupostos Constitucionais do Direito Eleitoral.
20. Apresentação Oral no(a) **Debate Eleições os desafios da cobertura**, 2008. (Outra)  
Limites da lei na cobertura de eleições municipais.

28/10/2015

## Currículo Lattes

21. Apresentação Oral no(a) Sessão Temática do IAB - Propaganda Eleitoral na Internet. 2008. (Outra)  
Propaganda Eleitoral na Internet. Limites e possibilidades.
22. Conferencista no(a) I Semana Jurídica do CAD, 2008. (Simpósio)  
20 anos da Constituição.
23. Conferencista no(a) Encontro Intercampi da Universidade Estácio de Sá, 2007. (Encontro)  
Controle Incidentar da Constitucionalidade pela via da Ação Civil Pública.
24. Apresentação Oral no(a) Seminário Luso-brasileiro de Direito Constitucional em Homenagem a Ministro Perence, 2007. (Seminário)  
Promovendo Democracia: Controle Judicial sobre as disputas eleitorais.
25. Conferencista no(a) Palestra, 2006. (Outra)  
A impugnação de mandato parlamentar: uma interpretação do art. 14 § 10 da Constituição Federal.
26. Conferencista no(a) Seminário Luso-brasileiro de Direito Constitucional, 2006. (Seminário)  
Proteção Constitucional da Legitimidade no Processo Eleitoral.
27. Apresentação Oral no(a) Seminário Nacional de Política de Gestão Pública Integrada - FGV, 2006. (Seminário)  
Reforma de Sistemas de Gestão na Área da Justiça.
28. Conferencista no(a) O papel da sociedade para o fortalecimento do regime republicano: os canais de participação popular para a formação da vontade política nos Poderes Legislativo e Executivo, 2006. (Seminário)  
1º Ciclo de Debates Estado, Governo e Sociedade na Defesa dos Direitos Individuais e Coletivos, Sociais e Difusos.
29. Conferencista no(a) Uma abordagem constitucional da inclusão social. O papel integrador da constituição, 2005. (Seminário)  
Seminário Direito e Inclusão Social.
30. Conferencista no(a) V Seminário de Direito Militar, 2005. (Seminário)  
Situação de Admissibilidade do Militar Portador Assintomático do Virus HIV.
31. Conferencista no(a) Fiscalização da Constitucionalidade, 2004. (Seminário)  
Seminário Luso-Brasileiro de Direito Constitucional.
32. Seminar Socius - Governance and Transparency, 2002. (Seminário)  
Atuação do Ministério Público no Combate à Corrupção no Brasil.
33. Moderador no(a) Redução da Marginalidade Social: Justiça, Mediação e Auxílio às Vítimas de Crimes, 2000. (Seminário)  
57ème Cours International de Criminologie.
34. , 1997. (Seminário)  
Lavagem de Dinheiro.
35. Apresentação Oral no(a) Investigation of Organized Crime in the computer Networking Communications Scenario, 1995. (Congresso)  
First World Conference on New Trends in Criminal Investigation and Evidence.

## Bancas

Bancas

## Participação em banca de trabalhos de conclusão

## Mestrado

1. NASCIMENTO, Rogério J. B. S., BONIZZATTO, Luigi, EMERIQUE, L. B.  
Participação em banca de Mariana Musse Pereira. A constitucionalização simbólica e sua aplicação contemporânea à Constituição de 1988., 2015  
(Direito) Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Palavras-chave: constitucionalismo, Democracia  
Referências adicionais : Brasil/Português.
2. NASCIMENTO, Rogério J. B. S., PINHO, Humberto Dalla B., GAIO JUNIOR, A. P.  
Participação em banca de Luiz Cláudio Moura de Almeida. Análise de Competência na Tutela Coletiva, 2015  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Acesso à Justiça, Constituição, processo civil  
Referências adicionais : Brasil/Português.
3. NASCIMENTO, Rogério J. B. S., SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da, TUPINAMBA, C.  
Participação em banca de Gustavo Marques Fernandes. O acesso à justiça dos trabalhadores saffistas migratórios em face das regras de competência territorial previstas na CLT., 2015  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Acesso à Justiça, Constituição, Jurisdição  
Áreas do conhecimento : Direito do Trabalho, Direito Constitucional  
Referências adicionais : Brasil/Português.
4. NASCIMENTO, Rogério J. B. S., FONTES, A. R. C., CALDEIRA, A. C. P.  
Participação em banca de Douglas Borges de Vasconcelos. Policy Analysis: a política pública brasileira de combate à lavagem de dinheiro., 2015  
(DIREITO) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Palavras-chave: direito penal, constitucionalismo, políticas públicas  
Referências adicionais : Brasil/Português.
5. CIOTOLA, M. R., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., NIGRO, R. B.  
Participação em banca de Miriam Azevedo Hernandez Perez. A contribuição da tecnologia para a democracia sob a ótica de Jürgen Habermas., 2014  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: ética do discurso, Democracia, direitos fundamentais, Tecnologia  
Áreas do conhecimento : Direito Público  
Referências adicionais : Brasil/Português.
6. Quintana, F., SILVA, C. A., NASCIMENTO, Rogério J. B. S.  
Participação em banca de Claudio Felipe Alexandre Magiol Nunes. Legitimidade, Poder Judiciário e Políticas Públicas, 2014  
(DIREITO) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Referências adicionais : Brasil/Português.
7. MENDES, Aloisio G. C., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., RODRIGUES, M. A.  
Participação em banca de Pablo Cesar Nunes Borgo Guimarães. Limites de Alteração Objetiva da Demanda: a questão dos fatos supervenientes e de nova notícia verificados no curso do processo., 2014  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: processo civil, Jurisdição  
Áreas do conhecimento : Direito Processual Civil  
Referências adicionais : Brasil/Português.
8. MENDES, Aloisio G. C., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., TUPINAMBA, C.  
Participação em banca de Roberta Dumari Pessanha. O cumprimento das sentenças coletivas, 2014  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: processo civil, Acesso à Justiça  
Referências adicionais : Brasil/Português.
9. MENDES, Aloisio G. C., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., RODRIGUES, M. A.  
Participação em banca de Caroline Gaudin Rezende. O Musterverfahren como mecanismo de efetividade do acesso à justiça e a sua convivência com a tutela coletiva., 2014



28/10/2015

Curriculum Lattes

- (Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: processo civil, Jurisdição, Acesso à Justiça  
Áreas do conhecimento: Direito Processual Civil  
Referências adicionais: Brasil/Português.
10. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., JAFIASSU, Carlos Eduardo Adriano, AMARAL, Thiago Bottino Do**  
Participação em banca de Gisela Vasconcelos Espinel. **A atividade probatória do juiz no processo penal.** 2013  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: processo penal, direitos fundamentais, Democracia, ética do discurso  
Áreas do conhecimento: Direito Processual Penal  
Referências adicionais: Brasil/Português.
  11. **PINHO, Humberto Dalla B., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., NEVES, E. A.**  
Participação em banca de Eduardo Augusto Radewski Novo. **A boa-fé objetiva como princípio norteador e limitador da atuação jurisdicional do Estado.**, 2013  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Jurisdição, processo civil, ética  
Áreas do conhecimento: Direito Processual Civil  
Referências adicionais: Brasil/Português.
  12. **MENDES, Aloisio G. C., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., MOTTA, P. R. M.**  
Participação em banca de Fernando Estevão Porecki. **A qualidade da administração judiciária e a governança como propulsores da efetividade da prestação jurisdicional.**, 2013  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Acesso à Justiça, Cidadania, Jurisdição  
Áreas do conhecimento: Direito Processual Civil, Administração Pública  
Referências adicionais: Brasil/Português.
  13. **OLIVEIRA, Fábio C. S. de, NASCIMENTO, Rogério J. B. S., BOLONHA, C. A. P. N.**  
Participação em banca de Marcio Leal Dias. **O Ministério Público e o desafio da tutela extrajudicial do meio ambiente.**, 2013  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Cidadania, direito ambiental, Jurisdição, Ministério Público  
Referências adicionais: Brasil/Português.
  14. **MENDES, Aloisio G. C., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., RODRIGUES, M. A.**  
Participação em banca de Lisne Iseldi Lihares. **O procedimento dos recursos repetitivos.**, 2013  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais: Brasil/Português.
  15. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., KLEVENHUSEN, Renata Braga, PINHO, Humberto Dalla B.**  
Participação em banca de Lela da Costa Loureiro. **Os filhos do novo direito: a filiação sócio afetiva e a pluri parentalidade à luz do princípio da efetividade.**, 2013  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Bioética, direitos fundamentais, Constituição  
Áreas do conhecimento: Direito Constitucional, Direito Civil  
Referências adicionais: Brasil/Português.
  16. **VALLE, V. R. L. do, NASCIMENTO, Rogério J. B. S., SAMPAIO, P. R. P.**  
Participação em banca de Flávia Meghy Melro Mendes. **Processo normativo das agências reguladoras: atributos específicos no rumo à governança regulatória.**, 2013  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Constituição, devido processo legal, Direito Administrativo  
Referências adicionais: Brasil/Português.
  17. **JAFIASSU, Carlos Eduardo Adriano, NASCIMENTO, Rogério J. B. S., SA, A. L. B.**  
Participação em banca de Alexandre Leopoldo Martins Ribeiro Marques. **Racionalismo Penal e Direito Penal Mínimo: Limites ao Poder de Criminalizar na Perspectiva da Carta Magna do Brasil.**, 2013  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: direito penal, direitos fundamentais, Filosofia constitucional  
Referências adicionais: Brasil/Português.
  18. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., MENDES, Aloisio G. C., SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da**  
Participação em banca de Leonardo Monçães Vieira. **A desjudicialização e o papel do poder judiciário no estado contemporâneo. Por um sistema integrado de resolução de conflitos.**, 2012  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais: Brasil/Português.
  19. **MENDES, Aloisio G. C., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., PINTO, N.**  
Participação em banca de Larissa Clare Pochmann da Silva. **A legitimidade do indivíduo nas ações coletivas.** 2012  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Acesso à Justiça, processo civil, direitos fundamentais  
Áreas do conhecimento: Direito Processual Civil  
Referências adicionais: Brasil/Português.
  20. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., FLORES, N. C., MARSHALL, C. I. F. C.**  
Participação em banca de Sérgio Antunes Lima Junior. **O Controle de constitucionalidade contemporâneo na França e no Brasil - nova visão do sistema de controle brasileiro e da atuação do supremo tribunal federal no papel de guardião da constituição.**, 2012  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: controle de constitucionalidade, Democracia  
Áreas do conhecimento: Direito Constitucional  
Referências adicionais: Brasil/Português.
  21. **MENDES, Aloisio G. C., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., MADURO, Flávio M.**  
Participação em banca de Wilson Jair Gerhard. **A conciliação/ mediação no estado democrático de direito: uma necessidade e não mera possibilidade.** 2011  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais: Brasil/Português.
  22. **VALLE, V. R. L. do, NASCIMENTO, Rogério J. B. S., BARCELLOS, A. P. G. P.**  
Participação em banca de Igor Ajouz. **O direito fundamental à assistência social e a distribuição de deveres entre o estado e a família.**, 2011  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais: Brasil/Português.
  23. **OLIVEIRA, Fábio C. S. de, NASCIMENTO, Rogério J. B. S., AMARAL, Thiago Bottino Do**  
Participação em banca de Ronaldo Saunders Monteiro. **O Interrogatório por vídeo conferência.** 2011  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: processo penal  
Áreas do conhecimento: Direito Processual Penal  
Setores de atividade: Administração pública, defesa e segurança social  
Referências adicionais: Brasil/Português.
  24. **VALLE, V. R. L. do, CAMARGO, M. M. L., NASCIMENTO, Rogério J. B. S.**  
Participação em banca de Cecília do Almeida Silva. **O potencial das audiências públicas e amicus curiae como fundamento de legitimidade democrática na jurisdição constitucional brasileira.**, 2011  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: jurisdição constitucional, Democracia  
Áreas do conhecimento: Direito Constitucional  
Referências adicionais: Brasil/Português.
  25. **KLEVENHUSEN, Renata Braga, NASCIMENTO, Rogério J. B. S., BERTOLDI, M. R.**  
Participação em banca de Tania Maria Vione Delmoim. **O princípio da responsabilidade intergeracional: fundamento ético-jurídico do Estado Socioambiental de Direito.**, 2011  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: direitos fundamentais, direito ambiental  
Referências adicionais: Brasil/Português.
  26. **HOGEMANN, E. R. R. S., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., VARGAS, H. M.**  
Participação em banca de Soraya Victoria Goodman. **Os direitos fundamentais sociais nas relações privadas: os contratos privados de saúde.**, 2011  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: direitos fundamentais, inclusão social  
Áreas do conhecimento: Direito Constitucional  
Referências adicionais: Brasil/Português.
  27. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., PINHO, Humberto Dalla B., MARSHALL, C. I. F. C.**

28/10/2015

## Currículo Lattes

- Participação em banca de Karina Blanco Fernandes. **Os parâmetros de justiça e a eficiência para a efetivação dos direitos fundamentais sociais**, 2011  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* Constituição, direitos fundamentais, Acesso à Justiça  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português.
28. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., OLIVEIRA, Fábio C. S. de, NASCIMENTO FILHO, Faby**  
Participação em banca de Clayton Cesar Wandescheer. **Processo eletrônico: as tecnologias da informação e da comunicação a serviço do Poder Judiciário na nova era social**, 2011  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* processo civil, jurisdição constitucional  
*Áreas do conhecimento:* Direito Processual Civil, Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português
29. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., PINHO, Humberto Delfa B., FERRAZ, L. S.**  
Participação em banca de Ana Lucia Torres dos Santos. **Ação privada subsidiária da pública e a legitimidade do cidadão na ação civil pública: novas possibilidades para o acesso à justiça e a efetividade do processo coletivo**, 2010  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* Acesso à Justiça, processo civil  
*Áreas do conhecimento:* Direito Público  
*Referências adicionais:* Brasil/Português
30. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., HOGEEMANN, E. R. R. S., VARGAS, H. M.**  
Participação em banca de Luis Carlos Monteiro Laureço. **A liberdade constitucional de informação jornalística e o controle do judiciário**, 2010  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* Constituição, Democracia  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português
31. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., PINHO, Humberto Delfa B., SILVA, C. A.**  
Participação em banca de Luciana Siqueira de Carvalho. **Direitos fundamentais de participação e legitimação da justiça eleitoral no estado democrático de direito: uma compreensão discursiva**, 2010  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* Democracia, Acesso à Justiça, direitos fundamentais, Filosofia constitucional  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português
32. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., MENDES, Abisio G. C., SOUZA NETO, C. P.**  
Participação em banca de Orlando Luiz Zanon Júnior. **Garantia fundamental da proteção judicial efetiva: inconstitucionalidade das vedações genéricas às tutelas sumárias**, 2010  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* Acesso à Justiça, controle da constitucionalidade, direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional, Direito, Direito Processual Civil  
*Referências adicionais:* Brasil/Português
33. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., HOGEEMANN, E. R. R. S., VARGAS, H. M.**  
Participação em banca de Aleksandro da Mosquita Brasileiro. **O direito à privacidade na sociedade da informação e seus reflexos no direito brasileiro**, 2010  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* direitos fundamentais, Constituição, Democracia  
*Áreas do conhecimento:* Direito Constitucional  
*Referências adicionais:* Brasil/Português
34. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., MENDES, Abisio G. C., Netto, F. G. de M.**  
Participação em banca de Gustavo Santana Nogueira. **Stare decisis et non quita movere: a vinculação aos precedentes no direito estrangeiro e brasileiro**, 2010  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* Acesso à Justiça, processo civil, Constituição  
*Áreas do conhecimento:* Direito Público  
*Referências adicionais:* Brasil/Português
35. **BARRETO, V. P., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., TORRES, Ricardo Lobo**  
Participação em banca de JULIO DE OLIVEIRA NEVES. **Neoconstitucionalismo e direitos fundamentais sociais no Brasil**, 2009  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Referências adicionais:* Brasil/Português.
36. **PINHO, Humberto Delfa B., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., BONIZZATTO, Luigi**  
Participação em banca de Marcelo Roberto Pedrosa da Silva. **O terceiro setor como modo de concretização do princípio do acesso à justiça no âmbito extrajudicial do direito coletivo e suas naturais correlações com a Defensoria Pública**, 2009  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Referências adicionais:* Brasil/Português.
37. **PRADO, Gerardo L. M., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., CHOUKR, Fouzi H.**  
Participação em banca de AMAURI DA FONSECA COSTA. **Prisão cautelar na perspectiva do estado democrático de direito**, 2009  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Referências adicionais:* Brasil/Português.
38. **GOMES, Rosângela Maria da Azevedo, NASCIMENTO, Rogério J. B. S., BONIZZATTO, Luigi**  
Participação em banca de CYNTHIA MARTINS SOARES. **A eficácia irradiante dos princípios fundamentais na aplicação dos instrumentos urbanísticos**, 2008  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Referências adicionais:* Brasil/Português.
39. **CARVALHO, Luis Gustavo G. C., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., ROSA, A. M.**  
Participação em banca de SOLON BITTENCOURT DEPAOLI. **A gestão da prova no processo penal constitucional: uma leitura a partir do garantismo**, 2008  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Referências adicionais:* Brasil/Português.
40. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., MENDES, Abisio G. C., BONIZZATTO, Luigi**  
Participação em banca de JOSE JAIR VICTOVOSKI. **Contribuição para uma teoria geral dos processos coletivos**, 2008  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Referências adicionais:* Brasil/Português.
41. **STRECK, L. L., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., OLIVEIRA, Fábio C. S. de**  
Participação em banca de PIERRE ANDRÉ DA ROCHA ANDRADE. **Controle jurisdicional de políticas públicas: estado democrático de direito e hermenêutica**, 2008  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Referências adicionais:* Brasil/Português.
42. **PRADO, Gerardo L. M., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., MALAN, D. R.**  
Participação em banca de RODRIGO LIMA E SILVA. **Crítica ao princípio da obrigatoriedade sob a perspectiva do garantismo penal**, 2008  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Palavras-chave:* processo penal, Democracia, direitos fundamentais  
*Áreas do conhecimento:* Direito Processual Penal, Direito Constitucional  
*Setores de atividade:* Administração pública, defesa e segurança social  
*Referências adicionais:* Brasil/Português.
43. **KLEVENHUSEN, Renata Braga, NASCIMENTO, Rogério J. B. S., MARSHALL, C. I. F. C.**  
Participação em banca de SILVIA REJANE DE LIZ WALTRICK BERNARDI. **Dignidade no limite da vida: uma discussão sobre a autonomia e dignidade da paciente fora de possibilidade terapêutica de cura, sob a ótica dos direitos fundamentais**, 2008  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Referências adicionais:* Brasil/Português.
44. **NASCIMENTO, Rogério J. B. S., PRADO, Gerardo L. M., JAPIASSU, Carlos Eduardo Adriano**  
Participação em banca de Sílvia Rodrigues da Siveira Saverio. **Justiça restaurativa como meio de assegurar maior efetividade na solução de conflitos no curso da execução penal**, 2008  
(Direto) Universidade Estácio de Sá  
*Referências adicionais:* Brasil/Português

28/10/2015

Curriculo Lattes

45. KLEVENHUSEN, Renata Braga, **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, BAPTISTA, C. M. C. Participação em banca de BRANCA FLORENCIO RICCOBENE. O estatuto jurídico do embrião humano, 2008  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português
46. KLEVENHUSEN, Renata Braga, **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, MARSHALL, C. I. F. C. Participação em banca de CÉLIA MULLER. O princípio da socialidade e a interpenetração do direito público e do direito privado, 2008  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: direitos fundamentais  
Referências adicionais : Brasil/Português
47. LEAL, Rogério Gesta, **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, SOUZA NETO, C. P. Participação em banca de MAURÍCIO DE OLIVEIRA MEDINA. O problema da proibição de proteção deficiente da moralidade administrativa como princípio fundamentante da administração pública: por um necessário enquadramento dos agentes políticos, 2008  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português
48. **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, PINHO, Humberto Dala B., BRANDÃO, C. R. B. Participação em banca de LUISA CRISTINA BOTTREL SOUZA. O processo eletrônico como apoio à efetividade da prestação jurisdicional penal - possibilidade de inovação nos marcos de um processo garantista, 2008  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: processo penal, direitos fundamentais  
Áreas do conhecimento : Direito Processual Penal/Direito Constitucional  
Referências adicionais : Brasil/Português
49. MENDES, Abisio G. C., **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, SILVA, Ricardo P. M. Participação em banca de CLAUDIA MARIA MACEDO PERLIGEIRO DOS SANTOS. Os fundamentos teóricos da ação coletiva de improbidade, 2008  
Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português
50. STRECK, L. L., **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, OLIVEIRA, Fábio C. S. de Participação em banca de MARCELO ELIAS NASCHENWENG. Perspectivas hermeneutic-constitucionais do sistema acusatório no processo penal, 2008  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português
51. GOMES, Rosângela Maria de Azevedo, **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, FONTENELLE, Miriam Participação em banca de CRISTINA VIEIRA RAMALHO DE AZEVEDO. A aplicação imediata da norma definidora do direito à moradia, 2007  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português
52. FONTENELLE, Miriam, **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, MOTA, Maurício J. P. Participação em banca de Claudia Moreira. A atuação do poder público municipal no âmbito do parque nacional da serra do Caparaó no Estado do Espírito Santo: desafios da gestão, 1988-2007., 2007  
(Direito) Centro Universitário Fluminense  
Referências adicionais : Brasil/Português
53. LEAL, Rogério Gesta, **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, OLIVEIRA, Fábio C. S. de Participação em banca de LUIS EDUARDO DA SILVA LEVY DE SOUZA. A difícil relação entre democracia, direitos fundamentais coletivos e direitos fundamentais individuais: um estudo de caso envolvendo o estatuto do desarmamento no Brasil, 2007  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português
54. PINHO, Humberto Dala B., **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, MADURO, Flávio M. Participação em banca de Marcelo Pereira de Almeida. A efetividade das decisões judiciais no processo coletivo como garantia de uma ordem jurídica justa, 2007  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português
55. GOMES, Rosângela Maria de Azevedo, **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, FONTENELLE, Miriam Participação em banca de CRISTINA VIEIRA RAMALHO DE AZEVEDO. A efetividade do direito à moradia, 2007  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português
56. PINHO, Humberto Dala B., **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, MADURO, Flávio M. Participação em banca de Nivea Maria Dutra Pacheco. A função social do Poder Judiciário e o devido processo legal: o direito à informação na efetividade ao acesso à justiça em juzados especiais cíveis estaduais., 2007  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português
57. KLEVENHUSEN, Renata Braga, **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, OLIVEIRA, Marcelo A. C. de Participação em banca de Marcus Edoardo de Sá Eap Siqueira. A interrupção da gravidez de feto anencefálico: uma análise crítica sob a ótica dos direitos fundamentais, 2007  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português
58. CARVALHO, Luis Gustavo G. C., **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, NASCIMENTO, P. S. R. Participação em banca de Darlei Gonçalves Bala. Direito de informação nas interceptações telefônicas autorizadas judicialmente: perspectivas constitucionais, 2007  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português
59. MENDES, Abisio G. C., **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, RONZANI, Dwight C. Participação em banca de João Bosco Won Heli Gonçalves de Freitas Filho. Legitimidade Ativa nas Ações Coletivas: evolução histórica, 2007  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português
60. FACHIN, GAMA, Guilherme C. N. da, **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.** Participação em banca de Vicente Grossi Solvénio. Manipulação embrionária e a dignidade da pessoa humana, 2007  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português
61. **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, KLEVENHUSEN, Renata Braga, OLIVEIRA, Fábio C. S. de Participação em banca de THIAGO RODRIGUES PEREIRA. Nietzsche e a legitimidade da jurisdição constitucional: uma análise genealógica da verdade no Direito, 2007  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português
62. GOMES, Rosângela Maria de Azevedo, **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, LIRA, Ricardo C. P. Participação em banca de Maria Anela da Costa. O direito à moradia urbana e a necessidade da análise das normas do estatuto da cidade à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, 2007  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português
63. FACHIN, **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, MONTEIRO Filho, Carlos Edson R. Participação em banca de Leonardo Soares Iorio Ribeiro. Possibilidades do caráter de fundamentalidade dos direitos do consumidor, 2007  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português
64. MENDES, Abisio G. C., **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, PINHO, Humberto Dala B. Participação em banca de Luiz Norton Baptista de Mattos. Súmula vinculante: análise das principais questões jurídicas no contexto da reforma do poder judiciário e do processo civil brasileiro, 2007  
(Direito) Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Referências adicionais : Brasil/Português
65. PRADO, Gerardo L. M., **NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.**, JAFIASSU, Carlos Eduardo Adriano Participação em banca de Juvení Antônio dos Santos. Verdade e ideologia no procedimento da mutatio



28/10/2015

## Currículo Lattes

- libeli no processo penal brasileiro. 2007  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português.
66. PIRES, A. R., NASCIMENTO, Rogerio J. B. S., DIAS, Francisco Mauro  
Participação em banca de FERNANDO FERNANDY FERNANDES. As contribuições em face do princípio da subsidiariedade no direito brasileiro. 2006  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Constituição, direitos fundamentais  
Áreas do conhecimento : Direito Constitucional,Direito Público  
Referências adicionais : Brasil/Português.
67. KLEVENHUSEN, Renata Braga, NASCIMENTO, Rogerio J. B. S., KATAOKA, Eduardo T. O. dos S.  
Participação em banca de VLADIMIR SALLES SOARES. Clonagem terapêutica e células tronco embrionárias : um enfoque hemenéutico-constitucional do acesso à saúde por meio de terapias celulares. 2006  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: direitos fundamentais, Filosofia constitucional, Bioética  
Áreas do conhecimento : Direito Público,Direito Constitucional  
Referências adicionais : Brasil/Português.
68. JAPIASSU, Carlos Eduardo Adriano, NASCIMENTO, Rogerio J. B. S., GLIOGHE, Patricia  
Participação em banca de Lúcia Lopes de Miranda. Drogas, Violência Urbana e Criminalização da Juventude Pobre: Crítica à interpretação judicial dos conceitos de traficante e usuário. 2006  
(Direito) Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Referências adicionais : Brasil/Português.
69. PIRES, A. R., NASCIMENTO, Rogerio J. B. S., DIAS, Francisco Mauro  
Participação em banca de ELIAS PULCINELLI. Federalismo e políticas públicas no Brasil sob o prisma jurídico-tributário. 2005  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: direitos fundamentais, Constituição  
Áreas do conhecimento : Direito Constitucional,Direito Público  
Referências adicionais : Brasil/Português.
70. MENDES, Abílio G. C., NASCIMENTO, Rogerio J. B. S., CARNEIRO, Paulo César P.  
Participação em banca de Heloisa Mara Dalbro Leite. Ministério Público: Novo desenho institucional. Proposta para eficácia da atuação e do acesso à justiça. 2006  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Acesso à Justiça, Constituição  
Áreas do conhecimento : Direito Público  
Referências adicionais : Brasil/Português.
71. NASCIMENTO, Rogerio J. B. S., MENDES, Abílio G. C., Adamovich, E. H. R. von  
Participação em banca de José Claudio Torres de Vasconcelos. O processo civil coletivo inglês. 2006  
(Direito) Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Referências adicionais : Brasil/Português.
72. MENDES, Abílio G. C., NASCIMENTO, Rogerio J. B. S., VIEIRA, P. R. S.  
Participação em banca de UBIRAJARA DA FONSECA NETO. Tutela coletiva: uma relação entre sua coisa julgada e o acesso à justiça. 2006  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: processo civil, Acesso à Justiça  
Áreas do conhecimento : Direito Processual Civil,Direito Constitucional  
Referências adicionais : Brasil/Português.
73. NASCIMENTO, Rogerio J. B. S., KLEVENHUSEN, Renata Braga, SARMENTO, Daniel Antonio de Moraes  
Participação em banca de Daniela da Oliveira Duque Estrada de La Peña. A efetividade dos direitos fundamentais da criança e do adolescente no ordenamento jurídico. 2005  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português.
74. PRADO, Gerardo L. M., NASCIMENTO, Rogerio J. B. S., SOUZA, J. B.  
Participação em banca de JOEL TOVIL. A proteção contra auto-incriminação compulsória como direito fundamental: aspectos constitucionais, processuais e pragmáticos. 2005  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: processo penal, Constituição, direitos fundamentais  
Áreas do conhecimento : Direito Constitucional  
Referências adicionais : Brasil/Português.
75. NASCIMENTO, Rogerio J. B. S., SILVA, Leandro R., GUEDES, C. M.  
Participação em banca de LUCIA FROTA PESTANA DE AGUIAR SILVA. A tutela preventiva na proteção dos animais. 2005  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Constituição, Acesso à Justiça, processo civil  
Áreas do conhecimento : Direito Processual Civil,Direito Constitucional  
Referências adicionais : Brasil/Português.
76. KLEVENHUSEN, Renata Braga, NASCIMENTO, Rogerio J. B. S., GOMES, Rosângela Maria de Azevedo  
Participação em banca de MARCOS ANDRE DOS SANTOS CAIADO. Garantia da efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana na entrega ao consumo de novos produtos farmacêuticos. 2005  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Constituição, direitos fundamentais, Bioética  
Áreas do conhecimento : Direito Constitucional  
Referências adicionais : Brasil/Português.
77. SILVA, Leandro R., NASCIMENTO, Rogerio J. B. S., SOUZA, Zoraida Amaral  
Participação em banca de RAFAEL COELHO BERBA. O acesso à justiça e a efetividade da prestação jurisdicional nos julgados especiais civis. 2005  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Acesso à Justiça, processo civil, Constituição  
Áreas do conhecimento : Direito Processual Civil,Direito Constitucional  
Referências adicionais : Brasil/Português.
78. NASCIMENTO, Rogerio J. B. S., KLEVENHUSEN, Renata Braga, GOMES, Rosângela Maria de Azevedo  
Participação em banca de Eduardo de Alvaranga Tavares. O direito fundamental ao meio ambiente e o princípio da precaução. 2005  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português.
79. SOUZA, Zoraida Amaral, NASCIMENTO, Rogerio J. B. S., LEAL, Rogério Gesta  
Participação em banca de CLAUDIA BRUM MÖTHE. Perspectivas laborais dos direitos fundamentais sociais e sua inserção na constituição federal brasileira de 1988. 2005  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: direitos fundamentais, Constituição  
Áreas do conhecimento : Direito Constitucional  
Referências adicionais : Brasil/Português.
80. TORRES, Ricardo Lobo, NASCIMENTO, Rogerio J. B. S., LUCAS, Fernanda Duarte Lopes  
Participação em banca de Néver Paulo Leal Filho. Quanto o tribunal é o pronto-socorro. Aspectos da judicialização do direito à saúde. 2005  
(Direito) Universidade Gama Filho  
Referências adicionais : Brasil/Português.
81. STRECK, L. L., MOTA, Maurício J. P., NASCIMENTO, Rogerio J. B. S.  
Participação em banca de CRISTIANE FERNANDES DE SOUZA. Títulos públicos, benefícios privados? Uma análise republicana sobre a (in)validade das apólices da dívida pública emitidas em três Brasil: a República Velha. 2005  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Constituição  
Áreas do conhecimento : Direito Público,Direito Constitucional  
Referências adicionais : Brasil/Português.
82. PRADO, Gerardo L. M., NASCIMENTO, Rogerio J. B. S., JAPIASSU, Carlos Eduardo Adriano  
Participação em banca de LINDA DEE KYLE. Transação Penal: revisão crítica à luz do acesso à justiça. 2005  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: processo penal, Constituição, Acesso à Justiça

28/10/2015

# Curriculo Lattes

Áreas do conhecimento : Direito Constitucional/Direito Processual Penal  
Referências adicionais : Brasil/Português

83. PRADO, Geraldo L. M., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., FERNANDES, A. S.  
Participação em banca de KISSILAMUZY DE SOUZA MELLO. A defesa como agente de cumprimento da instrumentalidade garantista do processo penal, 2004  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: processo penal, direitos fundamentais, Constituição  
Áreas do conhecimento : Direito Processual Penal/Direito Constitucional  
Referências adicionais : Brasil/Português
84. NASCIMENTO, Rogério J. B. S., SILVA, Leandro R., SOUZA, Zoraida Amaral  
Participação em banca de THEREZINHA DE JESUS MENDES MACEDO. Acesso à Justiça como via de efetivação do direito social, 2004  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Acesso à Justiça, Constituição, direitos fundamentais  
Áreas do conhecimento : Direito Constitucional/Direito Processual Civil  
Referências adicionais : Brasil/Português
85. MENDES, Abílio G. C., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., CONCEIÇÃO, S. R. A.  
Participação em banca de JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA. Assédio Moral: ética e aspectos jurídicos, 2004  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: direitos fundamentais  
Áreas do conhecimento : Direito Público/Direito Constitucional  
Referências adicionais : Brasil/Português
86. NASCIMENTO, Rogério J. B. S., DIAS, Francisco Mauro, VIEIRA, José Ribas, TAVARES, Ana Lucia Lyra  
Participação em banca de Renata Scarpa Fernandes Borges. O ministério público como fomentador da concretização dos direitos sociais: o exercício da atribuição constitucional da art. 129, II da CF., 2004  
(Direito) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Referências adicionais : Brasil/Português
87. CARVALHO, Luis Gustavo G. C., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., DIAS, Francisco Mauro  
Participação em banca de MARCO AURELIO BELLUZZE OLIVEIRA. Abuso de poder nas eleições: a ineffectividade da ação de investigação judicial eleitoral, 2003  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Democracia, Constituição, Acesso à Justiça  
Áreas do conhecimento : Direito Constitucional/Direito Público  
Referências adicionais : Brasil/Português

## Doutorado

1. NASCIMENTO, Rogério J. B. S., JAFIASSU, Carlos Eduardo Adriano, BARRETO, V. P., SOUZA, A. B. G., RODRIGUES, L. B. F.  
Participação em banca de Geisa Lannes da Silva. A humanização do cárcere à luz dos fundamentos da justiça restaurativa., 2014  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Direitos Humanos, direito penal, Filosofia constitucional  
Áreas do conhecimento : Direito Público  
Referências adicionais : Brasil/Português
2. SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da, NASCIMENTO, Rogério J. B. S., BAPTISTA, B. G. L., NETTO, F. G. M., ALMEIDA, M. P.  
Participação em banca de Paulo Neves Soto. A tradição cultural autoritária brasileira e o ato judicial: a dimensão humana na avaliação do dano pela morte de filho., 2014  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Acesso à Justiça, Democracia, processo civil  
Áreas do conhecimento : Direito Processual Civil  
Referências adicionais : Brasil/Português
3. NASCIMENTO, Rogério J. B. S., NEVES, E. A., SIQUEIRA, G. S., PAUSEIRO, S. G. M., LOPES FILHO, O. C., HANSEN, G. L.  
Participação em banca de EDUARDO DE ALVARENGA TAVARES. O direito e a exigibilidade intersubjetiva do comportamento precavido: o meio ambiente natural em uma sociedade de risco., 2014  
(Sociologia e Direito) Universidade Federal Fluminense  
Palavras-chave: direito ambiental, Filosofia constitucional  
Referências adicionais : Brasil/Português
4. NASCIMENTO, Rogério J. B. S., ROSA, A. M., MALAN, D. R., SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da, IORIO FILHO, R. M.  
Participação em banca de Cláudia Aguiar Silva Brito. Processo penal comunicativo: crítica ao modelo processual penal vigente a partir do agir comunicativo de Jürgen Habermas., 2014  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: processo penal, ética do discurso, Democracia  
Referências adicionais : Brasil/Português
5. NASCIMENTO, Rogério J. B. S., FLORES, N. C., IORIO FILHO, R. M., FONTES, A. R. C., BASTOS, A. V. C.  
Participação em banca de Márcio Vieira Santos. Estética constitucional e multiculturalismo como parâmetros democráticos para reformas político-eleitorais: da teoria à dinâmica reformista no Brasil., 2013  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Democracia, Cidadania, direitos políticos, Filosofia constitucional  
Áreas do conhecimento : Direito Constitucional  
Referências adicionais : Brasil/Português
6. NASCIMENTO, Rogério J. B. S., FLORES, N. C., PINHO, Humberto Dalla B., SILVA, C. A., MADURO, Flávio M.  
Participação em banca de Mauro Augusto Ponce de Leão Braga. A higidez da decisão justa., 2012  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Acesso à Justiça, Filosofia constitucional  
Áreas do conhecimento : Direito Constitucional/Direito Processual Civil  
Referências adicionais : Brasil/Português
7. CARVALHO, Luis Gustavo G. C., NASCIMENTO, Rogério J. B. S., PRADO, Geraldo L. M., COUTINHO, Jacinto N. de M., BATISTA, Nilo  
Participação em banca de Rubens Roberto Rabello Casara. Mitologia processual penal: do imaginário autoritário brasileiro à atuação dos atores jurídicos., 2011  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: processo penal, Filosofia constitucional  
Áreas do conhecimento : Direito Processual Penal  
Referências adicionais : Brasil/Português
8. NASCIMENTO, Rogério J. B. S., HOGEMANN, E. R. R. S., VALLE, V. R. L. do, COUTINHO, Jacinto N. de M., PINTO, Natálya M.  
Participação em banca de Ariane Trevisan Fiori Davidovich. O direito e o biopoder: a relação entre o corpo humano e o exercício do poder estatal., 2011  
(Direito) Universidade Estácio de Sá  
Palavras-chave: Bioética, direitos fundamentais, processo penal  
Áreas do conhecimento : Direito Processual Penal  
Referências adicionais : Brasil/Português
9. GOMES, Rosângela Maria de Azevedo, NASCIMENTO, Rogério J. B. S., LIRA, Ricardo C. P., BARBOZA, Heloisa Helena G., GODINHO, André Osório  
Participação em banca de FÁBILIO ANDRADE FERREIRA GIRARDIN PIMENTEL. O registro da sentença de usucapião coletiva, 2009  
(Direito) Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Referências adicionais : Brasil/Português

## Graduação

1. VIEIRA, José Ribas, NASCIMENTO, Rogério J. B. S., BOLONHA, C. A. P. N.  
Participação em banca de Alexandre Cesar Paredes de Carvalho. La Constitución C'est Moi. Os donos

28/10/2015

## Currículo Lattes

da Constituição. Os desafios impostos pelo século XXI à jurisdição constitucional e a análise do comportamento do STF nos casos Ficha Limpa., 2013  
(Direito) Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Referências adicionais : Brasil/Português

## Participação em banca de comissões julgadoras

## Concurso público

1. Processo de Seleção de Docentes do Curso de Direito - Processo Penal, 2007  
Universidade Estácio de Sá  
Referências adicionais : Brasil/Português

## Totais de produção

## Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódico	13
Livros publicados	3
Capítulos de livros publicados	15
Revistas (Magazines)	2
Trabalhos publicados em anais de eventos	3
Apresentações de trabalhos (Comunicação)	2
Apresentações de trabalhos (Conferência ou palestra)	24
Apresentações de trabalhos (Congresso)	3
Apresentações de trabalhos (Seminário)	19
Apresentações de trabalhos (Outra)	3
Prefácios(Livro)	2
Apresentações (Livro)	2
Demais produções bibliográficas	1

## Produção técnica

Curso de curta duração ministrado (aperfeiçoamento)	3
Curso de curta duração ministrado (especialização)	3

## Orientações

Orientação concluída (dissertação de mestrado - orientador principal)	26
Orientação concluída (tese de doutorado - orientador principal)	4
Orientação em andamento (dissertação de mestrado - orientador principal)	1
Orientação em andamento (tese de doutorado - orientador principal)	1

## Eventos

Participações em eventos (congresso)	3
Participações em eventos (seminário)	20
Participações em eventos (simpósio)	2
Participações em eventos (oficina)	2
Participações em eventos (encontro)	3
Participações em eventos (outra)	5
Participação em banca de trabalhos de conclusão (mestrado)	87
Participação em banca de trabalhos de conclusão (doutorado)	9
Participação em banca de trabalhos de conclusão (graduação)	1
Participação em banca de comissões julgadoras (concurso público)	1

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 28/10/2015 às 12:13:16.



### DECLARAÇÃO

Resolução nº 41, de 2013, RI/SF, Art. 383, I, Letra “b”, 2 e § 2º.

Declaro, em atenção ao exigido no Regimento Interno desta prestigiosa Casa Legislativa, que não possuo participação como sócio, proprietário ou exerço função de gerente de empresas ou quaisquer entidades não governamentais.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2015.

Rogério José Bento Soares do Nascimento  
Procurador Regional da República



### DECLARAÇÃO

Resolução nº 41, de 2013, RI/SF, Art. 383, I, Letra “b”, 3 e § 3º.

Declaro, em atenção ao exigido no Regimento Interno desta prestigiosa Casa Legislativa, ostentar regularidade fiscal nos âmbitos tanto federal quanto estadual e municipal, conforme atestam as certidões emitidas pelos órgãos competentes, anexas.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2015.

Rogério José Bento Soares do Nascimento  
Procurador Regional da República



21/10/2015



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO**  
**CPF: 751.893.057-91**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 16:42:24 do dia 21/10/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/04/2016.

Código de controle da certidão: **1DF3.6262.C915.B22B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.






### DECLARAÇÃO

Resolução nº 41, de 2013, RI/SF, Art. 383, I, Letra “b”, 1 e § 2º.

Declaro, em atenção ao exigido no Regimento Interno desta prestigiosa Casa Legislativa, que não possuo parentes exercendo atividades públicas ou privadas, vinculadas às atividades profissionais que desempenho, acrescentando que minha esposa Débora Szpiz, portadora do CPF nº 786.908.627/49 é empregada da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS desde abril de 1987, admitida por concurso público, onde, atualmente, exerce cargo de Engenheira de Processamento Sênior e a função em comissão de Coordenadora de Estudos de Mercado Petroquímico na Gerência Executiva de Abastecimento-Petroquímica.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2015.

  
Rogério José Bento Soares do Nascimento  
Procurador Regional da República

21/10/2015

SEFAZ-RJ - Portal da Secretaria de Estado de Fazenda



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2015.1.0244563-9  
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 751.893.057-91	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : *****	
<p>CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, <b>NÃO CONSTAM DÉBITOS</b> perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 21/10/2015 16:25</p> <p>VÁLIDA ATÉ : 18/04/2016</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 639 de 21/10/2015 16:25</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.</p> <p>2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: <a href="http://www.fazenda.rj.gov.br">www.fazenda.rj.gov.br</a>.</p> <p>3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).</p> <p>4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.</p>	

21/10/2015

DECLARAÇÃO DE PESSOA NÃO INSCRITA



SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
COORDENADORIA DO ISS E TAXAS

**DECLARAÇÃO DE PESSOA NÃO INSCRITA - Número 000018751  
(Instituída pela Resolução SMF nº 2828, de 09/12/2014)**

Declaramos para os devidos fins que não consta inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas do Município do Rio de Janeiro para o CPF nº **751.893.057-91**.

Esta declaração tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição, e refere-se à situação cadastral e fiscal relativa exclusivamente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Gerência de Cadastro (F/SUBTF/CIS-6), em 21/10/2015.

*Obs.1: Os profissionais autônomos não estabelecidos estão dispensados da obrigatoriedade de inscrever-se no Cadastro de Atividades Econômicas do Município do Rio de Janeiro e do pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, conforme art. 12, inciso XIX, da Lei nº 691/84, com as alterações da Lei nº 3.691/03, e do art. 153, § 2º, do Decreto nº 10.514/91.*

*Obs.2: Esta Declaração não substitui, para efeitos de licitação e demais finalidades, a Certificação quanto à situação fiscal de outros tributos municipais.*

*Obs.3: É necessária a comprovação da autenticidade desta Declaração na página eletrônica da Secretaria Municipal de Fazenda.*

Rua Afonso Cavalcanti 455/Anexo, sala 315 • Cidade Nova • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20211-900  
Certidão emitida em 21/10/2015, 16:36 - Válida até 18/4/2016.



### DECLARAÇÃO

Resolução nº 41, de 2013, RI/SF, Art. 383, I, Letra “b”, 4 e § 2º.

Declaro, em atenção ao exigido no Regimento Interno desta prestigiosa Casa Legislativa, não figurar quer como autor quer como réu em ações judiciais individuais, conforme atestam as certidões anexas.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2015.

Rogério José Bento Soares do Nascimento  
Procurador Regional da República

21/10/2015

Certidões Internet



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL**

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
AÇÕES E EXECUÇÕES  
CÍVEIS, CRIMINAIS e JUIZADOS ESPECIAIS**

Nº da Certidão 2015.01130489

**CERTIFICAMOS** que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 25/04/1967, até a presente data, exclusivamente na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, **que contra:**

**ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO**, ou vinculado ao CPF: 751.893.057-91,

**NADA CONSTA**, na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Observações:

- a) Esta certidão não possui validade para fins eleitorais.
- b) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- c) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (<http://www.jfrj.jus.br>);
- e) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.

Rio de Janeiro - , 21/10/2015 , às 16:27.

**Seção de Informações Processuais**

Página Inicial | Retornar à Impressão de Certidão | Imprimir



21/10/2015

Tribunal Superior Eleitoral - Certidão de Quitação - Emissão



## JUSTIÇA ELEITORAL

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITO** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO**

Inscrição: **020602920388** Zona: 165 Seção: 112

Município: 60011 - RIO DE JANEIRO UF: RJ

Data de Nascimento: 19/03/1963 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: MARIA DE LOURDES BENTO SOARES  
MELCHIZEDECK DO NASCIMENTO

Certidão emitida às 16:50 de 21/10/2015

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não reemitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

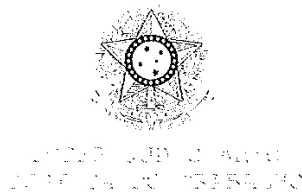
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

**LTpy.XpVD.6AH9.FVLØ**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO

CPF: 751.893.057-91

Certidão nº: 178000687/2015

Expedição: 21/10/2015, às 16:40:02

Validade: 17/04/2016 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO**, inscrito(a) no CPF sob o nº **751.893.057-91**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

269481

Nº 0010222

Fl.: 1

**TABELIONATO DO 1º OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS**

Av. Erasmo Braga, n.º 227 - 1º andar - salas 101 a 105 - Cep 20020-000

Tel. (0xx21) 2531-2578 - 2531-2568 - Telefax: 2531-2597

**Tabelião Titular: Léo Barros Almada**

**Tabeliã Substituta: Danielle Alves Cabral Rodrigues**

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
**EBDW 7118 TXX**  
Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

**CERTIDÃO**



\*15002694810004\*

**00-269481**

**DANIELLE ALVES CABRAL RODRIGUES, Tabeliã em exercício no**

Tabelionato do 1º Ofício de Protesto de Títulos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**CERTIFICA**, revendo os livros em seu poder, que deles **NÃO CONSTA**, CONFORME O REQUERIDO, registro de protesto de títulos ou documentos de dívida de responsabilidade de \*\*\*\*\*  
ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO\*\*\*\*\*

CGC/CPF: **75189305791** (sete\*cinco\*um\*oito\*nove\*tres\*zero\*cinco\*sete\*nove\*um\*)\*\*\*\*\*

, no período de Vinte e Um de Outubro de Dois Mil e Dez até Vinte e Um de Outubro de Dois Mil Quinze

O referido é verdade e dou fé

Certidão emitida em nome de ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO Cgc/Cpf 75189305791

**RIO DE JANEIRO, sexta-feira, 23 de outubro de 2015.**

Cota..... R\$\*\*\*\*\*22,85 Eu, \_\_\_\_\_, digitei  
Complemento R\$\*\*\*\*\*0,00 |  
Tabela 16 |  
Atos No 1 e 2

CLAUDIA MARAPODI DE GUSMÃO MAT94/3703  
ROSEMERI DE PAULA BARBOSA - MAT94/10491

Eu, *Blanca Almada*, Subcrevo e Assino

| | Danielle Alves Cabral Rodrigues-Substituta(94/1457  
| | Blanca Ribeiro de Castro Almada-Escrevente(94/5286  
| | Katia Valeria Almada Dyonisio-Escrevente(94/1487

**1º PROTESTO**



269481

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
**EBFA 93498 KZI**  
Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

**TABELIONATO DO 2º OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS**

Nº 0101240

Rua do Carmo, nº 9 – 3º andar - Cep.: 20011-020  
Telefones (0xx21) 2531-2427 ou 2531-2428  
Tabelião Titular: UBIRAYR FERREIRA VAZ

Fl.: 1

**C E R T I D ã O**\*15002694810003\* **00-269481**

**UBIRAYR FERREIRA VAZ**, Tabelião no Tabelionato do 2º Ofício de Protesto de Títulos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**C E R T I F I C A**, revendo os livros em seu poder, que deles **NÃO CONSTA**, CONFORME O REQUERIDO, registro de protesto de títulos ou documentos de dívida de responsabilidade de \*\*\*\*\*  
**ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO**\*\*\*\*\*

**CGC/CPF: 75189305791** (sete\*cinco\*um\*oito\*nove\*tres\*zero\*cinco\*sete\*nove\*um\*)\*\*\*\*\*  
, no período de Vinte e Dois de Outubro de Dois Mil e Dez até Vinte e Dois de Outubro de Dois Mil Quinze

O referido é verdade e da fé

Certidão emitida em nome de ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO Cgc/Cpf 75189305791

**RIO DE JANEIRO, sexta-feira, 23 de outubro de 2015.**

Valor: R\$\*22,95(Tab1.1R\$\*0,72+Tab1.2R\$16,34+L3217R\$\*\*3,41+L4664R\$\*0,85+L111 R\$\*0,85+L6281R\$\*0,68)

Eu, \_\_\_\_\_, digitei  
Eu, **ADELINDA LUCIA SARTORE DE MATOS-MAT.94/3823**  
Eu, \_\_\_\_\_, Subcrevo e Assino  
| | **CARLOS ALBERTO M BARROS-ESCREV.MAT-94/7160**

**2º PROTESTO**

# TABELIONATO DO 3º OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS RIO DE JANEIRO - RJ

Rua da Assembleia, nº 10-21º andar-sala 2104-Cep.20011-901 - Tel.:(021)2510-2802  
Nº 0069786  
269481

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
EBDD 76816 ZCA  
Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Tabelião VALTER DA SILVA BEZZE

## CERTIDÃO

O TABELIÃO DO TABELIONATO DO 3º OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO CERTIFICA E DA FÉ que, revistos os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS no período de 23/10/2010 até 23/10/2015(Vinte e Três de Outubro de Dois Mil e Dezoito até Vinte e Três de Outubro de Dois Mil Quinze), deles verificou-se que em nome de : ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO, CNPJ/CPF = 75189305791(sete\* cinco\* um\* oito\* nove\* tres\* zero\* cinco\* sete\* nove\* um\* )

**NÃO CONSTA(M)** PROTESTO(S), conforme requerido.

Tabelionato do 3º Ofício  
de Protesto de Títulos  
VALTER DA SILVA BEZZE  
Tabelião  
Matr. 06/1281

O referido é verdade e dou fé  
RIO DE JANEIRO, 23 de Outubro de 2015.

Eu SILVANO MENDES digitei e conferi.

E eu o Tabelião assino

Emolumentos Tab.16 Atos 1 e 2. Lei 4664/05. Lei 111/06. Lei 6281/12

Cota: R\$\*22,85(Tab16.1R\$\*0,72+Tab16.2R\$16,34+L3217R\$\*\*3,41+L4664R\$\*0,85+L111R\$\*0,85+L6281R\$\*0,68)  
Complemento: R\$\*\*\*\*0,00(Tab16.2R\$\*\*\*0,00+L3217R\$\*\*\*0,00+L4664R\$\*\*\*0,00+L111R\$\*\*\*0,00+L6281R\$\*\*\*0,00)

Nome Solicitado: ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO  
Cnpj/Cpf: 75189305791



PROTESTO



269481

**TABELIONATO DO 4º OFÍCIO**  
**DE PROTESTO DE TÍTULOS**

0077490

Fl.: 1

**Rua da Assembléia, nº 10 sala 2114/2122, Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2531-2094**Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico**EBBA 65554 YVD**  
Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>**Tabeliã MÔNICA DANTAS FERREIRA****CERTIDÃO****00-269481**

\*15002694810001\*

A TABELIÃ DO 4º OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO CERTIFICA E DÁ FÉ, revendo os livros dos registros de protestos, no período de 20/10/2010 até 20/10/2015 (Vinte de Outubro de Dois Mil e Dez a Vinte de Outubro de Dois Mil Quinze), que NÃO CONSTA haver(em) sido protestado(s), CONFORME REQUERIDO, qualquer título(s) de dívida de responsabilidade de:

**ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO\*\*\*\*\***  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

**CGC/CPF: 75189305791** (sete;cinco;um;oito;nove;tres;zero;cinco;sete;nove;um;)

Certidão emitida em nome de ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO Cgc/Cpf 751.893.057-91

**RIO DE JANEIRO, quinta-feira, 22 de outubro de 2015.**

Valor:R\$22,85(Tab16.1R\$0,72+Tab16.2R\$16,34+L3217R\$3,41+L4664R\$0,85+L111R\$0,85+L6281R\$0,68)

Eu, \_\_\_\_\_, digitei

945889CGJ-CLAUDIO DE ALMEIDA KIMMEIGS-ESCREVENTE

Eu, \_\_\_\_\_, Subcrevo e Assino

942108CGJ-SANDRA FRANCO DE ALMEIDA-ESCREVENTE





SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

00-270262-L-001/001



FINALIDADE declarada pelo requerente: INFORMACAO PESSOAL.

# 1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO  
Delegatário: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos

## CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

# C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- A) INDISPONIBILIDADE DE BENS, ARRESTOS, SEQUESTROS E OUTRAS DETERMINAÇÕES COMUNICADAS PELO E.TJ/RJ;
  - B) RESCISÓRIAS;
  - C) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E DEMAIS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EMPRESARIAL;
  - D) SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA DE FAMÍLIA;
  - E) AÇÕES ACIDENTÁRIAS;
  - F) RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM REGISTROS PÚBLICOS;
  - G) MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES, ETC.) DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEL;
  - H) ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA CÍVEIS;
  - I) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DAS VARAS REGIONAIS (MADUREIRA, JACAREPAGUÁ E LEOPOLDINA);
  - J) INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA E OUTRAS AÇÕES E PRECATÓRIAS DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS COM COMPETÊNCIA EM ÓRFÃOS E SUCESSÕES;
  - K) AÇÕES E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS AFETOS A ESTE OFÍCIO DE REGISTRO;
  - L) AÇÕES DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO MENCIONADAS NOS §§ 1º E 3º DO ARTIGO 33 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CGJ/RJ (PROVIMENTO 11/2009);
  - M) AÇÕES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ITINERANTE.
- DESDE QUINZE DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO ATÉ QUINZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUINZE (15/10/1995 ATÉ 15/10/2015), dele(s)
- \*\*\*\*\*

**\* \* \* \* \* NADA CONSTA \* \* \* \* \***

Relativamente ao nome de ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO - CPF: 751.893.057-91 - FILHO(A) DE MELCHIZEDECK DO NASCIMENTO E DE MARIA DE LOURDES BENTO SOARES\*\*\*\*\*  
Rio de Janeiro, Capital em 26/10/2015. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido. Emolument os Tab.01. Ato 01: R\$ 33,84, Tab.04-Ato 08: R\$ 32,69, LEI 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,65, FETJ: R\$ 13,30, FUNDPERJ: R\$ 3,32, FUNPERJ: R\$ 3,32, FUNARPEN: R\$ 2,66. TOTAL : R\$ 89,78. EU, RICARDO C. MEIRELES (94/1867), Oficial Substituto a assino.

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
EBGB 25862 MBE  
Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Certidão em nome de ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO - CPF: 751.893.057-91 - FILHO(A) DE MELCHIZEDECK DO NASCIMENTO E DE MARIA DE LOURDES BENTO SOARES, conforme o requerido.

23/10/2015>26/10/2015-5  
EBGB25862MBE

Conferido em 26/10/2015 por:  
RICARDO C. MEIRELES - Escrevente Substituto (MAT.94/1867)

CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 3º DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL.

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

165313  
591

RECIBO Nº 442484  
A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO



4350386

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

2º Ofício do Registro de Distribuição

## 2º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7º ANDAR - CEP 20011-020

CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

REQUERIDA EM: 23/10/2015  
 MODELO(A) >> CERTIFICAÇÃO  
 PARA FINS DE INFORMAÇÃO PESSOAL

Ronaldo Cramer Moraes Veiga - Oficial Registrador

Jorge Constancio Cassas - Substituto

## CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA  
 DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

## CERTIFICA e DÁ FÉ

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

- A - Indisponibilidade de Bens, Arrestos, Sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral de Justiça;
- B - Rescisórias;
- C - Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatorias distribuídas às varas com competência Empresariais;
- D - Separações, Divórcios, Alimentos e outras ações e precatorias distribuídas às varas com competência de Família;
- E - Ações Acidentárias;
- F - Retificações, Averbações e outras ações e precatorias distribuídas às varas com competência em Registros Públicos;
- G - Medidas cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, notificações e outros) distribuídas às varas com competência Cíveis;
- H - Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções e outras ações e precatorias distribuídas às varas com competência Cíveis;
- I - Ações e precatorias de competência das Varas Regionais;
- J - Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatorias distribuídas às varas com competência em Orfãos e Sucessões;
- K - Ações e Precatorias de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
- L - Ações distribuídas às Varas de Infância, da juventude e do idoso, mencionadas no parágrafo primeiro do artigo 382 desta Consolidação;
- M - Ações de competência da Justiça Itinerante, desde:

QUATORZE DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS NOVENTA CINCO ATÉ QUATORZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL QUINZE (14/10/1995 até 14/10/2015) dele(s)\* NADA CONSTA

A \*contra o(s) nome(s) de: \*\*\*\*\*

ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO

qualificação: 75189305791 MELCHIZEDECK DO NASCIMENTO E DE MARIA DE LOURDES BENTO SOARES (conforme requerido).

EMITIDA EM: 26/10/2015, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL.

ELABORADO PELO REGISTRADOR ASSOCIADO - Emolumentos R\$ 135,78

Dig.: Tab1/Tab4, Ato 33,84/32,69 PNCNV(2%) 0,65 FETJ 13,30 FundPerj 3,32 FunPerj 3,32 FunArpen 2,66

Poder Judiciário - TJERJ

Corregedoria Geral da Justiça

Selo de Fiscalização Eletrônica

EBFP 33643 FPD

Consulte a validade do selo em:

<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

TALÃO Nº

27026  
 01/04 Pg00C  
 R+1365405

INSCRIÇÃO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL

INSCRIÇÃO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL

Luiz Augusto da  
 Silva do Carmo  
 Escrevente  
 Mat. 94/3730



3º Ofício do Registro de Distribuição

Requerida em 23/10/2015

270262/2015-1.0  
Modelo CÍVEL folha 01  
0902270302

Finalidade declarada INFORMACAO PESSOAL

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

### 3º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 58 - 12º ANDAR - CEP 20011-000  
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

## CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CERTIFICA E DÁ FÉ, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO, RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO, NO PERÍODO REQUERIDO, NO QUE CON CERNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS:

- a) Indisponibilidade de Bens, Arrestos, Sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
- b) Rescisórias;
- c) Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;
- d) Separações, Divórcios, Alimentos e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência de Família;
- e) Ações Acidentárias;
- f) Retificações, Averbacões e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Registros Públicos;
- g) Medidas Cautelares (Arrestos, Sequestros, Buscas e Apreensões, Notificações e outros) distribuídas às varas com competência Cível;
- h) Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência Cível;
- i) Ações e precatórias de competência das Varas Regionais (Campo Grande e Barra da Tijuca);
- j) Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em órfãos e Sucessões;
- k) Ações e precatórias de competência dos Juizados Especiais Cíveis;
- l) Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas nos parágrafos 1º e 3º do artigo 33 da Consolidação Normativa da CGJ;
- m) Ações de competência da Justiça Itinerante, desde.....

QUATORZE DE OUTUBRO DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO ate QUATORZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUINZE (14/10/1995 ate 14/10/2015) .....  
deles \* \* \* NADA CONSTA \* \* \* contra o nome de: .....  
ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO, qualificacao: CPF 75189305791 f  
ilho(a) de MELCHIZEDECK DO NASCIMENTO e de MARIA DE LOURDES BENTO SOARES  
(conforme requerido) .....  
Emitida em: 23/10/2015 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obriga  
tórios previstos na Lei 11.971/09: N/C EU, REGISTRADOR, A ASSINO. ....  
EMOLUMENTOS R\$ 67,18 [Tab 1, Ato 1(R\$ 66,46), Tab 4 Ato 8(R\$ 0,65), L.63  
70/29 (R\$ 0,07)], FETJ(R\$ 13,30), FUNDPERJ(R\$ 3,32), FUNPERJ(R\$ 3,32), F  
UNARPEN(R\$ 2,66); valor total R\$ 89,78 .....

Poder Judiciário - TJERJ

Corregedoria Geral da Justiça

Selo de Fiscalização Eletrônico

EBFN72035 STJ

Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Cert. Proc. p/ /LUCIA

Lucia Afonso de Moura  
Escrevente  
Mat. 94-6615

3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO  
Ezequias Vargas Pereira  
Substituto do Titular  
Mat.: 94/6620

3154559

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO.  
QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO  
INDÍCIO DE ADULTEIRAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

AS CERTIDÕES SÃO VINCULADAS E INFORMAM SOBRE AÇÕES EM ANDAMENTO CONTRA DETERMINADO NOME. NO  
PERÍODO ASSINALADO, POSSAM SER SOLICITADAS CERTIDÕES POR PERÍODOS SUPERIORES A VINTE ANOS.

SE A CERTIDÃO SE REFERIR A HOMENAGEM, DEVE SER FUNDADA  
RELAÇÃO DE HOMENAGEM, NA SEÇÃO DO 2º GRUPO DO REGISTRO DE  
DISTRIBUIÇÃO, SOB AS PÊNS DA LEI.



**CERTIDÃO MODELO CIVEL**

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL  
CERTIDÃO DE REGISTRO DE  
DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS



15002702620001

00-270262

Emolumentos: Tab 16 Item 01 R\$33,84 Tab 19 Item 08  
R\$32,69 (FETJ) R\$13,30 (FUNPERJ) R\$3,32  
(FUNDPERJ) R\$3,32 (FUNARPEN) R\$2,66 (CG -  
PORTARIA 17/13) R\$0,65 = Total R\$89,78

# 4º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho Titular  
Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto Substituto do Titular  
Carlos Henrique de Aquino Americo dos Reis Escrevente Substituto

O DELEGATÁRIO DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,

CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

MARCOS

( 0 )

23/10/2015

**C E R T I F I C A**

Folha: 1

12:08:55

BFI73631

e DÁ FÉ QUE, ao verificar os livros e/ou assentamentos de seu Serviço Registral, relativos a feitos em curso ou andamento, no período requerido, no que concerne aos assuntos abaixo:

I - INDISPONIBILIDADE DE BENS, ARRESTOS, SEQUESTROS e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;

II - RESCISÓRIAS e outras ações de competência originária da 2ª Instância;

III - FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência EMPRESARIAIS;

IV - SEPARAÇÕES, DIVÓRCIOS, ALIMENTOS e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência de FAMÍLIA;

V - AÇÕES ACIDENTÁRIAS de competência das Varas Cíveis;

VI - RETIFICAÇÕES, AVERBAÇÕES e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em REGISTROS PÚBLICOS;

VII - MEDIDAS CAUTELARES (ARRESTOS, SEQUESTROS, BUSCAS E APREENSÕES, NOTIFICAÇÕES e outros) distribuídas às varas com competência Cíveis;

VIII - ORDINÁRIAS, SUMÁRIAS, DESPEJOS, CONSIGNATÓRIAS, EXECUÇÕES e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência Cíveis;

IX - Ações e precatórias de competência das Varas Regionais do Méier, Santa Cruz e Ilha do Governador;

X - INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES,

CURATELAS, DECLARAÇÕES DE AUSÊNCIA e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em ÓRFÃOS E

SUCESSESÕES afetos a este Ofício;

XI - AÇÕES E PRECATÓRIAS de competência dos JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS afetos a este Ofício;

XII - Ações distribuídas às varas da infância, da juventude e do idoso, mencionadas no parágrafo primeiro e terceiro do artigo 33 desta Consolidação;

XIII - Ações de Competência da Justiça Itinerante, desde:

VINTE E UM DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO xxxxxxxx ate

VINTE E UM DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUINZE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de

ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CPF: 751.893.057-91 QUALIFICACAO : FILIAÇÃO MELCHIZEDECK DO

NASCIMENTO/MARIA DE LOURDES BENTO SOARES CONFORME REQUERIDO//////////

REQUERIDA E EMITIDA EM 23/10/2015, RIO DE JANEIRO.//////////

FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE: PESQUISA PESSOAL.//////////

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO.

CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL.

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
EBFI73631 IHM  
Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Utilização do processo de  
chancela mecânica  
autorizado pelo aviso nº  
1388/2012 de 29 de  
novembro de 2012

4º Ofício do Registro de Distribuição - Comarca da Capital  
Natalina de Aquino  
Escrevente Substituto - Matr. 040280 - CGJ

9151833987303001



CONFERIDO POR:

4º Ofício do Registro de Distribuição 1765372



CRI 68  
 A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO  
 RECIBO Nº 442485

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

00-270263-L-001/001



FINALIDADE declarada pelo requerente: INFORMACAO PESSOAL.

# 1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO  
Delegatário: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos

## CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

# C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

- A) INDISPONIBILIDADE DE BENS, ARRESTOS, SEQUESTROS E OUTRAS DETERMINAÇÕES COMUNICADAS PELO E.TJ/RJ.
- B) AÇÕES PENAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DA 2ª INSTÂNCIA;
- C) INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS DISTRIBUÍDOS ÀS VARAS CRIMINAIS;
- D) AÇÕES PENAS PÚBLICAS E PRIVADAS, OUTROS PROCEDIMENTOS E PRECATÓRIAS DAS VARAS CRIMINAIS;
- E) INQUÉRITOS POLICIAIS-MILITARES, FLAGRANTES, AÇÕES PENAS E PRECATÓRIAS DE COMPETÊNCIA DAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR;
- F) AÇÕES PENAS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DAS VARAS REGIONAIS (MADUREIRA E JACAREPAGUÁ);
- G) AÇÕES PENAS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS;
- H) AÇÕES PENAS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS DE COMPETÊNCIA DOS JUÍZADOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER;
- I) AÇÕES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ITINERANTE.

DESDE QUINZE DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO ATÉ QUINZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUINZE (15/10/1995 ATÉ 15/10/2015), dele(s) \*\*\*\*\*

\* \* \* \* \* **NADA CONSTA** \* \* \* \* \*

Relativamente ao nome de ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO - CPF: 751.893.057-91 - FILHO(A) DE MELCHIZEDECK DO NASCIMENTO E DE MARIA DE LOURDES BENTO SOARES\*\*\*\*\*  
Rio de Janeiro, Capital em 26/10/2015. Obs.: Certidão extraída conforme requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido. Emolumentos Tab.01. Ato 01: R\$ 22,32, Tab.04-Ato 08: R\$ 32,69, LEI 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,65, FETJ: R\$ 11,00, FUNDPERJ: R\$ 2,75, FUNPERJ: R\$ 2,75, FUNARPEN: R\$ 2,20. TOTAL: R\$ 74,36. EU, RICARDO C. MEIRELES (94/1867), Oficial Substituto a assino.

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
EBGB 25863 VVM  
Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Certidão em nome de ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO - CPF: 751.893.057-91 - FILHO(A) DE MELCHIZEDECK DO NASCIMENTO E DE MARIA DE LOURDES BENTO SOARES, conforme o requerido.

23/10/2015>26/10/2015-5  
EBGB25863VVM

Conferido em 26/10/2015 por:  
RICARDO C. MEIRELES - Escrevente Substituto (MAT.94/1867)

CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 3º DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL.

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

1655312



## 2º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7º ANDAR - CEP 20011-020

CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

TALÃO Nº

27026  
01/05 Pg000  
R:1365406

REQUERIDA EM: 23/10/2015  
MODELO(B) >> CERTIFICAÇÃO  
PARA FINS DE INFORMAÇÃO PESSOAL

Ronaldo Cramer Moraes Veiga - Oficial Registrador

Jorge Constancio Cassas - Substituto

### CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

## C E R T I F I C A e D Á F É

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

- A - Indisponibilidades de Bens, Arrestos, Sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
- B - Ações Penais e outros procedimentos de competência originária da 2ª Instância;
- C - Inqueritos Policiais, Flagrantes e outros procedimentos investigatórios distribuídos às Varas Criminais;
- D - Ações Penais Públicas e Privadas, outros procedimentos e precatórias das Varas Criminais;
- E - Inqueritos Policiais - Militares, Flagrantes, Ações Penais e Precatórias de competência das Auditorias da Justiça Militar;
- F - Ações Penais, Inqueritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência das Varas Regionais;
- G - Ações Penais, Inqueritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados Especiais Criminais;
- H - Ações Penais, Inqueritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- I - Ações de competência da Justiça Itinerante, desde:

QUATORZE DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS NOVENTA CINCO ATÉ QUATORZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL QUINZE (14/10/1995 até 14/10/2015) dele(s) \* NADA CONSTA \* contra o(s) nome(s) de: \*\*\*\*\*  
ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO, qualificação: 75189305791 MELCHIZEDECK DO NASCIMENTO E DE MARIA DE LOURDES BENTO SOARES (conforme requerido).

EMITIDA EM: 26/10/2015, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL.

CEL. REGISTRADOR ASSINADO. Emolumentos R\$ 74,24.  
Certidão extraída de acordo com o Art. 202 da Lei 7210/84 e aviso 44/93 da Corregedoria Geral da Justiça  
Dig.: Tab1/Tab4, Ato 22,32/32,69 PHCMV(2%) 0,65 FETJ 11,00 FundPerj 2,58 FunPerj 2,75 FunArpen 2,75

Poder Judiciário - TJERJ

Corregedoria Geral da Justiça

Selo de Fiscalização Eletrônica

EBFP 33644 FPP

Consulte a validade do selo em:

<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Luiz Augusto da  
Silva do Carmo  
Escritor  
Mat. 94/3730



4350387

2º Ofício do Registro de Distribuição

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

ARQUIVISTA



Requerida em 23/10/2015

270263/2015-1.0  
Modelo CRIMINAL folha 01  
0902270303

Finalidade declarada INFORMACAO PESSOAL

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL

### 3º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 58 - 12º ANDAR - CEP 20011-000  
CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

## CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CERTIFICA E DÁ FÉ, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO, RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO, NO PERÍODO REQUERIDO, NO QUE CON CERNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS:

- a) Indisponibilidade de Bens, Arrestos, Sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
- b) Ações Penais e outros procedimentos de competência originária da 2ª Instância;
- c) Inquéritos Policiais, Flagrantes e outros procedimentos investigatórios distribuídos às Varas Criminais;
- d) Ações Penais Públicas e Privadas, outros procedimentos e precatórias das Varas Criminais;
- e) Inquéritos Policiais-Militares, Flagrantes, Ações Penais e precatórias de competência das Auditorias da Justiça Militar;
- f) Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos das Varas Regionais (Campo Grande);
- g) Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados Especiais Criminais;
- h) Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- i) Ações de competência da Justiça Itinerante, desde.....

QUATORZE DE OUTUBRO DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO ate QUATORZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUINZE (14/10/1995 ate 14/10/2015) .....  
deles \* \* \* NADA CONSTA \* \* \* contra o nome de: .....

ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO, qualificacao: CPF 75189305791 f  
ilho(a) de MELCHIZEDECK DO NASCIMENTO e de MARIA DE LOURDES BENTO SOARES  
(conforme requerido) .....

Emitida em: 23/10/2015 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: N/C EU, REGISTRADOR, A ASSINO. ....  
EMOLUMENTOS R\$ 55,66 [Tab 1, Ato 1(R\$ 54,94), Tab 4 Ato 8(R\$ 0,65), L.63 70/20 (R\$ 0,07)], FETJ(R\$ 11,00), FUNDPERJ(R\$ 2,75), FUNPERJ(R\$ 2,75), F UNARPEN(R\$ 2,20); valor total R\$ 74,36 .....

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
EBFN72036 LRP

Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Cert. Proc. p/ /LUCIA

Lucia Afonso de Moura  
Escrevente  
Mat. 94-6615

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO  
Ezequias Vargas Pereira  
Substituto do Titular  
Mat.: 94/6620

3º Ofício do Registro de Distribuição

A FOLHA NÚMERO DA EXATIDÃO DE FEITOS CIVIS E CRIMINAIS E FOLHA NÚMERO DAS CERTIDÕES DOS 1º, 2º, 3º, 4º E 5º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

1954561

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER ERRO OU INCONSISTÊNCIA DEVIDO AO USO DO INDICADOR DE AUTENTICAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

AS CERTIDÕES SÃO VINCULADAS E INFORMAM SOBRE AÇÕES EM ANDAMENTO CONTRA DETERMINADO NOME, NO PERÍODO ASSINALADO. PODEM SER SOLICITADAS CERTIDÕES POR PERÍODOS SUPERIORES A VINTE ANOS.

SE A CERTIDÃO SE REFERIR A HONORÁRIOS, PODE SER FIRMADA, DECLARAÇÃO DE HONORÁRIOS, NA SEDE DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO, SOB AS PENAS DA LEI.



**CERTIDÃO MODELO CRIMINAL**

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL  
CERTIDÃO DE REGISTRO DE  
DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS



00-270263

15002702630001

Emolumentos: Tab 16 Item 01 R\$22,32 Tab 19 Item 08  
R\$32,69 (FETJ) R\$11,00 (FUNPERJ) R\$2,75  
(FUNDPERJ) R\$2,75 (FUNARPEN) R\$2,20 (CG -  
PORTARIA 17/13) R\$0,65 = Total R\$74,36

# 4º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho Titular  
Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto Substituto do Titular  
Carlos Henrique de Aquino Americo dos Reis Escrevente Substituto

O DELEGATÁRIO DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,  
CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

MARCOS

( 0 )

23/10/2015

**C E R T I F I C A**

Folha: 1

12:08:55

BFI73632

e DÁ FÉ QUE, ao verificar os livros e/ou assentamentos de seu Serviço Registral, relativos a feitos em curso ou andamento, no período requerido, no que concerne aos assuntos abaixo:

I - INDISPONIBILIDADE DE BENS, ARRESTOS, SEQUESTROS e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça;

II - AÇÕES PENASIS e outros procedimentos de competência originária da 2ª INSTÂNCIA;

III - INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES e outros procedimentos investigatórios distribuídos às VARAS CRIMINAIS;

IV - AÇÕES PENASIS PÚBLICAS E PRIVADAS, outros procedimentos e precatórias de competência das VARAS CRIMINAIS;

V - INQUÉRITOS POLICIAIS - MILITARES, FLAGRANTES, AÇÕES PENASIS E PRECATÓRIAS de competência das Auditorias da Justiça Militar;

VI - AÇÕES PENASIS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS e outros procedimentos de competência das Varas Regionais do Meier, Santa Cruz e Ilha do Governador;

VII - AÇÕES PENASIS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS e outros procedimentos de competência dos Juizados Especiais Criminais afetos a este Ofício;

VIII - AÇÕES PENASIS, INQUÉRITOS POLICIAIS, FLAGRANTES, PRECATÓRIAS e outros procedimentos de competência dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra Mulher afetos a este Ofício;

IX - Ações de Competência da Justiça Itinerante, desde:

VINTE E UM DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO xxxxxxxx ate  
VINTE E UM DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUINZE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de  
ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
CPF:751.893.057-91 QUALIFICACAO :FILIACAO MELCHIZEDECK DO  
NASCIMENTO/MARIA DE LOURDES BENTO SOARES CONFORME REQUERIDO/////////  
REQUERIDA E EMITIDA EM 23/10/2015,RIO DE JANEIRO./////////  
FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE:PESQUISA PESSOAL./////////

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

A PROVA NEGATIVA CIVIL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO.

CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL.

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
EBFI73632 UDP  
Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Utilização do processo de  
chancela mecânica  
autorizado pelo aviso nº  
1388/2012 de 29 de  
novembro de 2012

4º Ofício do Registro de Distribuição - Comarca da Capital

Naraina de Aquino  
Escrevente Substituto - Matr: 340260 - CGJ

9151833988603001



CONFERIDO POR:



## DECLARAÇÃO

Resolução nº 41, de 2013, RI/SF, Art. 383, I, Letra “b”, 5 e § 2º.

Declaro, em atenção ao exigido no Regimento Interno desta prestigiosa Casa Legislativa, que nos últimos cinco anos venho atuando exclusivamente junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, na condição de membro do Ministério Público Federal.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2015.

Rogério José Bento Soares do Nascimento  
Procurador Regional da República





ARGUMENTAÇÃO ESCRITA  
Resolução nº 41, de 2013, RI/SF, Art. 383, I, Letra “c”.

Excelentíssimos Senhores Senadores da República,


Honrado com a indicação do meu nome, pelo Exmo. Procurador-Geral da República, para representar o Ministério Público da União perante o Conselho Nacional de Justiça, e em atenção ao exigido no Regimento Interno desta prestigiosa Casa Legislativa, aceito a missão que me é confiada convencido de estar preparado para o desempenho da atividade, uma vez que, no correr de trinta e um anos de exercício profissional contínuo – primeiro como advogado e há vinte e três anos como membro do Ministério Público Federal, vinte e cinco destes anos dedicados simultaneamente à docência superior –, tenho tido a Justiça brasileira como o objeto privilegiado da minha atenção e da minha atuação. Penso que um olhar acadêmico e uma longa experiência prática combinam-se e completam-se, oferecendo visão ampla da prestação jurisdicional.

O ponto de vista acadêmico – que forjei desde a graduação na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, ainda na década de 1980, aprimorei no Mestrado em Direito Constitucional na PUC-Rio, afortunadamente concomitante com as atividades da Assembleia Nacional Constituinte, no Doutorado em Direito Público na UERJ, a essa altura já amadurecido no cargo de Procurador da República, e no Pós-doutoramento na UFPR, todas instituições de excelência – proporcionou-me pensar a jurisdição como função de Estado e como serviço público relevante.

Já a vivência prática, variada, adquirida desde o aprendizado como estagiário de direito na área trabalhista e de família no Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro, passando pela iniciação na advocacia com o saudoso ex-presidente do Sindicato dos Advogados no Rio de Janeiro, Dr. Paulo Goldrajch, desenvolvida por anos como advogado do CREA-RJ e no serviço intenso na condição de membro do Ministério Público Federal – atuando tanto na área criminal, no enfrentamento da criminalidade financeira, internacional e a corrupção, quanto na tutela de direitos coletivos e indisponíveis, especialmente do direito à saúde – incluídos quatro anos oficiando junto ao Tribunal Regional Eleitoral, permitiu compreender o drama do cidadão que busca Justiça e dos profissionais que se esforçam para prestar jurisdição.

Todavia, o Conselho Nacional de Justiça não é simplesmente um órgão técnico. O desenho constitucional do CNJ – como o órgão de controle do Judiciário Nacional – confere-lhe um papel de zelar pela autonomia do Poder Judiciário, sim, pela legalidade dos atos de membros e auxiliares da jurisdição, também, mas, igualmente, pela observância da ética, dos deveres inerentes à judicatura. Estou convicto de que a perspectiva do magistério, orientada pela observação metódica, pela reflexão racionalizadora da teoria e pelo estudo compartilhado no ambiente universitário, assim como a perspectiva técnica, impessoal e pragmática da experiência forense, são fundamentais, porém não bastam. É preciso conjugá-las com os valores que tenho trazidos de berço e com uma formação humanista. Valores e formação testados, para além da vida pública, na felicidade de constituir e contribuir para manter unida e harmônica uma família. Esta conjugação, creio, credencia-me para o exercício da importante e meritória função.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2015.

  
Rogério José Bento Soares do Nascimento  
Procurador Regional da República





Talão:269480/2015



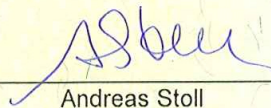
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

**1º Registro Civil das Pessoas Naturais da Capital do Estado do Rio de Janeiro.**  
Praia da Olaria, 155 - Cocotá - Ilha do Governador - Rio de Janeiro / RJ - CEP 21.910-295

## CERTIDÃO DE INTERDIÇÕES E TUTELAS

### C E R T I D ã O

**JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II**, Titular do 1º RCPN da Cidade do Rio de Janeiro, com atribuição de interdições e tutelas. **CERTIFICA** que revendo os livros competentes da capacidade jurídica, dos mesmos **NADA CONSTA** com referência às interdições previstas nos artigos 1.767 e 1.779 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; **CERTIFICA** ainda que **NADA CONSTA** com referência à Ausência, artigo 22 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; **CERTIFICA** mais que **NADA CONSTA** com referência às Interdições Comerciais (Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 - Lei de Falências, atual lei nº 11.101, de 09 de Fevereiro de 2005, até a presente data); **CERTIFICA** também que **NADA CONSTA** com referência às interdições de direito (Artigo 92 - incisos I, II e III) conforme dispõe o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal), desde 20 anos retro, até a presente data; **CERTIFICA** entretanto que **NADA CONSTA** com referência à Insolvência Civil, (Artigos 748 e seguintes da Lei 5.869, de 11 de Janeiro de 1973 - Código de Processo Civil Brasileiro, até a presente data); **CERTIFICA** finalmente que **NADA CONSTA** com referência à Indisponibilidade de Bens nos termos de que dispõe a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974 que trata da Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministério da Fazenda, até a presente data, **CONTRA O NOME: ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO, CPF 751.893.057-91**. O referido é verdade e dou fé. Cidade do Rio de Janeiro, vinte e três (23) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e quinze (2015). Eu escrevente assino.



Andreas Stoll

Matricula CNJ: 00000000000000000000 Substituto - Mat.94-10745

Código:0116920.4/2015

Finalidade: INFORMACAO PESSOAL

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
EBFG42410-BBE

Coconsulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Emolumento: Tab.21 Item I + (6x) + FUNARPEN 4% + FETJ 20% + FUNDPERJ 5% + FUNPERJ 5% -  
TOTAL R\$ = 91,60

Arpen rj - AA 001277697 - P





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Nº do Talão: 1.218.177

Nº da Central: 269.480

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**2º OFÍCIO DE REGISTRO DE INTERDIÇÕES E TUTELAS**  
**OFICIAL: MARIA DA GLÓRIA MARTINS DE CARVALHO**  
**SUBSTITUTOS: ROBSON CARVALHO FILGUEIRAS**  
**NEUSA DE SOUZA FÁRIA**  
**EUGÊNIO BUZHAR GERAISSATI**

Rua da Assembléia, 19 - 9º andar - Centro - Tel.: 25331424 - CEP:20011-001  
CENTRAL DE CERTIDÕES - Av. Almirante Barroso, 90 - 2º andar - Tel.: 2507-9090

# CERTIDÃO

**Mª DA GLÓRIA MARTINS DE CARVALHO**, Oficial Titular do Segundo Ofício do Registro de Interdições e Tutelas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**CERTIFICA** que revendo os livros competentes da capacidade jurídica sob a guarda deste serviço, desde a instalação do mesmo em vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, **NADA CONSTA** na presente data, com referência as interdições previstas nos artigos 1.767 e 1.779 do Código Civil Brasileiro; **CERTIFICA**, ainda, que revendo os mesmos livros sob a guarda deste serviço, desde a instalação do mesmo, **NADA CONSTA** na presente data, com referência a Ausência, artigo 22 do Código Civil Brasileiro; **CERTIFICA**, mais, que **NADA CONSTA** na presente data, com referência as Interdições Comerciais (Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 e a atual Lei nº 11.101/2005 - artigo nº 99 - 09 de fevereiro de 2005); **CERTIFICA** também, que observados os últimos 20 anos, **NADA CONSTA** na presente data, com referência as Interdições de Direito (artigo 92 - incisos I, II, III do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro); **CERTIFICA**, outrossim, que **NADA CONSTA** na presente data, com referência a Insolvência Civil (artigos 748 e seguintes da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil Brasileiro); **CERTIFICA**, finalmente, que em nossos arquivos iniciados em 13 de março de 1974 **NADA CONSTA** na presente data, com relação a Indisponibilidade de Bens, arrestos, sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, **CONTRA O NOME: ROGERIO JOSE BENTO SOARES DO NASCIMENTO-CPF: 751.893.057-91\*\*\*\*\***

O referido é verdade e dou fe. Cidade do Rio de Janeiro, vinte e dois de outubro de dois mil e quinze. **TAB\_6\_L= R\$24,16+ TAB\_6\_BUSCA= R\$44,22= EMOL.: R\$68,38+ FETJ: R\$13,67+ FUNDPERJ: R\$3,41+ FUNPERJ: R\$3,41+ FUNARPENRJ: R\$2,73= TOTAL = R\$91,60.** Eu Oficial assino.

**EUGENIO BUZHAR GERAISSATI**  
Substituto Legal - Cadastro:94-14921

Finalidade: INFORMACAO PESSOAL

Impresso por: FER

MATRICULA: 0933690155 0000 9 00000 000 0000000 41

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônica  
EBEV 27405 QQI

Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER COPIA, REPRODUÇÃO OU IMPRESSÃO INCLUSIVE NO VERSO, PODERÁ SER CONSIDERADA Cópia NÃO VÁLIDA DE AUTENTICAÇÃO DO TITULAR DO FOLHETO.

PREVINA-SE CONTRA O CÂNCER

CONTENIDO E DIGITIZADO POR

BUSCA PROCEDEDA POR

Arpen rj - AA 001144126 - P

A COMISSÃO DE  
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
CIDADANIA



**PARECER**

## **SENADO FEDERAL**

### **PARECER Nº 1033, DE 2015**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 78 de 2015 (nº 446/2015, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, Anexo I do Decreto nº 7.738, de 28 de maio de 2012, o nome do Senhor VICTOR SANTOS RUFINO para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 17 de novembro de 2015, apreciando a indicação apresentada na Mensagem “SF” nº 78 de 2015, opina pela APROVAÇÃO do nome do Senhor VICTOR SANTOS RUFINO para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, por 17 votos favoráveis, nenhum voto(s) contrário(s) e nenhuma abstenção(ões).

Sala da Comissão, em 17 de novembro de 2015.

Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**, Presidente

Senador **DOUGLAS CINTRA**, Relator



**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Assuntos Econômicos - CAE**  
**MENSAGEM (SF) Nº 78, de 2015**

ASSINAM O PARECER, NA 43ª REUNIÃO, DE 17/11/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** SEN. DELCÍDIO DO AMARAL

**RELATOR:** \_\_\_\_\_

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. José Pimentel (PT)
→ Delcídio do Amaral (PT)	2. Paulo Rocha (PT)
Lindbergh Farias (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
→ Walter Pinheiro (PT)	4. Humberto Costa (PT)
Reguffe (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Telmário Mota (PDT)	6. Jorge Viana (PT)
Benedito de Lira (PP)	7. Wilder Moraes (PP)
→ Ciro Nogueira (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Majoria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
→ Waldemir Moka (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Raimundo Lira (PMDB)	3. José Maranhão (PMDB)
→ Sandra Braga (PMDB)	4. Lúcia Vânia (PSB)
→ Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Jader Barbalho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Marta Suplicy (PMDB)
Omar Aziz (PSD)	7. Rose de Freitas (PMDB)
VAGO	8. Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. José Serra (PSDB)
Davi Alcolumbre (DEM)	2. Ataídes Oliveira (PSDB)
→ Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Dalirio Beber (PSDB)
→ Alvaro Dias (PSDB)	4. Ronaldo Caiado (DEM)
→ Tasso Jereissati (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Lídice da Mata (PSB)
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
→ Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
→ Douglas Cintra (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Elmano Férrer (PTB)
Wellington Fagundes (PR)	3. Blairo Maggi (PR)



## RELATÓRIO

RELATOR: Senador **DOUGLAS CINTRA**

A Presidente da República, por meio da Mensagem nº 78 de 2015 (Mensagem nº 446 de 2015, na origem), submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor VICTOR SANTOS RUFINO para recondução ao cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), do Ministério da Justiça.

Nos termos da alínea *f* do inciso III do art. 52 da Constituição Federal e do art. 16 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, é da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto ao CADE.

No âmbito do Senado Federal, o assunto cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), conforme o inciso VII do art. 99 e o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O indicado apresentou toda a documentação exigida para o processo de aprovação de autoridades, nos termos do Ato nº 2 de 2011-CAE, que disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito desta Comissão.

A Lei nº 12.529, de 2011, estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada, conforme seu art. 1º, pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico. O referido art. 16 dessa Lei dispõe que o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto ao CADE será nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovado pelo Senado Federal, dentre cidadãos brasileiros com mais de trinta anos de idade, de notório conhecimento jurídico e reputação ilibada. De mesmo teor é o art. 5º do Anexo I do Decreto nº 7.738, de 2012 (Estrutura Regimental do CADE).

Conforme a documentação apresentada, o Sr. VICTOR SANTOS RUFINO é brasileiro, graduado em Direito pela Universidade Federal do Piauí (2005) e possui especialização em Direito Concorrencial pela Fundação Getúlio Vargas. Consta em seu currículo também o exercício da docência de Direito Econômico no Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB).

O indicado é Procurador Federal aprovado em concurso público no ano de 2006, exerceu de 2011 a 2013 o cargo de Procurador-Chefe Adjunto do CADE, tendo desempenhado várias atribuições nesse órgão. Desde janeiro de 2014, exerce a chefia da Procuradoria Federal Especializada, período em que conduziu a implementação das novas disposições da Lei nº 12.529, de 2011, a qual reformulou profundamente o protagonismo do CADE no país.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e já resumido, entendemos que esta Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a recondução do nome do Sr. VICTOR SANTOS RUFINO ao cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto ao CADE.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 2015.

Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**, Presidente

Senador **DOUGLAS CINTRA**, Relator

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**



**SENADO FEDERAL**  
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 148, DE 2015**

*Altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional.

*Art. 1º. O inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal passará a vigorar com a seguinte redação:*

*“Art. 7º.....*

*XIII – Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e trinta e seis semanais, facultando a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. (NR)”*

*Art. 2º A implantação da duração da jornada de trabalho de que se trata o inciso XIII do art. 7º da Constituição federal, na redação dada pelo art. 1º desta Emenda se dará da seguinte forma:*

*I - A partir de 01 de janeiro do exercício seguinte ao do exercício em que for aprovada esta emenda a jornada de trabalho normal não poderá ser superior a quarenta horas semanais, diminuindo gradativamente e anualmente em uma hora por ano até o limite mínimo de 36 horas.*

*II - Até a implantação de que se refere o inciso anterior a jornada de trabalho normal não poderá ser superior a 44 horas semanais;*

*Art. 3º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.*

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda constitucional reflete o anseio popular e a evolução nas relações trabalhistas devidamente debatidos nos fóruns nacionais do trabalho, evolução



## 2

esta que é fato concreto em outros países que dispõe de uma carga horária de trabalho anual em torno de 1.400 horas enquanto que no Brasil esta carga horária de trabalho chega 2.100 horas, redução esta que, notoriamente, influenciará na criação de inúmeras novas vagas de trabalho, atingindo, positivamente, uma ferida social.

A despeito das resistências, a tendência à redução da jornada diária ou semanal é fato incontestável. Recentemente, no ano 2000, a França, que já se incluía no grupo de países europeus com jornada inferior a quarenta horas (esse é também o caso da Bélgica, dos Países Baixos e da Dinamarca), passou da semana de trinta e nove horas de trabalho para a semana de trinta e cinco horas.

Na Europa, por exemplo, esse debate tem recebido muito destaque. Na França, principalmente, a discussão sobre flexibilização da jornada de trabalho tem se concentrado na redução da jornada de trabalho padrão, já que lá, comprovadamente, denotaram que a diminuição do número médio de horas trabalhadas por empregado aumentou o nível de emprego. Fato aprovado por 87% da população francesa.

A economia brasileira passou por importantes modificações ao longo da década de 90. Durante esse período, basicamente, ocorreram a abertura da economia, a queda da taxa de inflação e a redução da presença do Estado na economia, através das privatizações. Essas mudanças resultaram em efeitos importantes sobre o ritmo e a estrutura do crescimento da economia, afetando significativamente, o desempenho do mercado de trabalho.

Os estudos relativos a redução de jornada de trabalho tem mostrado que é interesse tanto dos empregadores, quanto dos empregados. No caso dos empregadores, a redução da jornada de trabalho é vista como um meio de reduzir custos, já que torna possível ajustar a utilização da mão-de-obra às necessidades de produção das empresas, evitando o uso de horas extras. No caso dos trabalhadores, a existência de jornadas menores atende anseios de diversos grupos sociais que desejam trabalhar jornadas mais curtas. Em particular, os trabalhadores mais qualificados, os jovens e os pais com filhos pequenos tendem a ser os grupos sociais mais interessados na adoção de uma jornada de trabalho reduzida.

No Brasil, historicamente foi divulgado pelos empregadores que o empregado trabalha pouco, não gosta de “pegar no pesado”, sendo a malandragem uma característica inerente da classe trabalhadora. Na verdade, o que pode-se afirmar é que, essa ideologia procura responsabilizar o próprio trabalhador pelo atraso, a pobreza e a baixa remuneração, uma vez que a produtividade industrial nacional seria inferior a dos países desenvolvidos.

Porém, levantamentos estatísticos nos mostram o contrário, mostram que a jornada de trabalho brasileira é uma das maiores se comparada com o resto do mundo, como inicialmente comentado.

A legislação brasileira concretizou, na maioria das vezes, uma seqüência de lutas e debates sociais sobre a questão da jornada de trabalho, estando a mobilização sindical no centro das pesquisas.

3

O projeto que ora apresentamos é a expressão maior do Movimento Sindical brasileiro que deseja que a jornada de trabalho não seja superior a 36 horas semanais.

Dessa forma no momento em que o Governo Federal cria o Fórum Nacional do Trabalho e das Relações Sindicais, entendemos que o debate deve ser reaberto com o Congresso Nacional, já que este tema é de grande importância para as relações trabalhistas, onde imperam as visões neoliberais contra os ideais de nossas centrais sindicais. E por isso peço a colaboração dos nobres pares à aprovação da presente proposta de emenda constitucional.

Sala das Sessões, de de 2003

Senador **PAULO PAIM**  
 Senador **ALVARO DIAS**  
 Senadora **ANGELA PORTELA**  
 Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**  
 Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**  
 Senador **CRISTOVAM BUARQUE**  
 Senador **DONIZETI NOGUEIRA**  
 Senador **ELMANO FÉRRER**  
 Senadora **FÁTIMA BEZERRA**  
 Senador **FLEXA RIBEIRO**  
 Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**  
 Senador **GLADSON CAMELI**  
 Senador **HÉLIO JOSÉ**  
 Senador **HUMBERTO COSTA**  
 Senador **JADER BARBALHO**  
 Senador **JOÃO CAPIBERIBE**  
 Senador **JOSÉ MEDEIROS**  
 Senador **LASIER MARTINS**  
 Senadora **LÍDICE DA MATA**  
 Senadora **LÚCIA VÂNIA**  
 Senador **PAULO ROCHA**  
 Senador **RANDOLFE RODRIGUES**  
 Senadora **REGINA SOUSA**  
 Senador **REGUFFE**  
 Senador **ROBERTO ROCHA**  
 Senador **TELMÁRIO MOTA**  
 Senador **WALTER PINHEIRO**

**LEGISLAÇÃO CITADA**

4

Constituição de 1988 - 1988/88  
inciso XIII do artigo 7º  
parágrafo 3º do artigo 60

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pela ordem.) – Srª Presidenta, V. Exª é a primeira inscrita para uma comunicação inadiável, eu devo ser o segundo, pela ordem de chegada, mas também estou como orador inscrito. Então, se puder ser chamado como orador inscrito, prefiro.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito. Senadora Fátima.

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pela ordem.) – Também solicito a V. Exª para uma...

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Comunicação inadiável?

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... comunicação inadiável.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, V. Exª é a terceira inscrita para uma comunicação inadiável, sendo que, se o Senador Paim falar como orador inscrito, V. Exª subirá naturalmente.

O primeiro orador inscrito é o Senador Cristovam Buarque, a quem convido para fazer uso da palavra.

Senador Humberto solicita a inscrição. S. Exª já está inscrito, em primeiro, pela Liderança do seu Partido, o Partido dos Trabalhadores.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Cristovam Buarque, que fala como orador inscrito.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Vanessa, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nos dias 28 e 29 de outubro, a Comissão de Ciência e Tecnologia organizou dois dias de debates aqui, no Senado, sobre energia nuclear, Senador Paim. Um grupo de pessoas de diversos países, cada uma delas veio aqui para dizer o que aconteceu nos seus países em função de falhas no sistema de energia nuclear.

Uma das motivações desse seminário é o meu projeto de lei que determinaria – espero que seja aprovado um dia – uma moratória, um período de 30 anos, durante os quais as pesquisas continuariam – acho até que deveriam fazer mais pesquisas ainda sobre energia nuclear, porque pode ser a grande alternativa limpa no futuro –, mas não faríamos novas centrais, enquanto não houvesse absoluta segurança, do ponto de vista da engenharia civil, que mantém os reatores, e do ponto de vista da segurança no uso e na guarda do lixo atômico, que dura milhares de anos, ameaçando ao redor por centenas de quilômetros.

Nesse encontro, tivemos a participação, inclusive, por televisão, do Primeiro-Ministro do Japão, Senador Jorge Viana, no momento de Fukushima, que fez um depoimento muito forte, lembrando que ele sempre foi favorável à energia nuclear, mas que tinha mudado de posição ao ver o que aconteceu no Japão, com Fukushima. Tivemos representantes que cuidam dos doentes que até hoje sobrevivem, com muitas doenças, por conta de Chernobyl. Tivemos especialistas de diversos lugares.

E no final nós fizemos uma carta à Presidenta Dilma, que eu e o Chico Whitaker, que é tão conhecido, amigo de tantos de nós, assinamos juntos e mandamos à Presidenta. Nessa carta nós escrevemos:

[...] Senhora Presidenta Dilma,

[...] [acabamos] de participar, no Senado Federal, do Seminário Internacional [cujo título é] “Usinas Nucleares – Lições da Experiência Mundial” promovido pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, que tenho a honra de presidir.

Contamos nesse Seminário com as contribuições de renomados especialistas [...] [da Bielorrússia], do Japão, da França, da Alemanha e dos Estados Unidos, que nos trouxeram informações e reflexões sobre a realidade da opção nuclear para produzir eletricidade, sobre os riscos que a acompanham,

da mineração do urânio até a destinação final de seus rejeitos, assim como sobre a elevação contínua de seus custos.

Ao final do Seminário, saí ainda mais convicto da necessidade urgente de se fazer uma revisão profunda da matriz energética brasileira e de serem tomadas algumas decisões inadiáveis.

Em primeiro lugar, interromper definitivamente a construção da usina nuclear Angra 3, cujo projeto obsoleto não cumpre os requisitos de segurança hoje exigidos [no mundo]. Angra 3 [além disso] está maculada pela corrupção e, muito mais grave, Angra 3 pode vir a causar, no Brasil, uma catástrofe das dimensões de Chernobyl e Fukushima.

Em segundo lugar, discutir mais amplamente no país a possibilidade de retirar da nossa matriz energética a opção nuclear, como já o fizeram a Alemanha, a Itália e a Áustria, pela ameaça que ela representa para a vida da população, para o meio ambiente e para as gerações futuras.

Em terceiro lugar, redirecionar nossos investimentos em energia nuclear para a pesquisa e o uso de fontes energéticas como a eólica e a solar, para as quais o nosso país oferece condições privilegiadas [e uma vocação natural].

[...] [Enviamos] desde já esta carta [...] em razão da urgência e gravidade dessas questões. Será complementada por outra, com as informações colhidas no Seminário, e convidarei os participantes e todas as pessoas que no Brasil se interessam pelo enfrentamento desse desafio a assinarem comigo.

Essa carta, Sr. Presidente, foi enviada no final de outubro, e creio que com isso nós cumprimos a nossa obrigação. Nós precisamos alertar a população brasileira dos riscos que significam a opção nuclear em um país com as alternativas de energia que nós temos, alternativas já em vigor. Hoje, 3% saem das usinas nucleares. O Brasil pode perfeitamente funcionar bem com 3% a mais em outras centrais que não nucleares ou até reduzindo esse consumo, como já provamos ser capazes, quando houve o apagão durante o Governo Fernando Henrique Cardoso.

Nós temos sido descuidados. E a prova foi o que aconteceu em Mariana. Estava avisado que ia acontecer. O que acontece nas nossas usinas nucleares está avisado que pode acontecer. Não sabemos quando, mas pode. E a dimensão do desastre, em uma usina que fica entre Rio e São Paulo, que não tem formas fáceis de escapar, se aquilo entrar em crise, como aconteceu em outras usinas do mundo, leva a que o Brasil tome uma decisão.

Vamos buscar outras fontes alternativas de energia. Vamos cuidar para evitar riscos e tragédias, com a diferença de que, se um dia acontecer uma tragédia nuclear, essa tragédia de Mariana, com toda a sua dimensão, com toda a sua dimensão trágica, será nada diante do que acontece quando existe uma crise numa central nuclear.

Nós fizemos o encontro, Senador Jorge Viana, mandamos a carta e vamos continuar trabalhando nesse sentido.

Faço um apelo às Comissões do Senado para que aprovem o projeto de lei da criação, da determinação da moratória por 30 anos de novas usinas – nem tocamos nas atuais usinas, como a Alemanha decidiu, como o Japão decidiu, como a Itália decidiu. Não tocamos nas atuais. Mas que novas usinas esperem que a engenharia assegure que não há risco de acontecer aqui o que aconteceu em outras usinas e que não há risco na maneira de guardar os resíduos, o lixo nuclear, com todas as suas características nefastas para o meio ambiente e para a vida.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria ler aqui, um mês quase depois, mas ainda em tempo de dizer que o Senado fez seu papel no debate. É preciso fazer agora o seu papel legislando. Não podemos deixar de lado a nossa responsabilidade com fatos como esse que aconteceu com Mariana e que será de proporções muito, muito, muito superiores e mais graves se acontecer um dia com uma central nuclear.

É isso, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, a Srª. Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu convido, então, para fazer o uso da tribuna a Senadora Vanessa Grazziotin. Depois, um orador inscrito e o Líder Humberto Costa.

V. Exª tem a palavra, Senadora Vanessa.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Senadoras, companheiros e companheiras, eu tenho ouvido Senadores e Senadoras ocuparem a tribuna e manifestarem-se nas reuniões das comissões, registrando sua solidariedade e preocupações em relação a esse que foi o maior acidente ambiental envolvendo a exploração de minério. E quero dizer que todos nós, Sr. Presidente, estamos acompanhando a evolução dia a dia e temos visto filmagens, fotografias. A cada dia, uma nova imagem divulgada nos assusta



ainda mais. São cenas terríveis da cidade de Mariana, cercada pela lama, com centenas de pessoas que perderam o fruto do trabalho de toda uma vida e de várias gerações, Sr. Presidente.

Então, quero manifestar neste momento, mais uma vez, minha solidariedade às vítimas dessa tragédia ocorrida em Mariana, que já chega a outros Municípios do Estado de Minas Gerais e também ao Espírito Santo.

Essa tragédia, Sr. Presidente, que envolve a perda de vidas humanas e um grave dano ambiental, deve – não tenho dúvida nenhuma – ser alvo das mais rigorosas investigações e a consequente responsabilização civil e criminal, conforme o resultado das investigações. Inclusive porque o dano ambiental pode ser muito mais grave e seus efeitos podem durar muito mais tempo do que se pode imaginar.

Temos ouvido, Senador Paim, a empresa Samarco falar em R\$1 bilhão. Pelo que escuto dos técnicos, esses recursos não darão nem sequer para começar a reparar os danos, porque são danos às pessoas, às famílias, além dos danos ambientais. O rompimento da barragem de rejeitos é particularmente grave para o ambiente e para os moradores de toda a região.

Sobre esse impacto ambiental da tragédia mineira, os técnicos têm dito o seguinte:

A lama de rejeito é, resumidamente, uma composição de resto de solo com todo o material químico utilizado para segregar o produto final – portanto, tóxica tanto pela sua composição quanto pela concentração e volume dos compostos químicos presentes.

Para termos ideia do que o contato dos rejeitos com o curso do Rio Doce representa, o máximo do metal arsênio permitido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), através da Resolução nº 357, de 2005, é de 0,01 mg/l, enquanto a quantidade encontrada na amostra divulgada pelo Prefeito [...] de Baixo Guandu (ES), Neto Barros, foi de 2,6394 mg/l. [Repito: o máximo de arsênio admitido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, Senador Jorge Viana, é de 0,01 mg/l, e o encontrado teria sido de 2,6 mg/l.] Essa mesma amostra apontou ainda a presença de metais como mercúrio, alumínio, ferro, chumbo, boro, bário, cobre, entre outros [metais].

*(Soa a campanha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) –

O contato com esses metais provoca a redução da capacidade de autodepuração das águas e a contaminação da água subterrânea, sujeitando à acumulação de metais tóxicos em cada estágio sucessivo da cadeia alimentar, com ameaça aos consumidores – inclusive humanos –, através da ingestão de peixes e água, e comprometendo a agropecuária.

Para efeito de comparação, o Pará, outro Estado produtor de ferro e concessionário da Vale, identificou, em análises feitas em comunidades ribeirinhas do Rio Tapajós, a presença de 59 mg/g de mercúrio em indivíduos, sendo que o total permitido é 0,0002 mg/l HG, mesmo décadas após o encerramento das atividades em Serra Pelada.

*(Interrupção do som.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) –

As consequências da tragédia que envolve milhares de pessoas daquela região são ainda piores do que tem sido divulgado. É verdade que algumas espécies endêmicas da Mata Atlântica podem vir a desaparecer, mas o drama maior envolve as espécies que sobreviveram e que tiveram sua única forma de acesso aos direitos básicos da vida, como a dessedentação da alimentação, comprometida por contaminação com prazo a perder de vista.

Por enquanto, eu quero dizer, Sr. Presidente, que nós aguardamos uma posição mais firme, uma avaliação técnica mais firme, mas ontem, ouvindo os pronunciamentos aqui feitos pelos meus companheiros, os colegas Senadores, eu ouvi o Senador Capiberibe falar a respeito da iniciativa que estaria tomando para a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito para fazer o levantamento de todas as barragens no País.

Segundo ele...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... há um número significativo de barragens que se encontram em situação extremamente crítica, Sr. Presidente.

Eu acho que, em decorrência desse desastre ocorrido agora em Mariana – repito, o maior desastre ambiental dessa magnitude e desse tipo –, é preciso, sim, que o Parlamento brasileiro também se dedique a con-

tribuir na investigação e, sobretudo, para que a empresa Vale, que é uma das proprietárias, também possa dar assistência às pessoas e ao meio ambiente.

Sr. Presidente, em decorrência do final do meu tempo, quero dizer que voltarei à tribuna num momento oportuno também para prestar solidariedade ao povo francês. Estamos todos estarelecidos com o que aconteceu no país amigo. Desde já, fica aqui o meu registro da mais irrestrita solidariedade a essa gente irmã, essa gente querida, que lá mesmo, na França, quando soube do problema de Mariana, imediatamente prestou solidariedade, prestou apoio à nossa gente, ao nosso País. Da mesma forma, aqui fazemos com eles. Não podemos admitir que o terror tome conta do mundo, Sr. Presidente. Mas, sobre o assunto, eu faço questão de voltar à tribuna num momento oportuno e ler uma nota oficial que o meu Partido publicou, porque entendemos que é necessário que, neste momento, as ações e iniciativas de todos os países sejam medidas, porque, em vez de termos uma situação em que se cessem esses atos de violência...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... poderemos assistir a uma situação que possa vir a piorar ainda mais esses atos e essas ações terroristas mundo afora, Sr. Presidente.

Então, fica aqui minha solidariedade ao povo francês, a todas as nações que perderam vidas e que sofreram com esses atentados.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª.

Passo à lista de oradores: como Líder, o Senador Humberto Costa; depois, o Senador Paulo Paim, em permuta com a Senadora Ana Amélia; depois, eu.

O Líder Humberto Costa tem a palavra.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, espectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, eu gostaria inicialmente de externar o meu pesar pelo falecimento de um grande nome da imprensa de Pernambuco, ocorrido na madrugada desta terça-feira: o do radialista Gino César, de 79 anos.

Joaquim José da Silva era natural da cidade de Rio Formoso, na Mata Sul do Estado de Pernambuco, nascido em 1936. O rádio foi sua profissão de fé, um ofício que ele exerceu com extrema dedicação por mais de 60 anos, transformando-se, com sua narração cantada, numa referência em Pernambuco, no comando do programa policial Bandeira 2. Até bem pouco tempo, antes de ser vitimado por um problema cardíaco, Gino trabalhava até 15 horas por dia, fazendo suas rondas e redigindo notícias em uma máquina de escrever Olivetti, sua companheira inseparável, que nunca trocou por um computador.

Gino César, que passou pelas rádios Clube, Olinda, Continental e Tamandaré, estava há mais de 30 anos na Rádio Jornal. Ele se foi hoje, mas o seu talento e o seu profissionalismo ficarão gravados na mente e nos corações dos pernambucanos.

Aos seus familiares, amigos e milhares de fãs, entre os quais eu me incluo, deixo aqui os meus mais profundos sentimentos, ao tempo em que apresento um voto de pesar pela morte desse grande profissional da imprensa pernambucana.

Mas, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, não posso deixar de externar, em nome da Bancada do PT, a nossa mais profunda solidariedade ao povo irmão da França, pela tragédia ocorrida em Paris na última sexta-feira.

Foi um ato de terror abominável, perpetrado contra os valores mais profundos da humanidade. Foi uma agressão cometida contra cada um de nós e que deve ser repelida e firmemente combatida.

Mas não podemos agasalar a ideia de que só um lado foi ferido. Não. Foi ferida toda a humanidade.

Precisamos sair dessa falsa polaridade entre Ocidente e Oriente, entre cristãos e muçulmanos, já que todos fomos atacados com o que ocorreu em Paris, da mesma forma como somos atacados pelo drama humanitário em curso no Oriente Médio, especialmente na Síria, onde uma guerra civil insana, apoiada por uma série de potências mundiais, já tirou a vida de mais de 250 mil pessoas.

Não haverá um mundo seguro enquanto não houver respeito à autonomia dos povos e enquanto os interesses corporativos e geopolíticos de algumas nações prevalecerem sobre a soberania de outras, abençoando ou depondo governos, quando lhes convém.

Todos somos alvos e – para retomar o episódio de algumas semanas atrás, quando aprovamos de maneira açodada, neste Senado, uma lei sobre terrorismo – é forçoso reconhecer que as normas estão sempre defasadas em relação a esses atos, cuja sofisticação contemporânea...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ... está na forma aparentemente simples como são organizados.

Então, após ataques dessa natureza, vê-se que toda lei é vã e incapaz de fazer face à totalidade desses desafios, haja vista sempre surgirem propostas de mudanças de legislação que avançam sobre direitos e garantias justamente quando surgem atos de terror, como agora ocorre na França, que quer mudar a própria Constituição para dotar o Estado de novos mecanismos.

É extremamente importante que possamos ter, nessas horas, a responsabilidade histórica e a suficiente clareza de visão, para evitar a criminalização de inocentes.

Os refugiados, que fogem de tragédias parecidas; os muçulmanos, que nada têm a ver com o Estado Islâmico, a Al-Qaeda e outras organizações terroristas; os imigrantes, que buscam em outros países oportunidades que não tiveram nos seus, não podem ser discriminados pelas suas origens ou pela fé que professam.

As grandes potências, por outro lado, precisam reconhecer os erros de uma política que vem segregando, humilhando e matando milhões de seres humanos durante décadas, especialmente na África e no Oriente Médio. Não se pode insistir nesse tipo de ação, do qual nascem guerras que só alimentam o surgimento de novos terroristas.

O que ocorreu em Paris deixou isso bem evidente: sete ataques coordenados não fizeram diferença entre muçulmanos, judeus, cristãos, agnósticos, ateus, homens, mulheres, idosos, crianças, ricos, pobres, militares, civis, franceses ou estrangeiros. Todos foram alvos, porque assim é a barbárie.

Não cedamos ao medo, nem nos afastemos dos princípios fundamentais da democracia. E mudemos a forma como muitas potências têm agido no tabuleiro mundial, porque essa política só tem servido a que criminosos se apropriem de religiões e de povos para, em seu nome, cometerem os mais horrendos crimes contra a humanidade, tentando dar a eles uma legitimidade que não têm.

Não quero encerrar, porém, Sr. Presidente, sem também hipotecar todo o nosso apoio à população de Mariana e de outros Municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo, devastados por outro terror, o ecológico, que o nosso País vive desde o rompimento de duas barragens mineiras.

O drama humano e ambiental provocado pelo acidente não tem precedentes na nossa história. É o maior do planeta em material despejado por barragem de rejeitos de mineração, em que 62 milhões de metros cúbicos de lama foram lançados sobre o Rio Doce, provocando uma devastação atterradora.

Esse material chegou ontem ao Espírito Santo, provocando imensos danos à população e ao ecossistema.

A mineradora Samarco, controlada pela Vale do Rio Doce e pela australiana BHP, comprometeu-se em investir R\$ 1 bilhão em projetos de recuperação ambiental, e os governos, em todos os níveis, também procuram tomar providências para minorar os efeitos violentos desse acidente.

Mas, como disse um pesquisador, a tabela periódica inteira foi despejada no rio. Todas as ações são mínimas diante de uma tragédia ambiental dessa magnitude, cujas consequências ainda são imensuráveis.

É uma lama química que desceu mais de 500km, pavimentando tudo o que havia à frente, chegando até 100m para além da borda do rio;

É uma outra face do terror com a qual nós temos que lidar no mundo atual, um terror que vitima seres humanos, mas destrói também nosso Planeta.

E assim como não é possível aceitarmos ações terroristas deliberadas, não é possível que aceitemos, igualmente, ações que, não sendo formalmente enquadradas como tal, possam impingir tanta dor e tanta destruição, nos moldes do que aconteceu a partir de Mariana.

Há mortos identificados, há desaparecidos, há um ecossistema aquático inteiro que desapareceu, há a terra, as propriedades dos pequenos agricultores que foram devastadas por esse material de rejeitos, bem como todo o ecossistema nelas existentes.

Aí também temos de mudar. Do mesmo jeito como está torta a abordagem geopolítica no Planeta, está errada a maneira como estamos sobrepondo a economia ao próprio homem e ao meio ambiente. Aliás, lá e cá, as grandes corporações parecem submeter os interesses dos povos.

A economia, os negócios são importantes na geração de riquezas, mas, se as suas práticas não forem submetidas a regras sociais éticas e mais rígidas, vamos gerar mais destruição humana e ambiental de todos os modos.

Mariana e Paris estão intimamente ligadas...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ... por tragédias em que vidas foram trocadas por interesses menores, irrigados por cifras bilionárias. Esses eventos não acontecem por acaso, nem por

causas isoladas, mas por uma cadeia de fatos que desembocam nesses desastres aos quais assistimos aterrorizados nos últimos dias.

Concluindo, Sr. Presidente: que ao menos eles sirvam de uma profunda reflexão para todos nós e que nos levem a ações positivas concretas, por meio das quais possamos assegurar que o Planeta e a humanidade não sejam mais submetidos a eventos trágicos dessa natureza.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>.

Faço uma consulta, porque a Senadora Ana Amélia chegou, Senador Paim. Ela segue sendo a oradora.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Claro.

Então, a nossa colega Senadora Ana Amélia tem a palavra, como oradora inscrita.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Jorge Viana; caros colegas Senadores; nossos telespectadores da TV Senado; ouvintes da Rádio Senado, ontem, nós ocupamos a tribuna e falamos intensamente sobre a tragédia de Paris e a tragédia de Mariana – inescapáveis temas, pela urgência, pela extensão, pela gravidade e pelo simbolismo, para nos chamar à razão nessa hora tão conturbada dessa encruzilhada da civilização no século XXI.

Mas venho, hoje, voltar a falar do que vai acontecer hoje à noite, renovando, Senador Paulo Paim, a necessidade de que a gente não fuja, não escape, não se omita de votar o PLN 2, que trata de garantir à Previdência Social o recurso necessário para que o Ministério cumpra o pagamento dos aposentados do Aerus.

Volto também, agora, Senador Paulo Paim, Senadores, ao tema que abordei ontem, pela relevância institucional que tem: a questão do Veto nº 42. Trata-se da decisão da Presidente da República de apor esse veto a um projeto aprovado, na reforma política, nesta Casa, que pedia a impressão do voto, guardada no mesmo ato da votação, ao se digitar o número do candidato e a confirmação do nome. Nesse mesmo ato, automaticamente, digitalmente, far-se-ia a impressão do voto guardado naquela urna.

Esse é um tema crucial da democracia, da segurança do eleitor e da segurança do candidato vitorioso ou derrotado. Por que segurança para esses três agentes? Porque, simplesmente, ali está a verdade. Com a impressão do voto não haverá nenhum resquício de dúvida sobre o exercício da cidadania de um voto que é secreto. O voto secreto é uma conquista da democracia brasileira, e essa impressão do voto terá – para efeito da segurança do eleitor e da democracia – um valor inestimável.

Não se pode dizer que o sistema custará caro, porque a tecnologia brasileira que foi capaz de inventar a urna eletrônica também será capaz de inventar e criar um sistema seguro e não muito caro, para assegurar, no mesmo ato da digitação do voto, pelo sistema eletrônico na urna, a impressão do voto ali guardado.

Em qualquer momento de dúvida de uma seção eleitoral, seja no Mato Grosso, seja no Acre, seja no Rio Grande do Sul, em qualquer Estado brasileiro, em qualquer Município brasileiro, em qualquer dúvida que surja, poderá se apurar, confirmar e fazer a verificação. Todos ficarão satisfeitos com o resultado daquilo que vai ser apurado. Não há outro caminho, a não ser a essa segurança.

Todos os especialistas asseguram que as urnas eletrônicas são, sim, violáveis! Não há sistema digital inviolável! Se até as agências de segurança dos Estados Unidos foram invadidas por *hackers*, imaginem se uma urna eletrônica não pode ser também violada, do ponto de vista da sua segurança. Nenhuma urna é inviolável! Isso atestam os especialistas. Exatamente, por conta disso, eu volto a esse tema, usando a tribuna, dizendo como merece atenção e relevância.

A Presidente, lamentavelmente, vetou essa proposta legislativa que, a meu ver, precisa ser preservada. Fui autora de uma das emendas aprovadas, na reforma política, na relatoria do Senador Romero Jucá, garantindo a impressão do voto; por isso, vou votar contra, sim! E vou votar pela derrubada do Veto 42, que trata dessa matéria.

Já foi comprovado por especialistas da tecnologia da informação, como tenho dito aqui e repetido, que as urnas são passíveis de violação. Portanto, a impressão do voto seria uma garantia, uma segurança para o eleitor, para o cidadão. O veto impede a transparência, impede a segurança e o direito de acesso à informação. Quando houver dúvida no resultado, o voto impresso será a maior prova da lisura daquele pleito.

Uma enquête recente, feita pelo DataSenado, apontou que 92% dos participantes dessa consulta apoiam a iniciativa da impressão do voto – 92%. No *site* Vote na Web, 90% dos seguidores são favoráveis ao projeto e 82% consideram essa uma medida urgente; repito: 82% consideram o voto impresso uma medida urgente.

Sou autora de Projeto de Lei nº 406/2014, que tramita no Senado, com o objetivo de estabelecer o voto impresso ao lado da urna eletrônica. A matéria está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Nas



análises de veto, votarei, portanto, de forma coerente, pois acredito que as decisões do Legislativo sobre essas matérias precisam ser consideradas. Isso é democracia e respeito ao trabalho parlamentar.

Sou daquelas que, votando aqui positivamente, é dizer “não” na apreciação dos vetos. Acho que é uma questão de respeito com os eleitores, respeito com as categorias envolvidas, respeito com o País.

Queria também lembrar, para finalizar – tenho três minutos, Senador Jorge Viana –, que tive a honra de ser convidada hoje, pelo Tribunal de Contas da União, para participar, como mediadora, de um debate dentro de um programa do próprio tribunal, “Diálogo Público – Sustentabilidade dos Regimes Previdenciários”. Realmente, o Brasil está diante de um dilema, Senador Paim – e a Previdência, que é um tema muito caro a V. Ex<sup>a</sup>. O Tribunal de Contas da União está estimando que, em 2016, o déficit da Previdência Social será de R\$124 bilhões. Vou repetir: déficit, em 2016, de R\$124 bilhões!

A Corte discutiu, nesta terça-feira, por iniciativa do Ministro Vital do Rêgo, que foi Senador, nosso colega, com a participação de vários dos Ministros do Tribunal de Contas, entre os quais Augusto Nardes e José Múcio Monteiro, alternativas para esse processo.

E quero registrar aqui, com muito bom grado, a manifestação, a exposição feita pelo nosso ex-colega Wellington Dias, agora Governador do Piauí, que apresentou uma corajosa reforma da Previdência naquele Estado, dando como referência e padrão para que outros Estados e Municípios possam seguir nessa administração.

Hoje, do Orçamento Geral da União, cerca de 40% é dedicado à Previdência, 9% para a saúde, 8% para a educação, para assistência social e assim sucessivamente.

Nós estamos no caminho de nos tornar a Grécia dos anos 60, é o que foi dito e repetido na audiência que tivemos no Tribunal de Contas. A situação é insustentável, Senador Jorge Viana.

E eu queria cumprimentar o Senador e agora Governador do Piauí Wellington Dias, pela coragem que teve de fazer esse enfrentamento. Mas, se a situação é tão aguda e crítica na União, imaginem a situação dos Estados. Só no nosso Estado, Senador Paim, o Rio Grande do Sul, o déficit da Previdência este ano, 2015, é de R\$8 bilhões. Da folha de pagamento dos servidores públicos, 53,4%, e repito o número, 53,4% ...

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... são inativos, e 46,6% são da ativa. Não há nem um servidor para pagar dois servidores.

Então, é uma situação realmente muito crítica. Daí a necessidade dessa mudança da Previdência.

Eu queria saudar o próprio Ministro da Previdência Social, Miguel Rossetto, que defendeu a inclusão social, reconhecendo que há dificuldade, pois a população está aumentando a idade, e que vai triplicar a nossa população até 2050, portanto, impactando sobre as contas públicas.

Na Seguridade Social, o Ministro reconheceu que as regras precisam ser repensadas a fim de acompanhar, por exemplo, o aumento da expectativa de vida dos brasileiros.

Para o Ministro, o desafio do País é equilibrar as conquistas sociais obtidas...

*(Interrupção do som.)*

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... nos últimos anos. Foi o que disse o Ministro Miguel Rossetto na sua apresentação.

Na verdade, precisamos, urgentemente, resolver essa questão, sob pena de um colapso inadmissível na Previdência Social, prejudicando ainda mais os aposentados e os pensionistas, sejam os do Regime Geral da Previdência, sejam os do próprio setor público.

Eu queria aproveitar para saudar nossos visitantes do Exército, imagino.

Agradeço muito a visita dos senhores.

Hoje, a partir de 19 horas, teremos uma sessão muito importante para examinarmos vetos apostos pela Presidência. Eu já disse minha posição sobre eles.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Convido, então, o Senador Paulo Paim para fazer uma comunicação inadiável.

O próximo inscrito é o Senador Ataídes. E o Senador Wellington também está aqui numa pressa danada. Mas, qualquer coisa, troco com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> concordar, fico com a minha inscrição como orador inscrito, e ele pega a minha como comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Perfeito. Vamos fazer assim. Eu já estava seguindo a sua inscrição como orador inscrito. Eu ia lhe passar a palavra, mas nós dois aqui vamos ajudando os colegas.

Já, já, vou falar também sobre liberação de recursos para a Prefeitura de Rio Branco. Estou aqui na linha com o Prefeito Marcus Alexandre. Pelo menos, há uma boa notícia para a capital do Estado do Acre, para os Municípios do Acre, fruto da nossa luta no Parlamento.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Wellington.

Antes, eu queria fazer um registro: oficiais e sargentos do Departamento de Engenharia e Construção nos visitam.

Sejam bem-vindos ao Senado Federal! É um prazer recebê-los. Fazem parte do Exército Brasileiro. É um prazer recebê-los aqui, no Senado.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Wellington.

Antes faço um protesto: V. Ex<sup>a</sup> fez um encontro na sua casa e não me convidou. O último a que compareci foi tão bom! Mas convidou já na hora errada. Mas espero ser lembrado sempre por V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prometo não me delongar, até porque, pela generosidade do Senador Paulo Paim, estou ocupando esta tribuna, em permuta com ele.

V. Ex<sup>a</sup> é sempre convidado para estar lá em casa.

Ontem, na verdade, nós tivemos uma reunião da Comissão de Infraestrutura do Senado da República, Comissão esta presidida pelo nosso companheiro carismático Garibaldi Alves. Através de uma proposição nossa, tivemos uma audiência pública extremamente importante e, além disso, prestigiada, pois, numa segunda-feira, lá estavam vários Senadores. Contamos também com a presença do Ministro Padilha, que é o Ministro da Aviação Civil; do Ministro da Secretaria de Portos, Helder Barbalho; da Secretária Executiva do Ministério dos Transportes; do Dr. Franklin, que é Subprocurador-Geral da República; e ainda do representante da Presidência do Ibama.

Lá queríamos discutir exatamente, dentro da proposta que é da Comissão – eu fiquei como coordenador –, as políticas públicas de infraestrutura. No caso da Secretaria de Portos, conversamos muito sobre a necessidade de estarmos presentes de forma insistente na questão das nossas concessões. Hoje, os portos brasileiros não são os piores portos do mundo, mas também não são os melhores. Podemos avançar muito. E o empresário tem demonstrado muito interesse nos portos marítimos e também nos portos fluviais. A navegação do Norte tem se mostrado muito eficiente, sendo uma boa alternativa para diminuirmos o custo Brasil.

O Ministro Helder, em pouco tempo, tem demonstrado seu dinamismo, sua agilidade. E nós, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento, estamos buscando essa parceria, para trabalharmos com os Ministérios da área e também com as agências.

Quero dizer que lá estavam presentes o Dr. Mário Povia, representando a Antaq, e outros diretores desse órgão. Estavam lá também a EPL, a ANTT. Na ocasião, pudemos discutir muito sobre a questão das concessões.

Nesta quarta-feira, teremos uma reunião na Comissão de Infraestrutura, quando vamos discutir especificamente a questão das concessões rodoviárias no Brasil, já que o PIL foi lançado, já que algumas concessões estão em andamento.

Mas começam a ser sinalizados alguns problemas, principalmente no que se refere à questão dos financiamentos. Por isso, lá estará também o BNDES, porque houve um compromisso com relação aos financiamentos, tanto os financiamentos de curto prazo, que se chamam de financiamentos ponte, bem como os financiamentos de prazo longo, para permitir que essas concessões e as concessionárias tenham condições de honrar seus compromissos.

Também lá estive a Secretária Executiva do Ministério dos Transportes, a Dr<sup>a</sup> Marcassa de Souza, em nome do Ministro, colocando, é claro, as dificuldades do Ministério. O Ministro Antonio Carlos tem feito um trabalho brilhante, mas, infelizmente, hoje, estão faltando recursos, e o Ministério não está conseguindo pagar seus compromissos em dia. Hoje, muitas empresas no Brasil, principalmente desse setor, passam por dificuldades.

Mas especificamente no trecho da BR-163...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – ...de Rondonópolis, da divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop, há uma exceção.

Ou seja, há uma condição *sine qua non* no trecho de Rondonópolis até Cuiabá, que é executado pelo DNIT e que hoje está em atraso no pagamento. Isso nos causa muita preocupação.

Mas ainda também, Sr. Presidente, conversamos muito com o Ministro Padilha sobre as questões do Programa Aeroviário Nacional, que interessa ao Brasil todo. São 270 aeroportos que estão previstos nessa aviação regional, para integrar mais o nosso País, principalmente a Região Amazônica, o Mato Grosso e também

a Amazônia legal. Mas, no Acre, no Amazonas, em Rondônia, nesses Estados, em muito deles, principalmente no Amazonas, a maioria do trânsito se faz por água ou por meio de transporte aéreo.

Já há uma decisão do Ministério, da Presidenta...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – ...Dilma de fazer um Programa (*Fora do microfone.*) Aeroviário Regional, principalmente tomando como piloto a questão da Região Amazônica.

Lá, então, conseguimos avançar bastante nesses assuntos. Discutimos dois assuntos importantes para o meu Estado. Um deles é a conclusão do Aeroporto de Cuiabá, obra que se vem arrastando há muito tempo, há mais de 16 anos. Infelizmente, o nosso aeroporto, por duas ou três vezes consecutivas, recebeu a nota do pior aeroporto do Brasil. E é um aeroporto gigantesco. São 750 hectares cravados no centro da cidade de Várzea Grande, bem próximo ao centro de Cuiabá. Então, é um aeroporto que pode ser um aeroporto *hub*. Está no centro da América do Sul, no centro do Brasil, e poderia ser muito bem um aeroporto para integrar toda a questão do Mercosul. Isso, então, teve a aquiescência do Ministro Padilha.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – Espero que ele coloque esse aeroporto agora também no projeto de concessão.

O outro assunto é referente ao Aeroporto de Rondonópolis, que está sendo construído com recursos do BNDES, através de um programa que o Governo do Estado anterior contratou junto ao BNDES, e que está em fase final, na fase de conclusão. Parece-me que havia o interesse do atual Governador de que esse Aeroporto de Rondonópolis fosse concluído pelo Programa Aeroviário Nacional, com o que não concordamos, porque o Aeroporto de Rondonópolis já está funcionando com voos diários, e isso poderia protelar demais uma coisa que, com pouco recurso... Já há recurso disponível do BNDES.

Por isso, quero aqui colocar não só a minha observação contrária, mas também meu protesto, porque a cidade de Rondonópolis tem o maior PIB do Estado de Mato Grosso, é a primeira em arrecadação. Portanto, o Município não pode prescindir disso, não pode abrir mão de ter seu aeroporto funcionando diuturnamente.

Quero encerrar, Sr. Presidente.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – Encerrando, Sr. Presidente, quero apenas registrar que, ontem, como Presidente Estadual do PR, recebi a carta de notificação, a carta de comunicação do meu amigo e companheiro Blairo Maggi, dizendo da sua desfiliação do nosso Partido, o PR. Hoje, ele está filiando-se ao PMDB. É claro que não recebemos isso com alegria, no aspecto de que nosso Partido perde um Senador importante nesta Casa, um Senador experiente. Ele foi por oito vezes Governador.

Acredito que cada um busca o seu caminho. Quero desejar ao Senador Blairo que, nesse caminho que ele está buscando, indo para o PMDB, ele tenha bons êxitos. Mas, com certeza, será possível – e vamos continuar a fazê-lo – trabalharmos juntos nesta Casa para o bem do Brasil e, em especial, para o bem de Mato Grosso. Inclusive, nos novos pleitos políticos, com certeza, nós do PR e do PMDB haveremos de estar juntos no Estado de Mato Grosso e, quem sabe, também nas lutas para Presidente da República.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas quero desejar, de público, ao Senador Blairo Maggi sucesso, o que ele já tem muito. Que, nesse novo Partido, o maior do Brasil, ele tenha também todas as oportunidades que Deus pode lhe dar!

Então, fica meu abraço ao Senador Blairo e, principalmente, minha disposição de continuar fazendo uma parceria aqui, para trabalharmos em prol de Mato Grosso, em prol da Universidade Federal de Rondonópolis, em prol de outras tantas lutas, como a das nossas estradas, a do contorno de Barra do Garças, enfim, em prol daquilo que possa representar cada vez mais o fortalecimento desse que é o Estado que mais se desenvolve no Brasil. E temos potencial para continuar sendo o Estado que mais vai se desenvolver no Brasil nos próximos 20 anos, 30 anos.

É isso, Sr. Presidente. Agradeço, inclusive, a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes. É um prazer tê-lo na tribuna.

Convido, como orador inscrito, o Senador Ataídes Oliveira.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PSDB - TO. Pronuncia o seguinte discurso. *Fora do microfone.* Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Desculpa, Senador! Agora, sim.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Ontem, estive nesta tribuna para falar sobre o desemprego no Brasil. Hoje, retorno aqui e volto novamente a esse tema, que muito me preocupa.

Sabemos que o Brasil é um barco enorme e que o Governo Lula e o Governo Dilma fizeram enormes buracos no seu casco. No entanto, este País não afundou. Este País não irá afundar, porque este País é muito maior do que a irresponsabilidade do Governo Lula e do Governo Dilma.

Hoje, a dívida pública interna e externa do nosso País, que chegou à casa dos R\$4 trilhões – pagaremos, neste ano, algo em torno de R\$530 bilhões tão somente de juros dessa dívida –, é uma catástrofe. Essa taxa de juros de 14,25%, essa Selic – e o Banco Central disse, no seu último relatório, que há a possibilidade de aumentar essa taxa de juros –, já é a maior taxa de juros do mundo. A inflação está acima de 10%, medida pelo IBGE, e tenho dúvida com relação a essa taxa também. O resultado de tudo isso é mais um pouco desfecha lá no trabalhador, no bolso do trabalhador.

Aqui vem minha preocupação maior, que é o desemprego. Estou aqui, neste momento, exatamente para falar a verdade sobre o desemprego atual no País.

Duas semanas atrás, realizamos uma audiência pública com o Coordenador de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Dr. Cimar Pereira, e também com a Dr<sup>a</sup> Maria Emília Veras, Coordenadora de Estatísticas do Ministério do Trabalho, para discutir a metodologia utilizada pelo IBGE e também pelo Ministério do Trabalho com relação ao desemprego.

Aqui venho dizer, Sr. Presidente, que a PME (Pesquisa Mensal de Emprego), que o Governo usou ao longo dessa última década, simplesmente era feita tão somente em seis regiões metropolitanas: Pernambuco; Salvador, na Bahia; Belo Horizonte; Rio de Janeiro; São Paulo; e Porto Alegre.

Esta é a Pesquisa Mensal de Emprego, e o Governo dizia que vivíamos o pleno emprego. Foi a bandeira da Presidente Dilma no ano passado.

O representante do IBGE afirmou nesta audiência que “a pesquisa tem a particularidade dela muito focada nas áreas em que ela é levantada”. “O IBGE não traça, em momento algum, a taxa de Pesquisa Mensal de Emprego como a taxa nacional”. Ou seja, o coordenador de pesquisas do IBGE disse que essa taxa não pode ser considerada como nacional. No entanto, o Governo sempre colocou o desemprego em nível nacional. Perguntei, então, ao representante do IBGE se a PME era eficiente para mostrar o desemprego em nível nacional, mas apenas nessas seis regiões. Ele respondeu de forma enfática: “Sim, ela é ineficiente.” Vejam o que o coordenador do IBGE disse: que a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) era ineficiente.

O IBGE, diante dessas graves falhas de amostragem da PME, verificou que não dava para continuar enganando o povo brasileiro. Por isso, tirou de circulação a Pesquisa Mensal de Emprego. A partir do ano que vem, a partir de fevereiro, essa pesquisa não será mais utilizada. Tardiamente. Essa pesquisa nunca poderia ter sido utilizada, porque ela é enganosa. No lugar dela, então, entra a PNAD Contínua. No entanto, a PNAD Contínua, que faz pesquisas em torno de 3.500 Municípios, também mantém várias das mesmas premissas equivocadas da PME, que distorcem o resultado final.

Vou para o primeiro quesito: desalentados. O que é um empregado desalentado para o IBGE? É aquele trabalhador que perdeu o emprego e que, durante 30 dias, não conseguiu encontrar novo emprego.

Ele sai da estatística como desempregado e entra no outro grupo como desalentado, depois de 30 dias. E o interessante é que o representante do IBGE disse que esta pesquisa, PNAD Contínua, é balizada na Organização Internacional do Trabalho (OIT). Vou mostrar que não é bem assim, como ele disse. Eles não têm essa pesquisa, na verdade, como baliza.

Vou para o PEA (População Economicamente Ativa), que, hoje, é algo em torno de 101 milhões de brasileiros.

Então, vamos voltar aos desalentados. Hoje, no Brasil, segundo o IBGE, nós temos 2,1 milhões de trabalhadores desocupados. Perguntei, então, o Dr. Cimar Pereira, e ele disse: “Eu nunca gostei, como técnico, de analisar o mercado de trabalho pelo desemprego e, sim, pelo emprego. O que eu afirmo é que, para analisar o mercado de trabalho, não utilize a taxa de desocupação como indicador sintético.” Portanto, aqui ele afirma que não se pode usar essa pesquisa como indicador sintético.

Vejam como o Governo, nas palavras do técnico, trata o trabalhador que está à procura de emprego. O IBGE sempre defende, dizendo que apenas segue recomendações da Organização Internacional do Trabalho. No entanto, para a OIT, várias situações se enquadram no critério de procurar emprego. É aqui que eu quero chegar a respeito do desalentado, se ele deve sair da pesquisa dentro de 30 dias ou não.



*(Soa a campanha.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PSDB - TO) – A OIT diz o que o cidadão deve fazer depois dos 30 dias: buscar ajuda de amigos, parentes ou qualquer intermediário; atualizar o currículo em redes sociais ou profissionais; responder a qualquer anúncio de emprego; procurar por suprimentos para produção de algo; registrar-se em agência de emprego; solicitar alvarás ou buscar recursos financeiros para se montar um negócio; e, por último, contatar diretamente empregadores.

Eu pergunto: será que esse desempregado, que, durante 30 dias, não conseguiu emprego, que deixou de bater na porta das empresas, não está fazendo alguma dessas coisas a que a OIT se referiu? Claro que sim! Portanto, esse desalentado não poderia estar fora da estatística de desempregado.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Permita-me, Sr. Presidente. Este assunto é de... *(Fora do microfone.)*

...muita relevância para o País.

Pessoas que trabalham tão somente uma hora por dia, o famoso bico, na estatística do IBGE, são consideradas empregadas.

A Coordenadora de Estatísticas do Ministério do Trabalho afirmou o seguinte, a respeito desse pessoal que trabalha tão somente uma hora por dia, Senador Cássio, que é colocado como empregado; aspas: “Nós sempre discutimos na nossa coordenação essa questão. Temos certa estranheza de considerá-los como ocupados.” “Estranheza”, a coordenadora disse. Então, não pode ser considerado empregado esse pessoal que trabalha tão somente uma hora por dia.

Por isso, reafirmo que o método do Governo infla o número de empregados quando considera que um bico equivale a um emprego formal, com carteira assinada.

Outro item, e eu vou passar a palavra para V. Ex<sup>a</sup>, com todo prazer, Senador Cássio.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Outro item é o seguro-desemprego. *(Fora do microfone.)*

O IBGE disse que, hoje, nós temos 9,3 milhões trabalhadores empregados no seguro-desemprego.

Perguntei ao representante do IBGE: quem recebe seguro-desemprego pode ser considerado desocupado? Ele respondeu, vejam só: “Pode ser.” “Pode ser”, sendo que, na estatística do IBGE, o trabalhador que está no seguro-desemprego é colocado como empregado. Aqui o coordenador disse: “Pode ser.” Isso está nas notas taquigráficas da audiência realizada há duas semanas, ao dispor de quem julgar necessário.

O que diz a OIT sobre quem recebe benefícios. Vejam só:

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Devem ser excluídos do conceito de emprego, aspas, “pessoas que recebem transferências, em dinheiro ou em natura, não relacionadas a emprego.”

Ou seja, a OIT disse que quem está no seguro-desemprego é desempregado, e não empregado. Quem recebe benefício, então, do Bolsa Família, do seguro-desemprego, nunca poderia constar como empregado. Aí vem a geração “nem-nem”! Hoje, há 10 milhões de jovens, de 15 a 29 anos, desempregados, procurando uma oportunidade. Isso é lamentável. O desemprego entre jovens que hoje saíram da faculdade e que estão procurando um trabalho, de 18 a 24 anos, representa 18,4%.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PSDB - TO) – De forma que, se nós pegarmos, Senador Cássio, hoje, os 8,7% de desempregados no Brasil, publicado pelo IBGE, que corresponde a 8,804 milhões trabalhadores, se nós pegarmos os desalentados, que são 2,1 milhões, que representam 2,8% do PEA (População Economicamente Ativa), e, se nós pegarmos os 9,3 milhões trabalhadores que estão no seguro-desemprego, que representam 9,22%, isso vai dar um desemprego de 20,4%. Isso sem incluir os 10 milhões da geração “nem-nem”, sem incluir os jovens que acabaram de sair das universidades.

Portanto, essa taxa de desemprego, mencionada pelo Governo, através do IBGE, é uma taxa falsa.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PSDB - TO) – É um engodo e perigosíssimo para a economia do nosso País.

Eu passo a palavra, com todo prazer, ao Senador Cássio Cunha Lima.

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Muito rapidamente, Senador Ataídes, com a anuência da Presidência, para, em primeiro lugar, felicitar V. Exª pela oportunidade do seu pronunciamento, que traz um tema de extrema relevância para o Brasil atual: a questão do desempenho econômico do nosso País, a tragédia econômica que foi provocada pelo Governo Lula e pelo Governo Dilma. Tudo isso para tentar ganhar a eleição de qualquer forma, a qualquer preço, a todo custo, que arruinou a economia do Brasil; e, como se isso não fosse algo de tamanha gravidade, porque essa ruína que...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ...foi provocada tem atingido milhões de brasileiros. São milhões de brasileiros desempregados ou ameaçados no seu trabalho, a inflação de volta. Aquilo cujo fim o Brasil considerava uma conquista de toda a sociedade está de volta, que é a carestia. As pessoas não estão conseguindo cumprir suas obrigações cotidianas, de pagar o carnê do financiamento do carro, pagar o carnê do financiamento do eletrodoméstico. É sufoco para comprar o remédio, é dificuldade para pagar conta de luz. Ou seja, a economia brasileira foi para o precipício, foi para o caos, fruto das irresponsabilidades dos Governos Lula e Dilma, que, para ganhar a eleição, levaram o País a essa situação toda. Portanto, trazer luz aos dados verdadeiros do desemprego, e não apenas aos números maquiados, mascarados pelo Governo, é algo muito importante. Mais importante do que essas estatísticas é a saída para essa crise. Quero concluir este meu aparte, Senador Ataídes, reafirmando aquilo que já disse tantas outras vezes da tribuna que V. Exª ocupa neste instante.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – A oposição brasileira está disposta a contribuir para a saída da crise, mas para que isso ocorra é preciso que o Governo adote uma postura de propostas sinceras e leais, transparentes. Não adianta a Presidente da República ir à imprensa anunciar redução de cargos comissionados, diminuição do número de Ministérios, e meses depois nada disso estar efetivado. O Governo só tem um tema, que é ajuste fiscal, e esse ajuste fiscal não terá o apoio da oposição se for apenas pela via do aumento de carga tributária. Estamos prontos para discutir saídas para o Brasil. Temos propostas efetivas para tirar o País da situação caótica em que se encontra, mas é preciso que o Governo faça sua parte, propondo algo que tenha sinceridade e consistência, e que não apenas adie a saída...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ...dessa crise, que infelicita toda a nossa população. Com a tolerância do Presidente Jorge Viana, eu encerro meu aparte, para que V. Exª também possa concluir o seu pronunciamento, agradecendo a oportunidade de participar dessa sua importante fala, e renovando meus cumprimentos pela oportunidade e relevância do tema que V. Exª traz neste instante.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Cássio. O seu aparte enriquece muito o nosso discurso.

No mês de março deste ano, eu vim a esta tribuna e disse que a culpa de tudo isso era do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele jogou a nossa economia, literalmente, no despenhadeiro. Isso é sabido por todos nós.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Só para se ter uma noção, neste ano nós já perdemos 1,306 milhão de cargos de ocupação, só para celetista, Senadora Ana Amélia.

Eu encerro dizendo o seguinte: tenho certeza de que pior do que ter indicadores ruins é não poder confiar neles. Distorção de dados é um risco para a Nação brasileira.

Eu volto a dizer que estou literalmente preocupado com o desemprego no Brasil. Essa taxa Selic de 14,25%, com tendência de aumento, e mais esse desastre econômico de nosso País, isso quem vai pagar – e já está pagando – é o mais pobre. Não tenho dúvida nenhuma disso. Eu quero ver o que vai acontecer com esse pai de família que...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... vai acordar de manhã cedo e não tem para onde ir para ganhar o pão (*Fora do microfone.*) para sustentar a sua família. Isso é muito preocupante. O nosso desemprego hoje não é 8,7%; é, no mínimo, 20,4%.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Paulo Paim, V. Exª tem a palavra, como orador inscrito.

Eu peço desculpas ao Senador Ataídes, mas tenho obrigação de ficar aqui atendendo os colegas que cobram o cumprimento do Regimento no tempo.

Com a palavra, V. Exª, Senador Paulo Paim.

Depois, serei eu.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Desculpe. Vou receber agora a ex-Senadora Ideli, que representa os Direitos Humanos na ONU. Às 15h30 eu vou recebê-la. Por isso, eu fui cedendo lugar. Agora, falando dez minutos aqui, para mim está bom, para dar tempo de chegar lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu peço desculpas porque V. Exª está colaborando e terminou ficando prejudicado na agenda que tinha a cumprir.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador, que bom ver à Mesa os Senadores que coordenaram, hoje pela manhã – o Senador Amorim e V. Exª, que é Vice-Presidente da Casa –, os trabalhos em uma excelente audiência pública, em uma sessão – uma sessão temática, eu diria que foi – do Jovem Senador.

Senador Jorge Viana e Senador Amorim, eu não pude estar aqui, porque estava em outro evento, mas aproveitei a abertura da minha fala para cumprimentar todos os Jovens Senadores. Esta manhã, tomei o café da manhã com eles aqui no Cafezinho do Senado. Cumprimento a gauchinha, a representante do Rio Grande do Sul, Flávia Dall’agnol de Oliveira, que, com destaque, chegou aqui como uma das representantes dos 27 Estados.

E hoje pela manhã, tomei a liberdade, Sr. Presidente, de falar para eles do projeto de resolução que criou o programa Jovem Senador. Apresentei esse programa, Senador Amorim – V. Exª já conversou comigo sobre isto –, no dia 25 de fevereiro de 2003. Há 12 anos fizemos essa bela sessão. E tenho orgulho de ter apresentado o projeto de resolução que criou o programa Jovem Senador.

Dei uma cópia, hoje de manhã, para eles. Na justificativa, eu digo: o presente projeto de resolução tem por objetivo despertar desde cedo a consciência de cidadania nos jovens estudantes. O programa visa implantar, implementar, valorizar os jovens de todas as classes sociais, para que eles tenham a oportunidade de conhecer na prática como os Parlamentares exercem seus mandatos. Os jovens que vierem a participar desse programa passarão a ser multiplicadores de opinião dos conhecimentos que aqui vão adquirir com a experiência e, ao mesmo tempo, estarão se capacitando politicamente, uma vez que o programa prevê a realização, inclusive, de eleições entre os estudantes, visando sobretudo estimular o surgimento de futuras lideranças.

Sr. Presidente, na época, contávamos com o apoio de todos os Pares, e isso foi feito. Foi criado, então, o programa Jovem Cidadão, que aqui na Casa ficou Jovem Senador.

Sr. Presidente, peço que se faça este registro pelo carinho que tenho por esse programa, que existe na Casa há 12 anos.

Quero também, Sr. Presidente, registrar que já está na CCJ projeto de minha autoria que tipifica o crime de racismo na internet. Vimos recentemente o que aconteceu com a atriz Taís Araújo e com outras personalidades da vida pública brasileira. Com alegria, quero dizer que o Relator será o Senador Anastasia, que, de pronto, acatou a indicação. Tenho certeza de que vai acabar essa covardia de alguém se esconder atrás do computador para ofender as pessoas, seja por raça, por crime, por origem, por procedência ou por ser de um Estado ou de outro.

Feito esse registro, Sr. Presidente, faço outro: o registro da carta que recebi dos caminhoneiros lá do Rio Grande do Sul. A carta dos caminhoneiros do Rio Grande do Sul está assinada por várias entidades, dirigida a este Senador.

Essa carta, Sr. Presidente, deixa muito claro que, quando eles participaram do movimento dos caminhoneiros, mas nunca foi nada contra a Presidenta Dilma. Eles dizem na carta que têm o maior respeito por ela. Fiz questão, para separarmos o joio do trigo, ou seja, daqueles que queriam fazer daquele movimento um ato – digamos – para se contrapor à Presidenta no aspecto político, sobre se ela deveria ou não continuar no cargo.

A carta é muito clara, só estou resumindo.

Assinam a carta Nelson Antonio Selau, pela Aprotec; Valdemar Raupp, pela Aprocasj; Flávio Lipert, pela Coopertrac; Vinícius Valim, pelo Sindicato dos Motoristas; Marcus Machado, que é uma liderança local, também, do setor; e Sandra Matos.

Esses líderes, homens e mulheres, Sr. Presidente, na carta deixam muito claro que, em nenhum momento, concordaram com esse tipo de movimento que viesse entrar na linha de pedir o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff.

Por fim, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar e de deixar registrada a importância da sessão de hoje à noite. Hoje à noite, às 19 horas, vamos apreciar os vetos apostos pela Presidenta da República, o que é um direito legítimo. E cada um aqui vai votar com a sua consciência.

Eu aqui falo de cada um dos vetos, deixo clara a minha posição e ênfase, principalmente, a questão do veto ao salário mínimo, ao reajuste dos aposentados e pensionistas. Falo da questão do fator, da questão dos servidores, e falo também, Sr. Presidente, por fim, da questão do Aerus, porque teremos de votar os vetos e, na sequência, vamos votar o PL 2, de 2015, que beneficia o Fundo de Pensão do Aerus.

Essa votação, Sr. Presidente, é fundamental. Calculamos os senhores, como se se colocassem no lugar dessas pessoas, como se se colocassem no lugar daqueles que têm para receber um dinheiro líquido e certo desde abril, e não receberam em abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e já estamos chegando no Natal, que é em dezembro.

Eu queria que os Senadores e Deputados, ao se dirigirem hoje à noite à sessão do Congresso, pensassem um pouco nisso, se vão permitir que esses homens e mulheres de cabelos brancos não recebam o que têm de direito. Está tudo assegurado. O Executivo concordou, o Legislativo concorda, o Judiciário concorda; só é preciso apreciar o veto e, em seguida, apreciar, simbolicamente... Ninguém vai ser contra o PL nº 02, de 2015.

Por isso, fica aqui o apelo para cada Senador e Deputado: faça-se presente na sessão do Congresso e vote pela sua consciência. Cada um votará pela sua consciência na questão do veto. Mas vamos votar os vetos, porque só depois de votarmos os vetos é que poderemos votar o PL nº 02, de 2015, que interessa no mínimo a dez mil pessoas. Mais de mil já morreram, e esses dez mil estão na expectativa de poderem passar as suas férias, o Natal, enfim, com um pouco mais de dignidade, já que vão receber aquilo que já foi decisão do Supremo, do Executivo, do Legislativo. Enfim, os três Poderes concordam que se tem de pagar. O dinheiro está no banco. Só é preciso que o Congresso, simbolicamente, vote a matéria, o PL nº 02, de 2015.

Então, Deputados e Senadores, fica aqui o apelo. Não deixem de ir ao plenário do Senado e da Câmara registrar a sua presença. Votem com a sua consciência para permitir que os vetos sejam apreciados, a pauta seja limpa, e, daí, vamos votar o chamado PL nº 02, de 2015.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Era isso e obrigado, Sr. Presidente.

Só peço a V. Exª que considere na íntegra. Eu não li nenhum dos pronunciamentos, apenas os comentei, para ficar dentro do meu tempo de nove, dez minutos.

Agora, vou receber com satisfação a nossa ex-Líder, ex-Ministra Ideli Salvatti, na Comissão de Direitos Humanos – ela, que está na ONU.

### **SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre o PLS 518/2015 que tipifica o crime de racismo na internet.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Já está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, o Projeto de Lei nº 518 de 2015, de minha autoria, que prevê que a veiculação de informações que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional na internet, ou em outra rede de computadores destinadas ao acesso público tornem-se crime com pena de um a três anos de reclusão e multa.

Essa proposta foi aprovada na semana passada, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), com relatoria do senador Telmário Mota. Na CCJ, o projeto está aguardando indicação de relator.

Sr. Presidente,

Diversas páginas da Internet vêm apresentando informações de caráter racista. Não se trata meramente de opiniões desagradáveis acerca deste ou daquele grupo racial.

Tais “sites” vão além, sugerindo ações hediondas e descrevendo em detalhes os meios para viabilizá-las.



Em alguns países, tal movimento vem tomando dimensões alarmantes, com a divulgação de ideias anti-semitas, racistas ou nazistas, associadas a práticas de conflito social e a instruções para uso de armamentos e elaboração de explosivos.

No Brasil, tais ações começam a tornar-se comuns.

Páginas com mensagens racistas em português já são veiculadas há algum tempo em “sites” situados no exterior.

No entanto, provedores brasileiros começam a hospedar páginas e mensagens racistas.

Por exemplo, um usuário do “site” da Universidade Federal de Juiz de Fora já enviou à Internet mensagens contrárias a homossexuais e negros.

Propor um projeto de lei que regule e reprima tais abusos é tarefa inglória.

Tradicionalmente a comunidade de Internet mostra-se insensível a argumentos que sugiram qualquer limitação à divulgação de idéias, imagens ou mensagens, em defesa de um direito absoluto à livre expressão.

O Congresso dos Estados Unidos aprovou, em 1996, dispositivos de repressão à pornografia na Internet que foram, posteriormente, revistos pela Suprema Corte, graças a um movimento de resistência promovido, entre outros, por entidades representativas de provedores e usuários de rede.

A discussão, porém, tem que ser enfrentada.

À Internet “original” ligavam-se apenas pessoas do meio acadêmico, supostamente adultas e de elevada qualificação.

Naquela rede era permissível que qualquer coisa pudesse transitar, pois uma parcela pequena da população, com interesses específicos, teria acesso à mesma.

Nesse contexto, a pornografia, a pedofilia, a divulgação do nazismo, o racismo ou o anti-semitismo eram fenômenos isolados e pouco relevantes.

Não eram, porém, tolerados: aqueles que abertamente os exercessem eram, com frequência, convidados a afastar-se da rede e, eventualmente, do meio acadêmico.

Hoje, a Internet transformou-se: caminha para tornar-se um mercado. Um mercado distribuído, internacional e vigoroso. Um mercado aberto a homens, mulheres e crianças.

Divulgar sexo na Internet deixou de ser brincadeira de estudantes e passou a ser um negócio em grande escala.

A troca de fotos de nus de má qualidade deu lugar ao voyerismo e à prostituição organizada, profissionalizada e livre de controles, que emprega, ou usa, milhares de adultos e de crianças.

Divulgar mensagens anti-semitas deixou de ser farra de faculdade e passou a ser proselitismo político em grande escala.

Fomentar o racismo não é mais a divulgação de uma opinião pessoal e particular: a Internet é um megafone que transforma tal atitude em relevante fato político e social.

Punir o crime de racismo na Internet torna-se necessário pelas mesmas razões pelas quais deve ser punido o racismo de quem obriga um negro a usar a porta de serviço, de quem coloca uma bomba numa sinagoga ou de quem nega emprego a outrem em função de sua etnia, credo ou origem: é um dano ao indivíduo, é uma situação humilhante e é um dano à sociedade democrática, que se fundamenta na noção de igualdade de direito, deveres e oportunidades para todos.

Tais razões levaram-me a apresentar esta proposição, que estabelece o crime de divulgação de mensagens que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Ciente da complexidade e da novidade do tema, mas igualmente convencido da relevância desta proposta, peço aos ilustres colegas Comissão de Constituição e Justiça o apoio necessário à sua aprovação.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre o veto presidencial nº 20 – salário mínimo e aposentadorias e pensões.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

O Congresso Nacional estará reunido hoje à noite para analisar os 13 vetos da Presidência da República a projetos aprovados pelo Legislativo.

Cito alguns: o de nº 26, que trata do reajuste de até 78,56% para os servidores do Judiciário; o de nº 25, que dispõe sobre os valores da tabela do imposto de renda para pessoas físicas.

O veto de nº 29 trata do reajuste dos benefícios do INSS às regras de aumento do salário mínimo. Ou seja, o percentual de aumento dado anualmente ao salário mínimo deve ser repassado aos salários dos aposentados e pensionistas. Uma luta histórica desse importante setor da sociedade brasileira.

Obviamente pela nossa história de defesa dos mais necessitados estamos trabalhando na perspectiva da derrubada do veto 29.

Fala-se muito que a Seguridade Social não suporta aumentos, pois está quebrada, tem déficit, etc... etc... etc.... etc...

Mas, vou ler alguns dados, que inclusive já falei aqui desta mesma tribuna, de que a Seguridade Social é superavitária. Vamos lá....

Conforme a Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), não existe déficit, e, sim, superávit.

Superávit em 2006: R\$ 59,9 bilhões; 2007: R\$ 72,6 bilhões; 2008: R\$ 64,3 bi; 2009: R\$ 32,7 bi; 2010: R\$ 53,8 bi; 2011: R\$ 75,7 bi; 2012: R\$ 82,6 bi; 2013: R\$ 76,2 bi; 2014: R\$ 54 bi.

Qualquer país que se diz sério e age como tal valoriza sobremaneira os seus idosos e aposentados.

Repassar o mesmo percentual dado ao valor do salário mínimo às aposentadorias e pensões é extremamente necessário...

Além de ser uma questão de justiça para àqueles que deram suas vidas pelo desenvolvimento do Brasil.

Por uma causa nobre e justíssima, peço aos meus pares, a derrubada do veto 29.

Também não podemos nos esquecer, senhoras e senhores, que após a pauta dos vetos presidenciais, projetos serão votados, como é o caso do PLN 2 de 2015, que beneficia o Fundo de Pensão AERUS.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)*

Matéria referida:

– Carta do Movimento dos Caminhoneiros de Três Cachoeiras-RS.

## Carta do Movimento dos Caminhoneiros de Três Cachoeiras-RS

Três Cachoeiras, 13 de novembro de 2015.

Senhores Senadores e Senhores Deputados,

Reuniram-se na sede da APROCTEC (Associação dos Proprietários de Caminhões de Três Cachoeiras), os representantes de várias entidades de caminhoneiros de Três Cachoeiras e Assessoria do Senador Paulo Paim e do Deputado Paulo Pimenta, no intuito de comunicar às autoridades acima denominadas o que segue:

1) Quanto a mobilização do dia 09 de novembro, comunicamos que as entidades que subscrevem em nenhum momento, **existiu nos itens de reivindicações o pedido de renúncia ou impedimento da Presidenta Dilma Roussef;**

2) Reafirmamos que a pauta defendida por estas entidades, são àquelas de interesse exclusivo da classe: Tabela mínima de custo do frete; Retirada do PIS/COFINS do óleo diesel; Isenção de cobrança de pedágio do eixo suspenso.

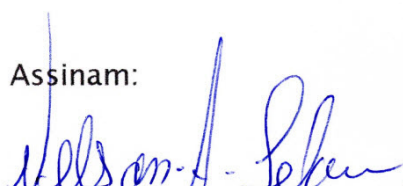
3) Apoio ao PLS 356/2012 (Em tramitação na CCJ no Senado): Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros.

4) Apoio ao PL 4844/2012 (Em tramitação na Comissão de Tributação e Finanças da Câmara Federal)


Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em

associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros.

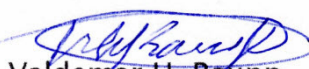
Assinam:

  
Nelson Antonio Selau

APROCTEC

  
Vinicius M. Valim

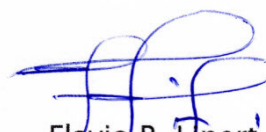
Sindicato dos Motoristas

  
Valdemar H. Raupp

APROCASJ

  
Marcos V. Machado

Rep. Senador Paim

  
Flavio R. Lipert

COOPERTRAC

  
Sandro C. Matos

Ass. Dep. Pimenta

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª e peço desculpas por haver atrasado um pouco a agenda de V. Exª.

Obrigado pelas referências.

A Presidência acolherá a solicitação de V. Exª na íntegra.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um requerimento pedindo que venha ao plenário o PLC nº 14. Ele não está numerado ainda. Eu gostaria de pedir que se possível fosse colocado em votação hoje.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu vou pedir à Secretaria da Mesa que possa me ajudar a responder a V. Exª.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, que fala pela Liderança do PSC.

Em seguida, falarei como orador inscrito. Se V. Exª ou algum colega puder ajudar, assumindo a Presidência, eu agradeço.

Obrigado.

Com a palavra V. Exª.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Com certeza, conte conosco.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, todos que nos assistem pela TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, hoje ocupo esta tribuna para homenagear uma das empresas mais sólidas e que melhores serviços, com toda certeza, tem prestado ao povo sergipano ao longo de toda a sua existência. Refiro-me à TV Sergipe, uma emissora filiada à Rede Globo em meu Estado que, domingo passado, dia 15 de novembro, completou 44 anos.

Desde 1971, do alto do Morro da TV, como é chamado o local, no Bairro Cidade Nova, em Aracaju, a TV Sergipe transmite informações e entretenimento para todo o Estado; entra nos nossos lares nas primeiras horas da manhã e se despede na madrugada do dia seguinte.

A emissora foi uma das primeiras a serem montadas com equipamentos produzidos no Brasil. Nessa fase, como não existia mão de obra especializada, a saída foi buscar operadores com experiência no rádio e no cinema. Em 1967 foi realizada, experimentalmente, a primeira transmissão. No ano seguinte, em 1968, uma



autorização de três meses liberou a transmissão do sinal da TV Sergipe. Por meio dessa autorização temporária, os sergipanos puderam assistir a eventos históricos, como a chegada do primeiro astronauta à lua e o tricampeonato de futebol conquistado pela Seleção Brasileira, em 1970, no México. Com o final da Copa, mais uma vez a TV Sergipe sai do ar, e retorna no ano seguinte, em fase experimental.

Entretanto, foi no dia 15 de novembro de 1971 que entrou para a história da telecomunicação no Estado. Nesse dia foi ao ar, desta vez em caráter definitivo, o sinal da TV Sergipe, a emissora que mudou definitivamente a vida de todos nós, sergipanos.

Inicialmente, a TV Sergipe era uma afiliada da Rede Tupi. Nesse período, a TV entrava no ar no final da tarde e encerrava as suas transmissões por volta da meia-noite. Além dos programas locais, eram exibidos noticiários e filmes. Mais adiante, com a chegada da máquina de videoteipe, a grade de programação foi modificada e ampliada. Dessa maneira, o telespectador sergipano passou a acompanhar a exibição de programas e novelas que fazem sucesso no Sul do País.

Nesse período, Sr. Presidente, colegas Senadores, a televisão em Sergipe passou por uma série de adaptações.

Era incrível a interatividade – já naquela época – da TV com seus telespectadores. Programas de entretenimento e de auditório já se destacavam, e o telejornalismo foi criado com profissionais dos rádios e das redações dos jornais. E que me diga aqui o nobre amigo, que também trabalha conosco, o Chiquinho Ferreira e a Ariadne.

Passados quase dois anos, em outubro de 1973, a TV Sergipe deixa a Rede Tupi e se torna uma emissora afiliada à Rede Globo de Televisão. Nesse período, a TV Sergipe foi vendida para a TV Aratu, emissora da Rede Globo, na Bahia. Foi uma época de muitos investimentos, novos equipamentos e qualificação do quadro de pessoal da televisão. O objetivo, à época, era de que a nossa TV Sergipe fizesse parte da formação de uma rede de televisão do Nordeste.

Para isso, uma nova torre foi montada, um novo transmissor foi comprado, assim como novas câmeras de estúdio e equipamentos para o jornalismo. Entretanto, o projeto para a formação de uma rede de televisão no Nordeste, com sede em Salvador, não se concretizou.

E acredito, Srs e Srs. Senadores, que esse ponto tenha sido de fundamental importância para os sergipanos. A partir daí, a TV Sergipe foi vendida à família Franco. Com essa nova gestão, a emissora não parou de crescer e de se modernizar. O espírito empreendedor, que é marca registrada dessa família, mantém o parque técnico em constante atualização e sua programação em perfeita consonância com a grade de programação da Rede Globo de Televisão.

O tempo passou, e a Rádio e Televisão de Sergipe Ltda, que nasceu de um ideal progressista, manteve a sua trajetória de empresa líder de mercado, baseada em princípios éticos e programação de alta qualidade, com a parceria de uma das maiores redes de televisão do mundo, a Rede Globo.

Em 2010, por exemplo, a emissora foi a primeira no Estado e uma das primeiras no País a produzir, editar e exibir...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – ... um programa em HDTV, a sigla em inglês que significa “TV de alta definição”. Em 2013, no dia do seu aniversário, a emissora inaugurou sua cobertura digital via satélite, e, com a chegada dessa tecnologia, a TV Sergipe transmitiu, em formato digital com alta resolução de imagem e som, sua programação para a cidade de Itabaiana e mais seis Municípios sergipanos – Campo do Brito, Moita Bonita, Ribeirópolis, Macambira, São Domingos e Frei Paulo.

Entretanto, além desses sete Municípios que receberam, há dois anos, o sinal digital da TV Sergipe, já recebiam imagem e áudio com alta qualidade as cidades de Aracaju, Areia Branca, Capela, Laranjeiras, Maruim, Malhador, Barra dos Coqueiros, Pirambu, Rosário do Catete, Santa Rosa de Lima, Santo Amaro das Brotas, Siriri, Nossa Senhora das Dores, Japaratuba, Carmópolis, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão.

Já estou terminando, Sr. Presidente. Só mais um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mais um tempinho.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Neste momento, gostaria de destacar e de agradecer o respeito com o qual o povo sergipano é tratado pela TV Sergipe todos os dias, seja através do seu telejornalismo, seja pelo seu núcleo de entretenimento. A emissora tem mantido, ao longo dos anos, o compromisso ético de estar ao lado do povo, de ouvir as partes, de buscar a verdade e a realidade dos fatos. Essa responsabilidade e a credibilidade alcançadas ao longo desses 44 anos fazem com que a TV Sergipe tenha papel determinante como formadora de opinião do povo sergipano.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Gostaria, pois, de parabenizar todos os dedicados e competentes profissionais que fazem a TV Sergipe, a família Franco e, em especial, o meu amigo Diretor-Presidente da emissora, Dr. Albano Franco, um homem empreendedor e sempre à frente do seu tempo.

Aproveito ainda a oportunidade para, mais uma vez, dar as boas-vindas e parabenizar o nosso colega Senador Ricardo Franco, filho do nobre colega Albano Franco, Sr. Presidente.

Para finalizar, respondendo ao Senador Paim, votarei os vetos hoje à noite, com muita coerência. Meu comportamento busca sempre pautar-se pelos princípios que adotei para conduzir a minha vida e os meus atos, através da coerência.

Voto, Senadora Ana Amélia, como votei na ida. A senhora está me dizendo algo em que também acredito: mudar, por quê? Não houve fato novo para nenhuma mudança.

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campainha.)*

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com certeza, o meu voto será para derrubar os vetos, agindo, assim, com muita coerência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimentando V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Amorim, passo, então, a Presidência à Senadora Ana Amélia, que está sempre aqui atuando e trabalhando, para que eu possa usar a tribuna como orador inscrito.

*O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr<sup>a</sup>. Ana Amélia.*

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Eduardo Amorim. Nossas posições são semelhantes.

Convido, para fazer o uso da palavra como orador inscrito, o Senador Jorge Viana.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Senadora Ana Amélia, que preside esta sessão, cumprimento a todos que me acompanham pela Rádio e TV Senado.

Queria me dirigir, num primeiro momento, diretamente ao povo do Acre, mais especificamente ao povo de Rio Branco.

Tenho trabalhado para ajudar a todos, todos os Municípios. Tenho visitado todos os Municípios todos os anos. No meu recesso agora, já estou me organizando com a equipe para, mais uma vez, visitar um conjunto de Municípios, porque é assim que tenho levado adiante meu mandato, no contato do dia a dia, ouvindo, conversando com as pessoas.

Hoje venho prestar conta de um trabalho que temos feito pela capital do Acre, Rio Branco, onde vive perto da metade da população, e, óbvio, isso sem nenhum prejuízo aos demais Municípios.

Tenho tido um contato direto com o Prefeito Marcus Alexandre, que usa nosso gabinete como uma extensão do seu e tem tido o apoio de boa parte de nossa Bancada. Hoje eu falei com ele várias vezes. Quero aqui parabenizá-lo e parabenizar sua equipe pela maneira como elabora os projetos e honestamente os executa.

Com a sensibilidade do Governo Federal, trago aqui à tribuna, para nós, boas notícias. Refiro-me ao anúncio que estou fazendo agora da liberação de R\$3,408 milhões para a Prefeitura de Rio Branco, sendo que R\$2,230 milhões dizem respeito a um reordenamento da cidade, à construção do *shopping* popular, em que tenho me empenhado pessoalmente. São R\$3,408 milhões que sei serão bem aplicados.

Quero aqui agradecer o Governo da Presidenta Dilma, o Ministro Berzoini, a equipe da SRI, na Presidência da República – o Luizinho, a Elaine e também o Magela, que trabalha com uma equipe de técnicos que tem nos ajudado. Quero cumprimentar também os que atuam nos ministérios e especialmente me dirigir à equipe do Ministro Henrique Eduardo Alves, que está indo comigo a Rio Branco na quinta-feira, depois de amanhã, cumprir uma agenda importante, em que vamos oficialmente anunciar a retomada das obras do *shopping* popular, que tanta prioridade tem por parte do Prefeito Marcus Alexandre.

Nesse sentido, também cumprimos aqui um papel; meu papel é o de cobrar, de fiscalizar, de apresentar projetos de lei, emendas à Constituição, de dar pareceres, mas também ajudar os prefeitos e governadores; no caso, o governador do Estado.

Também anuncio a liberação de R\$571.321,00, destinados ao governo do Estado. Liguei ainda há pouco para o Secretário de Habitação, Jamil Asfury, dando a notícia de que esses recursos estão liberados. É uma ação que ajuda o Governador Tião Viana, que tem feito da habitação uma de suas grandes prioridades.

Então, fica o anúncio aqui de quase R\$4 milhões, que nós estamos liberando. Parece pouco, mas, quando se aplicam honestamente recursos, eles ajudam. Aqui sei que dezenas de pequenas empresas, de microempresas vão poder fechar seu ano trabalhando, executando essas obras que estavam, inclusive, algumas delas paralisadas. Então, agradeço a compreensão da população.

Cumprimento o Prefeito Marcus Alexandre. São obras na área do esporte, são ações que nos ajudam a fazer com que haja melhor mobilidade em Rio Branco. Estão sendo liberados recursos para dois terminais que estavam com as obras paralisadas e que são executadas a partir de emendas minhas pela Prefeitura de Rio Branco. E as ações todas que estão sendo liberadas, via Ministério da Cidade, Ministério do Esporte, vão certamente nos ajudar a concluir melhor, do ponto de vista da Prefeitura de Rio Branco, este ano de 2015. É um ano difícil, estamos vivendo um período de crise, mas lamento profundamente o pessimismo de alguns, que tenho às vezes de ouvir calado aqui, mas não custa nada passar a minha posição sobre isso.

Eu vejo que, às vezes, esta tribuna é ocupada... E eu não quero aqui fazer nenhuma ação fulanizada com alguns colegas, porque tenho obrigação e respeito por todos. Mas eu gostaria de comentar que, às vezes, eu vejo algumas pessoas criticando, falando como se nós estivéssemos num país amaldiçoado, num país em que nada dá certo. É necessário vir aqui um ex-Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, para nos dar lição de como devemos ser em relação ao nosso País: mais otimistas, mais confiantes, mais respeitosos com o nosso povo. Tudo se tenta colocar como malfeito do Governo do PT. Gente que não tinha emprego, aos milhões, conseguiu emprego com carteira assinada; alguns empresários que criticam e que eram pequenos empresários ficaram empresários milionários. Esses são os que mais reclamam.

Eu gostei muito quando o Presidente Bill Clinton fez a fala porque a fez para a elite empresarial brasileira. Estavam lá convidados da CNI do Brasil inteiro, e ele falou que, se tivesse que escolher um país nestes tempos de crise no mundo inteiro, ele escolheria o Brasil, apostaria no Brasil. Eu gostei muito, porque aquilo não mascara os problemas que nós temos, mas aquilo nos faz, talvez, ter o sentimento verdadeiro de como podemos superar as dificuldades que o País atravessa.

Nós temos que ter fé, temos que trabalhar, temos que ter esperança, sem passar as mãos por cima dos malfeitos. Sem deixar de ter no combate à corrupção uma prioridade. Mas, torcendo contra o Brasil, trabalhando pelo quanto pior, melhor, nós não vamos a lugar nenhum.

Então, eu queria fazer esse registro. São poucos recursos, mas eu me orgulho, como Senador, de ter ajudado na liberação. E sei que eles serão bem aplicados, tanto pelo Governo do Estado, como pelo Prefeito Marcus Alexandre.

Quero também dizer que, na ida com o Ministro Henrique Alves na quinta-feira, eu vou estar na comitiva, junto com o Deputado Alan Rick e o Deputado Raimundo Angelim, que pediram para estar juntos. Eu sei que é um dia complicado na Câmara e no Senado, mas nós vamos estar também, se Deus quiser, anunciando que o Aeroporto de Rio Branco terá suas obras da pista concluídas até dezembro. Vamos também dar uma satisfação sobre as obras do terminal de passageiros e a volta do *status* de aeroporto internacional para Rio Branco. Só com as obras feitas pela Infraero, pelo Governo Federal no aeroporto é que nós vamos ter de volta o *status* de aeroporto internacional, porque é necessário ter uma separação da área de embarque e desembarque para voos domésticos e para voos internacionais.

Então, eu vou com o Ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, é uma sugestão de agenda que eu fiz, a partir de um entendimento com o Prefeito Marcus Alexandre e com o Governador Tião Viana. O Governador Tião Viana se empenhou tanto! Se empenhou em muitas viagens em que veio aqui, pela reforma da pista, pelo reparo da pista, que está sendo concluída até dezembro, e também pelas obras do terminal de passageiros. E, conversando com o Tião, meu irmão, ele me pediu que ajudasse. Nós estamos nessa luta, para que a gente possa trazer de volta o *status* de aeroporto internacional para o Aeroporto de Rio Branco, e eu acredito que nós vamos ter esse *status* tão logo sejam concluídas as obras do terminal de passageiros.

E há uma novidade: em Rio Branco, chove muito; na Amazônia, chove muito, e o nosso aeroporto não tem *fingers*. Para aqueles que estão me ouvindo e que podem ter dúvida, *fingers* são aqueles túneis que permitem que a pessoa saia de dentro da aeronave até o terminal de passageiros, ou o contrário, do terminal de passageiros até a aeronave, sem ficar exposta a chuva ou a outros problemas. O nosso aeroporto não tem *fingers*, e a nossa luta é para que haja pelo menos dois pontos de embarque, aqueles simples, de chão.

O Ministro Eliseu Padilha assumiu o compromisso comigo de lutarmos por isso. Eu estou aqui dizendo que essa é uma luta em que acreditamos ter sucesso, que é concluir as obras do terminal de passageiros do Aeroporto de Rio Branco, trazer de volta o *status* de aeroporto internacional e ter pelo menos dois *fingers* de embarque e desembarque, que vão trazer modernidade e um melhor serviço à população. Volto a repetir: estamos trabalhando nesse sentido com a esperança de que vamos ter também um maior respeito, por parte

das companhias aéreas, com a população usuária dos voos para Rio Branco. Essa luta por qualidade, por preço justo para os voos segue.

Queria concluir, Srª Presidenta, com uma última informação. Eu, a Senadora Gleisi e o Senador Randolfe apresentamos um requerimento em que propomos que se realize, no plenário do Senado, uma sessão temática sobre o desastre de Mariana. Esse é o maior desastre ambiental que nós tivemos, nessas proporções, no mundo inteiro. Isso porque, com a ruptura da barragem, nós tivemos 500km de uma lama poluente que destruiu completamente cidades, criou situações de difícil solução para outras cidades e que vai afetar certamente o Vale do Rio Doce de morte, do ponto de vista ambiental.

Nós que estamos aqui, o Senador Aloysio Nunes trabalha com bacias hidrográficas há muito tempo, é um comprometido com essa causa, o Senador Fernando Bezerra preside a Comissão de Mudanças Climáticas, e a Senadora Ana Amélia, o Senador Cristovam, todos nós aqui temos uma responsabilidade a respeito. Ainda hoje a Senadora falava sobre isso. Ontem, o tema da tribuna do plenário do Senado foi esse. Há um grupo de Senadores da Comissão de Infraestrutura que está fazendo visitas. E nós estamos propondo que se traga aqui a Ministra do Meio Ambiente, que se traga o Presidente da Vale, que se busque tirar lições, que se tragam pessoas que administram o vale que tem uma das maiores barragens do mundo – estou me referindo a Itaipu –, que se tragam os Governadores de Minas e do Espírito Santo, para que a gente possa, no Senado, tirar lições e, tirando lições dessa tragédia, mexer na legislação, criar mecanismos que possam nos dar condições de prestar contas à opinião pública.

Eu, a Senadora Gleisi e o Senador Randolfe apresentamos... Eu hoje falei, pela manhã, com o Presidente Renan a respeito e ele acatou, recepcionou bem a ideia. Eu acho que nós podíamos fazer, já na próxima semana, uma audiência. O Senado entraria em sintonia com a opinião pública brasileira, o Senado entraria em sintonia com aqueles que sofrem.

Eu vou dar o aparte ao Senador Fernando Bezerra, mas não sem antes dizer que a empresa Samarco teve um lucro de quase dois bilhões e meio no ano passado. Eu achei uma afronta propor 250 milhões para tentar reparos. Nós vamos ter que gastar bilhões, pensando do ponto de vista nominal de recursos necessários. E os danos, não sabemos quantos anos, quantas décadas vamos ter que consumir para poder fazer um reparo razoável, porque as vidas humanas perdemos, lamentamos, somos solidários com as famílias. Graças a Deus foi um número que não foi tão grande pelo tamanho do desastre. O risco era muito grande, socorreram muitos, as pessoas sobreviveram milagrosamente, mas os danos ambientais não têm reparo. Temos danos ambientais que não têm reparo.

Eu ouço o Senador Fernando Bezerra e concluo, Srª Presidenta, minha fala.

**O Sr. Fernando Bezerra Coelho** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senador Jorge Viana, o aparte é para manifestar o apoio à sugestão de V. Exª e...

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E da Senadora Gleisi e do Senador Randolfe, que trabalharam por ela.

**O Sr. Fernando Bezerra Coelho** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Registro, portanto, o esforço desses três Senadores, no sentido de propor ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, audiência pública sobre o desastre ambiental de Mariana. Hoje, na Comissão de Meio Ambiente, para discutir a questão da revitalização do São Francisco, a gente teve a presença do representante do Ministério Público de Minas Gerais, e ele confidenciava para os membros daquela Comissão que, no dia de ontem, foi assinado um termo de ajustamento de conduta com a Samarco da ordem de R\$1 bilhão, mas que o Ministério Público estima que os gastos necessários para promover a recuperação do Rio Doce e de toda a sua bacia hidrográfica deverá alcançar a casa de dezenas de bilhões de reais. Portanto, mais do que legitima essa iniciativa de a gente poder fazer uma audiência pública aqui no Senado Federal, para que a gente possa retirar lições desse episódio, para evitar que outros episódios como esse possam ocorrer. O representante do Ministério Público disse que Minas está sentada em cima de diversas bombas-relógios, em função dessas barragens de resíduos...

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – São centenas de barragens.

**O Sr. Fernando Bezerra Coelho** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – São centenas de barragens no Estado de Minas...

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mais de 400 só ligadas à mineração.

**O Sr. Fernando Bezerra Coelho** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... só ligadas à mineração, e com muitas delas que foram construídas há décadas atrás e que precisam ter uma fiscalização mais eficiente, mais rigorosa, porque tudo isso poderia ter sido evitado se tivesse havido planejamento da segurança hídrica dessas barragens. Portanto, venho manifestar o apoio à indicação de V. Exª para a realização dessa audiência pública.



**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – No fundo, estamos propondo que seja aquela sessão temática aqui, no plenário do Senado, com a participação de todos, para dar a dimensão que a Casa da Federação, que é o Senado Federal, damos a esse desastre em Minas Gerais.

Então, ser solidário é importante, estar à disposição é importante, mas temos que tomar uma atitude. Veja como é que funciona a legislação: quando acontece um episódio como esse, a legislação feita por nós, em muitos casos, não dá ao órgão público, aos órgãos ambientais, o poder de interdição, ela dispõe que a empresa que faz a gestão de uma barragem é que estabelece se vai ter ou não a interdição, se é necessária ou não. Está errado! Está errado. Hoje, eu dava uma entrevista cedo para a Rádio Senado, eu falava que temos, sim, que passar uma revisão na legislação que trata do licenciamento ambiental. Eu sou favorável a agilizarmos, desde que, se vamos agilizar o licenciamento, vamos aumentar a precaução, vamos aumentar os cuidados, dobrar os cuidados, e, aí, obviamente, aquilo sendo atendido, podemos ser mais ágeis e menos burocráticos.

Então, concluo, Sr<sup>a</sup> Presidenta, agradecendo e dizendo que, além desses temas que eu trouxe, vim aqui anunciar e agradecer ao Governo Federal, à SRI, ao Ministro Berzoini, ao Ministro Henrique Alves, a liberação de quase R\$4 milhões para a Prefeitura de Rio Branco, são R\$3,4 milhões, e também para o Governo do Estado do Acre, o que nos ajuda a fazer com que tenhamos a conclusão de obras importantes na capital acriana. Na quinta-feira cedo, estarei indo, com o Ministro Henrique Eduardo Alves, para lá, para anunciar oficialmente esses recursos, que adianto hoje, e também para prestar contas sobre as obras no aeroporto de Rio Branco.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ana Amélia, que tão bem preside a sessão e sempre nos ajuda.

Obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento-o, Senador Jorge Viana.

Ontem, segunda-feira, nessa mesma tribuna, Senador, eu estava ouvindo o seu pronunciamento na parte da tarde, e hipotequei também apoio a essa iniciativa oportuna e necessária, dada a urgência e a magnitude do grave desastre ambiental que aconteceu em Mariana. Então, eu queria me associar à iniciativa dos Srs. Parlamentares para a sessão temática no plenário do Senado Federal, que penso oportuna, também com o apoio do Senador Fernando Bezerra.

Cumprimento-o, Senador.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Convido, para fazer uso da palavra, o Senador Fernando Bezerra, pela Liderança do PSB.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, hoje quero registrar minha preocupação com a perspectiva de agravamento da crise econômica por que passa o País.

Desde o final do ano passado, começou a se desenhar um quadro de desaceleração da atividade econômica, fruto de fatores internos e externos, que se combinaram de forma perversa e destruíram muito rapidamente as esperanças de crescimento econômico e geração de emprego e renda. Desde então, temos enfrentado um quadro de aceleração inflacionária, expressiva diminuição do poder aquisitivo, desemprego crescente, queda da receita tributária e aumento do endividamento público, tanto em termos absolutos, como em proporção do Produto Interno Bruto, entre outros indicadores negativos.

A maior ameaça que enfrentamos hoje é, sem dúvida alguma, a perspectiva de continuidade e talvez de aprofundamento do quadro recessivo que vivemos. A possibilidade de esse quadro ainda mais negativo se confirmar não é remota. As expectativas do PIB em 2016 aumentaram sensivelmente nas últimas semanas. Ao menos é o que revela o último Boletim Focus, publicado pelo Banco Central, na sexta-feira da semana passada. Até quatro semanas antes do último boletim, o mercado financeiro apostava em uma queda do PIB em 2016 de apenas 1,22%. Na semana passada, essa expectativa de queda já ultrapassava dois pontos percentuais negativos.

Para perceber a velocidade de deterioração das expectativas, comparemos com o mesmo relatório Focus de seis meses antes. Naquela época não tão distante, a previsão era de uma queda na atividade econômica de apenas 1,2% para este ano e uma recuperação, já em 2016, da ordem de 1%. Hoje, a expectativa de queda para este ano é de 3,1% e, como acabei de assinalar, de mais de 2% negativos para 2016. São cinco pontos de queda do PIB em uma recessão de dois anos! O salto da taxa de câmbio, que poderia ser um fator de estímulo à exportação e ao setor que concorre com importações, ainda não gerou os efeitos esperados. Isso porque, mesmo ignorando o efeito nocivo do câmbio sobre o endividamento externo de muitas empresas, houve uma queda dos preços das exportações brasileiras da ordem de 20% entre julho do ano passado e julho deste ano.

Na indústria, Srs. Senadores, o cenário é ainda mais adverso. Até setembro, o faturamento real das empresas havia caído 7,6% em relação ao pico ocorrido em fevereiro do ano passado. Entre setembro de 2014 e setembro de 2015, a massa salarial caiu quase 8% e as horas trabalhadas na indústria reduziram 11,6%.

Nossos problemas não se restringem à esfera da produção, temos também uma inflação persistente. Mesmo a recessão intensa não afasta a expectativa de que a inflação em 2015, medida pelo IPCA, superará dez pontos percentuais, a maior taxa desde 2002, e que, em 2016, se tudo der certo, se manterá dentro do limite superior da banda de flutuação fixada por força do regime de metas.

Por isso, a taxa de juros dificilmente poderá baixar tão rapidamente quanto gostaríamos. Os efeitos combinados da recessão sobre a receita tributária e dos juros altos sobre a despesa do Governo são bem conhecidos e se refletem na extrema dificuldade para estancar o déficit e controlar o crescimento da dívida pública.

E o pior, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, de todos os indicadores, o pior de todos eles é o desemprego, não pelo número em si, mas pela dimensão humana. Afinal, o desemprego é a face mais visível e mais cruel da crise para a família brasileira. O desemprego nas principais regiões metropolitanas saltou de 4,3% para 7,6% em apenas oito meses. Há quase dois milhões de trabalhadores sem emprego só nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa. O número para o País como um todo deve ser um múltiplo disso.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não podemos voltar as costas aos trabalhadores que perdem seus empregos, aos pequenos e microempresários que se veem forçados a fechar as portas de seus negócios, aos cidadãos que enfrentam dificuldades para pagar suas contas e saldar suas dívidas. Mesmo aqueles que não foram mais duramente atingidos pela crise receiam em sê-lo.

Já não somos a sexta economia do Planeta, tanto por causa de notas baixas taxas de crescimento quanto por causa da desvalorização da nossa moeda. Além da queda da posição do PIB, provavelmente estamos caindo na posição do nosso Índice de Desenvolvimento Humano, o nosso IDH, devido ao fracasso da educação e da nossa saúde e também à queda da nossa renda *per capita*.

A inflação, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, está corroendo as conquistas sociais. Nossas universidades e centros de pesquisa sofrem descontinuidades por instabilidade de recursos e por causa de paralisações constantes. O Estado Brasileiro não tem recursos para investimento e, agora, nem mesmo para pagar os salários de seus servidores, haja vista o exemplo que vem do Rio Grande do Sul.

Não há recursos para manter a máquina em funcionamento. Prefeituras e Estados estão fechando postos de saúde e escolas. Sem os recursos mínimos necessários, pesquisas estão paradas, projetos estão interrompidos. Nossos Estados e Municípios estão se aproximando ou mesmo caindo no abismo do caos fiscal.

Na política, infelizmente, temos de constatar: estamos sem partidos...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ...sem credibilidade, sem sonhos e sem mesmo propostas alternativas claras. Sobretudo, insisto, estamos sem credibilidade. Todas as pesquisas mostram a rejeição quase absoluta ao Governo, à Presidente, ao Partido dos Trabalhadores, mas também contaminam todas as lideranças políticas. Insisto: contaminam todas as lideranças políticas, sem exceção. As pessoas começam a não acreditar no futuro do País.

O Brasil – eu não queria estar aqui falando isso – está em marcha rápida para o colapso econômico, talvez para o caos político e, o pior, para a desordem social.

Diante disso, Sr<sup>a</sup> Presidenta, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o maior desafio para nós Líderes, que queremos ser responsáveis nesta hora grave em que o País vive, é buscarmos estar sintonizados com os interesses dos brasileiros de hoje e com a nossa história. Precisamos, urgentemente, urgentemente, recuperar a credibilidade das nossas direções políticas.

Penso que, em primeiro lugar – aqui, ousar trazer isto como proposta para discussão, para reflexão nesta Casa do Congresso Nacional –, caberia aqui um esforço para recuperar a credibilidade da Chefe do Governo e do Estado. Hoje, a Presidenta Dilma tem a legalidade dos votos.

Não pode haver questionamento sobre a vitória obtida nas urnas, até porque estou a cavaleiro, como membro do Partido Socialista Brasileiro, que já denunciava essa situação que o País vivia em 2014, o que levou nosso Partido a apresentar a candidatura de Eduardo Campos e, na sequência da trágica morte do nosso jovem líder político, o apoio à candidatura de Marina Silva. No segundo turno, o PSB fez a opção pela oposição e apoiou a candidatura do Senador Aécio Neves.

Mas, hoje, repito, a Presidenta Dilma tem, sim, a legalidade dos votos, mas, talvez, não tenha mais a legitimidade. Sua popularidade está nos níveis mais baixos de uma Presidente na história. Todos os indicadores de bem-estar social e de desempenho econômico estão em baixa. Seus projetos se desfazem. Sua voz, lamentavelmente, não é escutada. O seu Partido, dividido, não lhe dá o apoio necessário nesta hora grave. E seu tempo, o precioso tempo da Chefe de Governo, da Chefe de Estado, é gasto na luta para evitar o *impeachment*.

O Brasil, Sr<sup>a</sup> Presidente, precisa enterrar o assunto do *impeachment*, e digo isso porque não adianta nenhum plano econômico, não adianta mudar o Ministro da Fazenda. Alguns defendem a mudança do Ministro

da Fazenda, a mudança da orientação da política econômica. Não terão êxito. Os investidores, os agentes do sistema da produção, a sociedade brasileira, primeiro, precisam saber se esse Governo vai cumprir o seu mandato, tantas são as ameaças, tantos são os questionamentos!

Por isso, repito: para que possamos dar uma chance de o Brasil dar certo e para que não mergulhemos o Brasil de novo num ano pior do que o ano de 2015, a minha proposta, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é a de que o Brasil precisa enterrar o assunto do *impeachment*.

A única maneira de enterrar esse assunto é votar, até o final deste ano, as contas da Presidenta Dilma relativas a 2014 – afinal, esse é o argumento que sustenta o pedido de *impeachment* –, se queremos dar previsibilidade e segurança institucional até para aqueles que escolherem ser governo sejam governo e para os que forem oposição se firmem na oposição, de forma clara. Mas não podemos assistir da janela a esta trajetória que está conduzindo o País para mais um ano perdido, que é como já se pronuncia o ano de 2016.

Sr. Presidenta, o Brasil tem um regime presidencialista, não pode substituir, reafirmar ou destituir seus governos por voto de confiança ou de desconfiança, mas pode dar confiança ou negar confiança por meio da votação do *impeachment*. É preciso colocar o assunto do *impeachment* para trás, aprovando-o ou recusando-o, iniciando um novo momento, com um novo governo, sob a condução de uma presidenta renascida com apoio dos que se manifestarão contra o *impeachment*, ou com um novo presidente previsto pela Constituição.

Sei – gostaria de deixar isto muito claro – que, certamente, isso não será suficiente para recuperar o Brasil, mas é um passo necessário para que possamos focar nossos esforços numa agenda que retire o País da trajetória de mais um ano de retrocesso e de estagnação econômica.

Por isso, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, creio que hoje isto depende da Presidenta Dilma Rousseff, aceitar que o Congresso debata e vote com a urgência necessária as contas de 2014. Provavelmente, muitos que desejam esse debate votarão contra o *impeachment*, e o Brasil enterrará o assunto. Mas qualquer uma dessas duas alternativas deixará o Brasil em uma posição melhor para enfrentar seu futuro e deixará a Presidenta Dilma melhor na história, para que ela não seja a responsável pela continuação da marcha do País na direção de um colapso da economia, de um retrocesso social e de um caos político.

Encerrando...

**O Sr. Ronaldo Caiado** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> pode nos conceder um aparte?

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não, Senador Ronaldo Caiado, recebo seu aparte com muita satisfação.

**O Sr. Ronaldo Caiado** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está o Senador Fernando Bezerra falando pela Liderança do PSB, e, regimentalmente, não é permitido aparte. Mas, dada a profundidade do tema e a análise que o Senador Fernando Bezerra está fazendo, como Presidente desta sessão, não vejo como não permitir o aparte do Senador Ronaldo Caiado.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Concedo um aparte ao Senador Ronaldo Caiado.

**O Sr. Ronaldo Caiado** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado. V. Ex<sup>a</sup> foi preciso e demonstrou grande capacidade ao fazer a anamnese do quadro político brasileiro. Raros políticos conseguiram, até o momento, aglutinar, mostrando os passos, desde o primeiro momento, da Presidente reeleita e o desabamento do processo. Falo da capacidade de V. Ex<sup>a</sup> de sinalizar para onde o Brasil está indo e, ao mesmo tempo, de se preocupar não só com o processo inflacionário, não só com as denúncias que houve, mas também com o processo do desemprego, que é, sem dúvida alguma, a face mais cruel, como V. Ex<sup>a</sup> colocou, do resultado desse quadro de desgoverno. V. Ex<sup>a</sup> cita também – faz uma referência muito inteligente – o parlamentarismo e o presidencialismo. Não é voto de confiança, nem de desconfiança neste momento. O sistema presidencialista exige que realmente o chefe de Estado, o chefe de Governo, diferentemente do parlamentarismo, goze de condições mínimas de credibilidade, para que realmente possa ser ouvido pela sociedade, quando propõe projetos e alternativas para o País, num momento tão grave quanto este. Nós sabemos muito bem que, muitas vezes, tentam responsabilizar o Ministro da Fazenda, como se ele tivesse sido obra da divina providência; como se ele tivesse caído de paraquedas no Ministério da Fazenda; como se a saída fosse agora substituí-lo por outro. E V. Ex<sup>a</sup> coloca isso muito bem, com clareza ímpar. Agora, em relação ao tratamento proposto por V. Ex<sup>a</sup>, diante do quadro de toda a doença, de todos os sinais, de todos os sintomas, V. Ex<sup>a</sup> foi extremamente preciso não só em identificá-los como também em dizer quais são as consequências deles. No tratamento, permita-me V. Ex<sup>a</sup> dizer, achei V. Ex<sup>a</sup> um pouco moderado, considerando um paciente em estado tão grave quanto esse. Eu entendo que, neste momento, não se buscou a tese do *impeachment* apenas porque houve a pedalada. É porque houve um sentimento maior no País: o sentimento da frustração; o sentimento da decepção; o sentimento do estelionato que foi praticado na campanha eleitoral; de tudo isso que se acumulou e essa falta de liderança da

Presidente em aglutinar forças políticas, em aglutinar apoio popular. Neste momento, sim, ela se desfaz; ela realmente dilui a sua capacidade de líder para poder apresentar uma saída para o País neste momento de crise. Eu acredito – e hoje, sem dúvida alguma, vendo um economista falando de política já me dá muita alegria, mostra que eles também já estão se encorajando nesse caminho – dizer que uma forma de destravar a crise no Brasil é também a discussão do *impeachment*. V. Exª colocou bem: é a posição do *impeachment*. Isso será um marco, e nós precisamos enfrentar isso na Casa. Não adianta estar procrastinando, obstruindo um processo que vai cada vez mais se agravar e, como V. Exª disse, levar o Brasil para um abismo no qual ele já está em marcha batida. Então, concordo. O único ponto no qual eu seria mais incisivo – e quero agradecer o aparte que V. Exª me concede – é que entendo que, diante desse quadro todo, muito bem elaborado pelo nobre Senador Fernando Bezerra, o tratamento é exatamente, neste momento que a sociedade deseja, que o Congresso Nacional tenha a coragem de assumir essa discussão: o *impeachment* da Presidente da República. O resultado, dentro das regras do Estado democrático de direito, será respeitado por todos nós. Parabenizo a iniciativa de V. Exª. Um discurso que, sem dúvida alguma, deverá refletir em todos os Senadores e Senadoras desta Casa. Um discurso muito bem elaborado, num momento em que esta Casa precisa ter a coragem de assumir uma posição. V. Exª puxou o tema com a respeitabilidade que tem e com a liderança que exerce, também, junto aos seus pares. Meus parabéns e muito obrigado.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Ronaldo Caiado. Incorporo seu aparte ao nosso pronunciamento.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas quero aqui reiterar a minha preocupação maior, que é com o quadro da economia brasileira, que está em marcha batida para contratar mais um ano perdido.

Há oito dias, eu estava no Recife, me dirigindo ao meu escritório político. Subia num elevador, e, no elevador, havia um senhor de seus quarenta e poucos anos, em roupa de trabalho. Ele começou a me fixar, a me olhar e me reconheceu. Acho que perdeu o receio, e, antes de a porta se abrir, ele se dirigiu a mim e disse: “Senador, vocês não vão fazer nada para essa situação se modificar? Eu sou um prestador de serviço. Hoje é sexta-feira, e eu ainda não tenho os recursos necessários para cobrir as despesas da semana.” Um prestador de serviço autônomo, que estava ali, no prédio, prestando assistência em algumas salas.

Essa situação está ocorrendo em todas as regiões do País. É visível – é visível – a perda de dinamismo da economia brasileira. A situação que aí está só poderá ser enfrentada com força política, com autoridade política. E nós estamos, de certa forma, prolongando uma discussão que precisa ser abreviada. Sobre o *impeachment*, entraram com mais de 20 pedidos de *impeachment*, e não sei quantos já foram arquivados. Mas o único que está sendo debatido e discutido é o que se apoia no parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

Então, temos de agilizar essa votação. Ela também depende de nós! Depende da Presidenta, porque tem influência nesta Casa e no Congresso Nacional, mas depende de nós! Depende do Presidente do Congresso Nacional, depende da Presidenta da Comissão Mista de Orçamento. É votar essas contas, para que possamos enterrar o assunto ou não, mas enfrentar o assunto!

Da forma como vai, é desnecessário ficarmos, aqui neste plenário, discutindo assuntos menores, pontuais, com uns querendo ajudar e outros querendo chamar atenção para problemas que estão errados e que precisam ser corrigidos. Mas nós estamos perdendo a noção do todo, do conjunto! O Brasil está em perigo! É preciso que se entenda isso com toda a profundidade.

Nós queremos, sinceramente, que volte a existir uma condução política com autoridade suficiente para enfrentar a crise que aí está posta.

Eu ouço, com muito prazer, o aparte do Senador Tasso Jereissati.

**O Sr. Tasso Jereissati** (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Srª “Presidentel!”,... *(Risos.)*

... Senador Fernando Bezerra, Srªs Senadores e Srs. Senadores, eu queria dizer também da oportunidade do discurso e do pronunciamento de V. Exª. Não é mais possível o Brasil continuar nessa marcha em que está indo. Como, uma vez, expressou o Senador José Agripino: o Brasil está indo ladeira abaixo, e nós não temos o direito de ficar de braços cruzados, assistindo, pecando por omissão. Nós não podemos e não temos o direito. Esta Casa tem que fazer alguma coisa. V. Exª colocou uma proposta que – se eu bem entendo – visa acabar com uma premissa necessária para que essa marcha ladeira abaixo seja estancada. Não é para resolver o problema da crise, mas como condição *sine qua non*, para que essa marcha ladeira abaixo seja estancada; para que se volte a ter, neste País, um mínimo de perspectiva de futuro, de futuro próximo, não é de futuro de longo prazo, não.

*(Soa a campanha.)*



**O Sr. Tasso Jereissati** (Bloco Oposição/PSDB - CE) – O mínimo desse futuro próximo, dessa perspectiva de que nós precisamos é saber sobre a pergunta – como V. Exª relatou, no elevador, em Recife – que cerca todos nós, quando estamos em qualquer parte do Brasil: “A Presidente cai ou não cai? A Presidente fica ou não fica?”. E o pior, Senador Fernando Bezerra, é que a própria Presidente da República tem sido desafiada pelo seu criador e figura mais importante do seu Partido, que é o ex-Presidente da República. Semana passada, foi todo um desafio à autoridade da Presidente, quando se colocou que se deveria retirar o ministro da Fazenda, e o novo ministro, indicado abertamente pelo ex-Presidente Lula, queria ainda o Ministério do Planejamento, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil etc. Ora, isso era o verdadeiro golpe branco que estava dando e depondo a Presidência da República. Acho que a colocação que V. Exª põe em discussão aqui é para o bem da própria Presidente Dilma, Senador Aloysio. Se é colocada, e devia até ser iniciativa dela, a questão do *impeachment*, definitivamente lhe daria autoridade, se, por exemplo, o *impeachment* não for aprovado, para continuar o seu Governo, por pior que seja – e acredito que será muito ruim –, mas para o Brasil saber: teremos uma Presidente, ela tem autoridade e não vai ficar sujeita a esse tipo de desafio dentro da sua própria base e, portanto, ao desgoverno. Ou, então, se resolve, ela vai para casa, mas o Brasil passa a ter um rumo, o Brasil passa a ter uma perspectiva porque sabe quem vai governar, qual é a liderança, quais são as políticas públicas para que se volte a investir e ter confiança no futuro. Portanto, acho que a colocação que V. Exª faz, a proposta que V. Exª faz é extremamente importante e oportuna e, com certeza, terá o apoio da maioria dos brasileiros. Não vejo também hoje outra saída para o País que não seja resolvendo uma questão fundamental: temos ou não temos Presidente? A Presidente é a Dilma ou não? Ela será impedida ou não? Quem manda no Governo é ela ou é o Lula? Esses dilemas, que trazem o desconforto da desconfiança e da insegurança, vão acabar. Portanto, essa sua proposta, da minha parte, com certeza, terá todo o apoio.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Agradeço o aparte do Senador Tasso Jereissati. Acho que foi preciso na proposta que aqui acabo de apresentar. Não se trata de escolher entre Levy ou Meirelles, não se trata de escolher entre um caminho ou outro para a política econômica, mas se trata de restaurar a autoridade da figura da Presidente da República.

É muito importante que, num momento de crise grave como este, a Presidenta tenha as condições mínimas, a autoridade mínima para poder enfrentar essa agenda que o Brasil está a exigir.

Eu faço este discurso aqui desta tribuna, mas todos aqui sabem do relacionamento que tenho com o atual Governo, até porque fui Ministro da Presidenta Dilma em seu primeiro mandato, Ministro da Integração Nacional, e desfruto do relacionamento com o Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Jaques Wagner, a quem coloquei essa proposta, porque era importante que o Governo pudesse colocar essa discussão, esse debate, sobretudo essa votação. Não vale a pena governar este País fazendo barganha a cada semana. Não vale a pena governar este País tendo que somar quantos votos há na Câmara dos Deputados a cada dia.

Portanto, é importante que a Presidenta da República tenha um apoio mínimo para que ela possa enfrentar a crise em que estamos mergulhados e que vai precisar do esforço e da colaboração de toda a sociedade brasileira, vai precisar do apoio e da compreensão de todos os partidos com representação nesta Casa, inclusive dos partidos de oposição.

Portanto, acho que a nossa ideia, Senador Tasso Jereissati, é justamente abreviar essa insegurança, essa indefinição, essa incerteza para que o Brasil possa começar a definir uma agenda que esteja à altura da crise que estamos vivendo.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, há mais três apartes, do Senador Aloysio, do Senador Agripino e do Senador Cristovam. O Senador Garibaldi Alves é o próximo orador e veio me perguntar isso. Então, peço aos colegas a brevidade.

Aproveito para saudar o Deputado Cajado e o Deputado Aleluia, a Bahia presente na sessão.

Então, concedo o aparte ao Senador Aloysio, que foi o primeiro, e, posteriormente, ao Senador Agripino e ao Senador Cristovam, pedindo a colaboração de todos.

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Prezados Senador Fernando Bezerra, memorável discurso este que pronuncia hoje. E vem na mesma linha, no mesmo diapasão de outro grande discurso que o Senador Tasso Jereissati ofereceu ao Senado na semana anterior. E ambos concluem se aproximando, convergindo para um ponto: a raiz política de todos esses males que o Brasil enfrenta hoje em sua economia e na condução da sociedade brasileira, o problema é político. A Presidente Dilma, na minha opinião, perdeu a autoridade para governar. Isso aconteceu por várias razões, e V. Exª apontou algumas. Há problemas com o seu Partido – veja o senhor que os nossos colegas do PT gastam mais tempo defendendo o ex-Presidente do que a própria Presidente – e problemas com o PMDB, que acaba de nomear sete Ministros e esboça um programa que não se sabe se é para o próximo Governo, daqui a quatro anos, a partir de 2018, ou se é para agora. A Presidente Dilma perde seu tempo com bagatelas, e o Governo mergulha num método de cooptação política

que consiste em distribuir cargos sem a menor consideração pelo mérito, o que vai contribuir para a degradação ainda maior da Administração Pública. O Congresso vem adiando a votação de vetos há dois meses, talvez mais, por insegurança, porque a Presidente não sabe com quem pode contar. Enfim, é uma situação em que tudo indica que é conveniente pôr as cartas na mesa, esclarecer quem está com quem. E acho que a questão do *impeachment* é a questão central neste momento. Há uma convergência de opiniões também muito grande no sentido de que o problema central hoje é a Presidente e, de alguma maneira, o seu Partido, a sua relação o seu Partido. É preciso deixar isto claro: ela vai continuar Presidente ou vai sair? A pergunta que esse senhor me fez no elevador é a pergunta que todos nós temos que responder a cada momento. A falta de autoridade leva à ingovernabilidade, e a ingovernabilidade não vem da Oposição, mas da dificuldade da Presidente em definir projetos claros e, sobretudo, de sua incapacidade política de fazer com que esses projetos se concretizem. Portanto, é necessária realmente uma definição. E V. Exª está de parabéns pela coragem, pela competência e pela oportunidade de seu pronunciamento.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Eu vou ouvir o Senador Agripino e, depois, o Senador Cristovam Buarque. Farei os comentários já no encerramento do meu pronunciamento para atender ao apelo da Presidente.

**O Sr. José Agripino** (Bloco Oposição/DEM - RN) – Por economia processual, no que V. Exª faz muito bem. Senador Fernando Bezerra, eu acho que V. Exª está se antecipando no tempo. A falência dos entes federados está anunciada. A recessão está levando a seguidas e contínuas perdas de arrecadação. A arrecadação federal, todos os meses, diminui; a arrecadação dos Municípios e dos Estados, por via de consequência, todos os meses diminui. A grita de prefeitos e de governadores – tire pelo seu Governador – é completa, por conta da recessão que se implantou no País, por conta de um Governo que perdeu – permita-me ser muito franco e dizer – a capacidade de comandar. V. Exª disse que legitimidade ela tem. Claro, ela foi eleita pelos votos, foi diplomada pelo TSE. O que ela perdeu foi a credibilidade, pelas razões que não vamos aqui repetir. Agora, ela perdeu a credibilidade, na minha opinião, porque ela perdeu a fisionomia. O exercício do governo dela, neste segundo Governo, não tem unidade política nem econômica. Dentro do Governo dela existem os que estão com o “Fica Levy!” e os que estão com o “Fora Levy!” – dentro do Governo! Então, do ponto de vista econômico, você tem a dicotomia, tem a divergência claríssima em cima da principal figura que conduz a política econômica do Governo, que é o Ministro da Fazenda: “Fica Levy!” e “Fora Levy!”. Do ponto de vista político, dentro do PT, existem divergências; dentro da Base aliada existem divergências. Hoje, o PMDB está fazendo um encontro para definir se fica com o Governo ou se fica contra o Governo, e as divergências ficaram claríssimas dentro do principal parceiro, o Partido do Vice-Presidente da República. Quem não tem, portanto, unidade, não tem comando... E os agentes econômicos, como não veem comando no Governo, afastam-se – daí a recessão. Este Governo perdeu a condição de governar porque não tem comando. No regime presidencialista, quem perde o comando perde a condição de governar e leva o País à recessão. Qual é a saída? Recuperar a credibilidade! Com a legitimidade de quem foi Ministro da Integração Nacional da Presidente Dilma, com a coragem de um brasileiro nordestino que quer o melhor para o País, como nós queremos, V. Exª está propondo que se estabeleça o marco zero e que se aprecie o processo de *impeachment*, que é constitucional e democrático – ele é as duas coisas! Nada de golpe! A questão do *impeachment*, e há razões jurídicas para subsidiá-lo... Que se aprecie o *impeachment* com seus fundamentos legais e que se defina se o *impeachment* prossegue ou não, para que o País, sim, se livre da recessão e da insubordinação. A desobediência civil está à vista. Já começamos a perceber, nos agentes econômicos, a perspectiva de deixar de pagar imposto, porque não podem, porque não devem e porque acham que não é conveniente para este Governo, por várias razões. Então, V. Exª está se antecipando no tempo: a falência econômica dos entes federados levará, essa sim, à completa insubordinação. Serão brincadeira os movimentos de rua que aconteceram até agora diante do desemprego, diante da perspectiva de falta de emprego, diante da inflação, diante do caos econômico que pode chegar a acontecer, para o qual V. Exª, em muito boa hora, adverte com conceitos muito claros e com muita coragem – com a coragem e com a autenticidade de quem foi ministro de um governo do PT.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Eu ouço, com satisfação, o Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Fernando, eu quero tomar de sua fala duas coisas. Uma é a expressão “O Brasil está em perigo!” Essa frase deveria estar na cabeça de cada um de nós, Senador Garibaldi, que tem responsabilidade e liderança neste País. Cada vereador deste País, cada deputado estadual, federal, senador, governador e prefeito deveria acordar, olhar no espelho e dizer: “O Brasil está em perigo!” E está em perigo – segunda coisa de sua fala para a qual quero chamar atenção – porque há a

possibilidade de caos político, desordem social e decadência econômica, é isso o que está levando ao perigo no Brasil. E tudo isso vem, sobretudo, da falta de credibilidade do atual Governo. Com isso, vem a perda de legitimidade para exercer o poder para o qual tem legalidade. Essa contradição é que tem que ser resolvida. Eu só não acho, Senador, que a aprovação ou a recusa das contas vá ser suficiente. Eu creio que está na hora, sim, de se votar “sim” ou “não” para o *impeachment*. Eu não quero aqui defender o *impeachment* nem ficar contra o *impeachment*, mas é preciso votá-lo, deixá-lo para trás. É preciso enterrar esse tema e dar um voto de confiança, como se a Presidente fosse primeiro-ministro, ou tirar o voto de confiança e fazer com que seja substituída por seu substituto legal. Nesta hora, eu creio, é isso o que é necessário fazer. A alternativa seria a renúncia, mas a renúncia é foro íntimo. Não adianta aqui pedirmos que alguém renuncie, mas podemos pedir que o Governo diga à sua Base que está na hora de enterrar o assunto *impeachment* – e a única maneira de fazer isso é votando.

(Soa a campanha.)

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Isso, sim, é que eu gostaria de ver como um grande apelo de todos nós. E este momento é favorável. Sabe por quê? Porque o que a gente vê por aí, Senador Tasso, é o aumento do número dos que sabem que este Governo não vai levar o Brasil adiante, enfrentando o perigo que o senhor mencionou. Ao mesmo tempo, eu sinto a diminuição daqueles que falam em *impeachment*. Nós estamos com movimentos em sentido contrário: diminuem os que falam em *impeachment*, e aumentam os que falam que o Governo não está dando conta. Talvez seja a hora de a Presidente aproveitar isto – que há pouca gente a favor do *impeachment* – e colocá-lo em votação. E quanto àqueles que estão aumentando o número dos que reconhecem que o Governo não dá conta mais, que debatam o *impeachment*. Está na hora de fazer esse debate. Para mim, o que fica do seu discurso é isto: está na hora de enterrar o assunto *impeachment* votando-o, e não o colocando embaixo do tapete, porque ele não vai ficar embaixo do tapete, ele vai se rebelar e continuar na rua – ou aqui dentro. Então, parabéns por seu discurso. Mas vamos defender que se vote o *impeachment*. A favor ou contra, mas que se vote o *impeachment* para que isso seja superado e o Brasil possa sair do perigo que estamos vivendo e que o senhor trouxe aqui com sua frase.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu agradeço o aparte do Senador Cristovam Buarque.

Queria fazer um último comentário, já para encerrar o meu pronunciamento, agradecendo a paciência e a compreensão da Presidenta Ana Amélia.

Na realidade, a votação do *impeachment* depende de uma decisão da Câmara dos Deputados. A votação das contas da Presidenta de 2014 depende da Comissão Mista de Orçamentos, que é presidida por uma Senadora. E a Comissão Mista de Orçamentos se subordina ao Presidente do Congresso Nacional, que é o Presidente Renan Calheiros. Portanto, eu acho que, como o pedido de *impeachment* tem que estar embasado em algo concreto, e o que embasa o pedido de *impeachment* está sob análise ou apreciação, pois se trata daquele parecer que se refere às famosas pedaladas fiscais, nós não precisamos ficar dependendo da boa vontade, do bom humor ou da dinâmica política na Câmara dos Deputados. Nós podemos envidar os nossos esforços – se o Governo assim quiser, se a Presidenta Dilma assim quiser – aqui nesta Casa para diminuir a incerteza, a insegurança, a indefinição. O Governo pode trabalhar para que a Comissão Mista de Orçamentos vote rapidamente as contas da Presidenta e, assim, se possa sinalizar para o mercado, se possa sinalizar para os agentes econômicos e para a sociedade que o Governo tem o mínimo de apoio para poder cumprir uma agenda – o que permitirá levar a sociedade brasileira ao encontro das urnas em 2018. Agora, o que não podemos aceitar é que essa situação se prorrogue, se prolongue, porque ela está destruindo a economia brasileira.

A arrecadação, como aqui foi colocado pelo Senador José Agripino, de Estados e Municípios é decrescente mês após mês. O meu Estado, o Estado de Pernambuco, está pagando o décimo-terceiro – o Governador Paulo Câmara anunciou o pagamento esta semana da última parcela –, mas há Estados, como o Rio de Janeiro, que ainda não têm os recursos para pagar o décimo-terceiro. Mais de dois terços das prefeituras no Brasil não vão pagar décimo-terceiro.

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O mesmo vale para Municípios de São Paulo, um Estado rico.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Municípios de São Paulo. E eu vou contar outra história.

Ontem eu estava tomando um avião no aeroporto de Guarulhos de volta para Brasília e encontrei dois empresários de Pernambuco que tinham ido assistir ao Grande Prêmio do Brasil. Viram-me na fila – o avião deles saía do portão ao lado – e vieram me abraçar. E eles disseram assim para mim: “Senador, se a coisa está feia para a gente lá em Pernambuco... Feia está aqui em São Paulo. O que eu ouvi falarem de empresa quebrada,

de demissão do setor industrial, de lojas fechando... Eu não sei se São Paulo, rico que é, aguenta mais um ano de retração econômica como nós vivenciamos em 2015" – isso eu ouvi ontem.

Nós temos que começar a pensar que essa crise é muito maior do que alguns imaginam. Não para ser pessimista, não para querer deteriorar o quadro político. Não. É para poder, justamente, pedir iniciativa política. O Governo, no regime presidencialista, tem que ter um apoio mínimo importante para poder fazer cumprir a sua agenda e para poder ter força para enfrentar essa grave crise.

Por isso, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores...

**O Sr. Tasso Jereissati** (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Srª. Presidente, só uma observação – 30 segundos, Presidente. É só para retratar essa crise. V. Exª está fazendo um discurso importante, está fazendo uma proposta importante, mas não há um Senador do PT ou da Base do Governo aqui. É o retrato do que nós estamos vivendo hoje.

**O Sr. Ronaldo Caiado** (Bloco Oposição/DEM - GO) – E a pauta também – para completar, nobre colega – não tem nada a ver com a realidade que V. Exª coloca aí. Eu acho que, como Senadores, poderíamos exigir outra pauta ou entrar em obstrução até que possamos tratar de assuntos relevantes, o que a sociedade espera de nós neste momento. Parabéns.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador.

E eu encerro, Srªs. e Srs. Senadores, deixando aqui o apelo à Presidenta Dilma para debatermos aberta e constitucionalmente no Congresso a alternativa que não se deseja, mas que é preciso enfrentar para deixá-la para trás na história do País.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Fernando Bezerra pelo corajoso e completo diagnóstico feito da situação do País do ponto de vista econômico, do ponto de vista político, do ponto de vista institucional e do ponto de vista social, porque a perversidade dessa crise deságua exatamente numa tensão social que ainda não foi dimensionada, pelo desemprego crescente em todos os setores, mesmo naqueles estratégicos. Então, a análise de V. Exª é extremamente oportuna para o Congresso Nacional nesse chamamento. Agora, por mais que queiramos ajudar o País, eu penso que a visão dos governos depende da atitude do próprio Governo e, em especial, da Presidente Dilma Rousseff.

Cumprimento o Senador Fernando Bezerra e convidaria V. Exª para, se não tiver outro compromisso, assumir a Presidência.

Eu queria colocar em votação dois requerimentos, antes de chamar à tribuna o Senador Garibaldi Alves, que é o inscrito para falar.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – **Requerimento nº 1.299, de 2015**, do Senador Gladson Cameli, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado, licença dos trabalhos da Casa no período de 25 a 28 de novembro do corrente ano para participar da Conferência Assegurar o Direito de Todos à Nacionalidade: O Papel dos Parlamentos para Prevenir e Erradicar a Apatridia, a ser realizada na Cidade do Cabo, África do Sul, e comunica, nos termos do art. 39 do Regimento, a ausência do País no período de 22 a 29 de novembro.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – **Requerimentos nºs 1.300, 1.301 e 1.302** dos Senadores Gladson Cameli, Lindbergh Farias e Sandra Braga, respectivamente, que solicitam, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado, licença dos trabalhos da Casa para participar da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21), em Paris, França, conforme indicação da Presidência, e informam que estarão fora do País durante a referida missão.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Convido para fazer uso da palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, orador inscrito.

Muito obrigada, Senador Fernando Bezerra Coelho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a Presidente Ana Amélia e me dirijo às Srªs e aos Srs. Senadores, não sem antes cumprimentar o Senador Fernando Bezerra, que, agora, é o nosso Presidente, dizendo a ele que, realmente, o seu pronunciamento mereceu a atenção e os apartes dos Srs. Senadores.



Eu lamento até que eu possa ter inibido o debate em torno do discurso de V. Ex<sup>a</sup>. Acontece que eu estou pra fazer esse discurso já há duas semanas e, a despeito de ser Senador há três mandatos, estou cada vez mais pouco afeito à fila para falar e também pouco afeito à própria tribuna do Senado. O que é certo é que acredito que o tema que vou abordar – não que a minha participação tenha o brilhantismo do discurso de V. Ex<sup>a</sup> – possa levar a uma reflexão. Trata-se do problema da Previdência Social no Brasil. Eu não combinei com V. Ex<sup>a</sup>, mas o tom do meu discurso igualmente será um tom pessimista, porque a situação da Previdência, meu caro Senador Elmano, não é das melhores.

Ainda hoje, no seu discurso no Congresso Nacional do PMDB, o Vice-Presidente da República, Michel Temer, chamava atenção para essa situação da Previdência Social no Brasil e chamava atenção em função da contribuição que o PMDB acaba de dar através de um documento chamado “Uma ponte para o futuro”, no qual o PMDB oferece sugestões na abordagem de questões altamente pertinentes com relação ao futuro do Brasil.

Eu vou aqui às minhas maltraçadas linhas esperando que os Senadores possam refletir sobre elas.

Começo pelo exemplo da China. A China abandonou a política do filho único. A partir de agora, as mulheres chinesas podem ter até dois filhos. A política vigorava desde 1979, e os argumentos para convencer a população eram muito eficazes: quem insistia em aumentar a prole recebia multas, perdia o emprego ou era convidado a fazer um aborto forçado. Eles queriam impedir que o aumento da população consumisse recursos e inviabilizasse o crescimento econômico. Pelos cálculos do Partido Comunista, cerca de 400 milhões de crianças deixaram de nascer.

Por que, então, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o politburo chinês voltou atrás e resolveu afrouxar o controle da natalidade? Por um motivo bastante simples: a população chinesa envelheceu muito mais rápido do que era previsto. Há idosos demais e crianças de menos. A China ainda não conta com um sistema de seguridade social público bem estruturado, e os idosos são sustentados pelos próprios filhos. O problema recebeu um nome curiosíssimo: fenômeno 4-2-1 – parece até um traçado, um sistema de futebol nosso –, o que significa que um único indivíduo está fadado a sustentar seus pais e avós, quatro avós, dois pais e um filho, ou seja, 4-2-1. Como a despesa com as crianças não entrou nessa conta, os especialistas preveem que, mesmo com o afrouxamento do controle de natalidade, os casais chineses não ficarão animados com a ideia de ter mais filhos e ampliar suas despesas.

É importante, Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, prestar atenção não a este meu discurso, mas a esse fenômeno contido neste discurso, porque ele tem sido observado em praticamente todos os países do mundo, mesmo sem a instituição de políticas impositivas de controle da natalidade. A população mundial está envelhecendo. As pessoas estão morrendo mais tarde e, o que é ainda mais significativo, estão tendo menos filhos. Os idosos, segundo estudo recente da ONU, serão mais de um quinto da população mundial em 2050, e, para tornar a situação ainda mais preocupante, 80% deles estarão vivendo em países não desenvolvidos. As consequências sociais e econômicas desse fenômeno serão assombrosas.

No caso do Brasil, as projeções da ONU vaticinam que, no ano de 2050, teremos a quinta maior população de idosos com mais de 80 anos do mundo. Do ponto de vista estritamente pessoal, Sr. Presidente, eu torço para que eles estejam certos, para que eu e os nobres colegas possamos engrossar as fileiras dessas estatísticas – será que nós vamos chegar lá?

Os números também revelam uma face extremamente preocupante. A própria ONU analisou as fontes de sustento das pessoas com idade entre 55 e 64 anos, em todo o mundo, e observou que, nos países desenvolvidos, esses cidadãos, Senador Elmano, financiam de 90% a 100% de suas próprias necessidades com os frutos do próprio trabalho. A explicação é que a maioria dos cidadãos...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (Bloco Maioria/PMDB - RN) – ...desses países não se aposenta antes de 65 anos de idade. Nos países menos desenvolvidos, o percentual de autossustento varia de 75% a 100%.

No caso do Brasil, a ONU fez um destaque especial e disse o seguinte:

O Brasil efetua generosas transferências públicas para a população idosa, o que cria incentivo para que os indivíduos se retirem precocemente do mercado de trabalho – às vezes, com apenas 50 anos de idade – e faz com que apenas 50% das necessidades dessas pessoas sejam bancadas com a renda do próprio trabalho, em comparação com cerca de 85% na média dos países em desenvolvimento.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras, no Brasil e na grande maioria dos outros países, organiza-se a Previdência Social por um sistema chamado de repartição simples. Nesse sistema, não existe formação de reserva para pagamento de benefícios, mas existe uma espécie de pacto entre gerações: quem está em idade ativa ainda trabalha e paga os benefícios de quem já não trabalha. O equilíbrio atuarial desse pacto

previdenciário depende, basicamente, de dois fatores: o primeiro é o perfil demográfico da população, a razão entre a população economicamente ativa e a população idosa; e o segundo é o nível de emprego formal, já que os trabalhadores informais não contribuem para a Previdência.

Em 1971, quando eu tinha – lá se vai a minha idade – vinte e poucos anos e iniciava a minha vida política – eu e o Senador José Agripino, sendo ele mais moço –, a taxa de fecundidade total no Brasil era de cerca de 5,7, ou seja, cada mulher brasileira tinha, em média, 5,7 filhos. Hoje, em 2015, quando nossos contemporâneos já estão em idade para se aposentar e nós Parlamentares nos vemos às voltas com acaloradas discussões sobre questões previdenciárias, essa taxa é de apenas 1,9, menos de dois filhos por mulher.

A redução da taxa de natalidade é um fenômeno mundial, um fenômeno que reflete os avanços sociais que as mulheres obtiveram nas últimas décadas.

Hoje elas são donas de si mesmas. Estou olhando para uma aqui. Essa sim, além de dona de si mesma, tem uma grande liderança, que é a Senadora Marta Suplicy. Estão cada vez mais inseridas no mercado de trabalho e podem, por meio de métodos modernos, ter o número de filhos que quiserem.

Hoje em dia, cada idoso com mais de 64 anos é sustentado por cerca de 8,8% de pessoas em idade ativa. Em 2030, Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, serão 5 trabalhadores para cada idoso. Mas, em 2040, serão 3,8%. Em 2060 – e observem que essa data não é tão remota assim, pois será quando os que estão entrando no mercado de trabalho vão se aposentar –, serão um pouco mais de 2 trabalhadores para sustentar cada idoso.

Olhem, a transição demográfica é inescapável.

**A Srª Marta Suplicy** (PMDB - SP) – Senador, gostaria de fazer um aparte.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB - RN) – Pois não, Senadora Marta Suplicy.

**A Srª Marta Suplicy** (PMDB - SP) – Senador, seu brilhantismo sempre nos deixa com muita vontade de prestar atenção em sua fala, principalmente desse tema do qual V. Exª, entre os pares, talvez seja o que mais entende do assunto. Esses dados são realmente muito impressionantes. Como ex-Ministro da Previdência, o senhor acompanhou, contou casos e citou dados de muita relevância. Acredito que essa discussão que hoje tivemos no PMDB, no congresso sobre a ponte do futuro, toca em pontos dessa natureza. E nós todos, brasileiros, temos bastante dificuldade em tocar no assunto, porque é como se fosse um dogma. Seria uma perda de direitos, uma perda de conquistas e tal. Mas são conquistas que, se olharmos realisticamente, não vão ser conquistas, porque não haverá como pagar as pessoas. Não haverá como pagar a V. Exª, ao menino que está nascendo hoje, ao rapaz que tem 30, a ninguém, porque realmente está quebrada. Lembro que, na época de conquistarmos esses direitos, eu lutei muito para que a mulher tivesse realmente a idade de aposentadoria que é hoje. Mas, na época, se não me engano, nós não tínhamos aposentadoria rural. E eu me lembrava muito da figura, principalmente, da mulher da zona rural, aquela mulher sofrida, que teria muita dificuldade. Quer dizer, não é que teria dificuldade. Ela pagaria um preço gigantesco a mais do que uma mulher urbana, pela própria condição de trabalho no campo. Isso mudou completamente nessas décadas, completamente. Então, hoje nós temos que ter coragem, sim. E uma das coisas pelas quais parabenizo o congresso do PMDB é por tocar em questões que não se tocam normalmente e obrigar uma discussão para destravar, apresentar um caminho que não é definitivo, mas um caminho de discussão e de chegarmos a um encaminhamento mais definitivo para o congresso de março. Parabenizo V. Exª por essa extraordinária aula que está dando sobre a Previdência brasileira.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB - RN) – Eu agradeço, Senadora Marta Suplicy. V. Exª é, realmente, muito generosa. Como Ministro da Previdência durante quatro anos, eu me deparei com essa situação. E não é que eu tenha aprendido tanto, mas é uma situação tão grave – e V. Exª disse muito bem – que é preciso coragem para enfrentá-la.

O nosso partido, PMDB, pode ter perdido coragem ao longo do tempo. E é o que cobram dele muito. No passado, o PMDB era um; agora o PMDB é outro em matéria de coragem. Muita gente está condenando sem ler, mas esse documento revela uma certa coragem de abordar esse tema.

Eu agradeço muito o aparte de V. Exª e prossigo, já sinto...

**O Sr. José Agripino** (Bloco Oposição/DEM - RN) – Permite-me um aparte, Senador Garibaldi?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB - RN) – Pois não. Com muita satisfação, concedo o aparte ao Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino** (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador Garibaldi, enquanto o Senador Fernando Bezerra Coelho estava fazendo o pronunciamento que fez há uma hora me ligou um repórter da *Folha de S. Paulo* falando sobre a reunião do PMDB, do seu Partido, sobre a discussão da Agenda para o Futuro e me perguntando se eu, como Presidente do meu Partido, endossava os pontos da Agenda. Eu disse a ele o que vou tornar público aqui no plenário. Eu disse que a Agenda para o Futuro é um elenco de ótimas intenções a ser praticado por um governo que tenha comando, suporte político e unidade de pensamento, até porque ela menciona reformas estruturais como a que V. Exª está sugerindo, que é a reforma da Previdência. E com autoridade, porque

V. Ex<sup>a</sup> foi Ministro da Previdência, viveu, durante quatro anos, momentos e expectativas que está revelando aqui com a franqueza que lhe é peculiar e habitual. Isso é muito bom, porque esse debate fica oxigenado por protagonistas que viveram os problemas como intérpretes diretos de políticas, como V. Ex<sup>a</sup>, que foi Ministro da Previdência, um dos problemas do Brasil no futuro. A atualização da Previdência com o seu déficit, a correção, a reforma da Previdência só será feita por um governo que mereça credibilidade e tenha suporte político para implementar aquilo a que o Brasil não pode deixar de assistir, sob pena de assistir à própria falência das finanças públicas. Agora, como fazer, em que circunstância fazer, em que tempo fazer é que são elas, e foi o objeto do discurso do Senador Fernando Bezerra Coelho. De certa forma, há um *link* entre os dois: ele, do PSB, aparteado por Senadores de vários partidos e V. Ex<sup>a</sup>, do PMDB. Mas nós estamos, todos aqui, exercitando o diálogo democrático daquilo que é, eu diria, a necessidade nacional. Quero, portanto, cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela profundidade do seu discurso, pela coleção de elementos e argumentos que V. Ex<sup>a</sup> insere na sua palavra e pela profissão de fé que faz ao dizer, como ex-Ministro da Previdência, aquilo que o Brasil precisa fazer.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB - RN) – Senador José Agripino, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Alguns poderiam até pensar que fosse um aparte movido pela solidariedade de um conterrâneo, mas realmente não foi. V. Ex<sup>a</sup> faz este aparte em função da gravidade do que eu estou expondo. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que ou nós fazemos uma reforma da Previdência para valer ou então nós teremos um quadro tenebroso no futuro.

A grande pergunta que V. Ex<sup>a</sup> faz, que eu não me sinto em condições de responder, é se este Governo vai ter condições de fazer isso, até porque V. Ex<sup>a</sup> poderia me colocar numa situação ou num dilema ao perguntar por que não foi feito antes, já que eu fui Ministro. E, realmente, eu sei que V. Ex<sup>a</sup> não vai querer ser cruel com o seu conterrâneo.

Eu realmente lhe digo que se fez alguma coisa e, mais adiante, na conclusão do meu discurso, eu direi, mas o que foi feito, é claro, foi insuficiente. Medidas muito mais corajosas, muito mais drásticas terão que ser adotadas. E eu espero que o Presidente me beneficie com um tempo para que eu possa realmente concluir, mas agradeço muito ao Senador José Agripino, como agradeço à Senadora Marta Suplicy.

As estatísticas demográficas indicam que todos os países do mundo enfrentarão nas próximas décadas sérias dificuldades previdenciárias.

Para o Brasil, entretanto, o futuro já chegou. Os cálculos atuariais indicam que a Previdência Social já enfrenta dificuldades. O que eu vou dizer não é novidade. O pagamento de benefícios previdenciários é, atualmente, o maior item de despesa primária do Governo Federal. Creio que o Senador Fernando Bezerra já tocou nisso, em seu discurso, incluindo a Previdência Social, o Tesouro Nacional e o Banco Central.

Essas despesas compõem quase metade de todos os gastos do Governo. Se considerarmos que outros 20% estão comprometidos com a própria despesa do pessoal restam apenas 11% destinados a benefícios assistenciais e trabalhistas, 7% para a saúde, 3% para a educação e 12% para as outras funções do Governo, como a defesa, a justiça, a cultura, o turismo, os esportes, a aviação, a agricultura, a ciência, a tecnologia e assim por diante.

O déficit geral do Regime Geral – vou ser redundante – da Previdência Social, no ano passado, foi de R\$56 bilhões. Neste ano, será de 88 bilhões. No ano que vem, serão 125 bilhões. É claro que tendemos a prospectar...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB - RN) – ... que isso pode levar, Senador Fernando Bezerra, *(Fora do microfone.)*

...a um certo relaxamento quanto ao problema da Previdência, porque se encara muito o futuro, e as pessoas tendem a relaxar, tendem a subestimar a própria gravidade, mas o futuro está chegando.

Em 2050, segundo o Tribunal de Contas da União, ainda sem considerar as mudanças implementadas pela Medida Provisória nº 676, de 2015, deverá chegar a R\$3 trilhões. Para cobrir essa diferença, as contribuições – é rir para não chorar – sobre a folha de pagamento teriam que subir dos atuais 32% para 86%.

Ninguém é contra os benefícios da Previdência Social. Ninguém. Mas ninguém mesmo. Em qualquer parte do mundo, aqueles que já atingiram certa idade e não apresentam mais o vigor físico e mental ideais para o trabalho merecem receber, e recebem, o suporte daqueles que ainda estão em condições de trabalhar. Essa é a base do seguro social público no mundo todo, mas é preciso ter em mente que o nosso edredom orçamentário, o nosso cobertor é curto e que, se cobrimos a cabeça, descobrimos os pés.

Quando determinados segmentos da sociedade recebem benefícios, outros perdem a oportunidade de recebê-los.

Se considerarmos que a idade média para concessão da aposentadoria no Brasil é de apenas 54 anos, o que vai na contramão da grande maioria dos países do mundo, em que essa idade é de 65 anos, independentemente do sexo, não podemos negar a dura realidade de que a Previdência Social está – isso é uma verdade

absoluta –, sugando recursos que poderiam alimentar outras políticas públicas destinadas a grupos sociais até mais vulneráveis, como a infância, por exemplo, ou setores, como a educação, a saúde ou o saneamento básico.

Sr. Presidente, como a Senadora Marta Suplicy diz, posso não conhecer profundamente, mas, depois de ter passado quatro anos no Ministério, conheço os dois lados da moeda. Sei das dificuldades políticas para efetuar os necessários ajustes previdenciários. Vamos chamar de ajustes, até para termos a sensação de que não vamos enfrentar obstáculos tão poderosos.

Quando estive à frente da pasta da Previdência, graças à confiança da Presidenta Dilma Rousseff e graças à indicação do nosso Partido, o PMDB, conseguimos, a muito custo, fazer alguns ajustes. Cada mudança era vista como uma gota no oceano, mas nem por isso desanimávamos. Trabalhamos em um novo modelo de reabilitação profissional; implementamos um sistema único de informações...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB - RN) – ... de empresas, para reduzir a sonegação; incentivamos a formalização de trabalhadores; cooperamos com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para agilizar a cobrança de débitos previdenciários; e instituímos, este que foi o maior passo dado, o Regime de Previdência Complementar, porque, na verdade, não havia um teto para o regime do servidor público, e havia um teto para o regime do trabalhador; hoje há um teto geral, e, acima daquele teto, o servidor tem que contribuir, na verdade, pelo Regime de Previdência Complementar.

A história mostra que, do ponto de vista previdenciário, infelizmente, Sr. Presidente, as ações de saneamento atuarial do Executivo costumam enfrentar muita resistência no Parlamento. Segundo levantamento da Consultoria Legislativa aqui do Senado, 78% das proposições legislativas relacionadas à Previdência Social apresentadas nos últimos anos têm o potencial de acentuar ainda mais o déficit da Previdência – tinham e têm o potencial de acentuar ainda mais o déficit da Previdência! –, seja por aumento de despesa, seja por redução de receita.

Ou seja, o nosso Parlamento tem atuado no sentido contrário das evidências que chegam dos quatro cantos do mundo e que alertam para a necessidade de nos adaptarmos à inexorável transição demográfica por que passamos. É saudável, do ponto de vista democrático, que os Poderes da República sejam independentes e que sofram, claro, influências políticas distintas. Mas é ainda mais saudável saber dizer não às demandas que se comprove serão prejudiciais ao País, meu caro Senador.

Não podemos nos iludir; não podemos ignorar os alertas; não podemos desconsiderar a experiência internacional. É preciso instituir uma agenda que atenuie a crescente pressão orçamentária que a Previdência Social vem exercendo sobre os setores cada vez mais carentes de recursos. É preciso decidir, enfim, que tipo de Previdência Social este País pretende adotar.

Sr. Presidente, eu fico à vontade, diante do programa do meu Partido, que prega a necessidade de uma agenda que contemple essas reformas da Previdência, a começar pela instituição de uma idade mínima. Uma idade mínima é algo elementar, que no nosso País não existe, e, em apenas quatro ou cinco países do mundo, não existe.

Fica aqui este discurso, na certeza de que teremos – certamente que teremos! – este debate, não alimentado por este discurso, mas este debate inevitável. O futuro vai nos mostrar isso.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, a Srª. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando Bezerra Coelho.*

*Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Fernando Bezerra Coelho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) –

## **ORDEM DO DIA**

Nós estamos com a pauta trancada, mas temos projetos que podem ser apreciados do ponto de vista do Regimento, temos requerimento também sobre a Mesa.

**O SR. GLADSON CAMELI** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem.

**O SR. GLADSON CAMELI** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu iria fazer um discurso aqui, para hoje não esquecer, e eu queria poder registrar, sobre os



112 anos do Tratado de Petrópolis no nosso Estado, o Estado do Acre, o qual eu represento nesta Casa e V. Ex<sup>a</sup> também, que representa a incorporação do Estado ao Território brasileiro no ano de 1903, deixando de ser propriedade da Bolívia e anexando-o ao Brasil. Por isso o dia 17 de novembro é uma data de celebração para todos nós acreanos. Então, eu queria registrar nesta Casa a importância que é o Tratado de Petrópolis para todos nós acreanos, que é um Estado que lutou para ser brasileiro, e parabenizar a todos os guerreiros e bravos acreanos.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. E, numa próxima oportunidade, amanhã, eu farei um discurso nesta Casa me posicionando contra os cortes de verba do Sistema S.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência cumprimenta V. Ex<sup>a</sup> e ao mesmo tempo se solidariza, já que celebramos juntos o Tratado de Petrópolis.

Nós estamos com um requerimento, Senador Caiado e demais Senadores aqui presentes, é uma proposição do Senador Randolfe, da Senadora Gleisi e minha, propondo que tenhamos uma reunião temática, uma sessão temática aqui, para tratar desse desastre que houve em Mariana. É um problema que nós, como Casa da Federação, podemos trazer a ideia da Ministra do Meio Ambiente, do Presidente da Vale, fazermos uma discussão.

Há também um trabalho a ser feito, um requerimento do Senador Ricardo Ferraço que nós vamos apreciar que trata também de medidas que nós podemos adotar, até usando mecanismos constitucionais que nós dispomos. E aí a ideia era pegar a assinatura dos colegas e aprovar esse requerimento de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço. Ele propõe que se faça a revisão da política nacional de segurança de barragens – que nós temos –, é uma lei aprovada em 2010, e é necessário que se faça, tendo em vista o drama que o Estado, especialmente, do Espírito Santo e o Estado de Minas Gerais estão vivendo, mas que nos atinge a todos.

De fato, como eu falei na própria tribuna ontem, e dezenas de Senadores de ontem para hoje se pronunciaram, é o maior desastre ambiental que se tem notícia nos últimos tempos no mundo. E, obviamente, que uma série de medidas podem e devem ser adotadas neste sentido: de dar mais segurança para as populações e enfrentar.

Então, ponho em apreciação primeiro o requerimento de autoria do Senador Ricardo Ferraço e outros, que requer – Requerimento nº 1.305, do Senador Ricardo Ferraço –, solicita a criação da Comissão Temporária, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de avaliar toda a política nacional de segurança de barragens.

Como eu falei, há uma lei no País, aprovada em 2010, e o Senador está propondo uma revisão dessa lei, uma revisão dessa lei no sentido de dar segurança para este instrumento, que são as barragens no País. Só em Minas, são algumas centenas, são quase 600, só no Estado de Minas. E tivemos problemas com uma, com perdas de vidas humanas, com desastre ambiental sem precedentes, e sabemos do risco que populações que estão em áreas nesses vales – hoje estão sobressaltadas – correm.

Então, em votação o requerimento. **(Requerimento nº 1.305, de 2015.)**

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Aprovado e será cumprida a deliberação do Plenário.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero parabenizar a iniciativa do Senador Ferraço. Foi algo que impactou o mundo todo assistirmos aquele triste rompimento daquela barragem. E, ainda, as informações que chegam é que há uma maior ainda que estaria em risco e podendo trazer aí uma consequência dez vezes mais grave do que essa que já ocorreu lá em Mariana.

Isso é um assunto que deve ser tratado com muita oportunidade; e o meu Estado de Goiás também tem várias barragens. Nós temos lá, em muitas áreas de Goiás, exploração também de níquel, de cobre. Principalmente de cobre, há ali algumas dessas barragens enormes, cujo resíduo atinge mais de 300 hectares de terra. Com isso, vejo a oportunidade de criarmos essa Comissão.

Além do mais, Sr. Presidente, quero, rapidamente, trazer um sentimento, não só em meu nome, mas em nome da Bancada dos Democratas, diante do ocorrido na última semana, na cidade de Paris, quando os brasileiros e o mundo todo assistiram a uma verdadeira barbárie. Algumas pessoas, em nome do crime, da violência, do terrorismo, rebelam-se contra todas as regras, todas as normas de convivência entre as civilizações. E resolvem se impor de uma maneira a mais virulenta, a mais agressiva, desumana, como assistimos no último final de semana em Paris.

Acredito que esse quadro é de uma gravidade tão grande que o Governo brasileiro precisa ter atitudes mais consistentes, precisa ter posições mais enérgicas. É impossível imaginar que alguém que não tem posição nem de Estado e muito menos religiosa, são, sim, uma verdadeira organização criminosa, possa implantar o medo no mundo civilizado.

Tive oportunidade de viver naquela cidade, quando fiz minha pós-graduação. Então, compartilho, neste momento de muita tristeza, a minha apreensão diante de um crime, por questões não religiosas, mas de dogmas e de preconceitos, que pode crescer no mundo todo.

Quero trazer aqui o voto de solidariedade a todo o povo francês. Também penso que poderíamos discutir o assunto na Comissão de Relações Exteriores e, depois, no plenário, a fim de que o Brasil tome posições mais claras e não deixe pairar nenhuma dúvida em relação a esse ato desumano. É algo, talvez, comparável apenas ao que assistimos na Segunda Guerra, em campos de concentração, ou em situações de truculência que ocorreram também na África.

Eu concluo, dizendo que eu acho que o mundo hoje tem que refletir com muito mais responsabilidade não só sobre a segurança dos cidadãos, mas também sobre a proliferação desse crime ou dessa organização criminosa que vem buscando jovens de todos os lugares do mundo para poderem sair como mercenários a matar, a assassinar em nome de um dito Estado islâmico.

É a minha indignação e a minha solidariedade a todo o povo francês.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ELMANO FÉRRER** (Bloco União e Força/PTB - PI) – Presidente! Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Elmano.

**O SR. ELMANO FÉRRER** (Bloco União e Força/PTB - PI. Sem revisão do orador.) – Eu queria, com a devida permissão, reportar-me ao requerimento ora aprovado nesta Casa, de iniciativa do nosso Senador Ricardo Ferraço.

Trata-se de assunto da mais alta relevância, inclusive não só movido pela emoção causada pelo rompimento da barragem de Mariana, quero trazer um testemunho que considero pertinente, considerando a iniciativa do nobre Senador na revisão da legislação que trata da segurança das barragens no nosso País. Há 15 dias, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em uma reunião no DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), da qual participaram alguns Parlamentares, Deputados e Senadores, a diretoria do DNOCS chamava a atenção, considerando o esvaziamento da instituição, para o que poderia redundar em crises decorrentes de rompimentos de barragens construídas há dezenas de anos pelo DNOCS na região semiárida do Nordeste.

Quer dizer, já se falou nisso antes desse acidente em Minas Gerais. Então, eu considero, eu me somo à preocupação do nobre Senador Ricardo Ferraço, ao tempo em que chamo a atenção de que não há, no momento, monitoramento com relação às barragens existentes.

Então, é um risco que paira sobre muitas barragens construídas ao longo de dezenas de anos e que não têm, até hoje, o devido monitoramento acompanhado por técnicos competentes, do âmbito do Governo Federal, dos governos municipais ou dos governos estaduais.

Então, procede essa preocupação. E eu me somo exatamente a ela, feita neste instante pelo Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Ricardo Ferraço.

Logo após, eu vou por em apreciação o outro requerimento que temos sobre a mesa.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos consolidando a aprovação de um requerimento destinado a fazermos uma avaliação, Senador José Agripino, da Política Nacional de Segurança de Barragens, que foi criada pela Lei nº 12.334, de 2010, bem como do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir daquele que já é considerado o mais grave acidente, uma catástrofe – como consequência do estouro de barragem no Município de Mariana, no último dia 5, no Estado de Minas Gerais – não apenas para o Brasil, mas também para o mundo.

Para que tenhamos a dimensão do que estamos falando, esse acidente é duas vezes e meia maior do que o último acidente que aconteceu no Canadá – para termos a dimensão da tragédia desse acidente que deixou desabrigadas centenas de pessoas, pelo menos 12 mortes até o momento e ainda um conjunto de pessoas desaparecidas. Seguramente, a maior tragédia ambiental da história não apenas de Minas Gerais, como também do Brasil, com consequências muito graves para o meu Estado, o Espírito Santo, em função de o meu Estado estar exatamente a jusante dessas barragens.

O Departamento Nacional de Produção Mineral, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, participou da elaboração da Política Nacional de Segurança de Barragens, assim como do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, e definiu o Plano de Segurança de Barragens.

Devido às limitações de recursos materiais, recursos humanos, financeiros e orçamentários, as atividades de fiscalização dessas barragens são feitas por amostragem. Atualmente, mais de 660 barragens de rejeitos estão cadastradas sob a responsabilidade e a fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral, Senador Jorge Viana, todas classificadas como de baixo, médio e elevado risco. Os técnicos da autarquia chamam a atenção para as restrições de funcionamento e de condições de realizar a sua função e as suas tarefas.

Tem o DNPM uma elevada responsabilidade, não apenas na fiscalização dessas barragens, mas – assim como ocorre na fiscalização e na autorização – no licenciamento de mais de duas centenas de minas subterrâneas, um conjunto de atividades minerais em nosso País.

Em documento publicado recentemente, chamando a atenção para o acidente ocorrido em Mariana, com graves consequências não apenas para Minas Gerais, mas também para o meu Estado, o Estado do Espírito Santo, os mesmos técnicos do DNPM ressaltam que a mineração é, por si só, uma atividade de risco e que há meios técnicos e tecnológicos para nós reduzirmos a zero esses acidentes. Mas dependem efetivamente de outros órgãos e de sustentação estrutural para que possam cumprir essa atividade.

O segmento da mineração, em 2014, representou 4% do Produto Interno Bruto brasileiro – que é o conjunto das nossas riquezas –, o que podemos contabilizar como recursos da ordem de mais de US\$80 bilhões. Mas pasmem, Sr<sup>as</sup> Senadores, Srs. Senadores: o DNPM vem tendo sistematicamente o seu orçamento reduzido e, em 2015, o total do orçamento já disponibilizado, para fiscalização dessas barragens, é da ordem de R\$1,3 milhão, para que o órgão possa fazer a fiscalização e o monitoramento dessas barragens! São recursos, portanto, absolutamente insuficientes para que o órgão possa desenvolver as suas atividades.

Portanto, Sr. Presidente, à luz dessa tragédia que ceifou vidas é que nós estamos requerendo constituir uma comissão temporária por 120 dias, para que nós possamos apurar as responsabilidades daqueles que se omitiram, sejam eles do setor público, sejam eles do setor privado, a fim de que nós possamos atuar, agir para que não tenhamos novos acidentes, com dimensões ainda muito mais complexas à vida humana sobretudo, e também aos recursos naturais de Minas Gerais e do Espírito Santo.

É esse o sentido do requerimento que estamos aprovando. É esse o sentido dessa comissão que vamos constituir para apurarmos responsabilidades no campo privado ou no campo público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado.

Eu vou passar a palavra para o Senador Antonio Anastasia.

Eu só queria pôr em apreciação outro requerimento que também vai no sentido de tomarmos uma atitude em relação ao desastre irreparável que nós vivemos em Mariana, Minas Gerais.

E eu peço aqui a colaboração do Senador José Agripino, que, na condição de Secretário dos trabalhos, vai fazer a leitura do requerimento.

Aviso aos Senadores e Senadoras que nós teremos votação nominal. Mesmo com a pauta trancada, temos matérias que exigem votação nominal. Já, já, abriremos o painel para a apreciação de matérias após a apreciação desses requerimentos.

Com a palavra o Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Oposição/DEM - RN) – Requerimento nº 1.306, de 2015, de Plenário.

Sr. Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a realização de Sessão Temática no Plenário do Senado Federal com intuito de debater o desastre ambiental ocorrido no Município de Mariana, no Estado de Minas Gerais, a partir do rompimento das barragens de Fundão e Santarém, ambas de responsabilidade da Mineradora Samarco, que provocaram a perda irreparável de inúmeras vidas, além de prejuízos inestimáveis à bacia hidrográfica do Rio Doce e a todo o meio ambiente daquela região.

Para tanto sugerimos o convite das seguintes autoridades:

- Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Ministra Izabella Teixeira – Ministra do Meio Ambiente;
- Exm<sup>o</sup> Sr. Fernando Pimentel – Governador do Estado de Minas Gerais;
- Exm<sup>o</sup> Sr. Paulo Hartung – Governador do Estado do Espírito Santo;
- Ilm<sup>o</sup> Sr. Nilton Friedrich – Diretor de Coordenação e Meio Ambiente da Itaipu Binacional – Responsável pelo Programa Cultivando Água Boa; e
- Ilm<sup>o</sup> Sr. Sebastião Salgado – Ambientalista;
- Representante da Mineradora Samarco;
- Representante da Empresa Vale; e
- Representante do Ministério Público Federal.

Sugerimos ainda o convite, para estarem presentes na Sessão Temática, aos prefeitos dos municípios mineiros envolvidos e aos representantes de Organizações não Governamentais ou da Sociedade Civil que tenham relação com o tema.

Assinam o requerimento o Senador Jorge Viana, a Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Ricardo Ferraço e vários outros Srs. Senadores que autografam o presente requerimento.

É o seguinte o requerimento na íntegra:



SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

APROVADO  
em 17/11/15  
*[Assinatura]*

## Requerimento nº 306, 2015 - PLEN

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a realização de Sessão Temática no Plenário do Senado Federal com intuito de debater o desastre ambiental ocorrido no município de Mariana no Estado de Minas Gerais, a partir do rompimento das barragens de Fundão e Santarém, ambas de responsabilidade da Mineradora Samarco, que provocaram a perda irreparável de inúmeras vidas, além de prejuízos inestimáveis à bacia hidrográfica do Rio Doce e a todo meio ambiente daquela região.

Para tanto sugerimos o convite das seguintes autoridades:

- Exma. Sra. Izabella Teixeira – Ministra do Meio Ambiente;
- Exmo. Sr. Fernando Pimentel – Governador do Estado de Minas Gerais;
- Exmo. Sr. Paulo Hartung – Governador do Estado do Espírito Santo;
- Ilmo. Sr. Nilton Friedrich – Diretor de Coordenação e Meio Ambiente da Itaipu Binacional – Responsável pelo Programa Cultivando Água Boa; e
- Ilmo. Sr. Sebastião Salgado – Ambientalista;
- Representante da Mineradora Samarco;
- Representante da Empresa Vale; e
- Representante do Ministério Público Federal;

Sugerimos ainda o convite, para estarem presentes na Sessão Temática, aos prefeitos dos municípios mineiros envolvidos e aos representantes de Organizações não Governamentais ou da Sociedade Civil que tenham relação com o tema.



SF715523.99899-05

Página: 1/2 18/11/2015 17:21:12

66756306b13b69f8049f8f37926e11d91660c7



*[Assinaturas manuscritas em roxo]*





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

## JUSTIFICAÇÃO

O Brasil assistiu perplexo as consequências do rompimento, em 5 de novembro passado, de duas barragens na Região Central do Estado de Minas Gerais.

Além das inúmeras vidas perdidas os danos ambientais causados a toda região são irreparáveis e a repercussão em toda bacia hidrográfica atingida, do Rio Doce, é inestimável. Distritos inteiros desapareceram embaixo de toneladas de lama e milhares de família que perderam praticamente tudo encontram-se em dificuldades até de beber água.

Foi anunciado na imprensa a responsabilização da Mineradora Samarco com aplicação de multa de R\$ 250 milhões, o que aparentemente está muito aquém dos prejuízos causados e, sobretudo, dos ganhos financeiros da Empresa coma exploração daquele empreendimento.

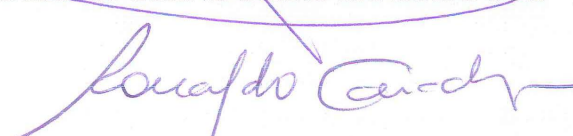
Enfim, diante de tantos questionamentos ainda sem respostas e, acima de tudo, em busca de identificar as razões que levaram a uma ocorrência tão trágica, considerando a necessidade de aprimorar nossos controles e evitar a qualquer custo que situações como esta se repitam, solicitamos a realização da presente Sessão Temático. Entendemos que o Senado Federal, a Casa da Federação, tem a responsabilidade e a maturidade de tratar do assunto na busca de soluções para minimizar o impacto dos estragos já contabilizados e na apresentação de sugestões para aprimoramento das ações de fiscalização e prevenção.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 2015.

  
**Senador JORGE VIANA**

  
**Senadora GLEISI HOFFMANN**

  
**Senador RANDOLFE RODRIGUES**

  
**Senador ROBERTO CAMPOS**

  
**Senador ROBERTO CAMPOS**



SF/15523.99899-05

Página: 2/2 16/11/2015 17:21:12

66756806b13b69ff8049ff8f37926e11d91660c7



**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Anastasia, Senadora Lídice e vários líderes da Casa...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Oposição/DEM - RN) – Vários Senadores, principalmente Senadores mineiros e capixabas.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu passo, então, à apreciação desse requerimento e aí vou passar a palavra ao Senador Antonio Anastasia para que ele possa falar dos dois: um com o propósito de fazermos uma sessão temática, que é esse que apresentamos; e o outro, do Senador Ricardo Ferraço, que eu subscrevo também, além de vários colegas Senadores, que visa fazer a revisão da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Então, em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (Bloco Oposição/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana.

É natural que, a essa altura, decorridos mais de dez dias da tragédia que se abateu sobre Mariana, sobre o leste de Minas Gerais, com repercussões até no vizinho irmão Estado do Espírito Santo, estejamos todos, até o momento, estarrecidos com os desdobramentos dessa maior tragédia ambiental ocorrida em nosso Estado, em nosso País.

É de se lamentar, sim, em primeiro lugar, como já foi dito e reitero, a perda das vidas humanas, mas também temos danos gravíssimos ao meio ambiente, danos muito graves à situação econômica e social daquela região.

Por isso mesmo, a apresentação, Sr. Presidente, de ambos requerimentos não só tem o nosso apoio e o nosso aplauso, mas também terá nossa firme participação para identificar, nessa comissão provisória sugerida pelo Senador Ricardo Ferraço e também na sessão temática com a presença de tantas autoridades, elementos suficientes para nós substituímos a atual legislação, aprimorando-a de modo a evitar desdobramentos futuros com casos tão tristes, semelhantes àqueles que hoje atormentam não só a nossa primeira capital, a cidade de Mariana, mas também todo o leste de meu Estado, o Estado do Espírito Santo, e horroriza a todos nós, brasileiros.

Eminente Presidente, Senador Renan Calheiros, aproveito igualmente a oportunidade para comunicar a V. Ex<sup>a</sup> e ao ilustre Plenário que apresentei projeto de lei com o objetivo de modificar a destinação das multas administrativas arrecadadas pelo Ibama em caso de desastres dessa magnitude. Atualmente, todas as multas são amealhadas pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente e dificilmente retornam às áreas atingidas.

Pelo nosso projeto, a proposta é de que, em caso de desastres declarados de calamidade pública, como aquele que ocorreu agora em Mariana, os recursos decorrentes das multas sejam obrigatoriamente alocados na área atingida, com um plano de trabalho que será feito em comum acordo com as autoridades federais, estaduais e municipais e com a participação da sociedade civil.

E preocupa-me muito, igualmente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, o fato de que a arrecadação dos Municípios envolvidos na atividade mineradora, em razão dos desastre, cairá muito, o que significa que temos de estudar também formas de recompensar esses Municípios para que eles não fiquem à mercê, sem condições de implementar as suas políticas.

Por isso tudo, fico muito feliz de ouvir aqui a solidariedade, tanto das Senadoras como dos Senadores, a esse tema que é tão caro a meu Estado, que tem na mineração, inclusive, o seu próprio nome.

A apresentação do projeto a ser discutido nas comissões temáticas tem por objetivo esse ressarcimento, e, da mesma forma, os requerimentos apresentados com o nosso aplauso e com o nosso apoio servirão para, no futuro, diminuir casos como esse que tristemente hoje ocorre em nosso Estado e nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Antonio Anastasia, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Walter Pinheiro.

Eu queria, antes de conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, cumprimentar o Senador Anastasia pelo mérito do projeto que destina os recursos provenientes de multas, de desastres às regiões afetadas.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero não só parabenizar o Senador Anastasia como também chamar a atenção.

Acho que o Senador Ricardo Ferraço, na medida em que apresenta o requerimento, tem uma questão, Senador Anastasia, que acho que é muito importante, da qual gostaria de chamar a atenção e que vai para além da solidariedade, que acho que também, nesta hora, é fundamental com todo o Estado de Minas, particularmente com o Município de Mariana.

Gostaria de chamar a atenção, Sr. Presidente, para dois aspectos.

O primeiro é que esse fato revela exatamente a ausência de política para esse setor de mineração. Não é chover no molhado aqui lembrar que nós já, por diversas vezes, cobramos um bom debate sobre a questão do Código de Mineração, mas não sob a ótica da arrecadação como muita gente enxerga, mas principalmente para ajustar, nesse setor, o nível de funcionamento que leve em consideração os aspectos ambientais e principalmente a preparação para os riscos.

Nós tivemos, Sr. Presidente, aqui, um debate exaustivo, em janeiro de 2011, antes de tomarmos posse, por conta das chuvas e das tragédias, no caso do Rio de Janeiro e, depois, no Estado de Santa Catarina.

E, aí, discutimos uma série de medidas, até com propostas de defesa civil, que, na minha opinião, não foram para lugar algum.

Aliás, esse fato da ausência de uma política de defesa civil, inclusive, foi o argumento principal utilizado por mim, quando do embate acerca da questão da energia nuclear, que também só veio à tona depois do acidente de Fukushima. Então, nós estamos agindo, de certa forma, em uma lacuna na qual as coisas só são realçadas quando há tragédias, desastres e vidas ceifadas.

O fato para o qual eu quero chamar atenção... Não que eu seja contra todo tipo de pesquisa e avanço na área nuclear. Eu sou contra a aplicação da energia nuclear, porque eu acho que nós não temos a menor capacidade, por exemplo, de enfrentar um mínimo de risco em uma usina como essa.

Principalmente em relação a esse aspecto, agora, da mineração, o que aconteceu no Município de Mariana é algo que pode acontecer a qualquer momento. Aliás, o próprio Município de Mariana convive com uma expectativa das mais absurdas: pode haver um segundo efeito daqueles problemas, Senador Anastasia, que é o trincamento da segunda barragem, que é maior do que a primeira.

Portanto, a nossa política de prevenção, a nossa política de plano de contingência... Senador Anastasia, quando eu era Deputado Federal, eu cobrei da Petrobras, por exemplo, qual era o plano de contingência na Serra de Madre de Deus. Lá as pessoas literalmente moram em baixo da tubulação, Senador Otto, onde passa gás, líquido, óleo, enfim. Mas nós não temos uma política adotada para essas áreas e um plano efetivo de acompanhamento, de fiscalização, muito menos de defesa civil.

Então, oro para que todos nós agora façamos, de forma enfática, essa defesa do povo de Mariana e mais, do povo que vive ao longo do Rio Doce, que vai sofrer bastante.

Apresento nossa solidariedade ao povo francês, a toda essa tragédia.

Agora quero chamar atenção, Senador Renan, para o fato de que, no domingo, depois do ocorrido na cidade de Mariana, nós não tivemos os nossos programas televisivos, não tivemos os telejornais reproduzindo, com tanta ênfase, as notícias e, ao mesmo tempo, o chamamento, como nós assistimos – eu diria até de forma correta – ao que aconteceu, no domingo passado, em relação ao ato terrorista patrocinado na cidade de Paris.

Não que eu não queira corroborar com toda essa campanha no combate ao terrorismo, agora, nós precisamos também aprender que o terrorismo praticado por esse ato de Mariana é um terrorismo de proporções gigantescas. Ou seja, há a perspectiva, inclusive, de banir uma das fontes mais importantes, que é o Rio Doce, e de consequentemente estarmos colocando em risco vidas.

Portanto, é fundamental que nós façamos e tenhamos todo o tipo de apoio, de solidariedade, mas também de materialidade, de ações concretas para que nós possamos não só socorrer aquelas vidas como também preparar o caminho para que isso não se alastre no futuro.

Então, eu quero chamar a atenção para a retomada desse debate com os requerimentos, pois considero correta. Ao mesmo tempo, Senador Ferraço, mas de forma muito enfática, espero que nós não repitamos o que aconteceu com as tragédias, com o que foi patrocinado pós-tragédias, nos casos de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Salvador e em outros lugares do Brasil, quando vemos que, depois do fato, as coisas vão se acomodando e a implementação de políticas perenes e de acompanhamento sistemático dessas áreas vão se esvaindo.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É sobre a matéria, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós temos como inscritos aqui, pela ordem: a Senadora Lídice, o Senador Randolfe, o Senador Aécio e o Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Eu respeito as inscrições, mas o meu Governador disse que é para uma questão de ordem preventiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu concedo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima para uma questão de ordem.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Eu faço, Sr. Presidente, por lealdade da relação. O ambiente próprio para apresentação da questão de ordem que passarei a formular é o Congresso Nacional.

Mas, como V. Ex<sup>a</sup> é Presidente do Congresso Nacional, desejo, por lealdade, antecipar a questão de ordem, para que, logo mais, na sessão em que se reunirão as duas Casas do Congresso, V. Ex<sup>a</sup> possa ter a resposta à presente questão de ordem.

Com base no art. 131 do Regimento Comum, cumulado com o art. 403 do Regimento Interno do Senado Federal, passo a formular a presente questão de ordem, a fim de obter da Mesa esclarecimento acerca do procedimento a ser adotado por V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente do Congresso Nacional, na apreciação dos vetos presidenciais.

Na última votação de vetos que o Plenário do Congresso realizou, votamos em globo os itens constantes da cédula, ressalvados os destaques. Ao concluirmos a votação por meio da cédula, demos início à apreciação dos destaques. Ao todo eram oito destaques. Na oportunidade, conseguimos apreciar dois deles, restando, portanto, seis destaques pendentes.

Com vistas a regulamentar essa questão, o Regimento Comum disciplinou a questão internamente, estabelecendo um procedimento para apreciação de dispositivos que sejam objeto de destaque, em votação aberta e no painel. Esse foi o entendimento acertado, na ocasião, com os Líderes.

O Regimento Comum é claro e foi sacramentado na sessão do Congresso Nacional realizada no dia 22 de setembro de 2015:

Art. 106-D. Até o início da Ordem do Dia, poderá ser apresentado destaque de dispositivos individuais ou conexos para apreciação no painel eletrônico, a requerimento de líderes, que independerá de aprovação pelo Plenário, observada a seguinte proporcionalidade [...]

Por isso, nosso entendimento é de que a votação deveria se iniciar com os vetos destacados na sessão anterior, em votação no painel eletrônico, e os novos vetos pautados em cédulas já poderiam ser objeto de novos destaques.

Para nossa surpresa, a pauta dessa sessão, que deveria ser composta por seis destaques pendentes e sete novos vetos, não faz referência aos destaques já apresentados para votação nominal, cuja votação não se consumou, uma vez que a sessão foi interrompida, foi derrubada.

A Secretaria-Geral da Mesa nos esclarece que, devido ao lapso temporal entre a última votação e a de hoje, esses destaques caíram.

Não há, lamentavelmente, no Regimento Comum, uma disciplina expressa com relação ao prazo de validade dos destaques apresentados, muito menos a definição desse lapso temporal.

Nesse ponto, especificamente, também não há como se aplicar, de forma subsidiária, os Regimentos Internos do Senado e da Câmara.

Não podemos deixar de observar ainda, no Regimento Interno do Senado, aplicado, aí sim subsidiariamente, o art. 412, inciso IV:

Art. 412. ....

.....

IV – nulidade de qualquer decisão que contrarie norma regimental;

Com a violação deste procedimento regimental, adotado de maneira subjetiva e sem consentimento dos Líderes e considerando a proporcionalidade disciplinada pelo Regimento com vistas à apresentação de destaques, essa medida vem trazer limitações ao direito de apresentação de novos destaques.

E, aí, concluo, Sr. Presidente, entendemos que o direito assegurado no art. 106-D, do Regimento Comum, para apresentação dos destaques culminado na votação no painel eletrônico, deve ser aplicado neste momento aos novos vetos incluídos na pauta. Aqueles apresentados em sessão anterior, e cuja votação não foi concluída, devem ser imediatamente iniciados conforme disciplinado no Regimento, ou seja, abrindo-se o painel eletrônico para a conclusão das votações que ficaram pendentes.

Isso posto, diante da necessidade de respeitar o que disciplina os nossos regimentos no tocante ao processo legislativo do Congresso Nacional, apresento a V. Ex<sup>a</sup> esta questão de ordem, requerendo uma manifestação com o intuito de se fazer cumprir e respeitar o disposto regimental, de acordo com o nosso entendimento,



e prestar os esclarecimentos às duas Casas sobre o procedimento que será adotado por V. Ex<sup>a</sup> na sessão que se avizinha do Congresso Nacional.

Agradeço sua atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Em primeiríssimo lugar, eu quero agradecer, sinceramente, a questão de ordem levantada pelo Senador Cássio Cunha Lima, porque, como nós estamos introduzindo uma nova prática legislativa no Congresso Nacional, é importante nós aclararmos cada aspecto da apreciação de vetos. E, realmente, esse aspecto levantado pelo Senador Cássio Cunha Lima sobre a prejudicialidade dos requerimentos de destaques referentes aos vetos não apreciados na mesma sessão, eu gostaria, especificamente, o que, aliás, pretendo fazer, também, na sessão do Congresso Nacional daqui a pouquinho.

A Presidência esclarece que os seis destaques pendentes de apreciação dos Vetos nºs 21, 25, 26, 29, 31 e 33, de 2015, referentes à sessão conjunta de 22 de setembro 2015, foram incorporados à cédula que será utilizada na presente sessão.

O art. 106-B do Regimento Comum é claro ao dispor sobre a questão. Diz que a votação do veto será nominal e ocorrerá por meio de cédula da qual constarão todos os vetos incluídos na Ordem do Dia, agrupados por projetos. Ficarão os vetos e... Ou seja, na preparação da sessão, o mandamento é o de que todos os vetos constantes da pauta constem também da cédula.

Além disso, o destaque de veto para votação em painel eletrônico possui natureza distinta daqueles apresentados – como levantou o Senador Cássio Cunha Lima – a projetos em fase constitutiva. Neste caso, o que se quer é apenas a modificação da plataforma de votação, da cédula para o painel. Não se assemelha, por exemplo, ao requerimento de destaque para votação em separado de determinada emenda ou artigo, pois, conforme se pode verificar na cédula, todos os dispositivos já estão previamente destacados.

É importante ressaltar que o texto da Resolução do Congresso Nacional nº1, de 2015, permite a apresentação de número bastante generoso de destaques. Os requisitos do art. 106-D permitiriam, em tese, que a cédula da sessão de hoje fosse toda destacada, inteiramente destacada.

Sendo assim, esta Presidência indefere a questão de ordem e aproveita o momento para aclarar exatamente o procedimento que adotará na presente sessão. Além de a presente decisão estar em consonância com as normas regimentais, não houve, e não haverá, qualquer prejuízo a Parlamentares.

Muito obrigado, Senador Cássio.

Senadora Lídice da Mata.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, este início de novembro realmente está se mostrando um período difícil para o mundo e para o Brasil.

O mundo se sente chocado diante das ações de terrorismo que mataram em Paris, de maneira covarde e mesquinha, uma população grande de jovens e de pessoas inocentes e inofensivas que se divertiam em suas ruas.

Paris foi escolhida como alvo, certamente, por ser uma cidade de um país com tradição democrática e com valores multirraciais – valores que, portanto, ficam abalados neste momento, no momento dessa tragédia, dessa ação do terrorismo. Essas ações fazem com que esses valores fiquem ameaçados, o que, de certa forma, atende os objetivos daqueles terroristas que praticaram esses atos.

E o Brasil viveu, e vive, a tragédia de Mariana, que mais uma vez demonstra a fragilidade com que ocorrem as ações e os investimentos no Brasil: com pequena segurança, com poucos cuidados ambientais. Na hora em que reivindicam esses cuidados, os ambientalistas são tratados como exagerados, mas, no momento em que acontecem esses desastres, fica clara a indispensabilidade das medidas de proteção e de segurança ambientais, fica demonstrado que esses investimentos têm que ser feitos com muito cuidado. Tudo isso revela algo que o Senador Walter Pinheiro aqui destacou, que é a necessidade de o Brasil investir para ter um plano nacional de defesa civil.

E eu quero agregar à minha solidariedade ao povo francês, ao povo de Mariana, ao povo mineiro, à minha solidariedade ao povo da Bahia, da Chapada Diamantina, que vem enfrentando um incêndio devastador.

O Senador Otto Alencar, que é um chapadeiro de nascimento, e eu, que sou chapadeira por adoção, quero me solidarizar com a situação, e faço isso em nome do Senador Walter Pinheiro, do Senador Otto Alencar. Coloco-me com as chapadas, com os nossos prefeitos de Ibicoara, de Lençóis, de Palmeiras, com a nossa prefeita de Mucugê, com todas as localidades alcançadas pelo Parque Nacional, com os prefeitos de Andaraí e de Palmeiras, que vêm recebendo contribuições em alimentos e em equipamentos para que os brigadistas possam dar seguimento ao combate ao fogo naquela região – fogo que é uma característica da região. As brigadas voluntárias têm tido o apoio decisivo do Instituto Chico Mendes, do Governo Federal, portanto, do Governo do Estado da Bahia e da ação do povo daquela região.

O incêndio já alcançou a dimensão de 2 mil campos de futebol. E nós, que convivemos com as belezas naturais daquela região, sabemos da tristeza que neste momento abate o povo da região em razão de mais

esse incêndio – incêndio que poderia, sem dúvida, ser evitado se nós tivéssemos uma ação de prevenção e de defesa civil mais organizada no Brasil.

Incêndios acontecem quase todos os anos – incêndios maiores ou menores – em função da seca – e há a intensidade do El Niño neste momento –, mas a ação de socorro poderá ser mais rápida se nós tivermos uma política de defesa civil mais moderna, mais atuante e, principalmente, com mais recursos.

Portanto, a minha solidariedade ao nosso povo da Chapada Diamantina. Esperemos que o mês de novembro possa terminar de forma melhor para todos os brasileiros e para o povo no mundo inteiro.

Muito obrigada.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu queria cumprimentar o Plenário. Ainda há pouco nós aprovamos um requerimento que, entendo, se traduzirá na melhor forma para o Senado tratar os dramáticos acontecimentos de Mariana, em Minas Gerais – acontecimentos que não são meros acidentes ou produtos do acaso.

O que ocorreu em Minas Gerais foi um gravíssimo crime ambiental, o mais grave da história brasileira, e merece uma profunda investigação para a responsabilização dos culpados.

A responsabilização, Sr. Presidente, não pode ser restrita à imposição de uma multa que equivale a um mês de lucro da empresa que foi responsável pelo crime ambiental. A apuração não deve ficar restrita à imposição de uma multa que equivale a três dias de lucro da mineradora Vale, que é uma das principais multinacionais existentes e atuantes neste País.

Sr. Presidente, junto com isso, eu queria aqui lamentar o decreto da Sr<sup>a</sup> Presidente da República editado no dia de hoje.

Esse decreto, o Decreto nº 8.572, que altera o Decreto nº 5.113, de 22 de junho de 2004, que dispõe sobre FGTS, estabelece o seguinte – a alteração do decreto sobre o FGTS:

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso XVI do caput do art. 20 da Lei nº 8.036, considera-se também como natural o desastre decorrente do rompimento ou colapso de barragens que ocasione movimento de massa, com danos a unidades residenciais.

Ora, se é para pagar o FGTS daqueles que foram vítimas desse gravíssimo crime ambiental, que encaminhasse aqui para o Congresso Nacional um projeto de lei revendo a lei do FGTS, para estabelecer que aqueles que forem vítimas de crimes ambientais tenham o direito de recolherem, de retirarem o seu FGTS.

Esse decreto, Sr. Presidente, sob a alegação de que é para beneficiar os atingidos pelo rompimento da barragem, na prática, vai isentar esta empresa, a Vale, que é a responsável pelo mais grave crime ambiental da história brasileira. É esta verdade, este acaba sendo o objetivo final desse decreto.

Comunico, Sr. Presidente, que a Bancada da REDE no Congresso – eu e o Deputado Alessandro Molon – irá protocolizar um projeto de decreto legislativo para sustar os termos desse decreto e estabelecer que aqueles que forem vítimas de crimes ambientais poderão ter o direito de retirar o FGTS – esse seria o encaminhamento correto por parte do Executivo, não esse encaminhamento que só beneficia os responsáveis por esse gravíssimo crime.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senador Jorge Viana. Em seguida, Senador Aécio Neves.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Sem revisão do orador.) – Bem rapidamente, Sr. Presidente.

Desde ontem o Plenário do Senado tem consumido praticamente todo o tempo debatendo o ocorrido em Paris, o atentado terrorista que merece o protesto de todos, e esse desastre natural que ocorreu em Mariana. Eu mesmo falei com V. Ex<sup>a</sup>...

Hoje, dois requerimentos foram aprovados aqui quando eu presidia a Ordem do Dia. Aproveito para comunicar a V. Ex<sup>a</sup>: um de autoria do Senador Ricardo Ferraço e de outros colegas, que eu subscrevo, propondo uma comissão especial para revisar o Plano Nacional – há uma lei de 2010 que criou um Plano Nacional de Gestão de Barragens, a política de barragem. Esse requerimento do Senador Ricardo Ferraço foi aprovado, e é importante que se institua imediatamente essa comissão temporária.

E eu queria dizer também a V. Ex<sup>a</sup> que, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, de minha autoria e de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, nós aprovamos, com a assinatura dos Líderes da Casa, um requerimento propondo uma sessão temática, o quanto antes, com a presença da Ministra do Meio Ambiente, do Governador de Minas, do Governador do Espírito Santo, do presidente da Vale, do Ministério Público e do fotógrafo

e ambientalista Sebastião Salgado, para que se debata aqui no Senado, Casa da Federação, essa questão, esse drama que estamos vivenciando em Minas, essa tragédia que ocorreu em Mariana.

Encerro aqui agradecendo a V. Ex<sup>a</sup> a intervenção.

Queria registrar ainda que ontem tomou posse, à frente do Banco da Amazônia, o Marivaldo Mello, de 51 anos. Ele nasceu em Boca do Acre, no Estado do Amazonas, mas desenvolveu boa parte de sua vida profissional no meu Estado. Estivemos mais de dez Senadores em sua posse ontem, em Belém. Eu parabeno o Marivaldo. Faz tempo que não temos um funcionário de carreira presidente.

Ele começou sua carreira no Banco como agrônomo na cidade de Sena Madureira, quando eu assumia o governo. Em 2006, quando eu era Governador, ele assumiu a Superintendência Regional do Banco da Amazônia no Acre. Em 2011, foi ser Superintendente em Santarém, no Pará. Depois, na Superintendência Pará 2. E, em 2013, assumiu a Superintendência Regional do Banco da Amazônia em Tocantins.

É um funcionário de carreira, traz uma expectativa muito positiva para o Banco, e teve o apoio de vários colegas da região à sua indicação. Eu, sinceramente, acho que temos a possibilidade de fortalecer o Banco da Amazônia e de ter o Banco da Amazônia mais presente na região com a chegada do Marivaldo à presidência.

Eu agradeço, fica aqui o registro. Quero que conste nos *Anais* esta minha homenagem à posse, este registro da posse do Marivaldo Mello à frente do Banco da Amazônia.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aécio Neves, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu não posso deixar de registrar, em primeiro lugar, algo importante a partir dessa tragédia de inéditas proporções que atingiu inicialmente Mariana, primeira vila e primeira cidade do meu Estado de Minas Gerais, chegou a outras regiões do Estado e, agora, alcança também o Espírito Santo.

Se há algo de positivo que se possa tirar dessa experiência, aqui, no plenário do Senado, eu percebo que é a atenção de Parlamentares de diversas regiões do País, de diversas filiações partidárias, para que essa questão seja discutida com a importância que ela deveria ter e não vem tendo.

Eu me lembro bem – e aqui registro, Sr. Presidente – de que, desde pelo menos o ano de 2008, era eu ainda Governador de Minas Gerais, quando o tema do novo marco regulatório do setor mineral passou a ter uma discussão mais efetiva do Congresso Nacional. As cobranças que fazíamos naquela época eram imensas, porque havia necessidade, dentre outras correções, que passavam, inclusive, por uma prevenção mais efetiva de responsabilidade das empresas mineradoras, também de um ressarcimento mais efetivo aos Estados e Municípios mineradores, tanto para enfrentar situações de calamidade como essa, como também para permitir uma sucessão à atividade mineral nessas regiões quando ela se vê exaurida. As discussões foram inúmeras; as movimentações da Bancada mineira, permanentes; fizemos campanhas de mobilização da sociedade com participação das principais figuras de Minas Gerais, das artes e da música, para buscar sensibilizar o governo para a necessidade de dar prioridade à tramitação desse novo marco regulatório. E o que aconteceu? Absolutamente nada. São pelo menos oito anos de discussões absolutamente improdutivas, porque nós sabemos que, no Presidencialismo quase imperial como este que reina no Brasil, ou há disposição do Governo de mobilizar a sua Base ou ele próprio de tomar iniciativa, ou grande parte das iniciativas do Parlamento acaba por ficar no meio do caminho. Portanto, não faltaram alertas para a necessidade de termos novas e modernas regras que regulem a atividade mineral neste País.

Vejo, com satisfação, a iniciativa aqui tomada por alguns Senadores, na qual os Senadores de Minas se incorporam, para que tenhamos a partir desta audiência a incorporação de novas *expertises* para que possamos efetivamente, como diz o Senador Randolfe, dar concretude às iniciativas desta Casa.

E é preciso que passemos a discutir propostas objetivas, como, por exemplo, a apresentada hoje pelo Senador Anastasia, ex-Governador de Minas, profundo conhecedor dessa questão e dos seus impactos na vida econômica, social e principalmente ambiental do Estado, que propõe que os recursos advindos da multa praticada pelo IBAMA, em vez de engrossarem um fundo que não tem uma gestão clara – e grande parte dele, historicamente, contingenciada –, possam, a partir de um plano de investimentos do qual participem os Municípios atingidos e as suas forças locais, com as suas representações locais, ser aplicados diretamente nessas regiões atingidas.

Outras propostas certamente serão objeto de discussão nesta Casa, mas o fato concreto é que, lamentavelmente, ao longo de todos esses últimos anos, o novo marco regulatório do setor não foi tratado com prioridade por este Governo, assim como medidas que poderiam estar minimizando os impactos dessa gravíssima tragédia sobre a vida daquelas famílias, daqueles mineiros – e agora também capixabas.

Eu estive em Mariana logo após o acontecido. A situação é de uma consternação absoluta. E estaremos mais uma vez, agora ao lado do Senador Anastasia, também nesta próxima sexta-feira, em Valadares para, dis-

cutindo com a comunidade local, podermos agregar também novas contribuições e sugestões para o enfrentamento desta questão.

Eu cobro de forma clara a omissão do Governo Federal ao longo desses últimos anos, que não permitiu – com uma certa convivência do Congresso Nacional – que o novo marco regulatório pudesse ser discutido, votado e pudesse, nele, estar constando, de forma mais clara e específica, as responsabilidades preventivas das mineradoras em relação às suas atividades, para que uma tragédia como esta ocorrida em Mariana e que comoveu todo o País não se repita mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu quero, mais uma vez, prestar, em nome dos Senadores, a solidariedade ao povo de Minas e à sua Bancada aqui, no Senado Federal; dizer que vamos, imediatamente, constituir a comissão – em função de requerimento aprovado hoje; e vamos marcar também, imediatamente, a sessão temática para discutir esse assunto.

Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, em primeiro lugar quero também me solidarizar com o povo mineiro e com os Senadores representantes do Estado de Minas Gerais – Senador Aécio, Senador Anastasia e Senador Zeze Perrella – em virtude da tragédia lamentável que ocorreu no Município de Mariana e que atinge já outros Estados, chegando ao Espírito Santo.

O Estado do Pará também é um Estado minerador. A companhia Vale está no Estado do Pará com o maior projeto de mineração do mundo, que é Carajás, e está implantando o S11D, que será ainda maior que Carajás, sem mencionara outros projetos da Vale para a exploração de outros minérios.

Eu fiquei impressionado, Senador Aécio, ao tomar conhecimento do número de barragens que existem no Brasil. São mais de 700 barragens. Não fazia ideia dessa quantidade de barragens. Fui informado de que só em Minas são quatrocentas e tantas. Como o Pará também é um Estado minerador, isso já nos preocupa. E é estranho que a fiscalização dessas barragens não seja feita por um órgão do Estado, como o DNPM ou outro qualquer, mas, sim, pela própria mineradora, que dá o laudo, feito pelos seus técnicos, sobre a condição da barragem.

É lamentável, evidente, a tragédia que aconteceu, mas espero que a recuperação seja a mais rápida possível, com a intervenção do Estado brasileiro.

Eu também quero, Sr. Presidente Renan Calheiros, encaminhar à Mesa um requerimento, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno, para que seja consignado nos *Anais do Senado Federal* voto de pesar pelo falecimento do engenheiro, educador e advogado paraense João Messias dos Santos Filho. Requeiro inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento e apresentação de condolências à família.

Faleceu na madrugada de ontem, em Belém, aos 75 anos de idade, o paraense e amigo fraterno de mais de 40 anos João Messias, conhecido e admirado como o talentoso e competente educador que fundou o Grupo Ideal, instituição reconhecida e respeitada pelo comprometimento com a educação e o conhecimento. Messias começou como professor de matemática do curso de engenharia da Universidade Federal do Pará e presidiu o Clube de Engenharia e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará. Ele também foi Vereador, eleito em 2005, por Belém. Em sociedade com os Profs. Antônio Carlos Trindade de Moraes e Manoel Leite Carneiro, fundou o Grupo Ideal, de ensino, partindo do princípio de que a educação ideal é aquela que prepara o aluno não apenas para o vestibular, mas também para enfrentar os desafios da vida. Hoje, o grupo educacional conta com duas unidades de colégio de ensino básico nos bairros de Batista Campos e Cidade Nova e com uma unidade de cursinho pré-vestibular e concurso na Av. Alcindo Cacela, todas na capital paraense.

Quero prestar, Sr. Presidente, minha homenagem ao amigo Messias, com quem tive a honra e a alegria de conviver, ciente de que seu falecimento representa uma perda para a educação e a engenharia do Pará. Minha solidariedade aos familiares e amigos, especialmente à esposa, Maria Inês, e aos filhos, Ana Virgínia, Ana Paula e Messias Neto.

Encaminho requerimento à Mesa, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Aguardamos o requerimento e agiremos na forma do Regimento da Casa.

Ordem do Dia.

**Item 2 da pauta.**



Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2015, tendo como primeiro signatário o Senador Aécio Neves, que *altera o art. 37 da Constituição Federal, para restringir a quantidade de cargos em comissão na administração pública e estabelecer processo seletivo público*.

Parecer sob nº 944, de 2015, da CCJ, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável à Proposta e às Emendas nºs 1 e 2, apresentadas perante a Comissão, nos termos da Emenda nº 3-CCJ (Substitutivo), que oferece.

Esta é a quarta sessão de discussão da proposta em primeiro turno.

A matéria constará da ordem do dia da próxima sessão deliberativa para prosseguimento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – **Item 10** da pauta:

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2015 - Complementar**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Da Câmara nº 26, de 2015 (nº 13/2015-Complementar, na Casa de origem), que *altera o art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 904, de 2015, da CCJ, Relator: Senador Marcelo Crivella.

Construção de berçários e creches nos estabelecimentos penais destinados a gestantes e parturientes.

O Parecer nº 904, de 2015, teve como Relator o Senador Marcelo Crivella.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o projeto, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Senador Delcídio, Srs. Líderes, eu faço um apelo aos Senadores que estão em outras dependências da Casa para que venham ao plenário. Haverá duas rápidas votações nominais de projetos que, embora estejamos com a pauta trancada, não são objeto de trancamento da pauta, porque são projetos de lei complementar.

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós consideramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadores e os Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Delcídio do Amaral, Senador Randolfe Rodrigues, nós estamos votando uma matéria muito importante.

**O SR. DELCÍDIO DO AMARAL** (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sr. Presidente, o Governo encaminha “sim”. A Liderança do Governo encaminha “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Liderança do Governo encaminha “sim”.

Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A Rede vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Rede vota “sim”.

Eu peço aos Senadores que venham ao plenário. Nós estamos procedendo a uma votação nominal.

Senador Gladson.

**O SR. GLADSON CAMELI** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – O Partido Progressista vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O Partido Progressista vota “sim”, Sr. Presidente.

E faço um apelo aos Senadores que, por favor, venham ao plenário. Haverá duas rápidas votações nominais.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O PT vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PT vota “sim”, Sr. Presidente.

**A SRª LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, o PSB vota “sim” e convida os seus Senadores para comparecerem ao plenário e participarem da votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PSB vota “sim”.

Senador Eunício Oliveira.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (PMDB - CE) – Sr. Presidente, somente para encaminhar a matéria favoravelmente: o PMDB encaminha “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PMDB encaminha voto “sim”.

Senador Benedito de Lira.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, para encaminhamento da matéria, o PP vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PP vota “sim”.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente. Aqui, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Telmário, com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de encaminhar pelo PDT, eu queria só ressaltar que há o PLS 669, que, se estivesse em ação, se tivesse sido aprovado, iria até evitar essa criação de creche na penitenciária. Imaginem, para uma criança, uma creche na penitenciária. Qual é o ambiente? O homem é produto do meio. Então, qual é a nossa proposição nesse nosso PLS? É que se substitua a pena privativa de liberdade por pena restritiva, ou seja, que quem está grávida ou tem criança de até seis meses de idade possa ser presa domiciliar. Aí, naturalmente, você dá à criança outra qualidade, outro ambiente.

Como ainda o nosso projeto não está em ação, Sr. Presidente, o PDT encaminha “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PDT encaminha o voto “sim”.

Pedimos aos Senadores e às Senadoras que venham ao plenário.

Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, da mesma forma, quero encaminhar pelo PCdoB o voto “sim” e dizer que considero o projeto extremamente importante, porque garante às mães, mesmo àquelas privadas de liberdade, a possibilidade de manter com dignidade os seus filhos e as suas filhas consigo.

Sr. Presidente, esse projeto é importante, principalmente diante de tantas notícias de desrespeito aos direitos humanos, sobretudo das mulheres, que temos hoje em dia.

Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ataídes Oliveira.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Oposição/PSDB - TO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan Calheiros, o PSDB encaminha “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PSDB encaminha o voto “sim”.

Pedimos aos Senadores que venham ao Plenário. Nós estamos procedendo a uma importante votação nominal. Projeto de Lei Complementar.

Senador Cassol. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Lasier. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Hélio José. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Omar Aziz. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Roberto Requião. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Roberto Rocha. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Acir. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Simone Tebet. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Sandra Braga. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Queríamos comunicar aos Senadores que teremos, logo mais, às 19 horas, sessão do Congresso Nacional para apreciarmos os vetos presidenciais. São treze vetos, alguns remanescentes da sessão anterior, já destacados.

E vamos ter amanhã também, certamente, uma sessão do Congresso Nacional às 11h30 da manhã.

Nós precisamos apreciar, até o dia 17, algumas matérias orçamentárias: LDO, PPA, Orçamento. E é importante que nós façamos sequenciadas reuniões do Congresso Nacional.

Na próxima semana, nós já vamos ter novos vetos trancando a pauta, e é muito importante limpar a pauta do Congresso Nacional desses vetos, para que nós possamos votar essas matérias orçamentárias. Então, nós vamos ter sessão hoje, amanhã e na próxima semana também, num dia a ser combinado com o Presidente da Câmara dos Deputados. (*Pausa.*)

Senador Ronaldo Caiado. (*Pausa.*)

Senador Raimundo Lira. (*Pausa.*)

Senador Omar Aziz.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aécio Neves.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Permita-me, Sr. Presidente, no momento em que a votação se encaminha, tocar num tema muito sensível para uma parte dos brasileiros, talvez ainda não de conhecimento de grande parte dos brasileiros.

Digo isso porque eu vivi muito de perto no ano passado, V. Ex<sup>a</sup> acompanhou esse drama, e hoje, Sr. Presidente, comemora-se o dia mundial dos prematuros.

Hoje, para se ter uma ideia, no Brasil, 11% de todos os partos feitos são de prematuros, e não há um acompanhamento, principalmente na rede pública, adequado para que eles possam simplesmente sobreviver.

Eu vivi pessoalmente esse drama com a minha esposa Letícia. Felizmente, pela qualidade dos profissionais que nos atenderam, pelos equipamentos que estavam na clínica perinatal do Rio de Janeiro, eles sobreviveram. Milhões de prematuros, ao longo dos últimos anos, não sobreviveram no País.

Recebi hoje a Dr<sup>a</sup> Denise, que é a Presidente da Associação Brasileira dos Cuidadores de Prematuros. E, na verdade, Sr. Presidente, duas iniciativas me trazem hoje a esta tribuna.

Amanhã nós votaremos, na Comissão de Constituição e Justiça, um projeto de minha autoria, relatado com extrema competência pela Senadora Simone Tebet, que permite, Senador Walter, que, no caso das mães de prematuros, Senador Randolfe, V. Ex<sup>a</sup> que é sensível, eu tenho certeza, a essa questão, o prazo da licença-maternidade só passe a contar a partir do momento em que o bebê recebe alta.

Foram inúmeras as mães que eu assisti pessoalmente que perdiam o emprego, porque entre cuidar do seu filho prematuro com todas as fragilidades e, obviamente, voltar para o emprego, arrisca-se o emprego, o que não é justo.

Existem casos em que as mães e os bebês ficam internados meses e meses. Havia um caso nessa UTI de mais de seis meses que uma criança estava internada porque precisava ainda de cuidados.

A nossa proposta permite, portanto, que o prazo passe a ser contado após a alta do bebê, algo razoável, que me parece absolutamente adequado.

Dou a palavra, obviamente, ao Senador Walter, e já concluo.

**O Sr. Walter Pinheiro** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Deixe-me dar o meu testemunho, Senador Aécio, não de pai, com a experiência que V. Ex<sup>a</sup> viveu, mas de pai dobrado, ou seja, de avô. Lá em casa foram três prematuros. Os trigêmeos Tito, Isaac e David nasceram com menos de 7 meses e ficaram 70 dias na UTI. Como V. Ex<sup>a</sup> disse, nesses casos, tanto o que V. Ex<sup>a</sup> relatou, da sua experiência pessoal, como o da experiência do meu filho, nós tivemos todo um amparo. Imagine os milhares ou milhões de prematuros que há no Brasil e ficam submetidos a um processo extremamente frágil de assistência.

Só para V. Ex<sup>a</sup> ter uma ideia – vou encerrar, Senador Aécio –, um dos meus netinhos, o David, precisou tomar um medicamento que não é comercializado no Brasil e não é disponibilizado nas farmácias dos hospitais. Portanto, eu tive que buscar esse remédio fora. E perguntei ao médico que acompanhou os meus netinhos, o Dr. Menezes, que é médico de uma maternidade pública, Senador Aécio: “Quando uma criança nasce desse jeito na maternidade pública, qual é o encaminhamento?” E ele me respondeu: “Você quer a resposta?” Então é mais do que correta essa iniciativa, essa boa campanha que V. Ex<sup>a</sup> abre, para, além de atender as mães, principalmente garantir a vida dessas crianças.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a contribuição de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Walter.

Um dado que pode surpreender alguns: 53% das mortes de bebês no primeiro ano de vida estão ligadas à prematuridade.

Portanto é um tema que não tem ainda a atenção da rede pública de saúde. Confesso a V. Ex<sup>a</sup> que nem tratei isso como plataforma de campanha, mas, no meu íntimo, se, obviamente, o resultado tivesse sido outro na última eleição, eu daria uma prioridade grande à constituição de uma rede de proteção aos prematuros na rede pública de saúde, no Nordeste, nas regiões mais desassistidas, porque a constituição dessa rede significará a diferença entre a vida e a morte.

Estou, portanto, apresentando hoje, no dia mundial para os cuidados de bebês prematuros, um projeto que regula essa matéria, que caracteriza o que é um bebê prematuro e os cuidados que esses bebês devem ter da rede pública.

É óbvio que nós vamos precisar dar outros passos no futuro, mas eu gostaria de, neste dia, agradecendo a compreensão do Presidente Renan, trazer à baila, à atenção dos Senadores esse tema, pedindo aos membros da CCJ que possam aprovar essa matéria, Senador Caiado, para que a licença-maternidade das mães de prematuros seja contabilizada apenas após a alta daquele bebê, para que elas não percam o seu emprego. E que nós possamos, quem sabe este ano ainda, Senador Renan, votar, em homenagem aos prematuros, às mães e pais de prematuros e à sociedade brasileira como um todo, no Plenário do Senado, essa matéria extremamente sensível.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Quero cumprimentar o Senador Aécio Neves por ter trazido esse tema tão importante aqui para o Senado Federal no dia em que nós comemoramos o dia nacional do bebê prematuro. E louvar também pelas iniciativas legislativas que estão tramitando nesta Casa, com as quais nós nos comprometemos para apreciá-las até o dia 17 de dezembro, que é quando começará o nosso recesso.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Senador Renan, eu tenho certeza, porque estão em Brasília muitos dos membros dessas entidades e outros os acompanham.

V. Exª assume um compromisso que eu tenho certeza de que trará alegria a centenas de milhares de lares de filhos prematuros de hoje e de ontem e, certamente, uma prevenção para os prematuros do futuro.

Vamos, portanto, tentar votar essa matéria em plenário ainda neste ano.

Permita-me, ao final, homenageando a todos os cuidadores, técnicos, enfermeiros e médicos, eu gostaria de deixar aqui uma homenagem do coração ao Dr. Joffre, que, no Rio de Janeiro, há um ano e cinco meses, com toda a sua qualificada equipe, trouxe à vida o Bernardo e a Júlia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Cumprimentamos também V. Exª.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Omar Aziz, com a palavra V. Exª.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os governadores ficam apreensivos. E hoje o Senado acaba com o contingenciamento de verbas para o sistema prisional.

É importante, porque nós temos uma defasagem muito grande em razão da necessidade para o número de prisioneiros que temos neste País. Por isso o PSD vota “sim”, para que acabe o contingenciamento desses recursos. Anualmente, o Ministério da Justiça tem contingenciado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na semana passada, ocupei a tribuna desta Casa para chamar a atenção das autoridades do Governo Federal, da Agência Nacional de Águas, dos governos estaduais acerca da gravíssima situação que o Nordeste brasileiro vem enfrentando com a perspectiva de mais um ciclo seco.

V. Exª vem de um Estado cujo semiárido não é tão extenso, mas que também vive essa realidade da Bahia do Senador Walter Pinheiro, de Pernambuco do Senador Humberto Costa, de todos nós que conhecemos essa realidade duríssima do Semiárido.

O fato é que o El Niño está confirmado e a meteorologia já provou que, quando o El Niño se forma, ocorre rigorosamente o que estamos assistindo no Brasil: chuvas torrenciais no Sul do Brasil, algumas pancadas d’água no Sudeste e seca na Região Nordeste. E nós iremos nos deparar com o quarto ciclo seco consecutivo. E, ao contrário de regiões mais chuvosas – como é o caso do Estado de São Paulo, da Senadora Marta Suplicy, em que o Sistema Cantareira, por exemplo, conta com as chuvas que ocorrem com certa regularidade naquele Estado e estabelecem um limite mínimo para manter vivo o volume morto –, no Nordeste as chuvas são concentradas em determinado período ano, e esse ciclo chuvoso, se Deus quiser, haverá de começar a partir de agora, final de novembro, início de dezembro, estendendo-se até março.

Mas a pergunta que não quer calar é: e se não chover? O plano A estabelecido, que é o atraso das obras da transposição São Francisco, está comprometido. Quanto a essas obras, Sr. Presidente, a providência mais urgente que poderia ser tomada seria a contratação de um terceiro turno de trabalho, a exemplo do que aconteceu na Copa do Mundo, quando o País tinha prazos a cumprir com os estádios, e fez-se todo um esforço, e o País entregou os estádios de futebol prontos para realização da Copa do Mundo – o Nordeste brasileiro não pode ficar à mercê do atraso de um cronograma de uma obra tão importante.

Então, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Cristovam Buarque, em aparte a este meu pronunciamento, sugeriu a realização de uma sessão temática, em que possamos reunir Ministério da Integração, Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas, DNOCS, Codevasf, Governos estaduais, agências estaduais, companhias de água e esgoto. Enfim, uma grande reunião, um grande encontro, aqui no plenário do Senado, para que possamos estabelecer os planos de contingência, os planos emergenciais. O Brasil inteiro está solidário, perplexo, chocado, com a catástrofe que aconteceu em Minas Gerais, especificamente no Município de Mariana, em seus Distritos e em todos os que estão à jusante do Rio Doce.

Pois bem, o Nordeste tem uma catástrofe anunciada. Nós estamos com uma tragédia anunciada no Nordeste brasileiro, e precisaremos tomar uma providência urgente diante da pergunta, que repito: e se não chover? O que será feito de uma cidade como Campina Grande, com o seu entorno que soma mais de 1 milhão de habitantes? Vamos abastecer uma cidade, uma região inteira, com mais de 1 milhão de brasileiros, com cami-



nhões pipa? Com plano A, que era a transposição do São Francisco, já não poderemos contar mais, até pelas dificuldades que o rio vem enfrentando.

O Senador Otto Alencar, o Senador Walter e outros... E eu fazia referência, Senador Cristovam, exatamente à sua proposta, apresentada na semana passada, para que pudéssemos realizar uma sessão temática aqui, no plenário do Senado Federal, para que esse tema fosse discutido. Então, estou formalizando a proposta, com a sua primeira assinatura, pois a ideia é sua e a primeira assinatura é sua, por dever de lealdade, de justiça e de reconhecimento, porque a ideia e a iniciativa foram de V. Ex<sup>a</sup>.

E solicito ao Presidente, como nordestino – e aí é um apelo telúrico, Senador Renan –, dirijo-lhe um apelo telúrico, para que, se possível, mesmo nesse calendário tão escasso para o término do ano, nós possamos, dada e a urgência e relevância do tema, realizar essa sessão temática proposta pelo Senador Cristovam Buarque, para que possamos reunir todos os Senadores e Senadoras não apenas do Nordeste, mas do Brasil inteiro, porque – repito e insisto, para concluir – nós estamos diante de uma tragédia anunciada. Poderemos ter uma catástrofe de imensa proporção, caso planos contingenciais não sejam elaborados, não sejam discutidos.

E repito, para ser enfático: diferentemente do que acontece em São Paulo, onde as chuvas regulares que acontecem naquele Estado mantêm vivo o volume morto dos sistemas de abastecimento, sobretudo o Sistema Cantareira, no Nordeste brasileiro, onde a esmagadora maioria dos açudes, dos mananciais, já está no seu volume morto, onde não há chuvas regulares e, se não ocorrerem as precipitações tão necessárias, eles entrarão em colapso absoluto, irão secar por completo e não se saberá o que fazer com essas populações.

Então, estaremos encaminhando à Mesa Diretora essa sugestão do Senador Cristovam, que subscrevo – ele, como primeiro signatário – para que V. Ex<sup>a</sup>... É esse o apelo que dirijo a V. Ex<sup>a</sup>, um apelo veemente. Rogamos à sensibilidade de V. Ex<sup>a</sup>, para que, ainda neste ano, antes do recesso, possamos realizar essa sessão temática tão importante para o Nordeste e para o Brasil, prevenindo uma catástrofe de grandes proporções que poderá estar prestes a acontecer no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos aguardar o requerimento do Senador Cássio Cunha Lima e do Senador Cristovam Buarque. Vamos apreciá-lo e marcar, para depois da próxima quarta-feira, quando vamos realizar uma sessão temática sobre o desastre natural de Mariana, já aprovada pelos Senadores, essa sessão temática proposta pelo Senador Cristovam Buarque.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vou conceder a palavra ao Senador Tasso Jereissati, à Senadora Ana Amélia, ao Senador Fernando Bezerra, ao Senador Garibaldi e ao Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB - RJ. *Fora do microfone.*) – O Senador Marcelo Crivella...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Tasso Jereissati, com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB - RN) – Presidente, pela ordem.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Oposição/PSDB - CE. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria apenas de me solidarizar com o pronunciamento do Senador Cássio Cunha Lima, enfatizando a V. Ex<sup>a</sup> que seria necessário, com a licença do Senador Cristovam, nessa mesma sessão temática, discutirmos a questão do Nordeste especificamente em relação ao ano que vem. Como falou tão bem o Senador Cássio Cunha Lima, nós estamos diante de uma catástrofe anunciada. A catástrofe de Mariana aconteceu.

Nos próximos meses, no início do ano que vem, no Nordeste inteiro, pelo que se está predizendo através dos órgãos de meteorologia, haverá uma catástrofe total por falta de água. Espero que, nessa reunião temática, nós possamos definir diretrizes não para a questão de clima de longo prazo, mas para saber como vamos conviver com essa situação no ano que vem, seja com carros-pipas, que não é mais a solução ideal, seja com uma bateria de perfuratrizes espalhadas por todos os pontos, seja com adutoras, ou seja, com tudo que for possível. As pessoas podem receber salário, bolsa, mas vão ter problemas em razão da sede e também problemas de saúde por conta das epidemias.

Então, é importante, Presidente, que V. Ex<sup>a</sup>, inclusive como nordestino, dê a essa sessão a urgência e a ênfase necessárias.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos exatamente isso, Senador Tasso Jereissati. Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente, eu penso que nós estamos tendo uma dificuldade para ouvir as manifestações dos colegas. E são extremamente relevantes. Estamos falando sobre os acidentes trágicos na área ambiental.

O Rio Grande do Sul, até ontem, estava debaixo d'água, com uma das piores enchentes de toda sua história. E aqui falamos do Nordeste com seca, carro-pipa. E o Rio Grande embaixo d'água, um pedaço Santa Catarina da mesma forma.

Isso é apenas para revelar que, neste País continental, esta é uma questão dramática, urgente. Eu queria apoiar a iniciativa do Senador Cristovam, do Senador Jorge Viana para propor essa questão temática. Não há dúvidas sobre a relevância e urgência dessa matéria.

Eu queria, também, aproveitar para pedir a V. Ex<sup>a</sup>: todos os Senadores já votaram; a matéria não tem nenhuma controvérsia. É uma matéria pacificada, de abrir já o painel, dar o resultado e seguir a Ordem do Dia. Isso a despeito de todos se manifestarem a respeito da audiência pública.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Agradecemos à Senadora Ana Amélia.

Senador Fernando Bezerra.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna de aparte para manifestar o meu apoio à sugestão do Senador Cristovam Buarque, à sugestão do Senador Cássio Cunha Lima, no sentido de ser realizada essa reunião temática no plenário do Senado Federal sobre a questão da emergência em que se encontra o Semiárido do Nordeste brasileiro, tendo em vista os prognósticos já anunciados pela Agência Nacional de Águas de que nós vamos ter outro período de seca, numa situação dramática. Os reservatórios do Nordeste nunca se encontraram numa posição com tão pouca água, como hoje se encontram. Então, é importante que o Governo Federal, que os Governos estaduais possam ter uma estratégia comum e articulada, para que a gente possa assistir as populações, sobretudo das zonas rurais do Semiárido do Nordeste brasileiro.

Eu queria também, Sr. Presidente, trazer aqui a informação para esta Casa de uma importante audiência pública hoje realizada sob a Presidência do Senador Otto Alencar, na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, quanto às providências para iniciarmos um vigoroso programa de revitalização do Rio São Francisco. É importante que esta Casa saiba que a obra da integração também é crucial para evitar o colapso de água, por exemplo, da Região Metropolitana de Fortaleza. A Barragem do Castanhão está praticamente zerada, e a conclusão do Eixo Norte, que vai captar água do Rio São Francisco, vai conseguir alimentar o Eixo das Águas e trazer a água do São Francisco até a Região Metropolitana de Fortaleza, evitando um colapso de água numa das mais importantes regiões metropolitanas do Nordeste brasileiro.

Portanto, não existe conflito entre a obra de transposição e as obras de revitalização. Aliás, hoje a audiência pública foi esclarecedora: nos três últimos PPAs, o Governo Federal aplicou, ou destinou, através de emendas e de recursos alocados no PPA, R\$16 bilhões para revitalização na região semiárida e na região hidrográfica do São Francisco. Ocorre que R\$14 bilhões foram priorizados para a área de saneamento. O que nós estamos precisando é produzir água para o São Francisco; é proteger as nascentes; é reflorestar, é recuperar as matas ciliares; é fazer as barragens nos tributários do Rio São Francisco, as barragens de Minas, como Jequitaí, Berizal e Congonhas, as barragens dos tributários no Estado da Bahia; para que, em qualquer período invernos, a gente possa ter maior contribuição para o leito do Rio São Francisco.

Assim, acho que uma providência que nós temos de tomar é que não podemos aprovar o PPA, que são as ações projetadas do Governo Federal até o ano de 2019, sem haver uma rubrica específica para a revitalização do Rio São Francisco. Isso é urgente, porque fala de perto ao interesse de todos os Estados nordestinos. E já existe um compromisso dos 27 Senadores, dos nove Estados do Nordeste, de subscreverem essas emendas para que as que vão ao PPA e que estão, também, alocadas ao orçamento anual do próximo exercício, sejam emendas impositivas, para que a gente possa iniciar rapidamente as ações de revitalização.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria que V. Ex<sup>a</sup>... Já fiz a solicitação ao Senador Otto Alencar. Existe um projeto do Senador Raimundo Lira, da Paraíba, que pretende ampliar os recursos oriundos das contribuições financeiras feitas pelas hidrelétricas dentro da Bacia do São Francisco. Fui designado Relator na Comissão de Infraestrutura.

E o apelo é para que esse projeto possa ir para a Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, para que possa ser votado em regime de urgência. E possa vir a plenário, até como resposta a esta situação, para que esses recursos possam ser alocados pela Chesf, com dinheiro da Chesf, que faz o aproveitamento de energia, em ações específicas a serem desenvolvidas pela Codevasf, que é a instituição federal que mais conhecimento tem sobre o Rio São Francisco, o Velho Chico.

Portanto, são essas as duas providências que eu gostaria de adicionar ao pedido do Senador Cássio Cunha Lima para a realização dessa sessão temática importantíssima para a articulação de ações emergenciais no sentido de que os Estados do Nordeste e, sobretudo, as suas populações possam atravessar mais um ano crítico, do ponto de vista da oferta de água.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Garibaldi Alves, Senador Humberto na sequência e Senadora Lídice também.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero manifestar também a minha solidariedade à ideia do Senador Cristovam Buarque e do Senador Cássio Cunha Lima no sentido de ser realizada aqui essa sessão temática.

Quero adiantar que, pela Comissão de Infraestrutura e com o apoio da Presidência do Senado, iremos realizar uma audiência pública no dia 27 deste mês, em Natal, com a presença de Governadores e Senadores para tratar da crise hídrica do Nordeste, que, como disse o Senador Tasso Jereissati, é uma tragédia anunciada. Nós temos pela frente previsões sombrias de que teremos, no próximo ano, mais um ano de seca.

Portanto, estamos solidários com a proposta do Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Renan.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Humberto Costa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Renan!

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente!

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Agripino, Senadora Lídice, Senadores Randolfe e Flexa Ribeiro.

Com a palavra V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero inicialmente dizer que me associo a essa iniciativa de fazermos uma sessão temática sobre o tema da seca, à qual dou o meu apoio e da qual participarei com todo o interesse.

Em segundo, eu gostaria aqui de prestar um esclarecimento, porque estão circulando nas redes sociais e até mesmo alguns Parlamentares se manifestaram sobre o Decreto nº 8.572, de 13 de novembro de 2015, da Presidenta Dilma Rousseff.

O objetivo desse decreto foi exatamente permitir que as pessoas que foram vitimadas por esse desastre, por essa tragédia acontecida em Mariana – quando a barragem de uma empresa produtora mineral se rompeu –, com suas casas atingidas, pudessem sacar o FGTS. Só que, para enquadrar essa condição, foi preciso que se colocasse isso como se fosse um desastre natural.

Então, está escrito aqui:

Para fins do disposto no inciso XVI do caput do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, considera-se também como natural o desastre decorrente do rompimento ou colapso de barragens que ocasione movimento de massa, com danos a unidades residenciais.

Na verdade, é tão somente para que as pessoas possam sacar o FGTS. Está sendo dito por aí, por falta de esclarecimento do próprio Governo ou por má intenção de algumas pessoas, que o Governo está caracterizando o rompimento da barragem como um desastre natural, para impedir a responsabilidade criminal dos dirigentes dessa empresa ou a responsabilidade civil da própria empresa.

Não tem nada a ver uma coisa com a outra!

Portanto, aqueles que estão divulgando isso – e o próprio Governo deveria esclarecer melhor – fiquem sabendo que uma coisa não tem nada a ver com a outra. A empresa responsável e os dirigentes dessa empresa vão responder criminal e civilmente por aquilo que aconteceu. Isso aqui é tão somente para permitir que as pessoas que foram atingidas possam sacar o seu FGTS, como em outras situações também.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por permitir esse esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Lídice da Mata, Senador José Agripino e Senador Randolfe.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estou preocupada com o horário marcado para o nosso Congresso e com abertura da nossa votação.

Queria me solidarizar e me incorporar a esse esforço de criação da sessão temática sobre a seca.

E queria também, Sr. Presidente, como Líder, em função da ausência do Senador Valadares, solicitar em seu nome que V. Ex<sup>a</sup> pudesse ler dois requerimentos de sua autoria, buscando colocar em votação, em sessão ordinária, o Projeto de Lei nº 554, de 2011, que altera o §1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, Código de Processo Penal, para determinar o prazo de 24 horas para apresentação do preso à autoridade judicial após efetivada a prisão em flagrante. Esse é um tema extremamente discutido no momento atual, na crise de segurança que enfrentamos.

O outro é o Projeto de Lei, também de sua autoria, de nº 534, de 2011, que regulamenta o inciso VII do art. 153 da Constituição Federal, para dispor sobre a tributação de grandes fortunas.

Agradeço, Sr. Presidente, se V. Exª puder ler os requerimentos do Senador Valadares.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos isso, Senadora Lídice.

Senador José Agripino, com a palavra V. Exª.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Oposição/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar, primeiro de tudo, o meu agrado pela aprovação da ideia da sessão temática da próxima quarta-feira, para discutirmos uma questão que está doendo e vai doer muito mais – tenho a impressão de que vai doer muito mais –, que é a falta d'água.

O que estamos vivendo é uma sequência de anos de estiagem. Não é um ano de estiagem estanque; são anos seguidos.

Dei um exemplo... Nesta tribuna, já falei várias e várias vezes, sobre exemplos tópicos, como o de Currais Novos, que estava com uma adutora em construção. Alertei para a necessidade de se apressar a construção: não se apressou, não houve dinheiro, a água do Gargalheiras secou, a cidade está sem um pinga d'água e está sendo abastecida com a água que vem da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, em carreta. Vem de 200 km de distância, vem em carreta, para distribuição de água fracionada: um pedaço para esse bairro, outro pedaço para aquele outro bairro, por racionamento.

Tenho em meu Estado vários casos como esse. E não é privilégio do Rio Grande do Norte; na Bahia deve estar assim, em Alagoas deve estar assim, no Ceará está assim.

E o pior é que se prenuncia, para o próximo ano, uma nova seca. Aí eu não sei o que vai acontecer. Eu não sei porque o que estava com o nível de água baixo vai secar e se vai buscar água de onde? Do Rio São Francisco?

A barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que é a maior do meu Estado, está com o nível já bastante baixo. A barragem de Santa Cruz, idem. E, de resto, o que é que vai sobrar? Mais nada. É o caso do Rio Grande do Norte? Nada! É o caso do Ceará, é o caso do Piauí, é o caso de Alagoas, é o caso do Nordeste inteiro.

Agora, essa sessão temática tem que ter consequência. Ela não pode ser uma sessão para que aqui sejam prestados depoimentos e sejam feitas reivindicações. É preciso que se enxergue o problema como ele é.

O Senador Garibaldi, em muito boa hora, anunciou que no dia 27 – e eu estarei lá – vai fazer em Natal um seminário com a presença de governadores, de autoridades para expor a chaga da falta d'água no meu Estado, que é uma coisa semelhante ao restante do Nordeste.

O que nós temos que ter em mente é que está em curso um mutirão para mostrar ao País a tragédia que está por vir, que é a falta d'água decorrente de anos seguidos de seca.

Então, eu quero chamar a atenção do Plenário para essa sessão temática, que vai ter o condão de mostrar ao Brasil uma crise que é seriíssima, porque ninguém vive sem água – sem energia alguém até vive; sem água não vive.

É preciso que a sessão aconteça com consequências práticas e que, diante da pobreza nacional, destinem-se os recursos para que algo que não pode faltar, que é água, seja visto com antecedência de seis meses a um ano para que providências sejam efetivamente tomadas e a sessão não seja um gesto demagógico. Não pode ser um gesto demagógico. Longe de nós imaginar isso, e não o será!

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria reiterar, já que foi aprovado o requerimento para a sessão especial – sessão temática, perdão –, para debatermos o gravíssimo desastre de Mariana.

Eu queria só reiterar um aspecto sobre o Decreto nº 8.572, editado na última sexta-feira pelo Poder Executivo. Ora, existia uma alternativa a esse decreto, cuja redação estabelece dubiedade na prática. Eu vou repetir a redação: "(...) considera-se também como natural o desastre decorrente do rompimento ou colapso de barragens que ocasione movimento de massa, com danos a unidades residenciais".

Em vez desse decreto, o Executivo poderia editar uma medida provisória para possibilitar o acesso ao FGTS de quem foi vítima de crime ambiental, que é do que se trata. Não se pode tratar o mais grave crime ambiental da história brasileira como um acidente. E, inclusive, editar decreto nesse sentido.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria reiterar a solicitação para que, o quanto antes, nós fizéssemos essa sessão temática, aprovada ainda há pouco, pela urgência necessária ao debate dos temas e pela aflição, pela gravidade do crime ambiental que aconteceu em Minas Gerais.

Além disso, Sr. Presidente, eu queria comunicar a V. Exª que estou encaminhando à Mesa um requerimento no sentido de que o Projeto de Lei nº 654, de 2015, que dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional,



de autoria do Senador Romero Jucá, tramite também nas demais comissões da Casa, notadamente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ora, Sr. Presidente, eu faço esse decreto – perdão –, eu encaminho esse requerimento, porque esse Projeto de Lei nº 654, de 2015, não pode ser aprovado, não pode ser apreciado sem o amplo debate desta Casa.

Esse projeto de lei flexibiliza e institui o rito sumário de licenciamento ambiental no Brasil, o que é um acinte, Sr. Presidente!

Por esse projeto de lei, rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos e hidrelétricas – por exemplo, hidrelétricas como essa na Região Amazônica, no meu Estado do Amapá, que está causando um gravíssimo crime ambiental com a população do Município de Ferreira Gomes, projetos de mineradoras como esse da barragem que acabou de estourar em Minas Gerais – podem ser licenciados através de rito sumário.

Esse projeto, Sr. Presidente, não pode, no momento em que o Brasil vive os mais graves crimes ambientais de sua história – em Minas Gerais e agora, no meu Estado do Amapá, no Rio Araguari –, não é possível que nós aprovemos, aqui no Senado Federal, um projeto de lei que institui o rito sumário para o licenciamento ambiental. Não é justo, não é adequado e é anacrônico com o momento que o País está vivendo!

Por fim, Sr. Presidente, eu só queria encaminhar também agora, neste momento, à Mesa, um requerimento – para o qual estou coletando agora as assinaturas dos colegas Senadores, a quem peço para subscreverem esse requerimento – de solidariedade ao povo francês.

A ideia é que seja um requerimento do Senado Federal, que vem com a seguinte... A moção, que é encaminhada através de um requerimento, pois a ideia é de que seja aprovada por este Plenário, vem com a seguinte redação:

O Senado Federal se solidariza com o povo francês e seu sofrimento e repudia veementemente as covardes ações praticadas por grupos extremistas. Hoje, a França tem sete bilhões de cidadãos no mundo. Contem com a solidariedade do povo brasileiro aos ideias de liberdade, igualdade e fraternidade.

Estarei já encaminhando à Mesa esta proposta de moção, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu quero cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues. E terei o máximo prazer de subscrever o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>. A intolerância do terrorismo mina a civilização. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

Senador Flexa Ribeiro. Em seguida nós vamos dar a palavra ao senador Marcelo Crivella e vamos encerrar a nossa sessão, porque, daqui a pouquinho, começará a sessão do Congresso Nacional.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, eu gostaria, Presidente Renan, que tivesse a atenção dos Senadores e das Senadoras da Base do Governo.

Recebi, hoje pela manhã, a informação de que duas importantes rodovias no meu Estado, no Estado do Pará, a BR-155 e a PA-254 – localizadas no sul do Estado –, se encontram interditadas desde as 5h desta terça-feira por ação do Movimento dos Sem Terra (MST) e do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), prejudicando o escoamento da produção paraense e brasileira e, mais que isso, o direito de ir e vir de qualquer cidadão deste País.

O grupo, que frequentemente recorre a essas ações de bloqueio das vias públicas, provoca uma série de transtornos ao meu Estado do Pará.

Neste momento, um grupo do MST e do STTR encontra-se em frente à fazenda Mogno, entre os Municípios de Eldorado dos Carajás e Marabá, e outro interdita o trecho em frente ao acampamento Dalcídio Juran-dir, entre Eldorado dos Carajás e Parauapebas. De acordo com as informações que nos chegam, ainda não há previsão de liberação dos locais interditados.

Na semana passada, os caminhoneiros que reivindicavam o aumento no valor do frete e protestavam contra a alta dos impostos e do preço dos combustíveis foram surpreendidos por medida provisória, editada pela Presidente Dilma, que endurecia as penalidades impostas aos caminhoneiros que promovessem manifestação nas estradas brasileiras.

Com a MP nº 699, a Presidente mostra a sua intenção de criminalizar da forma mais vil o livre direito de manifestação dos caminhoneiros. A mão firme da Presidente abateu o movimento, enfraquecendo qualquer possibilidade de luta por direitos e por melhores condições de trabalho.

Ora, qual a diferença do pleito do MST, do STTR e dos caminhoneiros? Seria um mais legítimo do que o outro? A Presidente, com ares venezuelanos, criminaliza de um lado a manifestação dos caminhoneiros e, de outro, permite que grupos populares ligados ao PT exerçam o direito à livre manifestação. A cada dia o Governo Dilma se firma como o Governo dos apadrinhados, aquele que beneficia alguns poucos em detrimento da população brasileira.

A mesma lógica de partilha do Governo que cede ministérios e cargos públicos em prol do apoio político é utilizada agora para determinar quem será beneficiado e quem será prejudicado pela mandatária.

Como disse na semana passada, Sr. Presidente, esta medida provisória é completamente desproporcional. Não existe nenhum equilíbrio entre os atos e as penas impostas. Parece que a Presidente com a maior reprovação da história do Brasil está aplicando os ensinamentos de Maquiavel: já que não consegue governar pelo amor,...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... isto é, já não conta com a simpatia e com aprovação dos brasileiros, Dilma impõe o medo como forma de reduzir as tensões sociais.

Acredito que o Congresso nem deveria receber a medida provisória. Tal matéria não versa em regime de urgência e emergência, Sr. Presidente. Parece-me mesmo que a intenção da Mandatária foi apenas a de impor o medo junto ao movimento dos caminhoneiros, legítimo tais quais muitos outros no Brasil.

Lutarei firmemente para que essa medida provisória seja rejeitada no Senado. A liberdade de expressão é um direito que precisa ser preservado, sob pena de retrocedermos politicamente e termos abalados os pilares da nossa democracia.

Esse é meu compromisso para com os brasileiros.

Contudo, ao passo que a Medida Provisória nº 699 tramita no Congresso,...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... como forma de garantir o princípio constitucional da isonomia, evitando-se dois pesos e duas medidas utilizados pela Presidência da República.

O documento foi feito de forma apressada a casuística, o que resultou em um texto muito abaixo do padrão redacional esperado das matérias legislativas emanadas pela Presidência da República. Esse é o caso da redação malfeita do art. 253-A, criado pela medida provisória.

De fato, há que se esclarecer que interrupções de vias podem ou não ser acordadas com as autoridades constituídas. Em síntese, da forma atabalhoada como foi redigida, a medida provisória, Presidente Renan Calheiros, Senador Jorge Viana, impediria procissões, passeatas e outros eventos normais em um Estado de direito.

É evidente que a prática que se busca coibir são as interrupções não programadas nem acertadas com as autoridades competentes sobre as vias. Além disso, a relação das condutas a serem punidas é extremamente ampla e dá enorme latitude para o abuso da autoridade. Tome-se, por exemplo, a mera conduta de perturbar ou restringir a circulação na via. Na definição ampla usada pela MP, toda e qualquer carreata seria proibida, o que demonstra a leviandade da redação utilizada e viola o princípio constitucional da proporcionalidade na sua vertente da proibição do excesso.

Em função da edição da Medida Provisória nº 699, apresentei a seguinte emenda, Sr. Presidente, de seu art. 253-A, da Lei nº 9.503,...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... de 23 de setembro de 1997, na forma do art. 1º da Medida Provisória nº 699, de 10 de novembro de 2015, a seguinte redação:

Art. 253-A. Interromper deliberadamente a circulação na via, sem autorização do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre ela.

Penalidade: multa 30 vezes e proibição de receber incentivo creditício, subvenção do Poder Público ou de ser incluída em programa de transferência de renda por dez anos.

Medida administrativa: remoção do veículo ou do material utilizado na interrupção.

Essa foi a emenda apresentada à Medida Provisória nº 699, a que peço o apoio dos meus pares, primeiro na Comissão Mista, para a sua aprovação, e, depois, em Plenário da Câmara e do Senado Federal, por ser uma questão...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Marcelo Crivella e, em seguida, Senadora Gleisi. Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente,...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB - RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – ... Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a nobre Deputada Rosangela Gomes propôs uma alteração na Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para permitir que, no Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), nós tivéssemos recursos para garantir às presidiárias o berçário e também a creche – de 6 a 7 anos – para os filhos das detentas.

Sr. Presidente, precisou decorrer 25 anos para que uma nobre Deputada, uma nobre Parlamentar chegasse ao Congresso Nacional no ano passado e, apenas no primeiro ano do seu mandato, apresentasse uma lei tão importante para humanizar os presídios brasileiros que, todos sabemos, são medievais. Ali, as pessoas vegetam, são barbarizadas, muitas ficam em penas provisórias e muitas ficam mesmo depois de cumprir a pena.

Eu faço este relatório enaltecendo o espírito, a alma dessa dama ilustre da política do meu Estado – e eu tenho muito orgulho de ela ser do PRB –, que chegou ao Congresso Nacional e, em um ano, consegue aprovar uma lei complementar de enorme relevância.

Hoje, a Casa vota, por unanimidade, o projeto da Deputada Federal Rosangela Gomes. E, de pé, nós a aplaudimos por trazer à luz a necessidade de 150 mil mulheres encarceradas, muitas delas estendendo a pena para os filhos, que não cometeram pecado algum, que não estão sob o escopo do Código Penal brasileiro, mas que acabaram sendo punidos, porque a mãe não podia amamentá-los quando estava grávida, a parturiente não tinha locais adequados para ajudá-la a ter o seu filho e, aos seis, sete anos, também não teria como haver uma creche para cuidar das crianças.

Eu tenho certeza de que hoje os presídios brasileiros se tornam mais humanos e que se engrandecem as mulheres Parlamentares, na pessoa de Rosangela Gomes, que fez com que fosse aprovada, de maneira unânime, essa alteração no Fundo Penitenciário, fazendo justiça a quem ali paga pelos erros, paga pelo crime, a quem se reeduca para voltar, amanhã, à sociedade e poder servi-la.

Sr. Presidente, depois de enaltecer o lindo projeto apresentado por essa dama ilustre da política do Rio de Janeiro, eu quero apenas, antes de concluir, apresentar os votos de pesar – em meu nome e, tenho certeza, em nome de muitos outros Senadores – ao grande cantor gospel que ilustrou o culto de tantas igrejas, na minha juventude, na minha mocidade, e que hoje faleceu, às 4h da manhã.

Eu me refiro a Luiz de Carvalho, uma voz que certamente ficará para sempre no coração de todos os evangélicos que cultuavam Deus nos seus lindos cânticos, como por exemplo Eram Cem Ovelhas e tantos outros cânticos, que vão ficar para sempre na alma do povo evangélico.

Sr. Presidente, também me solidarizo com o Senador Cássio, quando propõe fazermos um grande debate sobre a seca que vai afligir, seguramente, o Nordeste ano que vem.

E quero aqui hoje, também, prestar toda a solidariedade ao povo mineiro, pela tragédia de Mariana.

Parabéns à Deputada Rosangela Gomes, que hoje vê a sua iniciativa parlamentar ser aprovada por unanimidade nesta Casa, trazendo um grande alívio para as mulheres detentas do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Gleisi, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR. Sem revisão da oradora.) – Faça-lhe uma consulta, Sr. Presidente.

Na realidade é para solicitar – já está sobre a mesa a matéria – que corrijamos um erro material no relatório da MP 684, que alterava a Lei 13.019, e nós temos que encaminhar. Então, eu pergunto a V. Ex<sup>a</sup>: já posso encaminhar esse pedido – e na sequência V. Ex<sup>a</sup> o submeteria a apreciação – ou é preciso encerrar essa matéria para podermos discutir?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É que, certamente, não haverá tempo para nós apreciarmos hoje essa matéria. Como nós vamos, amanhã, votar duas medidas provisórias, nós...

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Apreciaríamos amanhã?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ...antecipadamente, fazemos a apreciação.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

**O SR. ELMANO FÉRRER** (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, só para encaminhar a votação pelo PTB: “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Elmano Férrer, o PTB recomenda o voto “sim”.

*(Procede-se à apuração.)*



**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**

**Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2015 - Complementar**

Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências.

Matéria **PLC 26/2015**

Início Votação **17/11/2015 18:27:18** Término Votação **17/11/2015 19:31:12**

Sessão **206ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **17/11/2015 14:03:28**

<b>Partido</b>	<b>Orientação</b>		
PMDB	SIM		
PT	SIM		
PSDB	SIM		
PSB	SIM		
PDT	SIM		
PP	SIM		
PSD	SIM		
PRB	SIM		
PCdoB	SIM		
REDE	SIM		
Governo	SIM		

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SIM
PSDB	PR	Álvaro Dias	SIM
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PT	RR	Ângela Portela	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PR	MT	Blairo Maggi	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PP	PI	Ciro Nogueira	SIM
PDT	DF	Cristovam Buarque	SIM
PSDB	SC	Dalírio Beber	SIM
PMDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PT	MS	Delcídio do Amaral	SIM
PT	TO	Donizeti Nogueira	SIM
PTB	PE	Douglas Cintra	SIM
PMDB	MA	Edison Lobão	SIM
PSC	SE	Eduardo Amorim	SIM
PTB	PI	Elmano Férrer	SIM
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SIM
PSB	PE	Fernando Coelho	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM



**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

## Votação Aberta

**Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2015 - Complementar**

Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências.

Matéria **PLC 26/2015** Início Votação **17/11/2015 18:27:18** Término Votação **17/11/2015 19:31:12**

Sessão **206º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/11/2015 14:03:28**

PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SIM
PSD	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PMDB	PA	Jader Barbalho	SIM
PMDB	MA	João Alberto Souza	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	SIM
PT	AC	Jorge Viana	SIM
DEM	RN	José Agripino	SIM
PMDB	PB	José Maranhão	SIM
PPS	MT	José Medeiros	SIM
PT	CE	José Pimentel	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PDT	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias	SIM
PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM
PRB	RJ	Marcelo Crivella	SIM
PMDB	SP	Marta Suplicy	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
PT	PI	Regina Sousa	SIM
PDT	DF	Reguffe	SIM
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM
DEM	SE	Ricardo Franco	SIM
PMDB	PR	Roberto Requião	SIM
PSB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSB	RJ	Romário	SIM
PMDB	RR	Romero Jucá	SIM
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SIM
PMDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PMDB	AM	Sandra Braga	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PDT	RR	Telmário Mota	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM

**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**

**Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2015 - Complementar**

Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências.

Matéria **PLC 26/2015** Início Votação **17/11/2015 18:27:18** Término Votação **17/11/2015 19:31:12**

Sessão **206ª Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/11/2015 14:03:28**

PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM
PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PT	BA	Walter Pinheiro	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM

Presidente: *Renan Calheiros*

**SIM:73 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:74**



Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 73; nenhum voto NÃO.

Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 26/2015, projeto de lei complementar que dispõe sobre a implantação e manutenção de berçário, creche e seção destinada à gestante e à parturiente nos estabelecimentos penais.

O projeto vai à sanção presidencial.

É a seguinte a matéria aprovada:

# PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2015 - COMPLEMENTAR

(nº 13/2015, Complementar na Casa de origem)

Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar altera o art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências, a fim de destinar recursos do Funpen às finalidades que especifica.

Art. 2º O art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XV:

....."Art. 3º.....

XV - implantação e manutenção de berçário, creche e seção destinada à gestante e à parturiente nos estabelecimentos penais, nos termos do § 2º do art. 83 e do art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.

....."(NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Está encerrada a Ordem do Dia.

**DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.**

**A SRª ÂNGELA PORTELA** (Bloco/PT - RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quinhentos profissionais de educação de todo o Brasil, representando 49 sindicatos, estiveram em Brasília na última quarta-feira para exigir dos parlamentares apoio a uma pauta legislativa que pode garantir mais qualidade para a educação pública.

É a campanha “Parlamentar, tome partido da educação pública”, que busca sensibilizar deputados e senadores para as matérias de interesse dos educadores.

Também encaminharam a pauta ao ministro da Educação, Aloizio Mercadante, na expectativa de que o governo os apoie nessa luta, que será travada aqui, no Congresso Nacional.

Passo, agora, senhor presidente, a pauta encaminhada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação.

Aprovação da lei de responsabilidade educacional, que fixa padrões de qualidade para a educação e pune os governantes que descumprirem a regra.

Este é um item fundamental, porque dá um novo status às políticas educacionais. Nós temos a lei de responsabilidade fiscal, que pune os gestores que gastam além da conta. Essa lei representou um avanço inegável.

Do mesmo modo, é imprescindível ter uma lei que garanta resultados na área de educação. Nossa sociedade deve valorizar a educação tanto quanto valoriza o equilíbrio nas contas públicas.

Outro item é a valorização salarial dos professores. Os profissionais de educação pedem a manutenção dos critérios de reajuste do piso nacional do magistério, baseado no custo-aluno do Fundeb, e que hoje é de R\$1.917.

Essa é uma conquista que devemos garantir. Mas podemos ir além, com a aprovação do projeto da senadora Vanessa Grazziotin, que eu relatei, e que garante um piso de R\$ 2.743.

O projeto já foi aprovado na Comissão de Educação e falta ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos, o que tenho certeza, ocorrerá em breve. Vamos lutar para que vire lei rapidamente.

Mais um item da pauta dos educadores:

A derrubada da chamada lei da mordça. Trata-se de projeto, hoje na Câmara dos Deputados, baseado em uma visão apenas tecnológica da educação, que despreza a necessidade de formar os estudantes para compreenderem o mundo e serem agentes de sua transformação.

Na verdade, a proposta institui a censura, porque retira a liberdade de ensino dos professores.

Outra proposta importante:

A aprovação do projeto que inclui a formação de profissionais de educação entre os objetivos dos institutos de educação, ciência e tecnologia.

E, por fim, senhores senadores e senhoras senadoras,

Os 49 sindicatos de profissionais de educação de todo o Brasil manifestaram sua oposição frontal ao projeto de lei que retira da Petrobrás a exclusividade nas operações do Pré-Sal.

Como profissional de educação, também sou contra esse projeto!!!

Antes de mais nada, é preciso registrar o meu estranhamento com o fato de que essa matéria continue na pauta do Senado a despeito da vontade expressa de líderes partidários e da maioria dos senadores.

O petróleo é um recurso finito e deve ser tratado sob o ponto de vista estratégico, visando os interesses do país. Nossas reservas do pré-sal serão vitais para o desenvolvimento do Brasil e para o bem-estar do povo brasileiro.

A lei do pré-sal determina que os recursos da exploração devem ser revertidos para a saúde e para a educação. Retirar a administração dos recursos da Petrobras causará uma diminuição das verbas para essa área.

Manter a exclusividade é estratégico para o nosso país, uma vez que seremos capazes de ditar o ritmo da exploração das reservas, de maneira a adequar a produção à demanda, de olho nos melhores preços do mercado internacional.

Aproveito, então, para manifestar mais uma vez, minha oposição a esse projeto, e meu apoio integral à pauta dos educadores brasileiros.

E já que o assunto é educação, senhor presidente, finalizo, saudando os 27 estudantes que representam seus estados esta semana, aqui na Casa, no projeto “Jovem Senador”.

O projeto, que já tem oito anos, é um sucesso, porque une educação e cidadania. Meus parabéns, especialmente, para Joice Reis Nascimento, estudante do meu estado de Roraima.



Concluo, senhor presidente, citando um trecho da redação escrita por ela, e que garantiu a sua escolha como Jovem Senadora.

*“É importante ressaltar a participação não somente de homens, mas principalmente de mulheres e jovens no parlamento, pois abre-se um caminho de esperança na construção de um Brasil de igualdade na política nacional, em que todos compartilhem do mesmo espaço, que é a casa legislativa, para apresentarem propostas de políticas públicas que atendam os anseios da sociedade.”*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 31 minutos.)*

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

## Bahia

**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*  
**Bloco-PSD** - Otto Alencar\*\*

## Rio de Janeiro

**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*  
**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Bloco-PSB** - Romário\*\*

## Maranhão

**PMDB** - Edison Lobão\*  
**PMDB** - João Alberto Souza\*  
**Bloco-PSB** - Roberto Rocha\*\*

## Pará

**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*  
**PMDB** - Jader Barbalho\*  
**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*\*

## Pernambuco

**Bloco-PTB** - Douglas Cintra\* (S)  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*  
**Bloco-PSB** - Fernando Bezerra Coelho\*\*

## São Paulo

**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*  
**PMDB** - Marta Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - José Serra\*\*

## Minas Gerais

**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*  
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia\*\*

## Goiás

**Bloco-PSB** - Lúcia Vânia\*  
**Bloco-PP** - Wilder Moraes\* (S)  
**Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado\*\*

## Mato Grosso

**Bloco-PR** - Blairo Maggi\*  
**Bloco-PPS** - José Medeiros\* (S)  
**Bloco-PR** - Wellington Fagundes\*\*

## Rio Grande do Sul

**Bloco-PP** - Ana Amélia\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**Bloco-PDT** - Lasier Martins\*\*

## Ceará

**PMDB** - Eunício Oliveira\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*  
**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*\*

## Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*  
**PMDB** - Raimundo Lira\* (S)  
**PMDB** - José Maranhão\*\*

## Espírito Santo

**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**PMDB** - Ricardo Ferraço\*  
**PMDB** - Rose de Freitas\*\*

## Piauí

**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*  
**Bloco-PT** - Regina Sousa\* (S)  
**Bloco-PTB** - Elmano Férrer\*\*

## Rio Grande do Norte

**PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*  
**Bloco-PT** - Fátima Bezerra\*\*

## Santa Catarina

**Bloco-PSDB** - Dalirio Beber\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*  
**PMDB** - Dário Berger\*\*

## Alagoas

**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*  
**PMDB** - Renan Calheiros\*  
**Bloco-PTB** - Fernando Collor\*\*

## Sergipe

**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim\*  
**Bloco-DEM** - Ricardo Franco\*\* (S)

## Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

## Amazonas

**PMDB** - Sandra Braga\* (S)  
**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin\*  
**Bloco-PSD** - Omar Aziz\*\*

## Paraná

**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*  
**PMDB** - Roberto Requião\*  
**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

## Acre

**Bloco-PT** - Jorge Viana\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*  
**Bloco-PP** - Gladson Cameli\*\*

## Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*  
**PMDB** - Waldemir Moka\*  
**PMDB** - Simone Tebet\*\*

## Distrito Federal

**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*  
**Bloco-PSD** - Hélio José\* (S)  
**Bloco-PDT** - Reguffe\*\*

## Rondônia

**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*  
**PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*\*

## Tocantins

**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\* (S)  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*  
**Bloco-PT** - Donizeti Nogueira\*\* (S)

## Amapá

**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*  
**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*\*

## Roraima

**Bloco-PT** - Angela Portela\*  
**PMDB** - Romero Jucá\*  
**Bloco-PDT** - Telmário Mota\*\*

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

## (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### Bloco de Apoio ao Governo - 19

#### PT-13 / PDT-6

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Angela Portela.	PT / RR
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

#### PMDB - 18

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Ricardo Ferraço.	ES
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Sandra Braga.	AM
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

### Bloco Parlamentar da Oposição - 15

#### PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Franco.	DEM / SE
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

### Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

### PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lidice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfê Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

### Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10

#### PP-6 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Hélio José.	PSD / DF
Ivo Cassol.	PP / RO
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

### Bloco Parlamentar União e Força - 9

#### PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco de Apoio ao Governo.	19
PMDB.	18
Bloco Parlamentar da Oposição.	15
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	10
Bloco Parlamentar União e Força.	9
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Ricardo Ferraço* (PMDB-ES)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (PMDB-AM)
Dário Berger** (PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

## Mandatos

\*: Período 2011/2019 \*\*: Período 2015/2023



**COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL****PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

**1º VICE-PRESIDENTE**

Jorge Viana - (PT-AC)

**2º VICE-PRESIDENTE**

Romero Jucá - (PMDB-RR)

**1º SECRETÁRIO**

Vicentinho Alves - (PR-TO)

**2º SECRETÁRIO**

Zeze Perrella - (PDT-MG)

**3º SECRETÁRIO**

Gladson Cameli - (PP-AC)

**4ª SECRETÁRIA**

Angela Portela - (PT-RR)

**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 19</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Humberto Costa - PT</b> (22,25)</p> <p>Vice-Líderes  Acir Gurgacz (10,36)  Walter Pinheiro (31,35,43)  Telmário Mota (9,34,42,52)  Regina Sousa (41)  .....</p> <p><b>Líder do PT - 13</b>  <b>Humberto Costa</b> (22,25)</p> <p>Vice-Líderes do PT  Paulo Rocha (32,51)  Walter Pinheiro (31,35,43)  Lindbergh Farias (30)  Fátima Bezerra (38)</p> <p><b>Líder do PDT - 6</b>  <b>Acir Gurgacz</b> (10,36)</p> <p>Vice-Líder do PDT  Telmário Mota (9,34,42,52)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 15</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Alvaro Dias - PSDB</b> (20)</p> <p>Vice-Líderes  Ataides Oliveira (33)  Antonio Anastasia (46)  .....</p> <p><b>Líder do PSDB - 11</b>  <b>Cássio Cunha Lima</b> (14)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB  Paulo Bauer (23)  Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b>  <b>Ronaldo Caiado</b> (3)</p> <p>Vice-Líder do DEM  José Agripino (39)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Lídice da Mata - PSB</b> (12,27)</p> <p>Vice-Líderes  José Medeiros (13,16,28)  Vanessa Grazziotin (21,24)  .....</p> <p><b>Líder do PSB - 7</b>  <b>João Capiberibe</b> (1,17)</p> <p>Vice-Líder do PSB  Roberto Rocha (45)</p> <p><b>Líder do PPS - 1</b>  <b>José Medeiros</b> (13,16,28)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 1</b>  <b>Vanessa Grazziotin</b> (21,24)</p> <p><b>Líder do REDE - 1</b>  <b>Randolfe Rodrigues</b> (26,29)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Omar Aziz - PSD</b> (18,54)  .....</p> <p><b>Líder do PP - 6</b>  <b>Benedito de Lira</b> (11,15,44,53)</p> <p><b>Líder do PSD - 4</b>  <b>Omar Aziz</b> (18,54)</p> <p>Vice-Líder do PSD  Sérgio Petecão (19)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Fernando Collor - PTB</b> (7,8)</p> <p>Vice-Líderes  Blairo Maggi (6)  Eduardo Amorim (5)  Marcelo Crivella (2,4)  .....</p> <p><b>Líder do PTB - 3</b>  <b>Fernando Collor</b> (7,8)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b>  <b>Blairo Maggi</b> (6)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b>  <b>Eduardo Amorim</b> (5)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b>  <b>Marcelo Crivella</b> (2,4)</p>	<p><b>PMDB - 18</b></p>
<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Delcídio do Amaral - PT</b> (48)</p> <p>Vice-Líderes  Hélio José (49)  Paulo Rocha (32,51)  Wellington Fagundes (50)  Telmário Mota (9,34,42,52)</p>		

### Notas:

- Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
- Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
- Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
- Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
14. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
15. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designando 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).

## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Designação:** 04/02/2014

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos

**Telefone(s):** 61 3303-3492

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## **2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

**Finalidade:** Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

---

### **MEMBROS**

---

### **3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS**

**Finalidade:** Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**MEMBROS**

#### **4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

**Finalidade:** Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

**Número de membros:** 3

---

#### **MEMBROS**

---

# **5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)**

**Finalidade:** Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

**Número de membros: 3**

---

## **MEMBROS**

---

---

---

---

---



## 6) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

**Finalidade:** Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 01/09/2015

**Prazo final:** 22/12/2015

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(8)</sup>	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(2)</sup>	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(5)</sup>	5. Senadora Angela Portela (PT-RR) <sup>(5)</sup>
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(11)</sup>	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) <sup>(7)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(12)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) <sup>(3)</sup>	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(9)</sup>
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) <sup>(10)</sup>

### Notas:

\*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

\*\*. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

\*\*\*. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

\*\*\*\*. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*\*. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

\*\*\*\*\*. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha é designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman é designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos

**Telefone(s):** 61 33033492

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 07/04/2015

**Instalação:** 15/04/2015

**Prazo final:** 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

**Notas:**

\*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

\*\*.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos

**Telefone(s):** 61 33035492

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

**Finalidade:** Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

---

### MEMBROS

---



---



---



---



---



---



---



## **9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA**

**Finalidade:** Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
------------------	-----------------

## 10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros:** 23

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 19/12/2014

**Prazo final prorrogado:** 19/06/2015

### MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

#### Notas:

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

\*\* Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

\*\*\*. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

\*\*\*\*. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

\*\*\*\*\*. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33021176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** Caio César Vieira Rocha

**VICE-PRESIDENTE:** Álvaro Melo Filho <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

**Instalação:** 29/10/2015

**Prazo final:** 22/12/2015

### MEMBROS

Caio César Vieira Rocha

Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Alexandre Sidnei Guimarães

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

#### Notas:

\*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** (61) 3303-3514

## **12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR ANALISAR O PLC Nº 168, DE 2015**

**Finalidade:** Analisar o Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2015, que disciplina o processo e o julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial, que funcionará até a deliberação final da matéria nesta Casa.

Ato do Presidente nº 38, de 2015

**PRESIDENTE:** Luiz Fux

**RELATORA:** Tereza Arruda Alvim Wambier

---

### **MEMBROS**

---

---

Luiz Fux

---

Tereza Arruda Alvim Wambier

---

Bruno Dantas

---

José Roberto dos Santos Bedaque

---

Paulo Cesar Pinheiro Carneiro

---

**Notas:**

\*. Em 06.11.2015, o Ato do Presidente nº 38, de 2015, foi republicado por incorreções no texto anterior.



### 13) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

**Número de membros:** 17

**PRESIDENTE:** Mauro Campbell Marques

**VICE-PRESIDENTE:** João Geraldo Piquet Carneiro

**RELATOR:** José Antonio Dias Toffoli

**Leitura:** 19/08/2015

**Instalação:** 02/09/2015

**Prazo final:** 22/12/2015

#### MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Ricardo Vital de Almeida

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

#### Notas:

\*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

\*\*. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

\*\*\*. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

**Secretário(a):** Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 33033501

**E-mail:** coceti@senado.gov.br

## 14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

**Número de membros:** 24

**PRESIDENTE:** Georges de Moura Ferreira

**VICE-PRESIDENTE:** Dorieldo Luiz dos Prazeres

**RELATORA:** Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

**Designação:** 16/06/2015

**Instalação:** 16/06/2015

**Prazo final:** 12/12/2015

### MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

#### Notas:

\*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

\*\*. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

\*\*\*. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).
3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

**Secretário(a):** Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 3303 3511

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 15) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

**Finalidade:** Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo, no prazo de 90 dias.  
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

**Número de membros:** 18

**PRESIDENTE:** Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

**RELATOR:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

**Designação:** 26/05/2015

**Instalação:** 27/05/2015

**Prazo final prorrogado:** 23/11/2015

### MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP-RS)

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Senador José Serra (PSDB-SP)

Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)

Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)

Senador Omar Aziz (PSD-AM)

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)

Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA)

Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)

#### Notas:

\*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

\*\* . O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

\*\*\*. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 24, de 2015, prorroga por 90 dias o prazo de funcionamento da Comissão.

**Secretário(a):** Eduardo Bruno do Lago de Sá

**Telefone(s):** 33033511

**E-mail:** coceti@senado.gov.br

# COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

## 1)CPI DO CARF

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>

**Leitura:** 28/04/2015

**Designação:** 13/05/2015

**Instalação:** 19/05/2015

**Prazo final:** 16/09/2015

**Prazo final prorrogado:** 18/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(3)</sup>
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4,6)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(5,7)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

### Notas:

\*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

\*\* Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

\*\*\*\*\*. Em 03.09.2015, lido o Requerimento nº 1.022, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 18 de dezembro de 2015.

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB).

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG).

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).



5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

6. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixa de compor a Comissão (Of. 192/2015-GLPSDB).

7. Em 04.11.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a Comissão (Of. 117/2015-GLDEM).

**Secretário(a):** Felipe Geraldês - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

**Telefone(s):** 33034854/3511

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 2)CPI DAS PRÓTESES

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 02/03/2015

**Designação:** 25/03/2015

**Instalação:** 31/03/2015

**Prazo final:** 28/09/2015

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) <sup>(6,7)</sup>
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(6)</sup>	
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

### Notas:

\*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfé Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

\*\*. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfé Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).

7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 61 33033492/3501

**Fax:** 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

### 3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

**Finalidade:** Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

**Número de membros:** 13 titulares e 8 suplentes

**Leitura:** 06/05/2015

**Designação:** 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Telmário Mota (PDT-RR) <sup>(1)</sup>	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>	
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(3)</sup>	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

**Notas:**

\*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

\*\*.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

\*\*\*. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

\*\*\*\*. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

\*\*\*\*\*. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

## 4)CPI DO HSBC

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 02/03/2015

**Designação:** 18/03/2015

**Instalação:** 24/03/2015

**Prazo final:** 21/09/2015

**Prazo final prorrogado:** 30/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(9)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(5,6,7)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(9)</sup>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2,10)</sup>	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(8)</sup>	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(4)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

### Notas:

\*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

\*\*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

\*\*\*\*\*. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

**Secretário(a):** Eduardo Bruno do Lago de Sá

**Telefone(s):** 61 33033511/10

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 5)CPI DO FUTEBOL - 2015

**Finalidade:** Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(6)</sup>

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 28/05/2015

**Designação:** 07/07/2015

**Instalação:** 14/07/2015

**Prazo final:** 22/12/2015

**Prazo final prorrogado:** 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO <sup>(9,11)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(1)</sup>	
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(8)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(5)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(10)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

### Notas:

\*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

\*\*. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

\*\*\*. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

\*\*\*\*\*. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).  
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).  
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).  
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).

**Secretário(a):** Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 061 33033508/3501

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

**Finalidade:** Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>

**Leitura:** 05/03/2015

**Designação:** 29/04/2015

**Instalação:** 06/05/2015

**Prazo final:** 03/11/2015

**Prazo final prorrogado:** 14/03/2016

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>
Senador José Medeiros (PPS-MT) <sup>(3)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(7)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(4)</sup>	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(6)</sup>

### Notas:

\*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

\*\*. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*\*. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).

7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

**Secretário(a):** Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 33033508/3514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

# COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

## 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(3)</sup></b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(10,16)</sup>
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Reguffe (PDT-DF)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(5)</sup>
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(19)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(7)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(9)</sup>
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(11)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(13)</sup>
VAGO <sup>(12)</sup>	8. Senador Hélio José (PSD-DF)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(8,14)</sup></b>	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(17)</sup>	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(15)</sup>
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(1)</sup>	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. VAGO <sup>(2,18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(4)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).



\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br

## **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034544

**E-mail:** cae@senado.leg.br

## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

**Notas:**

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

\*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br

### **1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br

#### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(4)</sup></b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. VAGO <sup>(11)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(11)</sup>	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(10)</sup>	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(6,10)</sup>
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(12)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(14)</sup>	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2. VAGO <sup>(5,8)</sup>
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(13)</sup>	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(13)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE ) <sup>(1)</sup></b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(9)</sup>	2. Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(2,3)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(3)</sup>	3.

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33034608

**Fax:** 3303 3652

**E-mail:** cas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador José Maranhão (PMDB-PB) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(8)</sup>	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(9)</sup>
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(25)</sup>	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(6)</sup>
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(6)</sup>	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(11,15)</sup>	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(10,16)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) <sup>(10,16)</sup>	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(1,12,17)</sup>	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(26)</sup>
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(2,24)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(14,22)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(20,21)</sup>
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(18,19)</sup>
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(23)</sup>

**Notas:**

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

\*\* Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\* Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).

21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).

22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).

23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).

24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).

25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).

26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 61-3303-3972

**Fax:** 61-3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

# 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(2)</sup></b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO <sup>(8)</sup>
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) <sup>(4)</sup>
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(11)</sup>	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(5)</sup>	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(9)</sup>
Senador Dário Berger (PMDB-SC) <sup>(3)</sup>	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(7)</sup>	7.
	8.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(14)</sup>	1. VAGO <sup>(13)</sup>
Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(12,13)</sup>	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(6,10)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

## Notas:

\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

\*\* . Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)**

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

## **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 311-3498/4604/2

**Fax:** 311-3121/1319



### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS**

**Finalidade:** Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

**(Requerimento 811, de 2001)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 311-3498/4604

**Fax:** 311-3121/1319

## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Reguffe (PDT-DF)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(7)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(5)</sup>
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(3)</sup>
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(9)</sup>	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO <sup>(10)</sup>
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) <sup>(6)</sup>
	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(8)</sup></b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(4)</sup>
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(11)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** cma@senado.gov.br

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Designação:** 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (PDT-DF)	2.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

**Notas:**

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

\*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Designação:** 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO (1)	3.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

### Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

\*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br



### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(2)</sup>

**Designação:** 15/04/2015

**Instalação:** 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(5)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1,5)</sup>
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

**Notas:**

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

\*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

\*\* Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

## 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

**Finalidade:** Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 06/05/2015

**Instalação:** 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

### Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

\*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** cma@senado.gov.br

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(4)</sup></b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(8,10,14)</sup>
Senadora Angela Portela (PT-RR) <sup>(8)</sup>	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) <sup>(3)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(14)</sup>	6.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PSD-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(7,12)</sup>	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(9)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(12)</sup>	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(13)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(17)</sup>	1. VAGO <sup>(16)</sup>
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(11)</sup>	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(11)</sup>	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(11)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PPS-MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(5)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(15)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4251

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br

### **6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



## **6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

**Finalidade:** Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Hélio José (PSD-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*\*. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*\*\*. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*\*\*\*. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4251

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(3,14)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	5. VAGO <sup>(9)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(6)</sup>
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(10,11)</sup>	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(13)</sup>
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(12)</sup>	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	5. Senador Hélio José (PSD-DF)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(2)</sup>	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(4,7)</sup>	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(2,5,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** cre@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(10,13)</sup>
Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(5,19)</sup>	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(7,8)</sup>	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(4)</sup>	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PSD-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4,9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO <sup>(18)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(17)</sup>	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(15,16)</sup>	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(11)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(1,12,14)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) <sup>(12,14)</sup>	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(3)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).



3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br

## **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

### **8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 20/05/2015

**Instalação:** 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Hélio José (PSD-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**Notas:**

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

\*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(8)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) <sup>(18)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(18)</sup>	4. VAGO <sup>(1,10)</sup>
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(11,12)</sup>	2. Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(7,15)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(19)</sup>
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(5,16)</sup>	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(6,13,17)</sup>	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(14)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br

## **9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

## **9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

### **9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(5,6)</sup>
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(4)</sup>	5. Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO <sup>(3,7)</sup>	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(7)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -  
**Telefone(s):** 3303 3506  
**Fax:** 3303 1017  
**E-mail:** cra@senado.gov.br

### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Finalidade:** REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506/3321

**Fax:** 3311-1017

**E-mail:** scomcra@senado.gov.br

# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO <sup>(8)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(5)</sup>	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(6)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) <sup>(10)</sup>	2.

## Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

\*\*. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.gov.br



## 12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(11)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(13)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(3,6,8,10)</sup>	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO <sup>(4)</sup>	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(14)</sup>
	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador José Medeiros (PPS-MT) <sup>(7,9)</sup>	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(9,12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(2)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda

**Telefone(s):** 61 33031095

**E-mail:** csf@senado.leg.br

# 13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2.

## Notas:

\*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

\*\*.. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*\*. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11h:30 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** ctg@senado.leg.br

## CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 31/01/2015

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(2)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995

**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999

**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001

**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3)</sup>	4.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
( / )	

**Atualização:** 11/11/2015

### Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

### 3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

**4ª Designação:** 12/02/2009

**5ª Designação:** 11/02/2011

**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
	<b>PMDB</b>
	VAGO
	<b>PT</b>
	VAGO
	<b>PSDB</b>
	VAGO
	<b>PTB</b>
	VAGO
	<b>PP</b>
	VAGO
	<b>PDT</b>
	VAGO
	<b>PSB</b>
	VAGO
	<b>DEM</b>
	VAGO
	<b>PR</b>
	VAGO
	<b>PSD</b>
	VAGO
	<b>PCdoB</b>
	VAGO
	<b>PV</b>
	VAGO
	<b>PRB</b>
	VAGO
	<b>PSC</b>
	VAGO
	<b>PSOL</b>
	VAGO

**Atualização:** 12/03/2015



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

#### 4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)*

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

---

#### MEMBROS

##### PTB

Senador Fernando Collor (AL)

##### PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

##### PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

---

**Notas:**

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

**5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(1)</sup>**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

**PT**

Senador Delcídio do Amaral (MS)

**PSDB**

Senador Tasso Jereissati (CE)

**PSB**

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

**PDT**

Senador Acir Gurgacz (RO)

**PR**

Senador Blairo Maggi (MT)

**PSD**

Senador Otto Alencar (BA)

**DEM**

Senador José Agripino (RN)

**PP**

Senador Ciro Nogueira (PI)

**PTB**

Senador Douglas Cintra (PE)

**PPS**

Senador José Medeiros (MT)

**PCdoB**

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

**PSC**

Senador Eduardo Amorim (SE)

**PRB**

Senador Marcelo Crivella (RJ)

**REDE**

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 01/10/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

**3ª Designação:** 21/03/2012

**4ª Designação:** 11/03/2013

**5ª Designação:** 20/05/2014

**6ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
<b>PT</b>
Senador Paulo Paim (RS)
<b>PSDB</b>
Senador Flexa Ribeiro (PA)
<b>PSB</b>
Senadora Lídice da Mata (BA)
<b>PDT</b>
Senador Lasier Martins (RS)
<b>PR</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PSD</b>
Senador Sérgio Petecão (AC)
<b>DEM</b>
VAGO <sup>(2)</sup>
<b>PP</b>
Senador Gladson Cameli (AC)
<b>PTB</b>
Senador Fernando Collor (AL)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>REDE</b>
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

**Atualização:** 11/11/2015

### Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012 )***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PV</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO
<b>Representante da sociedade civil organizada</b>
VAGO
<b>Pesquisador com produção científica relevante</b>
VAGO
<b>Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente</b>
VAGO

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303.5258

**Fax:** 3303.5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL***(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
<b>PT</b>
Senador Lindbergh Farias (RJ)
<b>PSDB</b>
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
<b>PSB</b>
Senadora Lídice da Mata (BA)
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (DF)
<b>PR</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PSD</b>
Senador Otto Alencar (BA)
<b>DEM</b>
Senador José Agripino (RN)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>
Senador Elmano Férrer (PI)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>PSOL</b>
Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(1)</sup>

**Atualização:** 07/07/2015**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO***(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Senadora Simone Tebet (MS)
<b>PT</b>
Senador Paulo Paim (RS)
<b>PSDB</b>
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
<b>PSB</b>
Senadora Lídice da Mata (BA)
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (DF)
<b>PR</b>
Senador Vicentinho Alves (TO)
<b>PSD</b>
Senador Otto Alencar (BA)
<b>DEM</b>
VAGO <sup>(2)</sup>
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>
Senador Elmano Férrer (PI)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>REDE</b>
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

**Atualização:** 11/11/2015**Notas:**

\*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**10) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>(1)</sup>	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

**Atualização:** 06/05/2015**Notas:**

\*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

# 11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>	PROCURADORA

**Atualização:** 31/01/2015

**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

## SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** (61) 3303-5255

**Fax:** (61) 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br

**12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br



# 13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

**5ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Senadora Simone Tebet (MS)
<b>PT</b>
Senadora Fátima Bezerra (RN)
<b>PSDB</b>
Senador Antonio Anastasia (MG)
<b>PSB</b>
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
<b>PDT</b>
Senador Reguffe (DF)
<b>PR</b>
Senador Wellington Fagundes (MT)
<b>PSD</b>
Senador Sérgio Petecão (AC)
<b>DEM</b>
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>
Senador Douglas Cintra (PE)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>REDE</b>
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 03/11/2015

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** (61)3303-5255

**Fax:** (61)3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

# **14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL**

*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)*

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do  
RISF):**

---

**15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO***(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

---

# 16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(2)</sup>

**1ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>DEM</b>
Senador José Agripino (RN)
<b>PCdoB</b>
Senador Lasier Martins (PDT-RS) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (DF)
<b>PMDB</b>
Senador Jader Barbalho (PA)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PR</b>
Senador Blairo Maggi (MT)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>PSB</b>
Senador Roberto Rocha (MA)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PSD</b>
Senador Omar Aziz (AM)
<b>PSDB</b>
Senador Tasso Jereissati (CE)
<b>PT</b>
Senador Jorge Viana (AC)
<b>PTB</b>
Senador Fernando Collor (AL)
<b>REDE</b>
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

**Atualização:** 04/08/2015

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.



**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP****Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

# COMPOSIÇÃO

## COMISSÕES MISTAS

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

**Finalidade:** Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

**Número de membros:** 10 Senadores e 30 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

**2ª VICE-PRESIDENTE:** Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

**3º VICE-PRESIDENTE:** Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

**Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias:** Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

**Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual:** Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

**Relator da Receita:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

**Relator do Projeto de Plano Plurianual:** Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT )</b>	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA (10)
Gleisi Hoffmann - PT/PR (10)	2. Angela Portela - PT/RR
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, REDE )</b>	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
<b>PP</b>	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PEN</b>	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ <sup>(2)</sup>
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtênir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG <sup>(6,7)</sup>
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO <sup>(1)</sup>
José Nunes - PSD/BA <sup>(9)</sup>	10. Átila Lins - PSD/AM
<b>PSDB, PSB</b>	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES <sup>(3)</sup>
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
<b>PDT</b>	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
<b>PSOL</b>	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

**Notas:**

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

**Secretário:** Walbinson Tavares de Araújo

**Telefone(s):** (61) 3216-6892

**E-mail:** cmo.decom@camara.leg.br

**Local:** Câmara dos Deputados, Plenário 2

## Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

### RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
<b>I. Transporte</b>	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
<b>II. Saúde</b>	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
<b>III. Educação e Cultura</b>	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
<b>IV. Integração Nacional</b>	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
<b>V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário</b>	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB-TO)
<b>VI. Desenvolvimento Urbano</b>	Deputado Caio Narcio (PSDB-MG)
<b>VII. Turismo</b>	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
<b>VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações</b>	Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG)
<b>IX. Minas e Energia</b>	Deputado Edmar Arruda (PSC-PR)
<b>X. Esporte</b>	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
<b>XI. Meio Ambiente</b>	Deputada Flávia Moraes (PDT-GO)
<b>XII. Fazenda e Planejamento</b>	Deputado Hugo Leal (PROS-RJ)
<b>XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas</b>	Senador Hélio José (PSD-DF)
<b>XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social</b>	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
<b>XV. Defesa e Justiça</b>	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<b>XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores</b>	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

## CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

### IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

**COORDENADOR:** Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

#### Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

#### Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
<b>PMDB</b>	Deputado Vitor Valim (PMDB)
<b>PR</b>	Deputada Gorete Pereira (PR)
<b>PSD</b>	Deputado Átila Lins (PSD)
<b>PTB</b>	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
<b>PSB</b>	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
<b>PP</b>	Deputado Cacá Leão (PP)
<b>PT</b>	Deputado Jorge Solla (PT)

## CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização



### III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

#### Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

#### Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado José Aírton Cirilo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

### CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

#### II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

**COORDENADOR:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

#### Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

#### Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nílto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecchi (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

### CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

#### I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

**COORDENADOR:** Deputado Izalci (PSDB-DF)

#### Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PSD / DF)

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>DEM</b>	VAGO

### **Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PMDB</b>	Deputado Washington Reis (PMDB)
<b>PMDB</b>	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
<b>PTB</b>	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
<b>PTB</b>	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
<b>PT</b>	Deputado Leo de Brito (PT)
<b>PSDB</b>	Deputado Izalci (PSDB)
<b>DEM</b>	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

## Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Finalidade:** Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Sarney Filho (PV-MA)

**RELATOR:** Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

**Designação:** 19/03/2015

**Instalação:** 25/03/2015

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT )</b>	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, REDE )</b>	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PEN</b>	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
<b>PSDB, PSB</b>	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
<b>PDT (1)</b>	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

**Notas:**

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.

18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

**Secretário:** Tiago Torres de Lima Brum

**Telefone(s):** (61) 3303-3534

**E-mail:** cocm@senado.gov.br



## Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**Finalidade:** A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

**Número de membros:** 6 Senadores e 6 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
<b>Líder da Maioria</b> Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) <sup>(6)</sup>	<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<b>Líder da Minoria</b> Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
<b>Deputado indicado pela Liderança da Maioria</b> Deputado Benito Gama (PTB/BA) <sup>(2)</sup>	<b>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria</b> Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>(7)</sup>
<b>Deputado indicado pela Liderança da Minoria</b> Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) <sup>(1)</sup>	<b>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) <sup>(4)</sup>
<b>Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) <sup>(3)</sup>	<b>Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) <sup>(5)</sup>

### Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

**Secretário:** Thiago Nascimento C. Silva

**Telefone(s):** 61 3303-3502

**E-mail:** cocm@senado.leg.br

# Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

**Finalidade:** Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

**RELATOR:** Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

**Designação:** 05/03/2015

**Instalação:** 10/03/2015

## Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT )</b>	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, REDE )</b>	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
<b>PP</b>	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PEN</b>	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosângela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
<b>PSDB, PSB</b>	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
<b>PDT</b>	
Flávia Moraes - GO (9)	1. Rosângela Curado - MA (20)
<b>PSOL (1)</b>	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

**Notas:**

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.

**Secretário:** Gigliola Ansiliero  
**Telefone(s):** 61 3303-3504  
**E-mail:** cocm@senado.leg.br

**COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS****ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

**Finalidade:** Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

**Número de membros:** 7 Senadores e 7 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

<b>SENADO FEDERAL</b>
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

## CONSELHOS E ÓRGÃOS

### Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

#### COMPOSIÇÃO

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

**2ª VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

**Designação:** 07/04/2015

#### SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo</b>	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição</b>	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia</b>	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força</b>	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PEN</b>	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC <sup>(4)</sup>
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB <sup>(10)</sup>
Mandetta - DEM/MS <sup>(5)</sup>	11. VAGO
<b>PSD</b>	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS <sup>(3,13)</sup>
Danlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT <sup>(11)</sup>	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB <sup>(6)</sup>	6. Jaime Martins - MG <sup>(6)</sup>
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO <sup>(11)</sup>
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS <sup>(9)</sup>
<b>PSDB, PSB</b>	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS <sup>(1,12)</sup>
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO <sup>(1)</sup>
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS <sup>(1)</sup>	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI <sup>(1)</sup>	6. VAGO
<b>PDT</b>	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
<b>PSOL</b>	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

**Notas:**

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.

**Conselho da Ordem do Congresso Nacional****Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados**Eleição Geral:** 04/02/2015

<b>MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
<b>Presidente</b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
<b>1º Vice-Presidente</b> Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
<b>2º Vice-Presidente</b> Deputado Giacobbo (PR/PR)
<b>1º Secretário</b> Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
<b>2º Secretário</b> Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
<b>3º Secretário</b> Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
<b>4º Secretário</b> Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
<b>Líder da Maioria</b> VAGO
<b>Líder da Minoria</b> Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
<b>Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania</b> Deputado Arthur Lira (PP/AL)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>
<b>Presidente</b> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b>1º Vice-Presidente</b> Senador Jorge Viana (PT/AC)
<b>2º Vice-Presidente</b> Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
<b>1º Secretário</b> Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
<b>2º Secretário</b> Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
<b>3º Secretário</b> Senador Gladson Cameli (PP/AC)
<b>4º Secretário</b> Senadora Angela Portela (PT/RR)
<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> VAGO
<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
<b>Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</b> Senador José Maranhão (PMDB/PB)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

**Atualização:** 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)  
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256  
Fax: 3303-5260  
saop@senado.leg.br

## Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,  
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

### COMPOSIÇÃO

**Número de membros:** 13 titulares e 13 suplentes.

**PRESIDENTE:** Miguel Ângelo Cançado <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Ronaldo Lemos <sup>(1)</sup>

**Eleição Geral:** 05/06/2002

**Eleição Geral:** 22/12/2004

**Eleição Geral:** 17/07/2012

**Eleição Geral:** 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO <sup>(2)</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

**Atualização: 15/07/2015****Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)  
Telefone(s): 3303-5255  
Fax: 3303-5260  
CCSCN@senado.leg.br

# Já sabe pesquisar o diário na Internet?

## Siga o passo a passo!



Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: [www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br)



Fale com o Senado  
0800 61 2211

